UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

MILENNE BIASOTTO

PARA UMA GRAMÁTICA DA PRODUÇÃO:

ANÁLISE DA MARCA *MESMO* SOB O ENFOQUE DA TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS

Araraquara

2012

MILENNE BIASOTTO

PARA UMA GRAMÁTICA DA PRODUÇÃO:

ANÁLISE DA MARCA *MESMO* SOB O ENFOQUE DA TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICTIVAS E ENUNCIATIVAS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa

Orientadora: Profª.Drª. Letícia Marcondes Rezende.

Araraquara

2012

Biasotto, Milenne
Para uma gramática da produção: análise da marca mesmo sob o enfoque da teoria das operações predicativas e enunciativas / Milenne Biasotto. – 2012
216 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara
Orientadora: Leticia Marcondes Rezende

l. Língua portuguesa – Estudo e ensino. 2. Gramática. I. Título.

MILENNE BIASOTTO

PARA UMA GRAMÁTICA DA PRODUÇÃO:

ANÁLISE DA MARCA MESMO SOB O ENFOQUE DA TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICTIVAS E ENUNCIATIVAS

Membros componentes da Banca Examinadora:

_____

Presidente e Orientadora: Profª. Drª Letícia Marcondes Rezende
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNESP – Araraquara

_____

Membro Titular: Profª. Drª Marilia Blundi Onofre
Universidade Federal de São Carlos
UFSCAR – São Carlos

_____

Membro Titular: Prof Dr. Valdir do Nascimento Flores
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRGS – Porto Alegre

_____

Membro Titular: Profª Drª. Ana Cristina Salviato Silva
Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino de São João da Boa Vista
FAE – São João da Boa Vista

_____

Membro Titular: Profª. Drª Adriana Zavaglia
Universidade Estadual de São Paulo
USP- São Paulo

AGRADECIMENTOS

Ao pequeno João Pedro, que nasceu junto com esta tese e teve que se acostumar com minha ausência;

Aos meus amados pais, Wilson e Helena, fontes de sabedoria, inspiração e amor, sempre dispostos a me atender, a me amparar.

Aos meus irmãos, Mirella e Etienne, pelo carinho, atenção e disponibilidade em me ajudar;

Ao querido André, pelo constante incentivo à minha carreira.

A Prof.ª Letícia, minha orientadora, pela amizade, paciência com o meu ritmo de trabalho e dedicação dispensados nos últimos oito anos em que convivemos,

Aos professores do programa, por compartilharem sua sabedoria e enriquecerem minha formação;

Aos amigos Marcos, Paula e Bruna, pelo companheirismo, pelos momentos de descontração, pelas palavras de conforto nos momentos difíceis.

Aos funcionários da seção de pós-graduação, pela prontidão e eficiência;

Aos alunos do 3º ano de Letras da Universidade Estadual do Mato Grosso Do Sul – UEMS e aos alunos do Colégio Delphos, que participaram de nossa atividade experimental.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram com o desenvolvimento deste trabalho;

A Faculdade de Ciências e Letras da Unesp-Araraquara, por ter me acolhido desde a graduação, passando pelo Mestrado e Doutorado.

A CAPES, pelo auxílio financeiro propiciado durante a pesquisa.

RESUMO

Partindo de uma abordagem enunciativa que concebe os fenômenos linguísticos de modo dinâmico, este trabalho expõe o que chamamos uma Gramática da Produção ou Gramática Operatória. Trata-se de uma visão baseada na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, de Antoine Culioli, que busca desvelar como é possível gerar enunciados diversos por meio de operações linguísticas. O posicionamento teórico adotado implica pensar a linguagem como fundamentalmente ambígua e indeterminada, e trazer o sujeito para o centro das reflexões. Assim, essa visão opõe-se às abordagens de análise estáticas da língua, que levam em consideração apenas o produto linguístico já estabilizado, determinado, desconsiderando o trabalho do sujeito na geração da significação. Ao utilizar os pressupostos dessa teoria enunciativa, pudemos demonstrar os benefícios de se analisar os fenômenos linguísticos dinamicamente. Essa análise dinâmica foi demonstrada pela observação e manipulação da marca linguística ***mesmo,*** em seus diferentes usos. Isso nos permitiu entrever o próprio objeto da Linguística, segundo Culioli: a articulação entre linguagem e línguas naturais, manifestada nos jogos de variância e invariância dos fenômenos linguísticos. Acreditamos ter encontrado, na variância de usos de ***mesmo***, uma invariância que caracteriza essa marca. Após demostrarmos a Gramática da Produção como modelo de análise linguística, percebemos que sua utilização no ensino poderia ser muito proveitosa. Portanto, no final deste trabalho, incluímos reflexões sobre o ensino de língua portuguesa e propusemos a utilização da Gramática da Produção em sala de aula, por meios de exercícios que fazem aflorar as atividades epilinguísticas e metalinguísticas dos sujeitos. A tentativa de articulação entre Pesquisa e Ensino, neste trabalho, reconstruindo a nossa própria trajetória, pode ser resumida da seguinte maneira: como linguista, observamos e teorizamos os fenômenos da língua em sua relação com a linguagem, na tentativa de comprovar a eficácia de uma abordagem dinâmica baseada nos pressupostos de uma teoria enunciativa. Como professores, buscamos aliar nossos conhecimentos linguísticos e linguageiros com a prática em sala de aula, sempre pensando em proporcionar um ensino melhor, ou ao menos contribuir com reflexões que possam trazer melhorias para o ensino.

Palavras-chave: teoria enunciativa; Gramática da Produção; ensino de língua.

ABSTRACT

From an enunciative approach that conceives linguistic phenomena in a dynamic way, we present what we call Grammar of Production or Operative Grammar. It is a vision based on the Theory of Predicative and Enunciative Operations, by Antoine Culioli, which try to reveal how it is possible to generate various utterances through linguistic operations. The theoretical position adopted implies thinking language as fundamentally ambiguous and indeterminate, and brings the subject into the center of discussions. Thus, this view is opposed to the static language approaches that take into account only the language as a stabilized product, determined, disregarding the work of the subject in the generation of meaning. By using the assumptions of this enunciative theory, we could demonstrate the benefits of analyzing linguistic phenomena dynamically. This dynamic analysis was demonstrated by the observation and manipulation of the linguistic marker ***mesmo***, in its different uses. This allowed us to discern the proper object of linguistics, according to Culioli: the relationship between language and natural languages, manifested in the interchanges of variance and invariance of linguistic phenomena. We believe to have found throughout the variance of uses of ***mesmo***, an invariance that characterizes this marker. After demonstrating the Grammar of Production as a pattern of linguistic analysis, we found that its use in teaching could be very profitable. Therefore, at the end of this work, we included reflections on portuguese language teaching and we proposed the use of the Grammar of Production inside the classroom, by means of exercises that bring out the subject's epilinguistic and metalinguistic activities. The attempt to articulate Research and Teaching, in this work, rebuilding our own paths, can be summarized as follows: as linguists, we theorized and observed the phenomena of language in its relationship with languages, trying to prove the effectiveness of a dynamic approach based on the assumptions of an enunciative theory. As teachers, we combined our linguistic knowledge with practice in the classroom, always thinking of providing a better teaching, or at least, to contribute with ideas able to bring improvements in teaching.

Key-words: enunciative theory; grammar of production; language teaching.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Domínio Nocional 88
Figura 2 - O alto grau 92
Figura 3 - Funcionamento de mesmo no enunciado 1 109
Figura 4 - Domínio Nocional do enunciado 2 111
Figura 5 - Domínio Nocional do Enunciado 2 112
Figura 6 - Funcionamento de mesmo no enunciado 2 113
Figura 7 - Funcionamento de mesmo no enunciado3 117
Figura 8 - O alto grau de <estar bem> 119
Figura 9 - Funcionamento de mesmo no enunciado 4 120
Figura 10 - Funcionamento de mesmo no enunciado5 122
Figura 11 - Funcionamento de mesmo no enunciado5 124
Figura 12 - Funcionamento de mesmo no enunciado 6 127
Figura 13 - Domínio nocional de /prazer/ 130
Figura 14 - Domínio nocional de /prazer/ 130
Figura 15 - Domínio nocional de /prazer/ 131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação dos enunciados de acordo com a Gramática Tradicional. 178

SUMÁRIO

Sumário

INTRODUÇÃO 11
1 AS DEFINIÇÕES DA MARCA MESMO EM ALGUNS DICIONÁRIOS E GRAMÁTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA 18
1.1 A etimologia de mesmo 19
1.2 Dicionário Escolar da Língua Portuguesa do Ministério da Educação 20
1.3 Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa 21
1.4 Dicionário Aurélio Século XXI – eletrônico 23
1.5 As diferenças entre Houaiss e Aurélio sobre mesmo 24
1.6 Diferenças entre Dicionários e Gramáticas 25
1.7 Gramática Normativa da Língua Portuguesa de Silveira Bueno 26
1.7.1 Mesmo e os "adjetivos ou pronomes demonstrativos" 27
1.8 A Moderna Gramática Brasileira de Bechara 29
1.8.1 Mesmo e o "pronome demonstrativo" 30
1.8.2 Mesmo em "outros demonstrativos e seus empregos" 30
1.9 Gramática Metódica da Língua Portuguesa de Napoleão Mendes de Almeida 32
1.9.1 Mesmo e o "demonstrativo" 32
1.9.2 Outros empregos de mesmo 33
1.9.3 Mesmo e as subordinativas concessivas 34
1.10 Novíssima Gramática da Língua Portuguesa – Domingos Paschoal Cegalla 35
1.10.1 Mesmo e os "pronomes demonstrativos" 36
1.10.3 Mesmo e as "conjunções subordinativas" 37
1.11 Gramática Histórica da Lingua Portugesa - Said Ali 37
1.12 Nova Gramática do Português Contemporâneo de Cunha & Cintra 39
1.13 Outras gramáticas pesquisadas 40
2 ESTUDOS RECENTES SOBRE A MARCA MESMO 42
2.1 Maria Helena de Moura Neves (2001) 42
2.2 Ilari (1992) 51
2.3 Oliveira & Cacciaguerra (2009) 58
2.4 Antoine Culioli: a marca même em francês (2002) 63
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA 72
3.1 O sujeito e a linguagem 72
3.1.1. Atividade Epilinguística: produção e reconhecimento de formas 73
3.2 Teoria dos observáveis 74
3.3 O conceito de marca (marqueur) 78
3.4 Os tipos de dados na TOPE 80
3.5 A articulação línguas/linguagem 82
3.6 Atividades Linguageiras 84
3.7 Objetos Metalinguísticos 85
3.7.1 Noção e Domínio Nocional 86
3.7.2 QNT e QLT 88
3.7.3 Enunciados exclamativos e o alto grau 90
3.7.4 Operação de repérage ou localização 92
3.8 Relações Linguísticas: operações constitutivas do enunciado 93
3.8.1 Relação Primitiva 94
3.8.2 Léxis e Relação Predicativa 94

3.8.3 Relação Enunciativa 96
3.9 As Categorias Gramaticais: operações enunciativas **97**
3.9.1 Determinação..... 97
3.9.2 Modalidades 97
3.9.3 Aspecto..... 98
3.10 Famílias parafrásticas.....100
4 ANÁLISES DA MARCA MESMO: OPERAÇÕES DE INVARIÂNCIA 103
4.1 Variâncias e invariância de mesmo.....132
5 PARA UMA GRAMÁTICA DA PRODUÇÃO OU GRAMÁTICA OPERATÓRIA..... 136
5.1 O termo gramática e seus primeiros usos.....137
5.1.1 Período dos filósofos pré-socráticos e dos primeiros retóricos e de Sócrates, Platão e Aristóteles:..... 137
5.1.2 Período dos estóicos: 137
5.1.3 Período dos alexandrinos: 138
5.1.4 A gramática latina..... 138
5.2 Concepções de gramática.....139
5.2.1 Concepção de Gramática Normativa 140
5.2.2 Concepção de Gramática Descritiva:..... 142
5.2.3 Concepção de gramática internalizada..... 144
5.3 A Gramática Tradicional 146
5.4 A Gramática de Usos 152
5.5 Gramática da Produção ou Gramática Operatória.....158
6 PROPOSTA PARA A DIDATIZAÇÃO DA GRAMÁTICA DA PRODUÇÃO ... 167
CONCLUSÃO 181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 188

INTRODUÇÃO

Refletir acerca dos elementos linguísticos utilizados pelos falantes de uma determinada língua na representação de ideias não é apenas descrever metalinguisticamente fatos de língua, mas entender seu funcionamento, isto é, observar como é possível gerar enunciados diversos por meio de operações linguísticas. É estudar os processos que possibilitaram o aparecimento de um enunciado e as relações estabelecidas entre seus elementos constituintes, e não só o produto gerado, o que significa passar de uma linguística de estados a uma linguística de operações.

De modo geral, apesar do desenvolvimento das teorias enunciativas e de teorias como a análise do discurso, o funcionalismo, o cognitivismo, que abordam a língua em uma perspectiva mais dinâmica, o enfoque de estudos gramaticais limita-se, muitas vezes, a repetir classificações, e as análises são feitas olhando-se separadamente as partes que compõem o enunciado, sem considerar a ambiguidade e a heterogeneidade constitutivas da linguagem e sem levar em conta a necessidade de inserção do sujeito no âmago do sistema linguístico. A ênfase não recai nas relações que permeiam os enunciados e seus elementos ou na relação estabelecida entre os enunciadores no contexto de enunciação. Os fenômenos gramaticais são abordados de forma estática, tendo como objeto de análise o enunciado já estabilizado. Não se reflete sobre os processos envolvidos na geração da estabilização.

No estudo que ora propomos, consideramos esses mecanismos geradores, partindo da articulação entre a linguagem (invariância), entendida como processo, e as línguas naturais (variância), tomadas como produto linguístico.

Nesse sentido, acreditamos na necessidade de se analisar o produto linguístico buscando a gênese dos enunciados, os mecanismos gerais de construção da significação, o que remete a construção de uma *Gramática da Produção* ou *Gramática Operatória*, que leve em conta não só a manifestação linguística, mas também a linguagem, em detrimento de uma gramática do produto linguístico.

As abordagens que descrevem estados de língua em termos de categorizações não podem ser ignoradas. No entanto, devemos admitir suas deficiências: ao atribuírem rótulos às marcas linguísticas, de modo que elas sejam relacionadas a categorias, o foco de suas análises recai sobre as categorias e não sobre as marcas analisadas, e assim, não se explica como e

porque determinada marca pertence a uma categoria e não a outra, ou ainda a extrema mobilidade com que ela se desloca de uma categoria para outra e as causas dessa variação.

Subjacentes aos vários usos de uma mesma marca existem propriedades abstratas constantes, que ligam seus diferentes usos, e essas propriedades podem ser descritas partindo-se de um estudo que mostre como as marcas operam na linguagem. Assim sendo, defendemos a existência de operações abstratas da linguagem que sustentam a interdependência de valores e a variação dos sentidos dos enunciados e pensamos que os diferentes comportamentos de uma marca devem ser apreendidos na sua interdependência com os valores construídos pelas diferentes categorias gramaticais[1] (a determinação, a modalidade, o aspecto e a diátese) que concorrem para a construção do significado dos enunciados.

Para demonstrarmos as questões acima apresentadas, escolhemos uma marca como objeto de nossas análises: ***mesmo***. Tal escolha originou-se da leitura de dois artigos elaborados por Antoine Culioli (1990a) [2] a respeito da marca ***bien*** em francês, que em muitos contextos, pode ser traduzida por ***mesmo***. Em português, assim como em francês, essa marca transita em diversas categorias e adquire diversas funções, o que nos permitiria demonstrar que, apesar da aparente variância de uso, existe um mecanismo de invariância que sustenta seus usos. Passado algum tempo de nossa escolha por essa marca, encontramos um estudo de Culioli (2002) a propósito da marca ***même*** em francês, o que certamente enriqueceu e direcionou nossas reflexões acerca de ***mesmo***.

Na mesma linha de Rezende (2006, p.21), acreditamos que o valor gramatical atribuído a uma expressão linguística não é estável e não se encaixa em uma classificação, mas resulta de uma articulação entre um mecanismo de invariância e as experiências diversificadas dos sujeitos. Desse modo, uma expressão linguística (seja ela lexical, gramatical ou discursiva) não traz em si um conteúdo inerente, mas é de natureza variável, maleável, e se define pela função que adquire nas interações das quais participa, isto é, só adquire valores quando contextualizada, quando em funcionamento.

Assim, o estudo de uma língua deve se dar em uma perspectiva dinâmica, na qual se considera o processo de construção das categorias, isto é, a existência de *noções*, que por meio de *relações* e *operações* poderão dar origem tanto ao léxico quanto à gramática (REZENDE, 2000, p.14). Parte-se da tese da indeterminação da linguagem (a linguagem é

[1] As categorias gramaticais são sistemas de correspondências entre as marcas morfológicas propriamente linguísticas e os valores semântico-sintáticos aos quais elas remetem.
[2] *Valeurs modales et opérations énonciatives* (Culioli, 1990a) e *Autres commentaires sur bien* (Culioli, 1990a).

aqui entendida como um trabalho, um esforço), e a língua não é vista como um sistema totalmente distinto de seu utilizador e de suas condições de utilização. O sujeito é inserido no próprio âmago do sistema linguístico.

O trabalho dos sujeitos sobre a linguagem na produção e reconhecimento dos enunciados não deve ser ignorado, pois a construção da significação, *i.e.*, a própria linguagem, é sustentada pelas capacidades que todo indivíduo tem de representar, referenciar e regular, e são essas capacidades que vão lhe permitir construir e reconhecer formas por meio dos agenciamentos de marcas em sua língua.

A produção ou construção de formas tem início quando um sujeito marca linguisticamente suas representações por meio do léxico e da sintaxe de uma determinada língua em concordância com sua experiência individual. Já o reconhecimento ou interpretação de formas dá-se quando um sujeito depara-se com formas textuais, sejam elas orais ou escritas, e as investe de significado. O material (gráfico ou sonoro) que representa a interação externa não tem significado por si só, o sujeito é que deve investir este material de significação para falar e ouvir, ler e escrever.

Assim, não podemos conceber a exclusão do sujeito dos fatos de língua, mas sim sua inserção como participante ativo, já que as significações não são dadas totalmente prontas. Tanto na compreensão quanto na produção, é preciso reconstruí-las, o que não ocorre se nos contentamos com reduções classificatórias e ignoramos que a linguagem é indeterminada e ambígua, "que expressões e representações em línguas jamais estão definitivamente prontas e construídas, e que é o próprio momento de interação verbal que determina ou fecha certas significações para o sujeito, mas que simultaneamente abre e indetermina outras" (REZENDE, 2006, p.16).

Evidenciar a existência de características particulares a cada uma das marcas, considerando-se o contexto em que estão inseridas é fundamental em uma perspectiva dinâmica da língua, e impossível em uma perspectiva estática, que aborda as categorias gramaticais como entidades já construídas.

Inicialmente, em nosso projeto de pesquisa para o doutorado, esperávamos contribuir para a construção de uma *Gramática da Produção*, que levasse em conta não só a manifestação linguística, mas também a linguagem, buscando "a emergência dos processos geradores das categorizações, das cristalizações em classes, momento em que há a indistinção entre o que, posteriormente, vai ser considerado oficial ou marginal" (REZENDE &

ONOFRE, 2006, p.7). Sendo assim, não pretendíamos abordar questões relacionadas ao ensino de língua. Pensávamos em contribuir, mesmo tendo consciência de que os avanços poderiam ser mínimos, com uma proposta que pudesse incidir no campo da pesquisa em Linguística, mais especificamente, que enfatizasse a necessidade de se trabalhar os dados linguísticos de forma mais dinâmica, o que levaria a uma linguística de operações e processos.

Nesse contexto, propusemo-nos a analisar a marca ***mesmo*** demonstrando, na prática, como seria trabalhar os dados linguísticos nessa perspectiva dinâmica. No entanto, com as leituras que fomos fazendo ao longo do curso de doutorado, especialmente os textos da Prof.ª Dr.ª Letícia Marcondes Rezende, percebemos que essa *Gramática da Produção*, além de se configurar como um excelente aliado do linguista nas análises dos seus dados, poderia, da mesma forma, auxiliar os professores no ensino de língua.

Como no Programa de Mestrado já havíamos trabalhado com questões voltadas ao ensino de língua estrangeira (cf. Biasotto-Holmo, 2008), o que caracteriza nosso grande interesse por essa área, achamos pertinente acrescentar à nossa proposta inicial, voltada à pesquisa, essa relação tão proveitosa que é a relação entre pesquisa e ensino[3], no entanto, voltando-nos, neste momento, à língua materna.

Diante disso, ampliamos nosso propósito, o que se reflete, como demonstraremos logo a seguir, na organização e disposição desta tese.

Antes de passarmos às explicações pertinentes à estruturação do nosso trabalho, cabe ressaltar que embora o estudo de apenas uma marca (neste caso, ***mesmo***) pareça mínimo diante de tantas marcas existentes na língua, acreditamos que nossa contribuição possa se estender a outros fenômenos gramaticais, isto é, à luz dessa abordagem dinâmica, outras questões gramaticais podem ser analisadas.

Dividimos este trabalho em seis capítulos, além da introdução e da conclusão.

No capítulo I, pesquisamos a marca ***mesmo*** em alguns dicionários e gramáticas tradicionais da língua portuguesa, com o intuito de observar a dificuldade de categorização dessa marca, que se caracteriza como um item polissêmico, devido a sua classificação em diversas categorias: é classificada como advérbio, substantivo, adjetivo, entre outros.

[3] A preocupação com o ensino/aprendizado de língua materna existe em diversos campos de estudo, tanto internos à Ciência Linguística (Funcionalismo, Sociolinguística, Linguística Aplicada, Psicolinguística, Linguística Textual, entre outros), quanto em domínios que lhe são externos, como a Psicologia, A Sociologia, a Pedagogia, mas que estabelecem com ela relações interdisciplinares.

No segundo capítulo, apresentamos estudos recentes em que a marca ***mesmo*** figura: estudos funcionalistas, semânticos, enunciativos, etc. Nossa intenção será avaliar se essas abordagens apresentam evoluções em relação aos dicionários e gramáticas analisados no capítulo anterior.

Na sequência, no capítulo III, trazemos a fundamentação teórica e metodológica que orienta nosso estudo: A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE) de Antoine Culioli.

No capítulo IV, realizamos as análises dos enunciados contendo a marca ***mesmo***, colocando em prática os conceitos emprestados à teoria culioliana. Nesse momento do trabalho é que se poderá vislumbrar como a teoria adotada dinamiza a concepção dos fenômenos linguísticos, permitindo-nos reconstruir o processo de construção da significação, as operações envolvidas na produção de um enunciado. Neste capítulo, projetar-se-á na prática aquilo a que chamamos *Gramática da Produção* ou *Operatória*: uma perspectiva de estudo oposta às análises estáticas que consideram apenas o produto linguístico, independentemente do trabalho concebido pelo sujeito na sua execução.

Os dois capítulos subsequentes, V e VI, não faziam parte do nosso projeto original. Decorreram, na realidade, do amadurecimento da nossa pesquisa e de algumas relações que, a nosso ver, mereciam destaque. Isso nos faz concordar com a lição do mestre genebrino: "Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto" (SAUSSURE, [1916] 1995, p.19). O ponto de vista que adotamos fez aflorar mais objetos, o que justifica a inclusão de novos capítulos nesta tese. Vejamos em mais detalhe cada um deles.

Em V, estabelecemos uma discussão acerca dos diversos conceitos de gramática em sua relação com o ensino. Trata-se de articular nosso propósito inicial, fio condutor desse trabalho (uma *Gramática da Produção* com fins de pesquisa), ao nosso propósito atual (relacionar essa *Gramática da Produção* ao ensino). A polissemia que caracteriza o termo "gramática" [4] evidencia-se nesse novo intuito: a Gramática da Produção de que tratamos configura-se, num primeiro momento, como uma perspectiva de estudo que alia teoria e

[4] É importante ressaltar que o termo "gramática" configura-se como polissêmico. Segundo Irandé Antunes: "Na verdade, quando se fala em gramática, pode-se estar falando: a) das regras que definem o funcionamento de determinada língua, (...) b) das regras que definem o funcionamento de determinada norma (...) c) de uma perspectiva de estudo, como em: 'a gramática gerativa', 'a gramática estruturalista', 'a gramática funcionalista"; d) de uma tendência histórica de abordagem, como em: 'a Gramática Tradicional', por exemplo; e) de uma disciplina escolar, como em: 'aulas de gramática'; ou ainda: f) de um livro, como em: 'a gramática de Celso Cunha'."(ANTUNES, 2007, p. 25-26).

prática, e em seguida, como uma abordagem de ensino[5]. A esta abordagem, confrontamos dois tipos de gramática (a Tradicional e a de Usos), primeiramente, como modelos de análise linguística, e na sequência, em seus respectivos papéis no ensino de Língua Portuguesa.

Apesar de sabermos de outras propostas recentes de gramática[6], foi preciso delimitar aquelas que abordaríamos neste trabalho:

- a Tradicional, por sua longa e consolidada trajetória tanto no campo da pesquisa quanto no campo do ensino, e que, apesar das duras críticas que sofre há décadas, ainda é adotada por alguns estudiosos da língua, bem como no ensino de Língua Portuguesa.

- a de Usos, representada por Maria Helena de Moura Neves, por ser precursora em tratar a gramática de modo diferenciado, valorizando a língua em função, em uso, o que representa um grande avanço em relação aos estudos tradicionalistas.

As críticas que fazemos à Gramática Tradicional não apresentam nada de inovador: apenas retomamos aquilo que parece ser senso comum entre os linguistas contemporâneos, e que se reflete nos próprios Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCN's).

Quanto à Gramática de Usos, nossa intenção não é a de criticá-la, muito menos de propor uma abordagem que lhe dê continuidade ou que se pretenda melhor, mais eficiente, mesmo por que os referenciais teóricos adotados são muito distintos. Antes, pretendemos valorizar aquilo que ela traz de inovador, sem, no entanto, deixar de apontar aspectos dos quais discordamos.

Em relação à abordagem que ora propomos, seja ela voltada à pesquisa ou ao ensino, não há como negar que é mais um entre tantos caminhos a se trilhar. Porém, acreditamos realmente em sua eficácia.

Por fim, o capítulo V fomentou a criação de um sexto capítulo, em que propomos a didatização dessa *Gramática da Produção*. Assim, formulamos atividades com a marca ***mesmo*** de acordo com a perspectiva que defendemos, e observamos como os alunos se

[5] Precisamos esclarecer que essa necessidade em articular Pesquisa e Ensino, deve-se, provavelmente, à própria formação teórica que tivemos, em que as articulações são sempre valorizadas: Língua e Linguagem; Processo e Produto; Variância e Invariância; Determinação e Indeterminação; Léxico e gramática, Todo e Parte, etc. Tanto Culioli quanto Rezende, rompem com essas polarizações em termos de articulação.

[6] A de José Carlos Azeredo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; a de Mário Perini, da Universidade Federal de Minas Gerais; a de Ataliba de Castilho, professor titular aposentado da USP, por exemplo.

relacionam com esse tipo de exercício, em que afloram as atividades epilinguísticas e metalinguísticas [7].

Em suma, realizamos, primeiramente, um trabalho como linguista, que observa e teoriza os fenômenos da língua em sua relação com a linguagem, para então assumirmos o papel de professor, que põe em prática seus conhecimentos linguísticos e linguageiros, sempre na tentativa de proporcionar um ensino melhor.

.

[7] Esses conceitos serão abordados nos capítulos III e V.

1 AS DEFINIÇÕES DA MARCA MESMO EM ALGUNS DICIONÁRIOS E GRAMÁTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Nesse capítulo exporemos as definições dadas à marca ***mesmo*** em alguns dicionários e gramáticas da Língua Portuguesa, na tentativa de demonstrarmos a dificuldade em se estabelecer paradigmas objetivos na classificação do termo, dado seu caráter polissêmico.

Quanto aos dicionários, para não incorrermos em repetições desnecessárias, tomaremos apenas três. Um que atende às demandas dos estudantes de ensino médio, obviamente mais sucinto por destinar-se a um público ainda em formação; outro mais encorpado e especializado, impresso, que poderia justificar a sua parcimônia em apresentar os verbetes para não tornar-se excessivamente volumoso; e o terceiro em texto virtual, para o qual não existiria nenhum argumento que justificasse qualquer reducionismo em virtude de espaço.

Em relação às gramáticas, pesquisamos mais de uma dezena, no entanto, tomaremos apenas sete para demonstrar a tentativa de classificação que é feita em relação a ***mesmo***. Todas são de autores consagrados, sendo as primeiras mais antigas e as últimas mais recentes, pois com essa iniciativa de confrontarmos autores antigos com contemporâneos, pretendemos demonstrar que com o passar do tempo, ao longo dos anos, houve, da parte dos gramáticos, a tentativa de ampliar a descrição da marca mesmo, sem, no entanto, alcançarem esse intento, uma vez que a descrição gramatical, como é proposta pelas Gramáticas Tradicionais, não é suficiente para cobrir o caráter dessa ou de qualquer outra marca, como se comprovará ao longo deste trabalho.

Por fim, desejamos esclarecer não ignorarmos que em razão do renome dos autores que serão objeto de nossos estudos eles dispensariam apresentações. No entanto, antes de iniciarmos os nossos comentários sobre a marca ***mesmo*** em suas respectivas gramáticas e dicionários, faremos a apresentação sucinta de cada autor, como um estímulo à memória de nossos leitores para colocarem-se mais rapidamente em consonância com a leitura. Trata-se, como dissemos, de uma apresentação sucinta, resumo do estudo que realizamos sobre os autores com o objetivo de conhecê-los melhor e de apreciar suas obras sabendo que, de certa forma, elas refletem aquilo que os autores acreditaram ser a teoria, o conceito mais correto, ou, até mesmo o modo de pensar de sua época.

Iniciamos os estudos acerca da marca ***mesmo*** partindo de uma breve exposição de sua etimologia. Em seguida, demonstramos a forma pela qual o item é abordado pelos dicionários e pelas gramáticas tradicionais. O estudo exaustivo (e por vezes até repetitivo) que realizamos da marca ***mesmo*** nos dicionários e gramáticas será fundamental para apontarmos aquilo que consideramos problemático tanto para a análise linguística da marca quanto para seu ensino, considerações que poderão ser estendidas para outras marca da língua.

1.1 A etimologia de mesmo

Parece ser quase consenso a origem do item ***mesmo*** entre os dicionários etimológicos: a palavra teria vindo do latim vulgar *metipsimus ou *metipsimu. Segundo Nascentes (1932), em seu dicionário etimológico, a palavra latina metipsimu teria sido usada por Petrônio, e seria o "superlativo de metipse", resultante da combinação da partícula *met* com o demonstrativo *ipse*.

Nascentes (1932) aponta que alguns outros autores, como M. Lubke, Leite de Vasconcelos e Nunes, defendem que a grafia *metipsimu não é correta, e que, provavelmente, a palavra original deve ser *medipsimu, pois parece ter se originado desta a palavra *medesmo no português arcaico. Se este for o caso, pode ter havido a apócope da letra *d*, e, posteriormente, a assimilação de uma das letras *e*, formando assim a palavra ***mesmo*** como a conhecemos hoje. Esta possível ocorrência da palavra *medesmo no português arcaico aproximaria o português ainda mais de outras línguas latinas, como o francês antigo (*medesme*) e o italiano (*medesimo*).

A língua portuguesa se aproxima ainda de outra língua românica, o espanhol, pois, segundo o dicionário Houaiss, além da ocorrência de formas como meesmo, meesma, mesmo e menesmo, no século XIII, há também ocorrências da forma mismo, o que nos leva a pensar que, neste período, a separação das línguas românicas ainda poderia não estar muito bem definida, e que não havia uma norma determinada para se seguir, ou seja, nenhuma das formas estava de fato fixada, podendo qualquer uma delas ocorrer na língua.

Em ambas as etimologias apresentadas (*metipsimu e *medipsimu) há o problema de falta de registros. Não se tem ocorrências escritas do superlativo *metipsimu ou da palavra *medipsimu, e por esse motivo, há aqueles que acreditam que *metipsimu passou a ocorrer como superlativo de metipse (imagina-se que na fala vulgar, já que não há registro), e outros

que apostam na validade da origem ser *medipsimu, porque a palavra meesmo pode ter sido originada por apócope da letra *d* da palavra *medesmo.

Se considerarmos que *medipsimu pode ter sido originada a partir do superlativo *metipsimu por meio de uma sonorização da letra *t*, teremos então uma evolução completa para ***mesmo***; entretanto, trata-se apenas de uma suposição. A evolução do item ***mesmo*** do latim para o português, considerando essa suposição, poderia ser a seguinte:

metipse >*metipsimu > *medipsimu >*medesmo> meesmo> mesmo

No entanto, origem defendida pela maioria dos autores é que ***mesmo*** vem do superlativo *metipsimu, vindo da palavra metipse, que se origina da combinação de *met* com o pronome demonstrativo *ipse*. Como esta é a origem mais defendida, será a etimologia por nós considerada.

Para a definição da etimologia de ***mesmo*** aqui apresentada, além do *Dicionário Etimológico* de Antenor Nascentes (1932), foram consultados ainda o *Dicionário Latino-Português*, de Cretella & Cintra (1953), e o *Dicionário Escolar Latino Português*, de Faria (1994).

1.2 Dicionário Escolar da Língua Portuguesa do Ministério da Educação

Trata-se de um dicionário amplamente conhecido graças ao seu preço acessível, divulgado desde 1956, ano de sua primeira edição. Obra concisa, destinada a um público específico, alunos de nível médio, portanto, com definições básicas. Na apresentação do dicionário podemos constatar essa preocupação quando lemos que: "segundo o critério de seleção adotado pelo autor, professor Silveira Bueno, os verbetes registram os elementos vocabulares básicos da língua [...]" [8].

Vejamos *ipsis litteris* como é tratado o verbete objeto de nosso estudo:

[8] Vide a apresentação do Dicionário, feita pelos editores.

> **MESMO,** adj. e pron. Que é como outra coisa; idêntico; semelhante; que não é outro; que é o próprio; s.m. a mesma coisa; adv. com exatidão; precisamente; até.

Adjetivo, pronome, advérbio e substantivo, essa é a classificação do termo, dada de forma sucinta, como pudemos observar.

Mais adiante, quando tratarmos de ***mesmo*** na Gramática Normativa da Língua Portuguesa, do próprio autor do dicionário do MEC, Silveira Bueno, verificaremos que essa marca é definida tal qual no dicionário mencionado.

1.3 Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa

O Houaiss é um dicionário que levou quinze anos para ser realizado, sendo dez de trabalho efetivo com uma equipe de trinta e quatro (34) redatores e especialistas e quarenta e três (43) colaboradores externos. Somente essa informação, por si só, já nos dá a noção da grandeza da obra. Mas, acrescentemos ainda que o objetivo desse dicionário não foi apenas o de registrar "elementos vocabulares básicos da língua". Três eixos orientaram a sua elaboração, como se pode verificar já nas páginas iniciais de sua apresentação:

> O projeto deste dicionário fundamentou-se em três pressupostos iniciais: levantamento de uma nominata abrangente cujas entradas ganhassem definições ancoradas nos estudos de nosso grupo de etimólogos. Levantamento e análise minuciosa dos elementos mórficos da língua como base de estabelecimentos de grandes famílias lexicais, e máximo esforço de datação das unidades léxicas a definir" [9]

A definição de ***mesmo*** no Houaiss, cuja primeira edição saiu em 2001, portanto quarenta e cinco (45) anos após o Dicionário do MEC, ocupa espaço significativamente mais amplo em comparação com este dicionário.

Mas não deve ficar a impressão de que a amplitude de espaço ocupado esteja somente relacionada à duração da pesquisa que originou o Houaiss, à maior precisão na definição do termo ou a exemplificações. A constatação de que quase meio século separa uma obra da

[9] Apresentação do Dicionário Houaiss por Mauro de Salles Villar, p. XV.

outra nos leva a inferir que a marca *mesmo* sofreu, ao longo desses anos, algumas redefinições em seu emprego gramatical.

Para facilitarmos o procedimento didático, embora correndo o risco de sermos repetitivos, tomemos a definição que o Houaiss dá à marca ***mesmo*** em sua totalidade:

> **Mesmo:** /ê/ adj.(1265cf.ficheIVPM)- **1.** de igual identidade; não outro. **2.** que é exatamente igual a outro ou outros em forma, cor e/ou conteúdo; idêntico. **3.** que pouco difere em qualidade e características; semelhante**. 4.** de igual origem. **5.** que se representa verdadeiramente em pessoa, próprio. **5.1.** reflexivo de uma pessoa do discurso; próprio. 6. que acabou de ser enunciado, referido, citado etc. **7.** como reforço contextual, e de intenção, à referência feita pelo nome ou pronome antecedente. Pron. **8.** com função substantiva. **8.1.** o indivíduo; a pessoa; ele, aquele. S.m. **9.** coisa semelhante .**9.1.** o que mantém suas características essenciais. **10.** função de alternativas. **10.1.** entre ações; tudo igual. **10.2.** entre coisas; todo igual. **11.** expressa a possibilidade de uma comparação de igualdade (ger. antecedido de artigo e seguido de que ou do que); igual a, como. Adv. **12.** como vocábulo cujo papel vai além das relações sintático-semânticas contidas na oração, de nota: **12.1.** uma espécie de limite; até, também. **12.2.** inclusão; inclusive; também. **12.3.** tempo enfático seguindo-se a agora, hoje, ontem etc.; nesse exato instante; exatamente. **13.** dentro da oração, de nota: **13.1.** de fato, de verdade; realmente. **13.1.1.** podendo associar-se à noção de dúvida. **13.2.** com justeza, precisão; justamente, precisamente. * cf. conjunção concessiva**. dar no m.** ser igual; dar na m. GRAM a) as acp.1,2,3,4 e 5 são anafóricas.b) nas acp.10.1. e 10.2 mesmo é invariável (embora não integre a classe dos advérbios na MGD), participa de um grupo heterogêneo, denominado denotadores, cuja função é mais propriamente pessoal. c) informalmente, mesmo adquire valor concessivo (freq. seguido de com, assim, que, com nas locuções anteriormente apresentadas); tem substituído a conjunção concessiva: mesmo estudando muito, terá de fazer aperfeiçoamento após a graduação. * GRAM/USO mesmo participa das áreas da pessoa do discurso (esp. Como dêitico) numa espécie de visualização do gestual entre os falantes, e freq. tem sido us a) como reforço de advérbio b) como um equivalente do advérbio, esp. aqui, aí, lá etc. ressaltando-lhes a função dêitica. * ETIM lat. vulg. metipsimus, a, 1, sup. de metipse, da partícula met+pronome demonstrativo ipse, a, 1 mesmo, mesma; ele mesmo, ela mesma; de si mesmo, de si mesma; f.hist. 1265 meesma, sXIII mesmo, s XIII menesmo, s XIII meesmo, s XIII mismo * noção de o mesmo, usar antepos. taut(o) (HOUAISS, 2001, p.1903).

Mesmo aparece definido no Houaiss como adjetivo, pronome, advérbio, conjunção concessiva, elemento denotador e dêitico.

Diferentemente do dicionário anterior e ampliando-lhe as classificações, o Houaiss enquadra ***mesmo*** como conjunção concessiva, como denotador, e, finalmente, como um reforço ou um equivalente do advérbio, ou seja, como um elemento dêitico.

1.4 Dicionário Aurélio Século XXI – eletrônico

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, nascido em Alagoas em 1910 e falecido em 1989 no Rio de janeiro, dedicou a maior parte de sua vida à lexicografia. Publicou em 1975 a primeira edição do Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, ou simplesmente Aurélio, verdadeira metonímia para dicionário no Brasil, uma das principais razões pelas quais o escolhemos, dentre os muitos dicionários de língua portuguesa existentes, para analisarmos como ele trata a marca ***mesmo***.

A edição eletrônica (que é a analisada neste trabalho) propicia, segundo Márcio Elerry Girão Barroso, autor do software do dicionário em pauta:

> a) Obtenção de listas de verbetes selecionados segundo critérios definidos pelo próprio usuário.
>
> b) Navegação pelos verbetes, no conceito de hipertexto, podendo cada palavra que aparece na explicação dos significados levar ao verbete que a define.
>
> c) Dicionário reverso, ferramenta de grande valor, somente praticável com os recursos da computação eletrônica: a partir de palavras-chaves, contidas nos significados, obtêm-se os respectivos verbetes.[10]

Além dessas vantagens práticas, perfeitamente compatíveis com os padrões contemporâneos de rapidez e eficácia, o Dicionário Aurélio Século XXI Eletrônico não oferece nenhuma outra diferença em relação ao seu congênere impresso. Quer dizer, a nossa premissa de que uma edição eletrônica de dicionário poderia redundar em aprofundamentos nas definições mostrou-se incorreta. O Aurélio virtual é mera transposição do Aurélio impresso.

De qualquer forma isso não invalida a escolha do Aurélio Eletrônico para o exame que passamos a fazer em relação à marca ***mesmo.***

[10] Cf. a apresentação da edição eletrônica do Dicionário Aurélio escrita por Márcio E. Girão Barroso.

Passemos à definição tal qual a encontramos no dicionário.

> **Mesmo**
> (ê). [Do lat. *metipsimu, superl. de metipse.]
> Adj.
> 1. Exatamente igual; idêntico:
> 2. Parecido, semelhante, análogo:
> 3. Próprio, verdadeiro:
> 4. Este, esse, aquele; citado, mencionado:
> 5. Que figura em pessoa; que se apresenta em caráter pessoal:
> 6. Não diverso; não outro; tal qual:
> 7. Que não mostra alteração no caráter ou na aparência; que não mudou; invariável: (ex. Sou sempre o mesmo homem)
> S. m.
> 8. A mesma coisa:
> 9. O que é indiferente ou não importa:
> 10. Indivíduo cujo caráter ou aparência não sofreram mudança:
> 11. Usa-se reunindo duas frases com o verbo ser para exprimir fatos simultâneos:
> 12. Filos. Atributo próprio de cada ente determinado.
> [Cf., nesta acepç., outro e unidade.]
> Adv.
> 13. Exatamente, precisamente, justamente:
> 14. Até; ainda:
> 15. Realmente, verdadeiramente, deveras
> [Pelo menos no Brasil, costuma-se, principalmente em casos como o do último exemplo, pronunciar o mesmo como que sublinhado.]
> Dar no mesmo. Dar na mesma.[11]

1.5 As diferenças entre Houaiss e Aurélio sobre mesmo

No Aurélio, ***mesmo*** é classificado como substantivo, adjetivo e advérbio, e embora reconheça a existência de seu uso como equivalente de pronome (*ele* ou *o*) considera esse uso inconveniente ou, ao menos, deselegante.

> Parece conveniente evitar o emprego de o mesmo com outra significação que não essa, ou seja, como equiv. do pron. ele, ou o, etc.: (Vi ontem F e falei com o mesmo a respeito de seu caso. Velho amigo desse rapaz, já tirei o mesmo de sérios embaraços). No primeiro exemplo se dirá, mais apropriadamente, falei com ele, ou falei-lhe (por "falei com o mesmo"), e no segundo, já o tirei (em vez de "já tirei o mesmo"). É tão frequente esse uso, pelo menos deselegante, de o mesmo, que podemos observá-lo num mestre como Camilo Castelo Branco (Cenas da Foz, p. 30): (“A primeira mulher

[11] Retirado do Dicionário Aurélio Século XXI – Eletrônico, suprimindo-se apenas algumas exemplificações e os comentários relacionados à classificação de mesmo como pronome, que serão expostos logo abaixo.

> que amei era uma dama de alto nascimento, que tivera bastante influência no quartel general de Lord Wellington, e jogara, por causa de um ajudante-de-ordens do mesmo, o sopapo com uma viscondessa celebrada") Seria melhor, sem dúvida, por causa de um seu ajudante-de-ordens (sem perigo, a nosso ver, de ambiguidade), ou por causa do ajudante-de-ordens deste. [12]

No dicionário Houaiss, apesar da citação do uso da marca ***mesmo*** como pronome, nenhum comentário é feito sobre sua aceitabilidade.

Finalmente, outra diferença é a ausência, no dicionário Aurélio, de menção ao uso dessa marca com o sentido de conjunção concessiva, elemento denotador e dêitico.

1.6 Diferenças entre Dicionários e Gramáticas

Não se pode esperar dos dicionários o mesmo que se espera de uma gramática:

> entende-se por dicionário um inventário de lexemas de uma língua natural, dispostos numa ordem convencional, habitualmente a alfabética, que, tomados como denominações, são dotados, quer de definições, quer de equivalentes parassinonímicos (ANDRADE, s/d).

A gramática, por sua vez, levando em conta uma definição já estabelecida pelo senso comum[13], "é o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrada pelos bons escritores" (FRANCHI, 1991 apud TRAVAGLIA, 2002).

Como podemos inferir pelas designações acima, a função do Dicionário difere da Gramática, no entanto, existe uma relação estreita entre eles. Quanto mais atual o dicionário, mais didático se torna, procurando oferecer ao leitor não somente o significado dos lexemas, mas indicando-lhe, embora ainda tímida e resumidamente, o que no passado era função específica das gramáticas, a exemplo da etimologia, morfologia e sintaxe, gênero e morfemas.

---

[12] Cf. Dicionário Aurélio: verbete mesmo.

[13] Essa definição de gramática, como veremos no capítulo V desta tese, é apenas uma entre muitas outras definições para o termo. Franchi (1991 apud TRAVAGLIA, 2002) a coloca como sendo aquela que representa o senso comum da definição, ou seja, o que as pessoas, em geral, entendem por gramática.

Mas, em resumo, mesmo os mais recentes dicionários, por mais amplos e sofisticados, apenas significam e indicam o que são as palavras, as gramáticas explicam, expõe as regras da chamada língua-padrão.

Tenhamos como certo que as Gramáticas, por explicarem, por exporem as regras da língua-padrão, são mais indicadas que os Dicionários para "classificar" a marca ***mesmo***, no entanto, não tenhamos a ilusão de que sejam suficientes.

Nisso se resume nossa proposição: demonstrar que nem mesmo as Gramáticas, mais abrangentes que os Dicionários, como vimos, conseguem uma classificação definitiva para a marca ***mesmo***, o que se estende para qualquer outra marca da língua. O sentido das unidades linguísticas, como sabemos, não é dado, mas constrói-se nos enunciados, o que injustifica qualquer tipo de aprisionamento dessas unidades sob rótulos ou etiquetas.

Sigamos passo a passo os caminhos dessa demonstração, estudando algumas gramáticas antigas e outras contemporâneas.

1.7 Gramática Normativa da Língua Portuguesa de Silveira Bueno

Francisco da Silveira Bueno, nascido em Atibaia, SP, em 1898 e falecido em São Paulo, no dia 2 de agosto de 1989, com 91 anos, foi cronista, poeta, jornalista, lexicógrafo, filólogo, e tradutor. Abraçando o magistério lecionou Latim, Literatura Portuguesa, Português, História e Califasia. Terminou a sua carreira na Universidade de São Paulo como professor catedrático.

As palavras que encontramos no prefácio escrito pelo autor em sua *Gramática Normativa da Língua Pôrtuguesa* (1968), quase nos levam a tirar-lhe o título de conservador, como se não pertencesse aos chamados gramáticos tradicionalistas:

> (...) a rotina da análise lógica tem aplicado aos mais belos versos do nosso idioma a escorcha das suas divisões e subdivisões, desarticulando as orações, como se fosse mais belo examinar braços, pernas, cabeça e tronco, separadamente, que o todo, na formação harmônica e estética do corpo humano. Vestígio das velhas e erradas ideias de que a gramática fazia parte da filosofia, de que assim como existe uma só lógica no mundo deve também existir uma única e universal gramática... (SILVEIRA BUENO, 1968, p. XIV)

E o autor continua seu discurso dando indícios de que sua gramática apresentaria uma grande evolução em relação às gramáticas anteriores bem como às contemporâneas:

> Passados em revista as mais famosas gramáticas do Brasil, chegamos à conclusão de que o peso terrivelmente asfixiante da rotina continua a abafar o ensino do idioma. (...) O que era artificial no século XVI e XVII, agravado pela inconsciência da repetição e da memorização, continua a dominar ainda agora, muito embora o vejamos em absoluto desacordo com os fatos modernos do idioma que falamos. (...) Temos esquecido que o aprendizado do português tem por finalidade colocar nos lábios dos estudantes expressões e conhecimentos que lhes sirvam de apto e perfeito instrumento de intercâmbio social de ideias e sensações. Para isso devemos dar maior atenção aos fatos de hoje, explicando-lhes a evolução, aparando as demasias dos que querem correr demais e dos que se esforçam por voltar às eras anteriores ao descobrimento do país.
> Foi com este intento que escrevemos esta Gramática Normativa da Língua Portuguêsa, no ano atormentado de 1944. Queremos ser dos nossos dias, mas, dando atenção ao passado, colocamos nos parágrafos a doutrina assente e aceite pela maioria, vindo logo, imediatamente abaixo, a nota explicativa em que, muito frequêntemente, já divergimos do assunto, comprovando o nosso asserto com razões e exemplo de valor. Quem quiser permanecer no passado, ficará com a doutrina do parágrafo; quem quiser pertencer ao momento, antecipando conclusões que, certamente, hão de vir, nos acompanhará na explicação das notas. (SILVEIRA BUENO, 1968, p.XV)

No entanto, como o leitor perceberá na classificação da marca ***mesmo*** feita pelo autor, trata-se de uma obra como outras que serão aqui apresentadas, isto é, baseada em critérios conservadores e totalmente conformes com os princípios da Gramática Tradicional normativa.

Iniciemos enfatizando aquilo que já observamos anteriormente ao estudarmos a marca ***mesmo*** no Dicionário do MEC, ou seja, tanto nele quanto em sua Gramática, Silveira Bueno mantém a mesma classificação para o termo.[14]

1.7.1 *Mesmo* e os "adjetivos ou pronomes demonstrativos"

Os adjetivos demonstrativos, conforme consta na Gramática de Silveira Bueno, "restringem a significação geral do substantivo, acrescentando-lhe circunstância de posição no

[14] Devemos observar que a primeira Edição da Gramática Normativa da Língua Portuguesa é de 1944 e a que utilizamos neste trabalho é de 1968 e que a primeira edição do Dicionário do MEC é de 1956 e utilizada por nós é de 1986, não havendo diferenças entre elas.

tempo, no espaço" (BUENO, 1968, p.117). O autor enumera como propriamente adjetivos: este, esse, aquele, outro, mesmo, próprio, tal e as suas variantes no feminino e plural.

Ao tratar do emprego de ***mesmo*** Silveira Bueno diz que quando se refere a substantivo claro, é adjetivo demonstrativo, e cita como exemplos:

- *Cristo Jesus, que é a mesma santidade, a mesma mansidão e o mesmo amor.*
- *Mandava selar a égua para ele mesmo ir ver o que convinha*.

Aparecendo sozinho na frase, ***mesmo*** passa, segundo o autor, a pronome demonstrativo:

- *o mesmo é ler este escritor que coordenar mentalmente o romance da sua existência.*
- *As andorinhas vinham agora em sentido contrário ou não seriam as mesmas. Nós é que éramos os mesmos*

Mesmo pode ainda funcionar como advérbio de modo:

- *O senhor nesse tempo era um criança e mesmo assim andava em roda-viva...*

Mesmo, sendo um demonstrativo, pode funcionar como adjetivo, pronome e como advérbio, segundo aparece sozinho na frase ou modificando verbo.

Para tornar clara essa afirmação supra, Silveira Bueno nos oferece as seguintes exemplificações: *Eu mesmo fiz isto* (mesmo = adjetivo). *Eu fiz o mesmo* (mesmo = pronome, a mesma coisa). – *Eu fiz mesmo isto* (mesmo = advérbio, realmente).

O que foi exposto acima é o que Silveira Bueno trata especificamente sobre ***mesmo*** em sua gramática. Tanto é verdade, que no "índice alfabético dos assuntos", a palavra ***mesmo*** aparece mencionada apenas duas vezes, uma na p. 118 e a outra na p.290, no entanto, ***mesmo*** aparece também ou precedido de ***quando*** (**quando mesmo**), ou precedendo ***que*** (**mesmo que**),

Nesses casos, **quando mesmo** e **mesmo que** são tratados como conjunções subordinativas concessivas, sem, no entanto, serem citados quaisquer exemplos.

1.8 A Moderna Gramática Brasileira de Bechara

Aluno e amigo de M. Said Ali, à memória de quem dedica a sua gramática, Evanildo Cavalcante Bechara, nasceu em Recife em 26 de fevereiro de 1928. Professor, filólogo e gramático, membro da Academia Brasileira de Letras, pode ser considerado um gramático tradicional. O linguista Marcos Bagno, da Universidade de Brasília, autor de *Preconceito Linguístico* (1999), considera que a filiação de Bechara à Academia por si só já demonstraria sua vinculação a "um ideário conservador e elitista" – mas Bagno também diz que Bechara é "o mais importante gramático brasileiro vivo".[15]

Recentemente, em reportagem realizada pela Revista Época em abril deste ano[16], esse caráter conservador pôde ser observado nas críticas realizadas pelo autor à exposição *Menas: o certo do errado, o errado do certo*, organizada pelo linguista Ataliba de Castilho, que faz um retrato da língua falada no Brasil, com todas as suas variedades. Disse Bechara: "Não é uma boa iniciativa", já que valoriza "os desvios em detrimento da norma culta". Completou ainda, em relação à valorização da língua falada, com a seguinte afirmação: "É como dizer: 'Se todo mundo está usando crack, por que eu não vou usar'. Se o aluno aprende a língua que ele já sabe, ou a escola está errada, ou o aluno não precisa da escola".

Feitas essas considerações, a sua obra, *A Moderna Gramática Brasileira*, será objeto de nossa análise para verificarmos como a marca ***mesmo*** é nela tratada.

Inicialmente, encontramos em Bechara uma referência à correspondência de ***mesmo*** com dois vocábulos latinos: *idem* e *ipse*.

Relacionado a *idem*, ***mesmo*** denota identidade e necessita da presença do artigo ou de outro demonstrativo: *Disse as mesmas coisas*; *Referiu-se ao mesmo casal; Falou a este mesmo homem.*

Mesmo, equivalendo a *ipse*, é empregado junto a pronome e equivale a próprio, em pessoa (em sentido próprio ou figurado): *Ela mesma se condenou*.

---

[15] TEIXEIRA, Jerônimo. O decano do português. In: *Revista Veja.* Edição 2050, 5 de março de 2008.
[16] Revista Época, Edição 622 de 17/04/2010.

1.8.1 Mesmo e o "pronome demonstrativo"

Bechara ensina que os pronomes demonstrativos são os que indicam a posição dos seres em relação às três pessoas do discurso, sendo que essa localização pode ser no tempo, no espaço ou no discurso. Isso sem dúvida confere com o que ensinam os gramáticos em geral. Mas, logo a seguir o autor explica que:

> Nem sempre se usam com este rigor gramatical os pronomes demonstrativos. Muitas vezes interferem situações especiais que escapam à disciplina da gramática[17].
>
> São ainda pronomes demonstrativos o, **mesmo**, próprio, semelhante e tal (1983, p. 97 – grifo nosso)

Mesmo tem ainda, segundo Bechara, valor demonstrativo quando denota identidade ou se refere a seres e ideias já expressas anteriormente:

- *Depois, como Pádua falasse ao sacristão baixinho, aproximou-se deles; e fiz a mesma coisa.*

Mesmo e ***próprio*** aparecem ainda reforçando pronomes pessoais: *Eu mesma quis ver o problema*; *Nós próprios o dissemos,* ou ainda *Tal faço eu, à medida que me vai lembrando, convindo à construção ou reconstrução de mim mesmo.*

1.8.2 Mesmo em "outros demonstrativos e seus empregos"

Mais adiante, depois de lembrar que ***mesmo*** é classificado como demonstrativo, repetindo inclusive o exemplo tirado da obra de Machado de Assis, acima citada, Bechara

[17] Essa afirmação de Bechara só vem ratificar a dificuldade em se classificar uma marca, encaixando-a em uma determinada classe gramatical. Isso porque existem, como diz o autor, "situações especiais", e estas, acabam desestabilizando o que a gramática pretende organizar. É nesse momento que se criam as exceções a regra, tão comuns nas gramáticas tradicionais.

enquadra a marca ***mesmo*** sendo usada assumindo o valor de ***próprio*** e ***até***. Nesse caso, o autor, buscou um exemplo em Vieira:

- *Estes e outros semelhantes preceitos não há dúvida que não são pesados e dificultosos. E por tais os estimou o mesmo Senhor, quando lhes chamou Cruz nossa*"

- *Os mesmos animais de carga, se lhe deitam toda a uma parte, caem com ela* (Vieira, apud Epifânio, Sintaxe, parágrafo 86 A).

Ainda citando outros demonstrativos e seus empregos, Bechara afirma que ***mesmo***, ***semelhante*** e ***tal*** têm valor de demonstrativo anafórico, isto é, fazem referência a pensamentos expressos anteriormente.

Notamos que a exemplificação para este caso é a mesma apresentada logo acima: *Depois, como Pádua falasse ao sacristão baixinho, aproximou-se deles; e fiz a mesma coisa,* e a justificativa também coincide. Ou seja, Bechara, num local, classifica ***mesmo*** como "demonstrativo quando denota identidade ou se refere a seres e ideias já expressas anteriormente" e noutro, como tendo "valor demonstrativo anafórico isto é, fazem referência a pensamentos expressos anteriormente".

Bechara faz ressalvas ao uso da marca ***mesmo***, ao menos como advérbio. Diz ele que ***mesmo*** pode ser empregado como "elemento reforçador" junto aos advérbios pronominais: "agora mesmo, aí mesmo, aqui mesmo, já mesmo, etc.", mas que o emprego de ***mesmo*** como advérbio é tido como errôneo. Isso porque, segundo Bechara, "a nomenclatura gramatical põe os denotadores de inclusão, (o caso onde aparece *mesmo*), exclusão, situação, retificação, designação, realce etc. à parte, sem nome especial" (BECHARA, 1983, p. 153)[18]

Finalmente desejamos destacar que Bechara, ao tratar das conjunções concessivas, não relaciona ***mesmo***, e destaca as seguintes concessivas: "só assim que, embora, posto que, se bem que, conquanto, apesar de que, etc.". Claro que esse etc. que aparece ao final deixa em aberto a possibilidade de outras concessivas, inclusive ***mesmo***, no entanto, ressaltamos que o autor não a destaca.

[18] Isso nos mostra como algumas marcas são marginalizadas pelas gramáticas, Na TOPE, aquilo que é marginalizado (os desvios, as deformações, as exceções) é exatamente o que se põe como central.

Procuramos referências à marca ***mesmo*** nas "Lições de Português pela análise sintática" (2002), do mesmo autor, e nela não encontramos nenhuma alteração em relação a *Moderna Gramática Portuguesa.*

1.9 Gramática Metódica da Língua Portuguesa de Napoleão Mendes de Almeida

Napoleão Mendes de Almeida nasceu em Itaí, São Paulo, no dia 8 de janeiro de 1911, e faleceu na cidade de São Paulo em 1998. Professor de Português e Latim, filólogo e gramático, considerado tradicional e caturro, deixa claro o seu conservadorismo quando em uma entrevista à Revista Veja, em 1993, diz entre outras coisas que

> A televisão é o maior veículo de erros e enganos de português que existe (...) Há um humorístico chamado Os Trapalhões. Essa palavra não existe em português. O verbo é atrapalhar. Quem atrapalha, portanto, é atrapalhão. Por que tirar o a da palavra? (...) Autores como Alexandre Herculano e Eça de Queiroz, além de possuir uma prosa atraente, obrigam o leitor a ir ao dicionário pelo menos duas vezes por página. Isso é um ótimo sinal. No outro extremo está o escritor que se lê por 100 ou 200 páginas sem deparar com uma palavra que não se conheça, e que escreve com períodos de gago, aquele que tem dois pontos finais em cada linha. [19]

Vejamos em sua Gramática Metódica da Língua Portuguesa, que vendeu mais de meio milhão de exemplares, se o conservadorismo manifesto em sua entrevista acima mencionada reflete-se também em sua obra.

1.9.1 Mesmo e o "demonstrativo"

Demonstrativo: assim se denomina a palavra que localiza o substantivo ou o identifica, nos ensina Almeida. No exemplo *O mesmo homem*, ***mesmo*** está identificando o substantivo homem, portanto, é um pronome demonstrativo identificador do substantivo.

No capítulo XX de sua gramática, Napoleão Mendes de Almeida, além de classificar objetivamente ***mesmo*** como demonstrativo, conforme vimos acima, dedica-lhe uma atenção especial em pelo menos três páginas. Vejamos apenas o essencial para o nosso propósito.

[19] Entrevista concedida à Revista Veja, número 1276, em 24 de fevereiro de 1993.

Em frases como: *É o mesmo* (= É a mesma coisa); *O mesmo ouvi eu*; *Redunda no mesmo*; *Vem a ser o mesmo*, Almeida classifica *mesmo* como sendo um **pronome neutro** (grifo nosso, p. 185). E, ainda, segundo o autor, idêntica função neutra tem ***mesmo*** quando flexionado no feminino em expressões em que se subentende a palavra coisa: *Fiquei na mesma*; *Deu na mesma*.

Segundo Napoleão Mendes de Almeida, ***mesmo*** funciona também como advérbio, a exemplo de colocações tais como: *Ele não quer mesmo*; *Hoje mesmo*; *Estive mesmo* e *Eloá quer mesmo sair*.

O autor faz ainda comentários sobre o "emprego condenável do demonstrativo mesmo". A aversão às formas a ela, dela, para ela é, segundo o autor, a responsável pelo emprego condenável de mesmo:

> Talvez por temor de, no emprego do pronome ela, formar palavras grotescas, como "boca dela", ou para evitar a repetição desse pronome, costumam certos autores, infalivelmente, substituí-lo por a mesma, da mesma, para a mesma, com a mesma, substituição verdadeiramente ridícula, que só logra atestar fraqueza de estilo, falta de colorido e de recursos sintáticos. Assim é que frequentemente vemos passagens como estas: "Vou à casa de minha mãe; falarei com a mesma sobre o assunto" – "Realizou-se ontem a esperada festa; à mesma compareceram...". É caso de perguntar se o interlocutor tem outra mãe ou se o cronista assistiu a outra festa. Reproduzamos corrigidos os exemplos dados: "Vou à casa de minha mãe, com quem falarei sobre o assunto" (ou: e com ela falarei sobre o assunto) – "Realizou-se ontem a esperada festa, à qual compareceram..." (ALMEIDA, 1986, p.186) [20]

1.9.2 Outros empregos de mesmo

Com esse título Napoleão Mendes de Almeida (1989, p. 187) oferece-nos mais três significações para ***mesmo***:

a) com o significado de em pessoa, próprio, idêntico: "...eu sou a mesma pontualidade" – Mas quem há de amar as moscas, sendo a mesma imundícia?" – "Cristo era a mesma inocência" – "... como o declarou o mesmo Cristo" - "... fundada em sua semelhança mesma". – "... de uma terra mesma nasceram duas tão contrárias";

[20] Cf. mais exemplificações do que o autor chama de "uso condenável de mesmo" in: ALMEIDA, N. M.Gramática Metódica da Língua Portuguesa, p. 186.

b) para indicar com mais ênfase e distinção a pessoa ou coisa determinada pelos demonstrativos este, esse, aquele: “Este mesmo livro”;

c) para identificar, comparativamente uma pessoa, ou coisa: “Respondeu-lhe com a mesma serenidade” – “... os mesmos e ainda maiores estragos” – “Esta roupa é a mesma de ontem” – “Exerce a mesma função de antes”.

No que diz respeito à expressão “assim mesmo”, o autor nos diz que ela pode representar três significados:

> a) igualmente: “Assim mesmo tratarei com El-rei”
>
> b) apesar disso, contudo, ainda assim: “A prova máxima não era assim mesmo concludente”
>
> c) desse mesmo modo, como estais dizendo: “Falei assim mesmo” – “Pois aconteceu assim mesmo”. (1989, p. 187)

Finalmente, em “outros empregos de mesmo”, com a significação de ***próprio***, Almeida concebe que “cabe às vezes a elegante posposição de mesmo ao substantivo; ‘Em virtude na natureza mesma’ – ‘Com a admiração da gente mesma’” (1989, p. 187)

1.9.3 *Mesmo* e as subordinativas concessivas

Explica-nos Almeida, que as conjunções que trazem ideia de concessão chamam-se concessivas, a exemplo de embora, quando mesmo, mesmo, mesmo que e etc.

O seguinte exemplo nos é apresentado para demonstrar esse emprego:

- *Quando mesmo te laves em água de nitro, não te limparás (...)*

Em resumo, podemos afirmar que Almeida, diferentemente de alguns gramáticos, que ignoram a marca ***mesmo***, empenha-se em apresentá-la nas múltiplas formas em que pode ser empregada. Se esse empenho, de um lado é louvável do ponto de vista da pesquisa científica, de outro, prova que os gramáticos conservadores, ao tentarem dar conta de todos os empregos

de uma marca, acabam simplesmente listando classificações que nada auxiliam no entendimento de seus usos.

1.10 Novíssima Gramática da Língua Portuguesa – Domingos Paschoal Cegalla[21]

Domingos Paschoal Cegalla nasceu em Tijucas, Santa Catarina, em 1920, é professor, gramático, poeta e tradutor. Formou-se em Letras Clássicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Lecionou língua portuguesa, literatura e latim em Curitiba, São Paulo e no Rio de Janeiro. Cegalla não pode ser considerado caturro, mas também não podemos incluí-lo entre os modernistas. Digamos que ele se encontra entre esses dois extremos:

> *In médio virtus,* nem demasiada condescendência com os desvios da boa norma, nem caturrice vernaculista**.** Essa sentença aplica-se a Domingos Paschoal Cegalla que, em relação aos estrangeirismos, propõe "um reboco na forma vernácula. Recorde, xorte e imbrólio, no seu ângulo de visão, seriam preferíveis a record, short e imbróglio", e, em relação à reforma que se avizinhava quando fez essa entrevista em 2008, afirma que "Essa reforma é muito tímida e superficial.". Registrado com CH no nome e duplo L no sobrenome, Cegalla, ainda nessa entrevista, manifesta-se contrário ao uso do h em hoje (do latim hodie) e em todas as demais palavras que o mantém unicamente em virtude da origem etimológica, como hesitar, homem, herdeiro, etc. [22] (MANIR, 2008).

A já bem antiga "Novíssima Gramática da Língua Portuguesa", cuja primeira edição saiu em 1964 e chegou à sua 48ª edição em 2004, é uma obra direcionada aos estudantes do Ensino Médio.

Cegalla, no prefácio da 26ª edição, de 1985 (que utilizamos nesse trabalho), nos mostra que a expressão *in médio virtus* pode sim ser aplicada em alguns casos, como no uso dos estrangeirismos, acima enfocados, e até mesmo à sua concepção de gramática:

> A Gramática, segundo a conceituamos, não é nem deve ser um fim, senão um meio posto a nosso alcance para disciplinar a linguagem e atingir a forma ideal da expressão oral e escrita. Temerário seria quem pusesse em dúvida a

[21] CEGALLA, Domingos Pachoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 26ª edição 1985.
[22] Cf. MANIR, Mônica. Jornal Estado de São Paulo, 8 de outubro de 2008.

> utilidade do estudo da disciplina gramática. Maldizer a Gramática seria desarrazoado quanto malsinar os compêndios de boas maneiras só porque preceituam as normas da polidez que todo civilizado deve acatar. (...) Evitamos, com o máximo cuidado, o dogmatismo intransigente e impositivo e as soluções pessoais e arbitrárias, fundamentando sempre a doutrinação no uso vivo do idioma e na lição dos bons escritores. Achamos que, em trabalhos deste gênero, não deve a teoria andar divorciada da prática (CEGALLA, 1985, p. XVII).

Nesses termos, vejamos o que pudemos encontrar na Novíssima Gramática de Cegalla em relação à marca ***mesmo***, não sem antes mencionar as dificuldades que encontramos dada a ausência de um índice remissivo.

1.10.1 *Mesmo* e os "pronomes demonstrativos"

Na definição de Cegalla, pronomes demonstrativos são os que indicam o lugar, a posição, ou a identidade dos seres, relativamente às pessoas do discurso.

São pronomes demonstrativos: este(s), esta(s), esse(s), essa(s), aquele(s), aquela(s), aqueloutro(s), aqueloutra(s), mesmo(s), mesma(s), próprio(s), própria(s), tal, tais, semelhante(s). Exemplo:

- *Esses rapazes são os **mesmos** que vieram ontem.*

1.10.2 *Mesmo* e as "palavras e locuções denotativas"

Diz Cegalla (1985) que

> de acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira, serão classificadas à parte certas palavras e locuções – outrora consideradas advérbios – que não se enquadram em nenhuma das dez classes conhecidas. Tais palavras e locuções, chamadas 'denotativas', exprimem, dentre outras classificações, inclusão e realce.

São palavras ou locuções denotativas de inclusão: *inclusive, também, mesmo, ainda, até ademais, além disso, de mais a mais*, e palavras e locuções de realce: *cá, lá, só, é que, sobretudo, mesmo embora*. Exemplos:

- É isso mesmo!

1.10.3 *Mesmo* e as "conjunções subordinativas"

Cegalla classifica ainda a marca ***mesmo*** entre as conjunções subordinativas comparativas e concessivas.

São comparativas as conjunções: como, (tal) qual, tal e qual, assim como, (tal) como, (tão ou tanto) como, (mais) que ou do que, (menos) que ou do que, (tanto) quanto, que nem, feito (= como, do mesmo modo que), o mesmo que (= como)

*Sou o **mesmo que** um cisco em minha própria casa*

São concessivas: embora, conquanto, que, ainda que, mesmo que, ainda quando, mesmo quando, posto que etc.

Em relação às outras obras analisadas, a única inovação da *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa* foi a inclusão de ***mesmo*** como conjunção subordinativa comparativa, classificação que ainda não tinha sido listada.

1.11 Gramática Histórica da Lingua Portugesa - Said Ali [23]

Manuel Said Ali Ida, nascido em Petrópolis, em 21 de outubro de 1861, faleceu no Rio de Janeiro em 27 de maio de 1953, aos 92 anos. Filho de mãe alemã e pai de origem turca, Said Ali foi professor poliglota (Alemão, Francês, Inglês e Português). Foi um filólogo que

[23]SAID ALI, M. Gramática Secundária da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 8ª edição, 1969.

exerceu influencia na formação de outros estudiosos da língua portuguesa, como se pode depreender da afirmação de Evanildo Bechara:

> Minha graduação teve um início um pouco acidentado. Conheci o Professor Said Ali quando tinha 15 para 16 anos de idade. Ao ler os livros dele, verifiquei que ele era um autor diferente dos demais que eu compulsava como estudante de Língua Portuguesa no meu curso ginasial. Estava no final do ginásio, quando entrei em contato com a Lexeologia do portuguez historico. Comecei a ler o livro pelo prólogo. Nesse prólogo, Said Ali faz referências ao falante. Até então, estudávamos a língua divorciada do falante. A língua parecia ter existência própria: nascia, crescia, vivia e morria independente do falante. A Lexeologia é a primeira obra em língua portuguesa escrita sob a influência do Cours de Linguistique Générale de Ferdinand de Saussure, publicado postumamente em 1916.[24]

No que diz respeito à sua escola linguística, Mattoso Câmara assim se expressa sobre Said Ali:

> Dos neogramáticos [Said Ali] não tirou, ao contrário de Leite de Vasconcellos, a orientação histórico-evolutiva, mas as bases doutrinárias para encetar uma sistematização nova dos factos gramaticais portugueses. A sua fisionomia filológica é a do que hoje chamaríamos um "estruturalista" (Câmara Jr., 1975, p. 186)

Com essas informações, embora sucintas, estabelecemos o perfil do autor, e passamos, em seguida, a consultar a sua gramática para sabermos como a marca ***mesmo*** é nela abordada.

Nosso primeiro passo foi buscar ***mesmo*** no índice remissivo, mas como constatamos sua ausência, tivemos que buscar o termo página por página, sem sucesso. A marca ***mesmo*** não foi encontrada em nenhuma exemplificação dada por Said Ali.

Mas, enfim, não deixa de ter sido um esforço válido. Embora não tenhamos comprovado a nossa hipótese, de que Said Ali definiria ***mesmo*** da mesma maneira que as demais gramáticas de seu tempo, ou seja, como adjetivo, pronome, advérbio, etc., pouparemos o trabalho de outros estudiosos eventualmente interessados pela mesma marca.

---

[24] Comentário postado in: http://veja.abril.com.br/livros_mais_vendidos/trechos/homenagem-80-anos-de-evanildo-bechara.html.

1.12 Nova Gramática do Português Contemporâneo de Cunha & Cintra[25]

Celso Ferreira da Cunha, nascido em Teófilo Otoni, Minas Gerais, no dia 10 de maio de 1917, faleceu no Rio de Janeiro, em 14 de abril de 1989. Professor, gramático, filólogo e ensaísta, Celso Cunha ocupou a cadeira de número 35 na Academia Brasileira de Letras.

Luís Filipe Lindley Cintra nasceu em Lisboa, em 5 de março de 1925 e morreu em Sesimbra, no dia 18 de agosto de 1991. Foi destacado filólogo e linguista português que ocupou cadeiras na Academia Espanhola de História, Academia de Buenas Letras de Barcelona, Academia Portuguesa de História e Academia das Ciências de Lisboa.

Celso Cunha e Lindley Cintra alicerçam a Nova Gramática do Português Contemporâneo nos parâmetros da visão estruturalista iniciada por Saussure.

Segundo os próprios autores, em prefácio, assinado em 28 de fevereiro de 1985:

> Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. Não descuramos, porém, dos fatos da linguagem coloquial, especialmente ao analisarmos os empregos e os valores afetivos das formas idiomáticas. (CUNHA e CINTRA, 2001, p. XXIV).

Isso expresso, passemos agora à apreciação da marca ***mesmo*** segundo a visão desses dois autores, na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*.

No capítulo XI, intitulado PRONOMES – pronomes substantivos e pronomes adjetivos – encontramos um subtítulo intitulado "Realce do Pronome Sujeito" onde aparece a marca *mesmo*.

Segundo os autores, para dar ênfase ao pronome sujeito, costuma-se reforçá-lo, com as palavras ***mesmo*** e ***próprio***:

---

[25] CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª edição, 2001.

tu mesmo *serás o novo Hércules.* (Machado de Assis, OC, II, 548).

No capítulo XIV, que trata dos Advérbios, os autores reservam um espaço para explicar o que são as PALAVRAS DENOTATIVAS:

> Certas palavras, por vezes enquadradas impropriamente entre os advérbios, passaram a ter, com a nomenclatura gramatical brasileira, classificação à parte, mas sem nome especial.
>
> São palavras que denotam, por exemplo:
>
> a) inclusão: até, inclusive, mesmo, também, etc. (CUNHA E CINTRA, 2001, p. 552).

A marca ***mesmo*** foi encontrada apenas nos capítulos destinados aos pronomes e aos advérbios.

1.13 Outras gramáticas pesquisadas

A nossa pesquisa sobre ***mesmo*** em dicionários e gramáticas não se limitou aos analisados acima, tivemos à mão outras obras, a exemplo da Gramática Normativa da Língua Portuguesa, de Rocha Lima, em sua 14ª e 24ª edições, editadas respectivamente em 1969 e 1984, a Gramática Fundamental da Língua Portuguesa, de Gladstone Chaves de Melo, em sua 2ª edição, de 1970 e a Gramática Latina, de Júlio Comba (2004). No entanto, ao verificarmos que não acrescentaríamos nada de novo em relação ao que já havíamos trabalhado com outras gramáticas e dicionários, deixamos de utilizá-las. Não quer dizer, portanto, que as tenhamos considerado melhores ou piores, mas simplesmente que, por nos terem chegado às mãos posteriormente às que já havíamos analisado, deixamos de utilizá-las.

Os dicionários e Gramáticas Tradicionais, como pudemos observar, apresentam uma trajetória classificatória. Assim, subdividem as significações atribuídas a uma palavra depois do apagamento dos ambientes contextuais em que ela aparece e das condições de enunciação que permitiram engendrar estas significações, ignorando o trabalho de linguagem realizado pelo sujeito. Desse modo, excluem de seus propósitos a linguagem e a fala, priorizando a língua e rejeitando a heterogeneidade e a variabilidade. Trabalham numa perspectivas estática

da língua, partindo de uma análise do produto, já estabilizado. Por esse motivo, nem sempre dão conta de recobrir os diversos usos que uma mesma marca pode apresentar.

No capítulo IV deste trabalho, apresentaremos uma parte dedicada à Gramática Tradicional, em que trataremos em pormenores seus desdobramentos tanto no âmbito da Linguística quanto do Ensino de Língua. Passemos agora a outros estudos em que figuram a marca ***mesmo***.

2 ESTUDOS RECENTES SOBRE A MARCA *MESMO*

Apresentamos, neste momento do trabalho, alguns estudos mais recentes sobre a marca ***mesmo***, com o intuito de observarmos se estas abordagens trazem evoluções em relação àquelas propostas pelos dicionários e gramáticas tradicionais expostos no capítulo anterior.

2.1 Maria Helena de Moura Neves (2001)

No artigo "Maria Helena de Moura Neves: Em defesa de uma gramática que funcione"[26], publicado em dezembro de 2009, na UNESPCIÊNCIA, Luciana Christante traça o perfil dessa filóloga araraquarense que aos setenta e oito (78) anos (isso dito em dezembro de 2009) ainda continua em plena atividade, tanto de docência quanto de pesquisadora-escritora.

Ultrapassando a marca de vinte livros publicados, a especialidade de Maria Helena Moura Neves é a gramática, mas não a Gramática Tradicional, que considera: "Isso que se ensina na escola é 'gramatiquice'. Antes não houvesse, (...) porque cria um bloqueio nos alunos e impede que se veja sua real beleza".

Para a professora, aposentada pela UNESP/Araraquara em 1987, "gramática é algo fascinante, é a vida da língua. E nada tem de rígida como fazem parecer os manuais que quase ninguém abre".

Segundo a declaração acima e tomando-se o título de sua obra, "Gramática de Usos do Português", podemos afirmar que Maria Helena é uma gramática funcionalista, ou seja, ela pertence à corrente que defende que o que importa é a função, determinada pelo uso das formas linguísticas. Nesse sentido, distancia-se bastante dos autores abordados no capítulo anterior, como poderemos observar na exposição de sua obra.

[26] Disponível em http://www.unesp.br/aci/revista/ed04/pdf/uc_04_Perfil01.pdf)

A *Gramática de Usos do Português* de Maria Helena de Moura Neves (2000) é uma obra de referência que mostra como a língua portuguesa está sendo usada no Brasil, partindo dos próprios itens lexicais e gramaticais da língua. Procura mostrar como se compõe a "gramática" desses itens, explicitando seu uso em textos reais, ou seja, tenta mostrar as regras que regem seu funcionamento em todos os níveis, desde o sintagma até o texto. Parte do princípio de que "é no uso que os diferentes itens assumem seu significado e definem sua função" (NEVES, 2000, p.13).

Seu objetivo maior é apresentar uma descrição do uso efetivo dos itens da língua, compondo uma gramática referencial do português.

Apesar de partir das tradicionais classes de palavras preparadas pela Gramática e pela Linguística, ao agrupar essas classes em quatro grandes partes (a saber: predicação; referenciação; quantificação e indefinição; junção), revela que há outros princípios teóricos que dirigem o tratamento da questão, ou seja, embora tenha finalidades práticas, conta com uma orientação teórica definida.

Essa orientação teórica aponta os seguintes princípios básicos para que se contemple a língua em uso:

1°) A unidade maior de funcionamento é o texto;
2°) Os itens são multifuncionais.

No primeiro princípio, percebe-se que os limites da oração bloqueiam a consideração do funcionamento das unidades da língua, ou seja, "a interpretação das categorias linguísticas não pode prescindir da investigação de seu comportamento na unidade maior – o texto –, que é a real unidade de função". (NEVES, 2000, p. 15).

Quanto ao princípio da multifuncionalidade, este constitui, segundo Neves (2000), a chave para uma interpretação funcional da linguagem. Investigar a multifuncionalidade prevê, de acordo com a autora:

a) A verificação do cumprimento de diferentes funções da linguagem;
b) A verificação do funcionamento dos itens segundo diferentes limites de unidade (desde o texto até os sintagmas menores que a oração)

É importante ressaltar: o fato de que as unidades devam ser avaliadas com relação ao texto em que ocorrem não leva a desconsiderar as diversas unidades que se organizam hierarquicamente dentro de um enunciado.

A análise apresentada na obra pressupõe que, para as diversas classes de palavras, não se pode fornecer descrições que tentem resoluções, em todos os casos, no mesmo nível e com vistas à mesma função. Por esse motivo é que há, segundo a autora,

> a necessidade de uma investigação gramatical que descreva o comportamento das diferentes classes gramaticais segundo a funcionalidade de seu emprego nos diferentes níveis em que atuam e segundo as funções que exerçam, nos diferentes níveis. (NEVES, 2000, p.19).

A Gramática de Usos, ao privilegiar os usos da língua e sua funcionalidade, distancia-se da Gramática Tradicional, o que se evidencia na própria organização da obra, que se dá em quatro partes, com veremos. Além disso, não demonstra preconceito em relação a certas variedades linguísticas, como ocorre no tratamento tradicional. São analisados enunciados e textos que conseguiram chegar aos seus propósitos comunicativos, em outros termos, o que as análises privilegiam é a interação verbal eficiente.

A primeira parte intitula-se *A formação básica das predicações: o predicado, os argumentos e os satélites* e se inicia com a seguinte afirmação:

> Todas as palavras que constituem o léxico da língua podem ser analisadas dentro da predicação. Os predicados são semanticamente interpretados como designadores de propriedades ou relações, e suas categorias são distinguidas segundo suas propriedades formais e funcionais. (NEVES, 2000, p.23)

De acordo com Neves (2000), uma predicação constitui um conteúdo proposicional (em outros termos, um fato que pode ser conhecido ou pensado, pode ser mencionado, negado, rejeitado, etc.) formado por *argumentos* e ao qual são acrescidas informações suplementares, denominadas *satélites*, e ainda, operadores ilocucionários, que a transformam em um enunciado:

Ex.: *Em julho de 1991, o Poder Executivo remeteu ao Congresso Nacional o texto da Convenção 169.* (NEVES, 2000, p. 23)

em que, *remeter* caracteriza-se como o predicado, *Poder Executivo*, *Congresso Nacional* e *texto* , como argumentos, *Julho de 1991* e *Convenção 169* como *satélites*, e a asserção como *operador ilocucionário*.

Neves (2000) analisa, nesta parte, o verbo, o substantivo, o adjetivo, o advérbio, as conjunções integrantes e os pronomes relativos, respectivamente.

Em uma segunda parte, denominada *A referenciação situacional e textual: as palavras fóricas*, são analisados o artigo indefinido, o pronome pessoal, o pronome possessivo e o pronome demonstrativo. Esses termos da língua teriam, segundo a autora, "a função particular de fazer referenciação, sem, entretanto, nomear, ou denominar como os substantivos". (NEVES, 2000, p.389). Trata-se de elementos fóricos, que remetem a algum outro elemento.

Neves (2000) afirma que a função da referenciação é fundamental no uso da linguagem, para:

> 1° a interlocução: no discurso, alguém fala com alguém, e as palavras fóricas fazem referência a esses participantes do discurso;
> 2° a remissão textual: no texto, fala-se de pessoas e coisas que participam dos eventos, e as palavras fóricas fazem referência a esses participantes. (NEVES, 2000, p.389).

Na terceira parte da obra, Neves (2000) aborda *A quantificação e a indefinição*.

Caracteriza os indefinidos como não-fóricos, isto é, que não constituem itens com função de instruir a busca de recuperação semântica na situação ou no texto, e como não-descritivos, ou seja, que não dão informação sobre a natureza dos objetos.

Entre os indefinidos estão os artigos indefinidos e os pronomes indefinidos. Esta última classe abrange uma série heterogênea de elementos que se unem pela noção comum de indefinição semântica, que pode representar *identidade* ou *quantidade*.

A quantificação também é não-fórica e não-descritiva.

Por fim, na última parte da obra, denominada *A junção*, são apresentadas as palavras da língua responsáveis pela junção dos elementos do discurso, palavras que "ocorrem num

determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam as porções que se sucedem" (NEVES, 2000, p. 601). São responsáveis pela junção as preposições, as conjunções coordenativas e as conjunções subordinativas.

Vejamos, a partir de agora, como se dá a classificação da marca ***mesmo*** na *Gramática de Usos do Português* (2000).

Analisando esta obra, pudemos observar a ocorrência de ***mesmo*** nas seguintes classes gramaticais: advérbio, pronome demonstrativo e conjunção concessiva. Vejamos detalhadamente cada um deles.

Dentro da primeira parte da obra, intitulada *A formação básica das predicações: o predicado, os argumentos e os satélites*, a marca ***mesmo*** se encontra nos estudos relacionados ao advérbio.

De acordo com Neves (2000) a conceituação de advérbio tem diversos pontos de partida. Do ponto de vista morfológico, trata-se de uma palavra invariável, do ponto de vista sintático, é uma palavra periférica[27], ou seja, funciona com satélite do núcleo.

Os advérbios formam uma classe heterogênea quanto à função, e dividem-se em duas grandes subclasses: os advérbios modificadores (entre eles os qualificadores – de modo – e os intensificadores) e os não-modificadores (os de negação e afirmação, por exemplo).

A marca ***mesmo*** se encontra entre os modificadores, sendo classificada como advérbio modalizador epistêmico asseverativo afirmativo. Esse tipo de advérbio (modalizador epistêmico) expressa uma avaliação que passa pelo conhecimento do falante, sendo que o que se avalia é o valor de verdade do que é dito no enunciado. Assim, o que os modalizadores epistêmicos fazem é asseverar, é marcar a adesão do falante ao que ele diz, adesão mediada pelo seu saber sobre as coisas.

No caso dos asseverativos afirmativos, o conteúdo do que se afirma ou do que se nega é apresentado pelo falante como um fato, como fora de dúvida, o que é reforçado pelo advérbio. No caso de ***mesmo***, marca-se uma simples crença, ou certeza do falante. Exemplo:

*Seu Eduardo sabia **mesmo** agradar ao companheiro.*

[27] Incomoda-nos o uso do adjetivo "periférico" para classificar uma classe de palavras (neste caso, os advérbios). Fica a impressão de que estas palavras teriam menor importância do que aquelas que pertencem ao núcleo, seriam secundárias na construção do sentido do enunciado.

Ao tratar dos advérbios juntivos anafóricos, que marcariam uma relação de desigualdade entre o segmento em que ocorrem e um segmento anterior, mais precisamente quando aborda a negação de inferência, Neves (2000) afirma que "a insuficiência de asseveração para permitir a inferência pode vir explicitamente indicada" e nesse caso, expõe como exemplo o seguinte uso de mesmo:

Ao plenilúnio, seus olhos não tinham a fosforescência das noites escuras, ***porém mesmo assim*** *brilhavam muito, tanto que o cavalo se assombrou, erguendo-se sobre as patas traseiras.*

Na negação de inferência, há uma asseveração na primeira oração, com a admissão de um fato, e na segunda, uma não-aceitação da inferência daquilo que foi asseverado.

Ainda no capítulo destinado aos advérbios, em um item especialmente dedicado à negação, a autora observa que

> [...] entre um primeiro elemento negado por **NÃO** e um elemento negado por **NEM**, pode estabelecer-se uma hierarquia de relevância, recuperável pelo **contexto** pragmático. O elemento negado em acréscimo poderá ser o mais alto ou o mais baixo numa escala ideal. [...] A condição de extremo da escala pode ser marcada por elementos como **MESMO** (inclusão) e **SEQUER** (exclusão)" (NEVES, 2000, p. 292).

Neves (2000) coloca os dois exemplos que seguem para mostrar o emprego do elemento de inclusão ***mesmo:***

Nunca poderia contar a ninguém, ***nem mesmo*** *à avó, o que viu.*

Jamais um artista, ***nem mesmo*** *o mais genial, pudera igualar a fidelidade absoluta das imagens da câmara obscura.*

Tratado como "elemento particular", ***mesmo***, se for antecedido pelo advérbio **nem,** e esse precedido de uma conjunção coordenativa de polaridade neutra (**e** ou **ou**), reitera o caráter negativo de uma frase:

Jamais esqueci ***e nem mesmo*** *chego a entender como essa frase não consta dos livros de provérbio.*

Mesmo é referido ainda como pronome demonstrativo, no capítulo destinado à *Referenciação situacional e textual*.

Quanto à natureza dos pronomes demonstrativos, estes são considerados por Neves (2000) como palavras fóricas, que fazem referenciação seja ao contexto:

Quando me davam um texto, eu já sabia como ia fazê-lo. Aí, ***aquele texto*** *não me interessava*

seja à situação do discurso:

Eu lhes agradeço a presença ***nESTA*** *mesa,* ***nESTA*** *ceia.*

Mesmo, segundo Neves (2000), tem valor demonstrativo como *reforçador de identidade* e *indicador de identidade idêntica*.

Como reforçador de identidade:

Hoje, o genro do seu Juquinha, moço de poucos escrúpulos, organiza as sessões de cura, num salão que ele ***mesmo*** *improvisou, pedindo a quem tem que contribua e quem não tem peça emprestado para contribuir".*

Como indicador de identidade idêntica:

- Quando o meu gracioso soberano tornou-se violento, achei que era meu dever sujeitá-lo com o ***mesmo*** *sistema de coerção que seria usado em um de seus jardineiros.*

Ainda como indicador de identidade, Neves (2000) buscou um outro exemplo, desta vez com *mesma*:

Alguns meses depois, em Joinville, estado de Santa Catarina, repetiu o espetáculo contra a ***mesma*** *pessoa, em benefício de um orfanato".*

Por fim, ***mesmo*** é encontrado no capítulo denominado *Junção*, em parte dedicada às conjunções subordinativas adverbiais. É definido como uma conjunção concessiva, acompanhada do elemento **QUE**. Exemplo:

Mesmo que *nesta época estejamos produzindo muito petróleo, continuaremos a importá-lo nas mesmas quantidades atuais.* (O Cruzeiro – jan. 1955, ago. 1959, set. 1959).

De acordo com Neves (2000), a construção concessiva marca a seguinte relação: um fato expresso na oração principal é asseverado, a despeito da proposição contida na oração concessiva, conforme podemos observar no esquema lógico proposto pela autora, em que **p** equivale à oração concessiva e **q** à principal:

"embora **p**, **q**" ⇨ **"p** verdadeiro e **q** independente da verdade de p"

De acordo com Neves, há três grandes grupos de construções ligadas a uma oração concessiva:

a) **Factuais/reais**: apesar da realização/da verdade da **oração concessiva**, segue-se necessariamente, a realização/a verdade da **oração principal (não-condicionada)**. Exemplo:

Mesmo que *a questão de saber se o arqueólogo escava coisas (como queria Spaulding) ou pessoas (como contrapôs Wheller) ainda cause divergência no meio acadêmico, pode-se dizer que essa última posição obtém um número crescente de adeptos*.

b) **Contrafactuais/irreais**: apesar da não-realização/da falsidade da **oração concessiva,** segue-se necessariamente, a não-realização/a falsidade da **oração principal (não condicionada)**:

Eu não sou acionista da empresa! Sou empregado como você! E ***mesmo que*** *fosse o dono, não* ***ia*** *fazer a menor diferença!*

c) **Eventuais**: dada a potencialidade da **oração concessiva**, não necessariamente se segue/a verdade nem a não-realização/a falsidade da **oração principal (condicionada)**:

Mesmo que *ela me abandone, eu preciso ir até o fim.*

Alguns aspectos da obra merecem ser destacados, dado o grande passo que representam em relação às Gramáticas Tradicionais.

Um primeiro aspecto que desejamos enfatizar é a seguinte afirmação de Neves: "é no uso que os itens assumem seu significado e definem sua função" (2000, p.13). Essa afirmação, unida à análise que fizemos da obra, nos leva a afirmar que seu trabalho se dá em uma perspectiva um pouco mais dinâmica dos fatos de língua, partindo do uso para determinar a função, caminho contrário ao que fazem as gramáticas tradicionais. Ao defender que as unidades linguísticas são determinadas durante o processo de construção da significação, atribui ao sujeito o trabalho de investir nesse processo, segundo suas intenções em relação ao seu interlocutor. Outra diferença com as gramáticas tradicionais, que ignoram o trabalho realizado pelo sujeito na construção do significado. Fica clara a alusão ao sujeito na exposição sobre ***mesmo***, na qual a autora leva em conta sua relação [a do sujeito] com a marca utilizada e com a construção do sentido do enunciado (cf. acima o uso de ***mesmo*** como advérbio modalizador epistêmico asseverativo, que expressa a adesão do sujeito ao que diz).

Na Gramática de Usos, percebemos que não há preconceito em relação a certas variedades linguísticas, como ocorre nas gramáticas tradicionais, e assim, são analisados enunciados e textos que conseguiram chegar aos seus propósitos comunicativos.

Outro aspecto que nos chama a atenção é a tentativa (exaustiva) de apresentar ao consulente um sem número de itens da língua, não deixando de lado aqueles que às vezes são tratados com menor importância pelos gramáticos tradicionais, ou até mesmo ignorados (veja-se, no capítulo anterior, p.29, o caso de Said Ali em relação a ***mesmo***)

Apesar de uma grande evolução em relação aos estudos tradicionalistas, na Gramática de Usos procura-se dar conta da variação do resultado da interação das unidades linguísticas e não do caminho percorrido pelas unidades em busca desse resultado. Estudos funcionalistas, como o de Neves, já deram um grande passo ao apontar que a língua em uso vai além dos quadros de exemplos previstos pela gramática, que há possibilidades e combinações que não se encaixam nos parâmetros classificatórios e cristalizados dos manuais. No entanto, ao distinguir a determinação de unidades lexicais e gramaticais, ao agrupar as unidades em classes gramaticais e não apresentar os mecanismos responsáveis por essa aproximação, essa abordagem parte da língua-produto e não da língua em construção. Ou seja, continua trabalhando sobre o produto linguístico, conservando características de uma perspectiva estática de língua e mantendo uma lista classificatória que não permite visualizar o que sustenta a variação dos diversos usos de uma mesma marca. Apresenta a variação, mas não dá conta dela.

Não param por aqui as observações que faremos acerca da Gramática de Usos de Maria Helena de Moura Neves. No capítulo IV, em que fazemos alusão aos diferentes tipos de gramática (normativa, descritiva, de usos), voltaremos a esta obra. Por ora, continuemos a apresentar os estudos recentes que encontramos acerca da marca ***mesmo***.

2.2 Ilari (1992)

Ilari (1992) sugere, no artigo "Sobre advérbios focalizadores", a existência de uma classe de advérbios que se identificariam por exercerem a função de "focalização", entre eles, *justamente*, *exatamente*, *mesmo*, *autenticamente*, etc.

Para o autor, uma expressão adverbial realiza uma operação de focalização quando:

1) É aplicada a um segmento da oração;
2) Explicita que esse segmento fornece informações mais exatas que a média do texto, em decorrência de uma operação de verificação prévia;
3) Implica um roteiro próprio, por exemplo, a comparação implícita com algum modelo ou parâmetro recuperável no co(n)texto.

Seis tipos de expressões focalizadoras são distinguidas por Ilari, levando-se em consideração as "operações de verificação" implicadas:

1) Verificação de número;
2) Verificação de proporção;
3) Verificação de coincidência com um protótipo;
4) Verificação de identidade ou de congruência;
5) Verificação de factualidade e
6) Confronto de topologias.

Verificação de número

Em relação à verificação de número, Ilari (idem) considera que há duas estratégias: uma consiste em apresentar o número como um resultado exato (*exatamente*), a outra, em apontar o número como resultado de uma operação específica (é o caso de *no total*, que faz supor uma contagem).

Ex 1.:

L1 – ...somos de famílias grandes então acho que dado esse fator nos acostumamos a muita gente [...]
L2 – e daí o entusiasmo para nove filhos
L1 – *exatamente* nove ou dez.

Ex 2.:
Contei também o número de estudantes...quarenta e um...e: eu tenho quase certeza embora não tenhamos a lista...que vocês: são *no total* cinquenta e um... quer dizer sempre está faltando... não é? Um pouco...

Verificação de proporção

Outro tipo frequente de focalização, segundo Ilari, trata de propriedades e relações associando-lhes uma ideia de proporcionalidade. Dá-se a entender que elas podem realizar-se "em parte" ou "por inteiro".

Ex 1.: ... a lei é feita para o homem, para proteger o homem... e no entanto o homem está... sujeito e *até certo ponto* escravo da lei.

Ex 2.: Eu estou sendo *absolutamente* fiel à comunicação [...]

Verificação de coincidência com um protótipo

Segundo Ilari, o uso de advérbios focalizadores pode indicar que uma propriedade ou relação se realiza de forma "prototípica" ou "exemplar". É o caso de *mesmo*.

Ex 1.: Olha, nós visitamos muito pouco. Assim, visita *mesmo,* a não ser uma vez que a gente se reúna com os amigos ...".

Ex 2.: [...] os motivos especiais que tiveram foram só os aniversários né [...] Mas não tive ainda um motivo...vamos dizer especial *mesmo* a não ser quando [...]

Estes exemplos reforçariam a necessidade de reconhecer que certas passagens do texto tratariam de uma realidade prototípica, em que se operaria com as distinções *visita* e *visita mesmo*, *motivo especial* e *motivo especial mesmo*.

Verificação de identidade e congruência

A verificação de identidade ou congruência ocorre quando se verifica coincidência não com um protótipo implícito a ser evocado ou reconstituído, mas com momentos, indivíduos e lugares explicitados no próprio texto.

Ex 1.: Homem que testa a realidade ... uma, duas, três vezes para ver se o resultado ... é *realmente* aquele encontrado na primeira vez.

Ex 2.: Talvez eu esqueça, por isso vou dizendo *logo* agora.

Verificação de factualidade

A verificação de factualidade está ligada a um processo de comprovação a partir da apresentação de uma argumentação factual. Assim, em um exemplo apresentado pelo autor, elementos explícitos desse processo de comprovação aparecem, juntamente com o focalizador, que introduz a conclusão final:

Ex 1.: a ginecomastia secundária é aquela em que por exemplo atinge o homem em qualquer fase, qualquer idade... então... um tumor... um tumor maligno é que se faz a retirada do testículo... então vocês veem que geralmente... o crescimento das glândulas mamárias... está ligado... **realmente** à ação hormonal

Na função de reforço, *realmente* sofre a concorrência de *mesmo*:

Ex 2.: ao final de uma digressão, numa aula de filosofia? do direito/ Estão entendendo *mesmo*?

Confronto de topologias

No caso do confronto de topologias, a verificação visa localizar objetos e ações em determinados espaços que o locutor retoma da "sabedoria corrente" ou vai separando e organizando no desenvolvimento do texto.

No exemplo seguinte, pode-se observar que o locutor demarca um espaço e situa-se momentaneamente nele ao passar informações:

Ex.: *Eu saio bastante também porque o meu marido todos os meses ele vai pra Caxias, ele faz a praça de lá, então eu aproveito e vou junto, o dia que eu não tenho aluno, ele sempre vai num dia que eu não tenho aluno mesmo e ...eu aproveito para fazer minhas comprinhas.*

Esse exemplo, segundo Ilari, aceita a seguinte explicação: os dias em que o marido viaja a Caxias e os dias em que a informante não tem alunos de piano fazem parte de um mesmo espaço que as viagens a Caxias e as compras da própria informante.

Para o autor, observar que determinados dados pertencem a um mesmo espaço é uma maneira de confirmar que se dizem respeito, que são mutuamente relevantes, que podem ser evocados uns a propósito dos outros.

No fechamento de seu trabalho, Ilari conclui que a ideia de "roteiros prototípicos de verificação" evoca a possibilidade de interpretar as expressões segundo os procedimentos estabilizados em vários universos de discurso, de caráter científico, técnico ou prático, o que remete aos advérbios "delimitadores" (ou *hedges*, na tradição linguística de língua inglesa) que evocam universos de discurso restringindo-se a eles o alcance da afirmação expressa pela frase. Então o autor se coloca a seguinte questão: que diferença se pode estabelecer entre os usos mais óbvios de advérbios focalizadores, como "A loja fica *bem* em frente ao cinema" e os *hedges* como "*Tecnicamente*, a baleia não é um peixe"?

A resposta é de que os *hedges* têm o papel discursivo de contrastar universos de discurso, ou de operar deslocamentos entre o universo corrente e outros universos. Os focalizadores, pelo contrário, não deslocam de um universo para outro, simplesmente informam sobre a precisão que se deve atribuir a uma determinada afirmação.

Por fim, a última conclusão do autor é de que os advérbios focalizadores, ao evocarem verificações de vários tipos, contribuem naturalmente para criar a impressão de que o locutor dispõe de argumentos fortes para comprometer-se com a verdade do dito, e assim, acarretam um efeito de ênfase.

O estudo de Ilari (1992) sobre os advérbios focalizadores representa avanços consideráveis em relação aos estudos tradicionalistas que vimos no capítulo anterior. Tenta mostrar de que forma as marcas operam na língua, descrevendo as operações que elas desencadeiam no enunciado. O autor busca uma uniformidade para os usos conhecidos como adverbiais, delimitando seu escopo àqueles que apresentam a função de focalização. O que encontra em comum no uso dessas marcas são "operações de verificação", como

demonstramos acima. Além disso, Ilari ressalta o papel do interlocutor ao utilizar essas marcas (que é o de comprometer-se com o que diz). Com isso, não o exclui das análises, diferentemente das gramáticas tradicionais.

Algo que deve ser salientado é a consciência do autor em relação à dificuldade em se colocar todos os itens analisados em uma mesma classe, dada a especificidade de cada um:

> A iniciativa de uni-los numa só classe, e a ideia de que desempenhariam um papel parecido estão longe de ser óbvias. Encarando o *status* desses e outros exemplos como uma questão aberta, o presente texto limita-se a verbalizar algumas intuições que parecem aproveitáveis para um tratamento uniforme, é também de esperar que a representação assim esboçada propicie uma comparação produtiva com os resultados obtidos na discussão das classes de advérbios mais diretamente conexas. (ILARI, 1992, p.195)

O autor, ao final do texto, em subtítulo denominado "Problemas em aberto", afirma não querer derivar nenhuma conclusão definitiva do trabalho apresentado, mas aponta para algumas linhas de reflexão, que, a nosso ver, merecem destaque.

Uma delas é a afirmação de que alguns advérbios "produzem efeitos de sentido diferentes e irredutíveis" (p.210), o que o direciona para a seguinte questão: "deve-se concluir disso que realizam operações semânticas distintas ou que são 'semanticamente ambíguos'?" Com base nos seguintes exemplos,

- como se chama aquela florzinha branquinha *bem* cheirosa...eu acho que é ja...jasmim, não é?

- isso é *bem* coisa dele.

- ...lá em Ipanema, *bem* em frente daquele Cine-Park.

assume a hipótese de que o advérbio ***bem*** produz um efeito de intensificação quando aplicado a propriedades graduais, e um efeito de focalização quando aplicado a propriedades não-graduais (oponham-se *bem parecido* e *bem ele*). O autor acredita que os efeitos de sentido produzidos poderiam resultar da aplicação de uma mesma operação a materiais semânticos diferentes.

Com isso, Ilari assume a variabilidade dos fenômenos linguísticos, reconhece que as marcas apresentam uma variação semântica, ou uma polifuncionalidade (usando os termos de Franckel & Paillard, 2006), e também que carecem de uma análise particularizada (uma a uma), o que pode ser verificado no seguinte trecho:

> sua aplicação [do termo "focalizadores"] não é sempre direta e fácil: as mesmas expressões que ocorrem como focalizadores típicos em alguns contextos desempenham funções distintas em outros: não há como escapar de uma análise caso por caso, o que dá a exposição que vai seguir um caráter fragmentário e até certo ponto subjetivo (ILARI, 1992, p.198).

Embora o trabalho tenha o intuito de tratar apenas das marcas que se encaixam na classificação de "advérbios focalizadores", e isso é deixado claro pelo autor, lamentamos que o estudo fique restrito a uma das categorias gramaticais propostas pelas gramáticas tradicionais, a do advérbio. Com isso, não se aborda todas as variações de uso das marcas estudadas, restringindo-se apenas ao uso conhecido como adverbial. Não se busca um entendimento do mecanismo subjacente a essas variações. Enfatizamos, novamente, que essa não era a intenção do autor, embora ele admita a necessidade de se estudar marca por marca, como vimos. O autor tem interesse "em ir além dos casos claros para verificar a possível continuidade semântica ou pragmática entre usos focalizadores e não-focalizadores das mesmas expressões" (p.198).

Esse interesse pode ser verificado em outro trecho do texto, em que o autor trata novamente da marca ***bem***. Ilari questiona por que este advérbio, que exprime realização típica, é o mesmo que atua como "qualificativo" e tem papel intensificador em outros casos. Sua hipótese é de que a interpretação de ***bem*** se define no contexto:

> dependendo do tipo de palavra que segue, o uso de *bem* resulta num efeito que sugere modo/maneira, intensificação ou exatidão: supondo que esses efeitos de sentido sejam regulares, há espaço para analisar a significação de *bem* numa perspectiva composicional[28] (ILARI, 1992, p.204).

[28] De forma bem ampla, podemos dizer que a análise composicional, em semântica, é o estudo do significado das palavras em conjunto. Nesse sentido, esse perspectiva se aproxima da nossa: pensamos que é na interação das quais participa uma marca que ela define seu sentido, ou seja, na relação com seu cotexto.

No entanto, após levantar essas questões, que sem dúvida representam um grande avanço nos estudos linguísticos, deixa esse trabalho em suspenso: "quem for curioso – curioso mesmo – tem nisso todo um programa de trabalho (ILARI, 1992, p.212)

Para concluir nossa reflexão, cabe salientar que o autor cria, dentro da classe dos advérbios, já presente nas gramáticas tradicionais, a subclassificação "advérbios focalizadores", que se subdividem ainda em seis tipos: verificação de número; de proporção; de coincidência com um protótipo; de identidade; de factualidade; confronto de topologias. Em outros termos, embora apresente uma classificação nova e levante a questão da dificuldade em agrupar as marcas sob um mesmo rótulo, não se desvencilha das listas classificatórias e assim, acaba colocando o foco do estudo na categoria e não nas marcas linguísticas.

2.3 Oliveira & Cacciaguerra (2009)

Em artigo intitulado "A gramaticalização do item mesmo: a mudança das línguas românicas", Oliveira & Cacciaguerra (2009) propõem um estudo do item ***mesmo*** sob o foco da Gramaticalização. Assim, partem de uma proposta funcionalista que se preocupa em descrever os mecanismos de mudança que propulsionam os empregos mais gramaticais dos termos da língua, por meio de uma progressão unidirecional que fomenta mudança em diversos aspectos linguísticos, como a frequência de uso, a produção fonêmica, a função do termo dentro da estrutura linguística e seu significado. No caso desse estudo, o enfoque se dá no significado do item ***mesmo***, já que as ocorrências são tratadas primordialmente por seu caráter semântico.

O trabalho visa descrever qual o caminho de mudanças percorrido pelo "adjetivo-advérbio" ***mesmo***, procurando verificar se a rota seguida é a mesma das línguas aparentadas ao português.

Segundo as autoras, a gramaticalização é um processo de mudança que ocorre quando um item ou construção lexical passa a se comportar como gramatical, ou quando um item gramatical se torna ainda mais gramatical, sendo que essa mudança se dá unidirecionalmente, do significado mais concreto para o mais abstrato.

A ordem das categorias cognitivas em que se pode observar o processo de abstratização seria a seguinte, segundo Heine et ali (apud OLIVEIRA & CACCIAGUERRA, 2009):

Pessoa > Objeto > Processo > Espaço > Tempo > Qualidade

Para que um item esteja de fato em processo de gramaticalização é preciso, segundo Hopper & Traugott (1993, apud OLIVEIRA & CACCIAGUERRA, 2009) que ele se encaixe em cinco parâmetros básicos: estratificação, divergência, especialização, persistência e decategorização.

O parâmetro da *estratificação* explica a coexistência entre as formas novas que dão significado a algo e as formas antigas. A *divergência* diz que, mesmo com a gramaticalização, a forma original do item se mantém plena. *Especialização* significa que algumas formas do item com diferenças sutis coexistem, mas a gramaticalização pode fazer com que uma delas se especialize e se torne obrigatória. A *persistência* explica que mesmo havendo gramaticalização, há vestígios do significado original da palavra no item gramaticalizado. Por fim, a *decategorização* ocorre quando um item gramaticalizado perde características de sua classe ou muda de classe gramatical.

As autoras defendem que o item *mesmo* já estava fortemente gramaticalizado no latim vulgar, e que as línguas que dele se originaram herdaram essas propriedades já gramaticalizadas, o que poderia ser comprovado, gramaticalmente, pelo fato de *mesmo* não dispor de um significado concreto próprio, mas sim, assumir os traços semânticos do termo com o qual se relaciona.

Em relação à ampliação semântica do item *mesmo*, seguindo o processo unidirecional de abstratização das categorias cognitivas proposto por Heine et ali (1991, apud OLIVEIRA & CACCIAGUERRA, 2009),

Pessoa > Objeto > Processo > Espaço > Tempo > Qualidade

as autoras observaram que tanto na década de 40 quanto no ano 2000, o item *mesmo* era produtivo em todas as categorias da língua portuguesa, no entanto, não foi possível constatar em que medida esses níveis avançaram.

Vejamos alguns exemplos:

Categoria Pessoa:

"[...] tendo verificado que o *mesmo* reside no Rio de Janeiro e [...]"

Categoria Objeto:

"Procura identificar os personagens citados na *mesma*".

Categoria Processo:

"Firmas comerciais que mais têm transações com o *mesmo* escritório"

Categoria Espaço:

"Ele mora no *mesmo* prédio da E".

Categoria Tempo:

" [...] onde deu entrada no dia 23 de Junho e saiu em 30 do *mesmo* mês"

Categoria Qualidade:

"Isto o coloca em situação bastante embaraçosa junto aos seus parentes, chegando *mesmo* a se ver ameaçado em sua herança [...]".

Categoria Semântica Vazia:

"Não conseguimos nada sobre a sua política, *mesmo* porque o investigado não chegou a ser identificado por nós.

No caso da categoria semântica vazia, o item ***mesmo*** aparece, de acordo com Oliveira & Cacciaguerra (2009), desvinculado de qualquer traço semântico, desempenhando papel exclusivamente funcional e indicando ponto avançado de gramaticalização.

Observando a manifestação do item ***mesmo*** nas diferentes categorias cognitivas, na década de 60 e na década de 2000, as autoras chegaram à seguinte conclusão: ***mesmo*** é empregado há pelo menos 60 anos tanto na sua forma mais gramatical quanto na sua forma menos gramatical.

Em relação aos parâmetros propostos por Hopper & Traugott (1993, apud OLIVEIRA & CACCIAGUERRA, 2009), as autoras observaram a *divergência*: as formas mais e menos gramaticais do item coexistem, e que, ainda que sejam empregadas em sentidos diversos, todas mantém traços do sentido original (persistência). Também verificaram a *estratificação*, ou seja, o item *mesmo* coexiste com as formas *ainda que*, *até*, *realmente* e a *especialização*: o uso de *mesmo*, em determinados contextos, é obrigatório para dar o sentido de ênfase. Por fim, observam a *decategorização*: o item *mesmo*, utilizado de forma menos gramatical como pronome ou adjetivo, passa a ser usado desempenhando apenas um papel funcional, esvaziando-se semanticamente.

A conclusão final é de que do ponto de vista semântico o "advérbio-pronome" ***mesmo*** não apresenta mudanças significativas nos últimos cinquenta anos, e que sua ampla possibilidade semântica, assimilada do termo com que se relaciona por foricidade, é uma característica que se mantém desde sua origem etimológica.

Quanto ao trabalho de Oliveira & Cacciaguerra (2009), chama-nos a atenção as seguintes considerações das autoras em relação à marca ***mesmo***: a marca não disporia de um significado concreto próprio, mas assumiria os traços semânticos do termo com o qual se relaciona. Além disso, seria um item altamente gramaticalizado, que apresentaria apenas um papel funcional, sendo completamente esvaziado de sentido.

Quanto à primeira afirmação, concordamos que nenhuma marca tenha significado concreto, pois é no uso que adquire valores. E isso vale para qualquer marca em língua, não somente para ***mesmo***. Na perspectiva que adotamos neste trabalho, juntamente com Rezende (2000), os termos de uma língua, quer sejam gramaticais ou lexicais, são altamente indeterminados e apontam para uma grande direção de sentido, não havendo unidades que sejam mais determinadas e outras menos determinadas. Porém, em relação à segunda afirmação das autoras, de que a marca ***mesmo*** assumiria os traços do termo com o qual se relaciona, discordamos: apesar de um esvaziamento temporário de sentido, isso não significa que uma marca apenas "copiaria" os traços semânticos de outra, pois cada marca se apresenta como o traço de operações subjacentes, ou seja, cada marca possui configurações próprias e necessárias para a construção da significação de um enunciado.

A construção do sentido do enunciado se dá pela interação entre as palavras, e é somente nessa interação que podemos apreender-lhes o sentido. Poderíamos dizer, usando os termos de Franckel (2002), que a definição que uma marca adquire em uma sequência particular é resultado de uma espécie de "contaminação contextual". Sendo assim, não

podemos dizer que uma palavra "assume os traços semânticos do termo ao qual se relaciona" (OLIVEIRA & CACCIAGUERRA, 2009, p. 07), mas sim que a geração do sentido advém exatamente da interação específica que ocorre quando determinadas palavras se relacionam. Para exemplificar, apresentamos um exemplo bastante claro de como se dá a construção do sentido pela interação das palavras. Trata-se de um exemplo retirado de Franckel (2002), em que o autor trabalha com os sentidos do adjetivo francês ***doux*** (doce).

Doux é definido, em uma primeira acepção (cf. especialmente Petit Robert) do seguinte modo: "qui a un goût faible ou sucré" [que tem um gosto suave ou açucarado]. É fácil ver, consultando outras acepções, que ***doux***, por si próprio não implica nada o gosto (cf. por exemplo, "un climat très doux" [um clima muito ameno], ou ainda "une pente douce" [uma leve inclinação]), e que mesmo em matéria de gosto, o açucarado ou o insípido depende da natureza da substância ou do alimento a que se refere o nome qualificado: ***doux*** não é de modo algum definível como açucarado ou de gosto suave no caso de "l'eau douce" [água doce], em que corresponde mais precisamente a "non salé" [não salgada]. Esse valor de "non salé", por sua vez, não se origina nem de ***doux*** por si só, nem de "l'eau" (cujo tipo, salgado ou não, não poderia ser constitutivo, *a priori*, da definição). É exatamente da interação entre ***eau*** e ***doux*** que se origina o valor de "non salé", que não pertence propriamente nem a um, nem a outro.

O que tentamos demonstrar, com esse exemplo, é que qualquer palavra (sejam as chamadas palavras "lexicais" ou "gramaticais") contribui para a construção do sentido, e embora todas elas sejam altamente indeterminadas (e fiquem temporariamente esvaziadas de sentido), carregam traços próprios (a que chamamos invariantes dinâmicas[29]) que, ao se ligarem aos traços de outras palavras, geram determinado sentido.

Com relação à afirmação de Oliveira & Cacciaguerra (2009, p.9) de que a marca ***mesmo*** desempenharia um "papel exclusivamente funcional", fazemos algumas ressalvas, reportando-nos a um estudo denominado "La préposition en français II", de Franckel & Paillard (2006).

Os estudos dedicados às preposições, em sua maioria, fazem um recorte entre os usos espaciais e temporais das preposições e seus usos "funcionais", sendo que nos primeiros, a semântica preposicional manifestar-se-ia plenamente, enquanto nestes últimos, haveria uma

dessemantização. Esse emprego chamado "funcional" confere às preposições o estatuto de "palavra ferramenta" a serviço do verbo, e estas acabam sendo comumente descritas como "incolores". Nesse estudo que citamos, os autores questionam a tese da dessemantização das preposições e defendem que cada uma delas tem uma "identidade", que "se manifesta em todos os seus empregos, compreendidos aí os ditos empregos funcionais" (2006).

O que queremos dizer, em suma, é que a marca ***mesmo***, assim como as preposições, também apresenta uma identidade que se manifesta em todos os seus empregos, independente da "classificação" que ela receba, não podendo ser considerada exclusivamente funcional. No IV capítulo desta tese, quando analisamos a marca ***mesmo***, demonstramos em pormenores essas questões.

2.4 Antoine Culioli: a marca *mêm*e em francês (2002)

Em seu artigo intitulado *À propos de même*, publicado em 2002, na *Langue Française*, Antoine Culioli se propõe a fazer uma análise da marca ***même***, em língua francesa, com os mesmos propósitos colocados por Benveniste ao analisar as preposições em latim[30]. Nesse estudo, Benveniste chegou às seguintes conclusões:

> Todos os empregos de *prae* se apóiam em uma definição constante. Quisemos mostrar a partir de um exemplo, que no estudo das preposições, qualquer que seja o idioma ou a época considerados, uma nova técnica da descrição é necessária e se torna possível para restituir a estrutura de cada uma das preposições e integrar essas estruturas em um sistema geral. A tarefa acarreta a obrigação de reinterpretar todos os dados adquiridos e de dissolver as categorias estabelecidas (BENVENISTE, 1966 apud CULIOLI, 2002, p.16) [31].

Essa tarefa que Benveniste colocou como sendo necessária é a mesma que impulsiona Culioli na análise da marca ***même***.

[30] Artigo publicado em 1949 e retomado no volume 1 de Problemas de Linguística Geral, Paris, 1966.
[31] Original em francês: "Tous les emplois de prae se tiennent ainsi dans une définition constante. Nous avons voulu montrer sur un exemple que, dans l'étude des prépositions, quels que soient l'idiome et l'époque considérés, une nouvelle technique de la description est nécessaire et devient possible pour restituer la structure de chacune des prépositions et intégrer ces structures dans un système général. La tâche entraîne l'obligation de réinterpréter toutes les données acquises et de refondre les catégories établies" (CULIOLI, 2002, p.16).

Para dar início às suas reflexões sobre a marca ***même***, Culioli apresenta vários enunciados em que a marca varia em relação aos seus diversos usos. É importante ressaltar que os enunciados são agenciamentos de marcas linguísticas que representam a materialização de fenômenos mentais aos quais nós linguistas não temos acesso. Assim, as marcas são os únicos traços das operações de base que desencadeiam a formação dos enunciados, e é a partir delas que se pode analisar os mecanismos enunciativos. Daí a importância de se reconhecer as operações que cada marca desencadeia.

Nesse artigo, Culioli se abstém de considerações de cunho teórico e adota, diretamente, um modo de representação metalinguístico baseado nos pressupostos de sua teoria. Desse modo, inicia suas considerações partindo daquilo que caracteriza o objeto de análise da teoria: o texto material, ou seja, os enunciados, que a partir de manipulações e de um enquadramento em um sistema de formalização (metalinguístico) permitirão que se vislumbre operações subjacentes. Os primeiros enunciados analisados por Culioli nesse artigo são:

1) *Nous nous rencontrerons aujourd'hui même e ici même* (Nós nos encontraremos hoje mesmo e aqui mesmo)[32]
2) *C'est le genre même de bibelot que je deteste.* (É exatamente o tipo de bibelô que eu detesto)
3) *L'idée même de les rencontrer me fait horreur.* (A própria ideia de encontrá-los me dá pavor).

A operação marcada por ***même*** pode ser descrita, segundo Culioli, da seguinte forma: (a) Trata-se de opor uma (ou várias) ocorrência(s) de tempo, lugar, objeto, representação subjetiva, etc., a outras ocorrências em um certo domínio. Significa, nos exemplos dados acima, opor: aqui/outros lugares/; hoje/outro dia; tal tipo de bibelô em relação a outros que eu adoraria ter; a representação de uma eventualidade (encontrá-los) em relação ao fato efetivo que se antecipa.

[32] Apresentaremos entre parênteses a tradução dos enunciados utilizados por Culioli. No entanto, faz-se necessário destacar que nem sempre a marca "même" equivalerá, em português, à marca "mesmo". Embora seja essa a primeira acepção encontrada nos dicionários bilíngues, sabemos que o processo tradutório é muito mais complexo e que as equivalências, na passagem entre as línguas, não são absolutas.

Même indicaria, desse modo, que se acrescenta à simples menção do valor inicial (hoje, aqui, etc.) outros valores que se situam na Fronteira ou no Exterior de um domínio nocional [33], enquanto o valor inicial se encontraria no Interior do domínio. Em resumo, o trajeto de representação da marca seria:

Valor Inicial (Interior) → Outros valores (Fronteira+Exterior) não validados → Retorno ao valor inicial distinguido, sendo descartados todos os outros valores.

(b) Obtém-se, por meio desse trajeto, uma curva de identificação, que induz a um valor homogêneo e estabilizado:

Segundo Culioli, quando essa curva não pode ser construída, ***même*** não pode aparecer, ou então apresenta dificuldades. O autor cita o exemplo *ailleurs même* (outro lugar mesmo), que seria impossível em francês, em oposição à *là même où se elevait le chatêau* (ali mesmo onde se erguia o castelo). No primeiro caso, não é possível acrescentar outros valores ao valor inicial e, portanto, ***même*** não pode aparecer. Já no segundo exemplo, *là* corresponde a um lugar definido, localizado espaço-temporalmente, e então é possível construir outros valores, isto é, é possível opor um lugar (Vi) a outros lugares (Vo) e retornar ao valor inicial.

Um outro caso em que Culioli observa o uso de ***même*** é junto com nomes próprios, como Maria, Marseille, etc.

Quando se tem Maria, não podemos induzir a construção de outras Marias (descartando-se o contraexemplo bem conhecido que funciona sobre as diferentes representações que se faz de uma mesma pessoa: "Deixei uma Maria cansada e desencorajada; reencontrei a Maria que eu sempre conheci, uma Maria enérgica e ativa; É esta Maria que para mim é a verdadeira Maria"[34]). Como consequência, Culioli afirma que não se pode ter em francês *Marie même*, mas *Marie elle-même,* isto porque é o acréscimo de *elle* que

[33] Um indivíduo, ao construir uma noção, consequentemente constrói ao redor dela um domínio nocional, que constitui-se de ocorrências dessa noção. O domínio é construído ao redor de uma ocorrência modelo, que se identifica com o exemplar da noção, chamado centro atrator. As ocorrências que apresentarem propriedades comuns com o centro atrator pertencerão ao Interior do domínio. As que não tiverem propriedades em comum ficarão no Exterior. As ocorrências menos típicas do Interior sobrepõe-se às ocorrências menos típicas do Exterior, formando a Fronteira do domínio. Estes conceitos serão apresentados mais amplamente no capítulo III desta tese.

[34] O exemplo é de Culioli.

permitirá a introdução de outros valores: Maria, entre outras; Maria sozinha; Maria e não outra pessoa, etc.

Já no caso de Marseille, há duas possibilidades: ser um nome próprio geográfico ou um lugar. Somente nesse último caso é que se poderá construir outros valores: *J'habite à Marseille même, dans la ville même, au centre même, pas en banlieue* (Eu moro em Marseille mesmo, na cidade mesmo, no centro mesmo, não no subúrbio). Nesse caso a representação será a mesma que apresentamos a pouco, ou seja, haverá uma curva de identificação:

Marseille → Subúrbio → Marseille

Culioli prossegue seu raciocínio com o seguinte exemplo: *Elle est la bonté même* (Ela é a própria bondade), já explicando a coerência dos marcadores: *elle* marca a identificação em relação a um localizador (identificador); *est* marca a localização/identificação, *la* indica uma flechagem (re-identificação) onde a operação preponderante é a qualificação (QLT) e não a construção de uma ocorrência da qual se predica a existência (QNT/quantificação). Para esclarecer um pouco as questões de ordem teórica, Culioli compara os seguintes exemplos: *Il y a un livre sur la table* (Há um livro sobre a mesa – existência e localização de uma ocorrência de *livre*) e *Passe-moi le livre qui est sur la table* (Passe-me o livro que está sobre a mesa – qualificação <da ocorrência de livro que se predicou a existência> pela propriedade <que está sobre a mesa>) O que Culioli quis dizer é que o artigo definido estabiliza a ocorrência, eliminando qualquer alteridade. O autor reafirma que ***même*** marca o encadeamento das operações que descrevemos há pouco: acréscimo (fictício) de eventuais diferenças (construção de outros valores), eliminação, pela varredura das possibilidades, de qualquer outro valor, restando apenas o valor inicial, que se torna um valor absoluto, livre de qualquer acidente, em suma, tem-se uma entidade inacessível, fora do espaço-tempo e da atividade intersubjetiva, que é onde as forças enunciativas fazem nascer valores instáveis, que podem causar polêmica. No enunciado *Elle est la bonté même* (Ela é a própria bondade) que equivale a *Elle est la bonté incarnée/personifiée* (Ela é a bondade em pessoa), ***même*** elimina toda a alteridade (mas para isso é preciso levá-la em conta), e por esse motivo, a representação se curva sobre si mesma, ou seja, novamente tem-se uma curva de identificação.

Até este momento, Culioli apresentou exemplos em que a marca ***même*** contribuiu para a estabilização de um valor inicial. Mas segundo o autor, quando se trabalha sobre uma propriedade ou sobre objetos, pode-se não mais parar em um único valor estabilizado, mas trabalhar sobre valores ordenados, outros valores em relação ao valor inicial, que permanecem, no entanto, no Interior do domínio de validação. Esses valores são ordenados em relação a este valor-localizador inicial, seja em direção ao centro atrator (valor exemplar da noção) seja em direção ao Exterior (afastamento do valor exemplar) .

Para esclarecer, Culioli exemplifica: *Il est meticuleux, maniaque même* (Ele é meticuloso, maníaco mesmo); *C'est cher, très cher même* (É caro, muito caro mesmo); *Ils mangent, ils bafrent même*! (Eles comem, empanturram-se mesmo!). Nesse tipo de enunciado, constrói-se uma gradação, onde ***même*** indica que há um acréscimo (de outros valores), mas diferentemente dos outros exemplos citados, não há eliminação e sim uma absorção (que é uma forma de eliminação da alteridade) desse acréscimo em uma gradação. Assim, ***même*** marca a construção de uma extremidade depois da qual o sujeito não introduz mais nada. A diferença entre os primeiros exemplos (*aujourd'hui même, là même, Marseille même, la bonté même*) e esses últimos, é que com a eliminação da alteridade, a Fronteira e o Exterior são esvaziados, já com a absorção da alteridade, a Fronteira (que representa outros valores, mas não realmente outros) vai fornecer uma zona extrema do Interior de validação, e somente o Exterior ficará vazio.

Após analisar a estabilização de um único valor e em seguida a construção de um valor desestabilizado por uma gradação e reestabilizado pela parada em um valor extremo (em ambos os casos o valor permanece no Interior do domínio), Culioli passa a considerar os valores que se encontram na Fronteira, construída como a intersecção do fechamento do Interior e do fechamento do Exterior. As ocorrências que aí se situam ficam em suspenso, entre o Interior e o Exterior do domínio de validação. Tal conflito, segundo Culioli, pode ter sua origem em uma discordância entre o valor antecipado (esperado, considerado como provável) e o valor efetivo (o que é o caso). É o que se encontra em enunciados como *Tout le monde est venu, même X e Y* (Todo mundo veio, até mesmo X e Y). Encontramos aí o mesmo esquema formal descrito mais acima: acreditava-se que todos viriam, menos (descartando) X e Y. Haveria um resto no exterior do domínio. Mas o que realmente aconteceu é que o resto desapareceu, já que X e Y foram absorvidos entre aqueles que vieram. Parte-se de um estado de coisas esperado; o estado efetivo acrescenta a eliminação da alteridade (absorção) e disso decorre um valor extremo (realização de algo que não era esperado) e um Exterior vazio.

X e Y fazem parte de uma classe de instanciáveis na relação <( ) est venu> (<( ) veio>). Têm-se aqui ocorrências individuadas e situadas em relação a um sistema de referência parametrizado por um sujeito (S) e por um Espaço-Tempo (T). Não se está mais diante de casos em que há qualificação de uma ocorrência (Por exemplo: *Ele é maníaco, maníaco mesmo*, onde maníaco é tudo o que há de maníaco, é tudo o que se pode chamar de maníaco), e sim de um caso onde prepondera a quantificação, ou seja, a predicação da existência de algumas ocorrências. O acréscimo, neste caso, diz respeito à existência de ocorrências pertencentes a uma classe de instanciáveis, ou seja, ocorrências que podem ser designadas a um lugar vazio em uma relação predicativa.

Todos os valores em questão (esperados – Todos menos X e Y – e inesperados – X e Y) pertencem à mesma classe de instanciáveis, ou seja, todos eles têm propriedades que lhes permitem preencher um lugar na relação <( ) est venu>. Por esse motivo, todos estão na Fronteira, em suspenso, aguardando uma possível instanciação. A diferença é que o valor esperado está orientado na direção do Interior do domínio, enquanto o valor inesperado aponta para o Exterior. Sem o uso da marca ***même*** os valores esperados seriam instanciados (e teríamos Todos, menos X e Y, vieram) e passariam ao Interior do domínio, e os valores inesperados ficariam definitivamente no Exterior (X e Y não vieram). O que ocorre, no entanto, é uma inversão da direção dos valores inesperados, por meio da marca ***même***. Esses valores tendiam a sair da zona fronteiriça em direção ao Exterior, mas acabam sendo absorvidos, ou seja, mudam sua orientação em direção ao Interior.

De acordo com Culioli, a única diferença entre este exemplo e o exemplo *Il est meticuleux, maniaque même*, é que neste último há uma co-orientação, isto é, os valores construídos (valor inicial e outros valores) apontam para uma mesma direção e por isso constituem uma gradação. Já em *Tout le monde est venu, même X e Y*, há uma orientação inversa, ou seja, o valor inesperado aponta para uma direção oposta àquilo que é esperado. É por meio de uma inversão da orientação dos valores, ocasionada por ***même***, que se torna possível a absorção do inesperado (X e Y) no efetivo (Todos + X e Y).

Além do enunciado analisado acima, Culioli mostra outros exemplos em que o uso de ***même*** traz semelhanças com os chamados enunciados concessivos. Observe-se o seguinte enunciado: *Mon frère travaille d'arrache-pied sur son projet, même le dimanche* (Meu irmão trabalha sem interrupção em seu projeto, mesmo no domingo). Trabalhar sem interrupção implica que se consagre muito tempo elaborando o projeto. Nesse caso, a categorização vai incidir sobre o volume de tempo e o acréscimo diz respeito ao valor extremo do tempo

semanal de trabalho, ou seja, a ausência de repouso dominical. “Mesmo no domingo” é o que marca a extremidade da gradação, mas ao mesmo tempo assinala que o trabalho se faz todos os dias, aí compreendido o domingo. Constata-se nesse exemplo a mesma inversão ocorrida em *Tout le monde est venu, même X e Y*.

Outro exemplo que caminha no mesmo sentido é: *C’est une machine très maniable, très efficace, même em terrain accidenté*. (É uma máquina muito flexível, muito eficaz, mesmo em terreno acidentado), o que significa:

1) Que a máquina não funciona bem só em terrenos planos e desimpedidos;
2) Que um terreno acidentado não muda em nada a qualidade do equipamento.

O mesmo se dá em enunciados como *C’est um légume savoureux, même au naturel.*(É um legume saboroso, mesmo ao natural), ou *S’il pleut, je n’irais pas à la fête, mais même que il fait beau, je n’irais pas* (Se chover, eu não irei à festa, mas mesmo que faça um bom tempo, eu não irei).

Podemos observar que todos esses enunciados comportam um mesmo tipo de relação: qualifica-se um evento (tempo de trabalho, tipo de terreno, preparação culinária, o tempo que faz) com todas as noções que determinam a força do encadeamento natural das coisas. Assim, um terreno acidentado faz obstáculo a um bom funcionamento, tal legume ao natural não tem sabor, um bom tempo incita a sair. Cada vez que ***même*** é acrescentado, elimina-se a força diferencial, o que deveria provocar uma alteração, acaba não tendo efeito, fica indiferente. Percebemos que a relação normal de encadeamento é oposta, ou seja, há uma inversão na orientação dos valores.

Culioli cita ainda outros casos em que ***même*** merece ser estudado.

Primeiramente, lança mão do seguinte exemplo: *avant même de lire le texte, j’en avais deviné le contenu* (antes mesmo de ler o texto, eu lhe havia adivinhado o conteúdo). Em uma rápida análise, o autor já destaca as mesmas operações encontradas em enunciados anteriores. Parte-se da seguinte relação de encadeamento: <ler um texto> acarreta normalmente <o conhecimento do conteúdo>, ou seja, é preciso <ter lido um texto> para <conhecer o conteúdo>. Dito de outro modo: a leitura de um texto precede, normalmente, o conhecimento do conteúdo. Ora, o que diz o enunciado é que o conteúdo foi adivinhado (conhecimento por conjectura ou intuição), o que acontece fora de qualquer leitura prévia. Vê-se então que a

substituição de <adivinhar> por <conhecer> induz a um acréscimo nocional que desarruma a ordem da relação de encadeamento. Assim, ao se separar leitura e conhecimento, a leitura torna-se ineficaz, inútil, já que é esvaziada de seu primeiro papel na relação. O que vinha primeiro é eliminado, e o que vinha na sequência (apreender o conteúdo do texto) passa a preceder a leitura. Encontramos aí um acréscimo, varredura (até o extremo) e orientação invertida. Em suma, as operações dizem respeito a uma relação entre estados de coisa, em que a ausência de um deles, implica que o outro ocorra imediatamente.

Culioli apresenta também a marca ***même*** em posição interna. Nesse uso, é estabelecida uma relação entre duas (ou várias) ocorrências apreendidas, seja em sua existência espaço-temporal (*c'est ce même renard que j'ai vu hier* – É essa mesma raposa que eu vi ontem), seja de um ponto de vista qualitativo (*ils ont la même intonation* – eles têm a mesma entonação), seja de um ponto de vista qualitativo e existencial (*une seule et même personne* – um única e mesma pessoa).

O que pudemos notar, em relação à marca ***même***, é que sempre haverá um acréscimo em relação a um valor inicial, que será eliminado (seja por sua exclusão ou por sua absorção) e que em seguida acarretará em uma identificação (curva de identificação) ou na criação de um valor extremo (seja em uma co-orientação/gradação, ou em uma orientação inversa).

Para finalizar suas considerações acerca de ***même***, Culioli faz uma breve explanação sobre a etimologia da palavra. Encontra-se aí a partícula *-met*, que modifica um pronome pessoal (por exemplo, egomet, em latim, que significa "eu mesmo"), colocando uma pessoa em destaque ou opondo-a a outras. Assim, essa partícula (*-met*) constrói um domínio de ocorrências e situa uma ocorrência distinguida em relação a outras ocorrências. Um segundo termo seria *ipse*, que identifica, elimina (ou absorve) toda a alteridade, e constrói uma curva de identificação. Tem-se enfim *-imu*, superlativo que marca a construção de um valor extremo, depois do qual não há mais nada.

Depois dessas considerações, o autor questiona se poderíamos concluir que *même* é herdeiro de *metipsimu*. A resposta é de que a filiação material é indubitável, mas que há outros herdeiros romanos, como mismo (do espanhol), mesmo (do português) e medesimo (do italiano), que são, no entanto, singulares, pois as línguas são singulares.

Culioli finaliza seu texto com uma citação do matemático francês René Thom[35]:

---

[35] "Morphologie et individuation". In: Gilbert Simondon, Une pensée de l'individuation et de la technique, 1994.

> Os problemas de tradução em linguística, a classificação dos vários sentidos de uma mesma palavra em um dicionário ou a evolução diacrônica dos sentidos de uma palavra dão exemplos interessantes de individuação do sentido e de sua evolução temporal. Veremos que o sentido evolui "quanticamente", mas a descontinuidade pode sempre se explicar por um apelo a um esquema abstrato permanente (THOM, 1994 apud CULIOLI, 2002, p. 27)[36].

Foi exatamente essa a tentativa de Culioli em relação à marca ***mêm*e**: buscar na aparente variância (descontinuidade) de seus usos uma invariância que a sustente, ou seja, uma forma abstrata que lhe determine as propriedades básicas, os mecanismos de invariância, mas que mantenha uma plasticidade que permita ocorrências diversificadas.

Culioli, ao buscar essas propriedades abstratas que ligam os diferentes usos da marca ***mesmo***, partindo de um procedimento que mostra como esta marca opera na linguagem, não só aceita a variação, mas observa o que a sustenta. Trabalha em uma perspectiva dinâmica, que analisa o processo de constituição do enunciado e não o enunciado já estabilizado, como o fazem perspectivas estáticas da língua. Ao partir do processo, e não do produto linguístico, propõe uma postura transcategorial, em que não se parte de categorias pré-estabelecidas, mas antes, procura saber o que gerou essas cristalizações.

Cabe a nós agora o estudo da marca ***mesmo*** em português, que apesar de ser também herdeira do termo latino *metipsimu*, não necessariamente apresentará as mesmas operações que a marca ***mêm*e** em francês. É o que faremos no capítulo IV desta tese. Antes, porém, apresentaremos a teoria que orienta nossas reflexões: A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli (TOPE).

[36] Original em francês: "Les problèmes de traduction en linguistique, la classification des sens divers d'un même mot dans un dictionnaire ou l'évolution diachronique des sens d'un mot donnent des exemples intéressants de l'individuation du sens et de son évolution temporelle. On verrait que le sens évolue « quantiquement », mais la discontinuité peut souvent s'expliquer par l'appel à un scheme abstrait permanente" (Culioli, 2002, p. 27)

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

3.1 O sujeito e a linguagem

A hipótese de base de toda teoria enunciativa é a inserção do sujeito no próprio âmago do sistema linguístico, o que torna impossível referir-se à língua como um sistema totalmente distinto de seu utilizador e de suas condições de utilização. Tal posicionamento leva à substituição das abordagens instrumentais da linguagem por uma abordagem que procura trabalhar precisamente no executar-se das operações construtoras da significação. (FUCHS, 1984).

A construção da significação, isto é, a própria linguagem, é sustentada pelas capacidades que todo indivíduo tem de representar, referenciar e regular, e são essas capacidades que vão lhe permitir construir e reconhecer formas por meio dos agenciamentos de marcas em sua língua.

Os conceitos de produção e reconhecimento de formas estão inseridos na situação de enunciação e não são simétricos. Os papéis de emissor e de receptor são ambos assumidos simultaneamente pelos dois interlocutores, isto é, no ato de interlocução, cada um constrói ao mesmo tempo a produção e a recepção do outro, e por isso, a preferência de Culioli pelos termos co-enunciadores e co-enunciação (FUCHS, 1984, p.80).[37] Desse modo, Culioli rejeita um modelo de comunicação linear, em que exista um "universo pré-recortado, sem modulação, nem qualquer adaptação" [38] (1999a, p. 11), isto é, ele marca sua posição contrária à assimilação da linguagem a um código externo aos sujeitos, o que lhes permitiria uma comunicação optimal. Muito pelo contrário, a comunicação supõe ajustamento, regulação, e muitas vezes, não se tem êxito, isto é, há mal-entendido. Assim, na TOPE, os mal-entendidos, os desvios, os "ruídos" são considerados características da atividade de linguagem, e não exceções: a ambiguidade e a heterogeneidade são, nessa perspectiva, constitutivas da linguagem:

[37] O "receptor" não precisa necessariamente ser uma pessoa física: pode ser imaginada, virtual, pode ser o próprio sujeito que enuncia para equilibrar-se.
[38] Original em francês: "un univers pré-découpé, sans modulation, ni adaptabilité aucune" (CULIOLI, 1999a, p. 11).

> [...] um mal-entendido pode nos revelar a ambiguidade constitutiva das línguas naturais; as palavras, mediadoras por excelência, nos fazem experimentar sua opacidade e nos revelam que não há uma relação imediata entre os termos e as coisas. Nós temos então o sentimento que as palavras nos traem, interpondo-se entre nós o "indizível", este "indizível" que nós não chegamos a exprimir na cadeia sonora (CULIOLI, 1967, p. 65) [39].

No nosso dia-a-dia estamos sempre produzindo e reconhecendo enunciados, dentro das possibilidades permitidas pela nossa língua, a fim de contornar os constantes mal-entendidos na busca da compreensão. Estamos sempre montando e desmontando marcas, arranjos, relações, e consequentemente, construindo e reconstruindo significados e valores. Para isto, utilizamos o processo de parafrasagem, que seria a atividade epilinguística, interna e invisível, que colocamos em prática a todo instante, que tanto pode ampliar e proliferar o significado, gerando ambiguidades, como pode desambiguizá-lo, fechá-lo e determiná-lo.

Esse movimento, que poderia ser entendido como o próprio mecanismo da linguagem, nas palavras de Culioli, poderia ser definido da seguinte forma:

> somos todos munidos do mesmo dispositivo, no sentido mais amplo do termo, de construção-desconstrução. Esse dispositivo [...] nos permite recortar, localizar as unidades e localizar essas unidades como sendo indícios, traços de operações, portanto, ter um estoque de operações comuns entre sujeitos, de tal modo que se possa reconstruir, no momento de uma troca, aquilo que é produzido pelo outro. (CULIOLI, 2002, p. 106) [40].

3.1.1. Atividade Epilinguística: produção e reconhecimento de formas

No momento da enunciação, há uma interação verbal externa, perceptível por meio das trocas linguísticas permitidas pela fala e pela escuta, que, no entanto, é constituída internamente, ou seja, em cada sujeito há um diálogo inconsciente, chamado por Culioli de

[39] Original em francês: "un malentendu peut nous révéler l'ambiguïté foncière des langues naturelles : les mots, ces médiateurs par excellence, nous font ressentir leur opacité, et nous révèlent qu'il n'y a pas une relation immédiate entre les mots et les choses" (CULIOLI, 1967, p. 65)

[40] Original em francês: "nous sommes tous munis du meme dispositive, au sens très large du terme, de construction-déconstruction. Ce dispositive, vous le vlyez, nous permet de découper, repérer des unités er repérer ces unités comme étant des indices, des traces d'opérations, donc d'avoir un stock d'opérations communes entre sujets, de telle manière que vous puissiez re-construire, lors d'un échange, se qui a été produit par autrui" (CULIOLI, 2002, p. 106).

atividade epilinguística, que se resume na produção e reconhecimento de formas (apud AUROUX, 1989).

A produção ou construção de formas tem início quando um sujeito marca linguisticamente suas representações por meio do léxico e da sintaxe de uma determinada língua em concordância com sua experiência individual. Já o reconhecimento ou interpretação de formas dá-se quando um sujeito depara-se com formas textuais, sejam elas orais ou escritas, e as investe de significado. O material (gráfico ou sonoro) que representa a interação externa não tem significado por si só, o sujeito é que deve investir este material de significação para falar e ouvir, ler e escrever.

No aprendizado de uma língua, assim como no momento de tradução, há a ativação desse saber epilinguístico, que seria o caminho interno que cada indivíduo faz para chegar a seu significado particular, ou ainda, "uma atividade metalinguística da qual não se tem consciência" (CULIOLI, 1976, p.18). Essa atividade epilinguística funciona, basicamente, pela elaboração de famílias parafrásticas, isto é, de enunciados aparentados, cujo parentesco é sustentado por um esquema chamado léxis (veremos esse conceito mais adiante).

Assim, todo enunciado faz parte de uma família parafrástica, e cabe ao co-enunciador (seja ele escritor, leitor, ouvinte, aprendiz de uma língua) escolher um dentre os enunciados equivalentes. Por ser a escolha individual, esta pode acarretar tanto diferenças superficiais como oscilações importantes. Isto significa que um mesmo enunciado pode suportar uma pluralidade de interpretações.

3.2 Teoria dos observáveis

Toda conduta científica que se quer coerente deve ser sustentada, de acordo com Culioli, por "observação, raciocínio, teorização e então, retorno às observações" (2002, p.136). É por esse motivo que ele [Culioli] propõe uma "teoria dos observáveis" que pode ser resumida, em suas próprias palavras:

> Não há linguística sem observações profundamente detalhadas; não há observações sem teoria dos observáveis; não há observáveis sem problemática; não há problemática que não se conduza a problemas; não há problemas sem a busca de soluções; não há soluções sem raciocínio, não há

> raciocínio sem sistema de representação metalinguística; não há sistema de representação metalinguística sem operações (...) (CULIOLI, 1999b, p.66)[41].

Em suma, Culioli não se contenta com uma pseudo-idealização, isto é, com o conforto de uma ilusão teórica que teoriza sem observar. Os linguistas devem ter interesse em proliferar significados, isto é, multiplicar os exemplos, as glosas, as paráfrases, os enunciados impossíveis (CULIOLI, 2002), pois é assim que poderão encontrar fenômenos que permaneciam imperceptíveis, para em seguida, problematizá-los e tratá-los.

Desse modo, "parte-se do texto e retorna-se ao texto" [42] (CULIOLI, 1976, p.10), o que significa, dentro da conduta adotada por Culioli, encontrarmos uma tentativa de construção que mostre, etapa por etapa, como se constitui um sistema de representação que permite formar relações predicativas, e por aí, enunciados.

Ao retomar a questão da natureza da linguística e de seu objeto de estudo, Culioli defende, em seus postulados, que não somente a linguagem ou somente as línguas podem ser o objeto de estudo da linguística, mas sim a articulação entre esses dois domínios, isto é, o objeto da linguística é, para o autor, a linguagem apreendida através da diversidade das línguas naturais (e através da diversidade dos textos, orais ou escritos). Culioli insiste sobre estes dois pontos:

> De um lado, eu afirmo que a linguística é a atividade de linguagem (ela mesma definida como operações de representação, referenciação e de regulação); de outro lado, afirmo que essa atividade nós podemos apenas apreender, a fim de estudar seu funcionamento, por meio de configurações específicas, de agenciamentos em uma língua dada. A atividade de linguagem remete a uma atividade de reprodução e reconhecimento de formas, ora, essas formas não podem ser estudadas independentemente dos textos, e os textos não podem ser independentes das línguas. (CULIOLI, 1990, p.14) [43].

---

[41] Original em francês: "pas de linguistique sans observation profondément détaillés; pas d'observation sans théorie des observables; pas d'observation sans problématique; pas de problématique qui ne se ramène à des problémes; pas de problémes sans la recherche de solutions; pas de solutions sans raisonnement; pas de raisonnement sans système de représentation métalinguistique; pas de système de représentation métalinguistique sans opérations (...)" (CULIOLI, 1999b, p.66).

[42] Original em francês: "on part du texte et on revient au texte" (CULIOLI, 1976, p.10).

[43] Original em francês: "d'un cote, je dis que l'objet de la linguistique est l'activité de langage (elle-même définie comme opérations de représentation, de référenciation et de regulation); d'un autre côte, je dis que cette activité nous ne pouvons l'appréhender, afin d'en étudier le fonctionnement, qu'à travers des configurations spécifiques, des agencements dans une langue donnée. L'activité de langage renvoie à une activité de production et de reconnaissance de formes, or, ces formes ne peuvent pas être étudiées indépendamment des texts, et les textes ne peuvent être indépendants des langues. (CULIOLI, 1990, p.14).

Levar em conta a diversidade das línguas é se perguntar se esta diversidade é redutível ou irredutível (pelo fato de as línguas serem diferentes e possuírem suas especificidades). Sabemos que é possível aprender várias línguas, passar de uma língua a outra, e assim, a especificidade de cada língua não poderia ser irredutível. Esse fato leva a crer que existe algo em comum na diversidade das línguas, ou seja, que existem esquemas, relações, termos primitivos, operações que nos permitiriam destacar as operações de invariância que se encontram subjacentes à atividade de linguagem. Desse modo poderíamos dizer que a articulação línguas/linguagem proposta por Culioli representa a busca de uma invariância (linguagem) na variância (línguas naturais).

A trajetória metodológica adotada por Antoine Culioli não se contenta com objetos prontos e etiquetados. Pelo contrário, diante do texto material, vai-se "desconstruí-lo" [44], de modo que ele tenha um estatuto teórico e que seja possível conduzi-lo a categorias, operações, relações, isto é, que ele possa tornar-se manipulável e tratável.

O texto material (dependente das línguas), na TOPE, são os enunciados. É a partir deles [os enunciados] que se vai trabalhar nessa perspectiva. Segundo Culioli, "o enunciado não é de 'todo fabricado', que sai da mente e transporta o sentido de tal maneira que o outro, do outro lado, o recupera e coloca na mente" [45] (2002, p.27). Na verdade, "é um agenciamento de marcas que são, elas mesmas, traços de operações, quer dizer, é a materialização de fenômenos mentais aos quais nós não temos acesso, e dos quais nós, linguistas, só podemos dar uma representação metalinguística, isto é, abstrata"[46]. (Idem). É o conceito de enunciado que permite englobar todas as produções do sujeito falante, sejam elas orais ou escritas.

O enunciado deve ser aqui entendido como um agenciamento de formas a partir das quais os mecanismos enunciativos que o constituem podem ser analisados, no quadro de um sistema de representação formalizável, como uma sequência de operações da qual ele [o enunciado] é o traço. (FRANCKEL, 1998, p.52). Esse sistema de representação formalizável

---

[44] Culioli prefere falar em análise ou construção metalinguística no lugar de desconstrução, já que este último termo é carregado e pode remeter à desconstrução tal qual a colocava Derrida (CULIOLI, 2002, p.104-105)

[45] "l'énoncé ça n'est pas du 'tout fabriqué', qui sort de la tête et qui transporte du sens de telle manière que l'autre, à l'autre bout, le récupère e se le met em tête" (CULIOLI, 2002, p.27).

[46] Original em francês: "c'est un agencement de marqueurs, qui sont eux-mêmes la trace d'opérations, c'est-à-dire, que c'est la matérialisation de phénomènes mentaux auxquels nous n'avons pas accès, et dont nous ne pouvons, nous linguistes, que donner une représentation métalinguistique, c'est-à-dire, abstraite" (CULIOLI, 2002, p.27).

corresponde a um sistema de representação metalinguística, composto por objetos metalinguísticos, que auxiliarão o linguista na análise dos problemas encontrados.

De acordo com Culioli (1976, p.135), pode-se construir uma metalíngua a partir de observações, e então, tem-se duas possibilidades:

- ou se constrói uma metalíngua interior à língua, no sentido estrito de que "a metalíngua está na língua", e tal é a posição de Harris (1909-1992);

- ou se constrói uma metalíngua, que está efetivamente na língua, mas da qual não se tem consciência, e é preciso fazer com que ela apareça, ou seja, é preciso construí-la a partir de observações. Uma vez que a metalíngua seja construída, é preciso lhe dar um estatuto autônomo, isto é, ela vai funcionar com todas as restrições metalinguísticas que se vai encontrar em toda utilização formal de uma metalíngua.

Culioli adota a segunda possibilidade, já que ao se utilizar uma língua usual para as representações metalinguísticas, corre-se o risco de introduzir uma série de termos carregados semanticamente. Assim, de acordo com o autor, é preciso construir um sistema de representação formal, não no sentido em que ele seja desengajado, como em um sistema formal matemático, mas no sentido em que ele possa funcionar para todos, isto é, deve ser algo que possa ser "transportável". (CULIOLI, 1976, p. 56).

Culioli (2002) espera duas coisas da formalização em linguística: que ela nos forneça instrumentos de descoberta dos fenômenos, isto é, uma teoria dos observáveis que permita fazer aparecer observações que passariam sem dúvida despercebidas, e ao mesmo tempo, que nos permita dar uma forma abstrata a essas observações, de modo que elas sejam, em seguida, tratáveis.

O linguista que se pauta na TOPE, e que tem, portanto, os enunciados como objeto de análise, deve tentar recuperar as operações de linguagem encontradas na base da construção desses enunciados. Para isso, é necessário levar em conta esse processo de construção, partindo da relação primitiva e caminhando em direção à relação enunciativa (em outras palavras, partindo de um nível mais profundo para remontar à superfície), observando as marcas ou traços deixados pelos enunciadores na constituição de seus enunciados.

Assumindo tal postura, o linguista deve considerar o movimento de operações para chegar às propriedades de invariância da linguagem. Simulando esse movimento, que seria a

atividade epilinguística dos sujeitos, ele reconhecerá que um enunciado representa um entre muitos enunciados que um sujeito poderia produzir em uma situação de enunciação. O linguista deve simular a atividade epilinguística dos sujeitos, o que significa elaborar famílias parafrásticas, assim como o fazem os sujeitos enunciadores, mas no caso do linguista, com rigor teórico e metodológico, sabendo o que se espera obter nesse processo. Em suma, esse procedimento diz respeito à criação de glosas, elaboradas por meio da atividade epilinguística do linguista, enquanto falante de uma língua, e o refinamento dessas glosas, com base em uma atividade mais rígida (ou metalinguística) do linguista, enquanto conhecedor de regras formais de um modelo teórico.

3.3 O conceito de marca (*marqueur*)

Uma das propriedades essenciais da linguagem é, segundo Franckel (1989, p.10), "comportar o traço das operações que a constituem" [47].

É a organização de marcas, variável de língua a língua, que permite ao leitor/ouvinte (conhecedor das suas regras de funcionamento), reconstruir, por meio do reconhecimento, as operações realizadas na produção por um enunciador, e sendo assim, a linguagem pode funcionar como sistema de representação e também de comunicação das operações efetuadas.

O conceito de marca, na teoria culioliana, é definido como "uma espécie de resumo, de concentrado de procedimentos que *desencadeiam* e *ativam* representações" [48] (CULIOLI, 2002, p.172), o que justifica sua importância nesse quadro teórico: "[...] essa noção de marca me parece, na verdade, fundamental, pois é ela que mostra, em um determinado momento, que todo termo desencadeia uma representação" [49]. (CULIOLI, 2002, p.180)

Ainda segundo Culioli (2002), o conceito de marca é importante, pois remete às operações, que estão em um nível de abstração superior, permitindo que as formas sejam ligadas a esse plano mental (que é o das operações). Permite, ainda, ligar o plano das

[47] Original em francês: "comporter la trace des opérations qui le constituent**".** (FRANCKEL, 1989, p.10)
[48] Original em francês: "c'est une espèce de résumé, de concentre de procédures qui *déclenchent* et *activent* des représentations" (CULIOLI, 2002, p.172).

[49] Original em francês: "[…] cette notion de marqueur me semble em effet dondamentale, car c'est elle qui montre à moment donné que tout terme déclenche une représentation" (CULIOLI, 2002, p.180)

operações ao plano metalinguístico, por intermédio dessas formas. No plano do metalinguístico, possibilita um movimento de simulação. Assim, a noção de marca será utilizada como ponto de partida dessa simulação, que por meio da atividade metalinguística, nos permitirá simular o que se passa no nível das operações mentais.

Se Culioli insiste na noção de marca é por que ela nos possibilita unir:

> *a atividade de linguagem*, o nível das operações, que não é diretamente acessível; os *enunciados*, isto é, a materialidade dos textos, que é diretamente acessível; *a atividade metalinguística*, o trabalho do linguista que vai simular o nível das operações; *a diversidade* das línguas, a diversidade dos textos; *a deformabilidade*, a polissemia, quer dizer, esse espaço de proliferação semântica [50] (CULIOLI, 2002, p.185).

Neste trabalho, partimos do princípio de que a pluralidade, a disparidade de valores associados a uma marca (polissemia), resulta de especificações diferentes de uma única e mesma operação da qual esta marca é o traço (FRANCKEL, 1989). Essa operação engendra restrições observáveis, restrições que podemos apreender como verdadeiras reveladoras de seu funcionamento. A evidenciação dessas restrições desempenhará um papel central na análise. É por um estudo preciso e minucioso da organização dessas restrições que poderemos depreender uma caracterização da marca na generalidade de seu funcionamento. (FRANCKEL, idem).

Enfim, ao trabalharmos com o conceito de marca, temos por objetivo: "[...] depreender uma unidade na diversidade de empregos e valores de uma mesma marca gramatical e explicar como se ligam e se encadeiam suas funções" [51]. (FRANCKEL, 1989, p. 14).

É exatamente isso o que fazemos ao analisar a marca mesmo no capítulo V deste trabalho.

---

[50] Original em francês: "*l'activité de langage*, le niveaux des opérations, qui n'est pas directement accessible; *les enoncés*, c'est à dire la materialité du texte, qui est directement acessible; *l'activité métalinguistique*, le travail du linguiste qui va simuler le niveau des opérations; *la diversité* des langues, la diversité des textes; *la déformabilité*, la polysémie, c'est à dire cette espèce de foisonnement sémantique" (CULIOLI, 2002, p.185).

[51] Original em francês: "Dégager une unité dans la diversité des emplois et de valeurs d'un même marqueur gramatical e d'expliquer comment se relie et s'enchaînent ses fonctions". (FRANCKEL, 1989, p. 14).

3.4 Os tipos de dados na TOPE

Em relação aos tipos de dados com os quais o linguista trabalhará em sua pesquisa, Culioli (2002) alerta para o perigo de se tomar como ponto de partida uma espécie de língua ornamentada (*tarabiscotée*) e impossível: "os linguistas fabricam essas relativas que ninguém teria a ideia de empregar" [52] (CULIOLI, 2002, p. 131), e cita um exemplo de Chomsky: *I called the man who wrote the book that you told me about up* [53].

O autor propõe então que se parta de uma língua em sua realidade, enfatizando que o importante é partir de dados concretos, daquilo que se encontra materialmente.

De acordo com Fuchs (1984 apud REZENDE, 2000), a

> [...] redefinição do objeto de estudo da linguística *A linguagem apreendida por meio da diversidade das línguas naturais* traz consequências do ponto de vista do que se entende por *dados linguísticos*. Culioli propõe uma *teoria dos observáveis* na qual ele opõe a três ordens de dados (respectivamente os dados *classificatórios*, os *metatextos artificiais* e o *corpus constrito*) uma quarta ordem de dados, que faz claramente intervir o sujeito: trata-se do que ele chama as *glosas epilinguísticas* e as *paráfrases metalinguísticas*, quer dizer equivalência entre enunciados produzidos, segundo o caso, de modo não-consciente ou consciente, pelos sujeitos, e que necessitam ser descritas em termos de operações. Vemos que o sujeito está fundamentalmente inscrito tanto no objeto de estudo quanto no tipo de dados linguísticos aos quais se prende a teoria de Culioli. (FUCHS, 1984 apud REZENDE).

Culioli (1999a) define da seguinte forma os quatro tipos de dados aos quais os linguistas podem se relacionar:

1°) O primeiro diz respeito ao estudo das propriedades distribucionais de um termo, ou seja, "suas latitudes de co-ocorrência" [54] (CULIOLI, 1999a, p.73). Trata-se de um trabalho clássico em linguística descritiva, inevitável, segundo o autor, que terá que ser feito em um momento ou outro. A grande questão é saber se é desse tipo de análise, distribucional, que se

[52] Original em francês: "les linguistes fabriquant donc ces relatives que personne n'aurait l'idée de employer" (CULIOLI, 2002, p. 131)
[53] Tradução nossa: *Eu chamei o homem que escreveu o livro do qual você me falou*.
[54] Original em francês: "[...] ses latitudes de co-occurence" (CULIOLI, 1999a, p.73).

ocupa a linguística geral ou se essa é apenas uma etapa prévia, a ser realizada em um determinado momento.

2°) O segundo conjunto de dados é o que Culioli (1999a) denomina *metatexto*. São as frases de manuais, textos construídos pelos lógicos ou por especialistas da inteligência artificial. O risco desse tipo de dados, de acordo com o autor, é a supressão de um certo número de traços próprios aos enunciados, produzidos e interpretados por sujeitos enunciadores, em situações específicas, em uma língua natural dada.

3°) Este grupo é constituído pelas *glosas epilinguísticas*, que seriam os textos produzidos espontaneamente pelos sujeitos, de modo espontâneo ou em resposta a uma solicitação, quando comentam um texto precedente. As glosas, segundo Culioli, formam uma boa parte do nosso discurso cotidiano e tem um papel muito importante na desambiguização de enunciados. Apesar de serem uma fonte preciosa de informações linguísticas, as glosas são, muitas vezes, negligenciadas.

4°) O último tipo de dados é denominado *corpus constrito*. Trata-se de um tipo de *corpus* que não pode ser estendido, transformado ou utilizado para fins experimentais, como por exemplo, o delírio de um psicótico, ou a linguagem de uma criança pequena.

Admitindo que o primeiro tipo de dados (análise distribucional) é somente uma etapa de análise, que o *metatexto* possui um valor precário e que haveria, de sua parte, uma certa incompetência teórica diante dos problemas que se colocam em relação ao *corpus constrito*, é sobre o domínio das *glosas epilinguísticas* e das *paráfrases* que Culioli (1999a) conduz suas observações. Para tanto, o autor segue as três regras abaixo:

> a) construir metalínguas a partir de sistemas de representação elaborados no interior de cada língua específica e utilizar apenas seres metalinguísticos que têm um estatuto na teoria;
> b) não separar teoria da linguagem e teoria de análise das línguas, e não se contentar com regras de boa formação de *frases* eliminado as regras de boa constituição dos *enunciados*;
> c) sempre utilizar fórmulas em que cada ocorrência de símbolo metalinguístico tenha um traço localizável em um texto e fórmulas em que cada constituinte do texto adquira um estatuto metalinguístico no sistema de representação [55]. (CULIOLI, 1999a, p.81).

[55] Original em francês: a) construire des métalangages (nécessairement extérieurs aux langues) à partir des systèmes des représentations élaborès à l'intérieur de chaque langue spécifique et n'utiliser que des êtres métalinguistiques qui ont um statu dans la théorie;

Mais adiante, abordaremos com mais detalhe as relações entre glosa e paráfrase, que se constituirão no tipo de dados desse trabalho.

3.5 A articulação línguas/linguagem

A atividade de linguagem é frequentemente vista como um processo direto de comunicação, sendo considerada veículo de uma nítida informação, que vai de um emissor para um receptor. Esta é uma falácia que subjaz e molda a concepção que alguns linguistas têm do que seja de fato a atividade de linguagem:

> A metáfora da linguagem como um veículo ou como um órgão mental [...] cruzando-se com outras falácias [...] geram um certo número de falsas concepções: a atividade de linguagem está distante de ser vista como um processo intrincado de conjuntos de operações heterogêneas, mas é concebida como um processo programado de transmissão e recepção, no qual a transmissão codifica o significado que é , por sua vez, decodificado pelo receptor. (CULIOLI, s/d).

Para o autor do texto, a linguagem não é um instrumento, um implemento, um modo de comunicação. Trata-se de um sistema de representação entre outros sistemas de representação, que só pode ser acessado por meio da observação das línguas naturais.

De acordo com Culioli, como já dissemos no item anterior, o objeto da Linguística é a atividade de linguagem apreendida através da diversidade das línguas naturais, ou seja, essa atividade seria a capacidade humana de representar, referenciar e regular, passível de ser vislumbrada por meio das línguas.

---

b) ne pas séparer théorie du langage et théorie de l'analyse des langues, et ne pas se contenter de règles de bonne formation de *phrases* em éliminat les règles de bonne constitution des *énoncés*;
c) utiliser toujours des formules où chaque occurrence des symboles métalinguistique a une trace repérable dans un texte et où chaque constituent du texte acquiert un statut métalinguistique dans le système de représentations. Cette dernière règle étant extrêmement exigeant et fondamentale. (CULIOLI, 1999a, p.81).

Essa visão, segundo Culioli (1999a, p.117) é compartilhada com Benveniste: "eu diria que Benveniste me parece ser o linguista que estabeleceu, de modo explícito e parcialmente teorizado, que o objeto da linguística era o estudo da relação entre *a linguagem* e *as línguas*" [56], posicionamento que fica claro em *Problemas de Linguística Geral*, na seguinte afirmação:

> é preciso se penetrar da verdade de que a reflexão sobre a linguagem somente é frutuosa se ela incide, primeiramente, sobre as línguas reais. O estudo desses organismos empíricos, históricos, que são as línguas, se coloca como o único acesso possível à compreensão dos mecanismos e do funcionamento da linguagem" [57] (BENVENISTE apud CULIOLI, 1999a, p.117)

Em entrevista concedida a Frédéric Fau, na obra *Variations sur La Linguistique* (2002), Culioli é questionado sobre sua intenção de dar conta da totalidade do objeto linguagem, em toda sua heterogeneidade, ao que responde não ser esse o seu propósito, já que o linguista não pode fazer tudo (CULIOLI, 2002, p. 101). É por esse motivo que afirma: a linguagem não é propriedade exclusiva do linguista e introduz então a restrição de que a linguagem deve ser apreendida através da diversidade das línguas e dos textos. E este sim seria o objeto da Linguística.

Na reflexão culioliana, as línguas se apresentam sob a forma de textos, e cada texto "representa formas de agenciamentos, de configurações que vão, à primeira vista, variar de uma língua para a outra, mas das quais se poderá num dado momento procurar as regularidades" [58]. (CULIOLI, 1976, p.9). Assim, a linguagem, entendida como uma atividade que constrói a significação, em sua relação com as línguas naturais, só é acessível por meio de textos, isto é, através de marcas que aparecem na superfície do texto.

O conceito de marca, já citado anteriormente, fundamenta-se sobre a seguinte ideia: todos têm uma atividade mental, à qual não se tem acesso diretamente, mas apenas por meio de marcas. Essas marcas são traços de operações, a partir das quais se constroem representações, categorias gramaticais, relações, de modo que se possa referenciar e em

---

[56] Original em francês: "[...] je dirais que Benveniste me paraît être le linguiste que a posé, de façon explicite et partiellement théorisée, que l'objet de la linguistique étatit l'étude de la relation entre *le langage* et *les langues*. (CULIOLI, 1999a, p.117).

[57] Original em francês: […] il faudra se pénétrer de cette vérité que la refléxion sur le langage n'est fructuese que si ele porte d'abord sur les langues réelles. L'étude de ces organismes empiriques , historique, que sont les langues demeure le seul accès possible à la compréhension des mécanismes et du fonctionnement du langage". (BENVENISTE apud CULIOLI, 1999a, p.117).

[58] Original em francês: "représente des formes d'agencements, de configurations qui vont à première vue varier d'une langue à l'autre, mais dont on pourra à un moment, rechercher les régularités" (CULIOLI, 1976, p.9).

seguida ajustar os sistemas de referências entre os indivíduos.[59] (CULIOLI, 2002, p.174). Em suma, a materialização dos fenômenos mentais se dá por meio do agenciamento das marcas, o que caracteriza a formação de um enunciado.

Culioli estabelece três níveis de estudo em relação à manipulação dos enunciados pelo linguista. O primeiro nível, *Nível 1,* é aquele das representações mentais (de ordem cognitiva e afetiva), ao qual nós não temos acesso. O *Nível 2,* que é acessível ao linguista, é onde estão as representações das representações mentais, ou seja, constitui-se de traços da atividade de representação do *Nível 1*. Por fim, há um terceiro nível, metalinguístico, que diz respeito às manipulações ou reformulações efetuadas pelo linguista. O *Nível 3* é o nível formal, e é constituído por diversas ferramentas metalinguísticas.

A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas é elaborada a partir desses três níveis, a que se atribui, respectivamente, a seguinte terminologia: é chamado linguageiro[60] o que resulta da atividade de linguagem; linguístico o que concerne às operações complexas cujos traços são as configurações textuais; metalinguístico o domínio da atividade do linguista que descreve e representa os fenômenos observados.

Apresentaremos, a seguir, cada um desses níveis: as atividades linguageiras, linguísticas e metalinguísticas[61].

3.6 Atividades Linguageiras

A construção da significação, isto é, a própria linguagem, é sustentada pelas capacidades que um indivíduo tem de representar, referenciar e regular, o que constitui as atividades linguageiras.

A atividade de representação é uma atividade individual e psicológica. Cada indivíduo, com seu modo particular de experienciar o mundo físico e mental, constrói representações mentais, isto é, organiza as experiências que elabora desde a infância e que são

[59] Trata-se das atividades de representação, referenciação e regulação, que serão explicadas mais adiante.
[60] Utilizaremos o adjetivo *linguageiro* (e não linguageiro) para diferenciar a qualidade do que se refere ao termo linguagem daquilo que se refere ao termo língua, para o qual utilizaremos o adjetivo *linguístico*.
[61] Após a definição das atividades linguageiras, apresentaremos os objetos metalinguísticos (referentes às atividades metalinguísticas), já que é preciso introduzir alguns conceitos importantes para que se possa melhor compreender as atividades linguísticas.

construídas a partir de suas relações com o mundo, com os objetos, com o outro. Essas representações coincidem com o processo de categorização, que é baseado nos universos extralinguístico e linguístico, e dá origem às noções, termo que definiremos mais adiante.

A atividade de referenciação diz respeito à construção de uma relação entre um elemento do domínio linguístico (E) e um elemento do domínio extralinguístico (E'), em que E, de modo global, será um enunciado (ou no limite, um objeto físico) e E' será um acontecimento ou um evento. (Cf. Culioli, 1976, pp.32-33). Não há correspondência termo a termo entre os enunciados (E) e a realidade extralinguística (E'), há a construção da referenciação. A construção da relação entre E e E', ou da referência, ocorre da seguinte forma: um primeiro enunciador produz um enunciado agenciado de tal maneira que permitirá a um segundo enunciador (ou co-enunciador) construir um sistema de coordenadas que o auxiliarão na construção de valores referenciais que serão atribuídos ao enunciado em questão. A construção da relação entre E e E' pelo primeiro enunciador e a tentativa de reconhecimento dessa relação pelo segundo enunciador é o que constitui a atividade de referenciação.

A atividade de regulação, em termos gerais, pode ser definida como uma adequação do discurso do enunciador dependendo de seu ouvinte ou leitor. É uma atividade em que há um ajustamento entre as representações dos interlocutores, ou melhor, um enunciador regula suas representações de acordo com o que pensa a respeito das representações de seu co-enunciador, isto porque a linguagem não é transparente, embora se tenha a ilusão de que ela seja. A relação entre dois sujeitos não é simétrica, isto é, o ouvinte não é a imagem refletida do enunciador, e vice-versa. (CULIOLI, 1999a).

3.7 Objetos Metalinguísticos

Culioli fornece em sua teoria um aparato com diversas ferramentas que auxiliam o linguista na descrição e representação dos fenômenos observados. Apresentaremos, a seguir, alguns destes conceitos.

3.7.1 Noção e Domínio Nocional

Culioli (apud FRANCKEL, 1998, p.56) define a noção como: "um feixe de propriedades físico-culturais, sem lhe conferir um estatuto, propriamente dito, linguístico, apresentando-a como uma entidade híbrida, entre o mundo e as representações culturais de um lado, e a língua, do outro" [62]. As noções são compostas, desse modo, por propriedades físico-culturais, também chamadas propriedades primitivas (GROUSSIER, 2000), que não são necessariamente universais, já que elas podem variar de cultura a cultura. (CULIOLI, 1976)

Assim, de acordo com o autor (CULIOLI, 1999b), a noção se situa entre a articulação do metalinguístico e do não-linguístico, em um nível híbrido:

> - de um lado, trata-se de uma forma de representação não linguística, ligada ao estado de conhecimento e à atividade de elaboração de experiência de qualquer pessoa;
> - de outro, trata-se da primeira etapa de uma representação metalinguística [63]. (CULIOLI, 1999b, p.9-10)

As noções emergem como ocorrências (que não são estáveis em relação à noção) através de realizações particulares, isto é, em um contexto específico. Elas são captadas no momento da enunciação podendo adquirir diversas propriedades.

A noção nos põe em confronto com o problema da identidade versus a alteridade. O "domínio nocional" proposto por Culioli e definido como o domínio das ocorrências de uma noção é uma tentativa de resolver esse problema através da integração das relações de identidade e alteridade. Assim, uma noção não é definida somente pelo que ela é (identidade), mas também pelo que ela não é (alteridade) (GROUSSIER, 2000).

---

[62]Original em francês: "un faisceau de propriétés physico-culturelles, sans lui conférer un statut à proprement parler linguistique, la présentant comme une entité hybride, entre le monde et lês représentations physico-culturelles d'un côté, la langue de l'autre" (CULIOLI apud FRANCKEL, 1998, p.56).

[63] Original em francês: -d'un coté, il s'agit d'une forme de représentations non linguistique, liée à l'état de connaissance et à l'activité d'elaboration d'espériences de tout um chacun [...]; - de l'autre , il s'agit de la première étape d'une représenation métalinguistique. (CULIOLI, 1999b, p.9-10)

O domínio nocional é construído ao redor de uma ocorrência-modelo ou ocorrência privilegiada, que é identificada como o exemplar da noção, chamado centro organizador (CO). Este centro organizador pode se construir em relação ao *tipo* ou ao *atrator*.

No *tipo*, a classe de ocorrências é construída pela identificação ou diferenciação com o centro organizador. Os diferentes graus de identidade vão fazer com que as ocorrências se agrupem ao longo de um gradiente. Ocorrências idênticas ou quase idênticas à ocorrência tipo serão agrupadas perto do centro organizador; ocorrências com menos propriedades em comum com a ocorrência tipo serão agrupadas em ordem decrescente de identidade e em ordem crescente de alteridade em relação ao centro (CULIOLI, 1999b). Para dar um exemplo: *Essa pessoa é tudo, menos um amigo!* a pessoa em questão não é um exemplar de /amigo/[64] pois não remete às propriedades de <ser amigo>[65].

O *atrator* tem a característica da singularidade. Ele só permite a comparação da ocorrência privilegiada consigo próprio, e não com outras ocorrências. (CULIOLI, 1999b). Em *Cara, você é o amigo!* nota-se que /amigo/ tem todas as propriedades de <ser amigo>.

As ocorrências que apresentam diversas propriedades em comum com o centro organizador serão definidas como pertencentes ao *Interior* do domínio nocional e terão a propriedade *p.* As que não tiverem propriedades significativas em comum com o centro serão definidas como pertencentes ao *Exterior* do domínio, e terão a propriedade não-p (*p'*).

No entanto, não se trata do complementar lógico, em que há uma restrição das análises aos pólos *p*/*p'*. Entre o *Interior* e o *Exterior* do domínio existe uma *Fronteira*, que pode ser representada como a zona em que as ocorrências menos típicas do *Interior* sobrepõem-se às ocorrências menos típicas do *Exterior*, e vice-versa. A *fronteira* contém não só a propriedade p (verdadeiramente p), mas também a propriedade alterada, não-p (verdadeiramente não-p) e todos os valores entre p e não-p.

Se falarmos, por exemplo, da noção /amigo/, teremos, no centro organizador a propriedade "verdadeiramente amigo", e no interior do domínio, teremos "tudo aquilo que se pode chamar de amigo". Se caminharmos do centro em direção ao exterior do domínio, poderemos encontrar um gradiente como "não tão amigo". No exterior do domínio encontraremos a propriedade "verdadeiramente não-amigo". Se caminharmos do exterior do domínio em direção ao centro teremos um gradiente como "quase amigo"

[64] A notação / / indica uma noção.
[65] A notação < > refere-se a um predicado.

Tomemos os seguintes exemplos e observemos sua distribuição no domínio nocional de /amigo/, em que X é o centro organizador:

X_1) Cara, você é o amigo!

X_2) Você não é tão amigo!

X_3) Você é quase um amigo!

X_4) você não é amigo, é traidor!

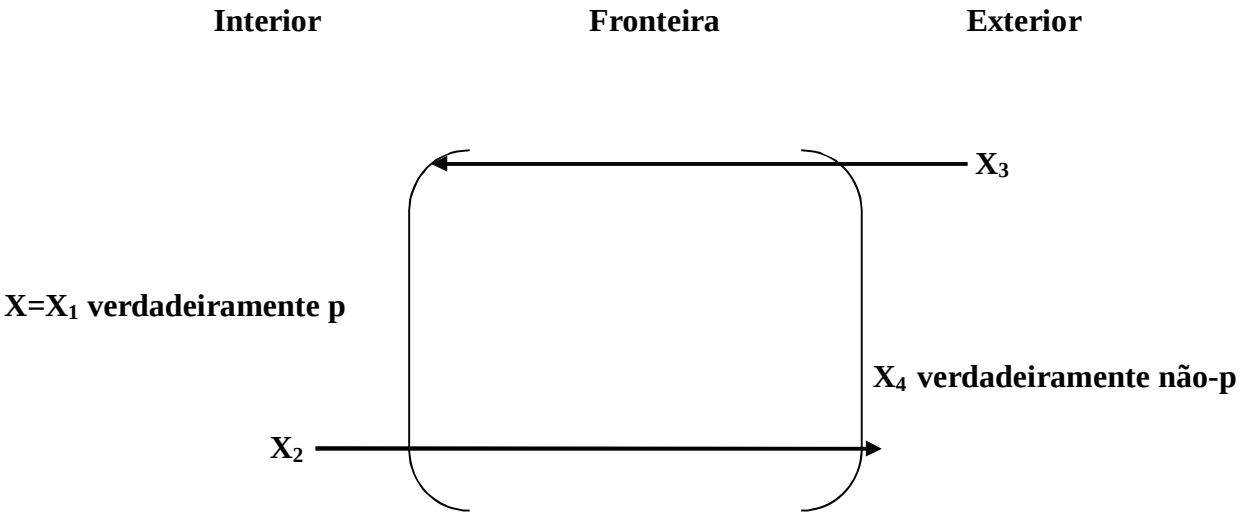

Figura 1 – Domínio Nocional

3.7.2 QNT e QLT

Um indivíduo, ao construir uma noção, consequentemente constrói ao redor dela um domínio nocional. Como dissemos acima, o domínio nocional constitui-se de ocorrências da noção e essas, são individuais e distintas. Por exemplo, se em um determinado momento dizemos *boi*, e algum tempo depois dizemos novamente *boi*, não significa que a primeira ocorrência seja igual à segunda, pois as enunciamos em tempos e espaços diferentes e em situações de enunciação também diferentes. Dessa forma, as ocorrências podem ser enumeradas como se fossem pontos, e podem, do mesmo modo, ser qualificadas. Isso dá origem a dois conceitos propostos por Culioli: o conceito de quantitativo, notado QNT, e o conceito de qualitativo, notado QLT.

A operação de *qualificação* entra em jogo cada vez que se efetua uma operação de identificação/diferenciação que incide sobre alguma coisa. Mas qualificar, de acordo com Culioli, não é apenas satisfazer-se em adicionar um qualificativo. Trata-se de acionar um encadeamento complexo de operações. (CULIOLI, 1999b).

Consideremos os seguintes exemplos:

1) Se você encontrar **o menor** obstáculo, me chame (hipotética).
2) Eu não encontrei **o menor** obstáculo (modalidade negativa).[66]

Em relação a **"o menor"**, a hipotética constrói a existência de uma "ocorrência de obstáculo" e o obstáculo eventualmente encontrado é qualificado. **"O menor"** marca a entrada/saída de um domínio de validação. Neste caso, passa-se do exterior do domínio (onde não se encontra a noção <ser obstáculo>) ao interior (onde se encontra a noção <ser obstáculo>). Na modalidade negativa, o movimento é inverso: percorre-se o interior do domínio de validação (onde não se encontra uma ocorrência da noção <ser obstáculo>) e há a saída para o exterior, marcando a inexistência do obstáculo. Assim, qualifica-se o obstáculo eventualmente encontrado e atribui-se a ele a inexistência.

Segundo Culioli, a *quantificação* remete "à operação pela qual se constrói a representação de alguma coisa que se possa distinguir e situar em um espaço de referência" (1999b, p. 82).

A partir do momento em que um sujeito constrói a representação de uma ocorrência da noção e a localiza em uma situação de enunciação, tem-se a quantificação desta noção.

A quantificação pode ocorrer por meio das operações de extração, flechagem e varredura.[67] Para exemplificar essas operações, recorreremos a alguns exemplos.

3.7.2.1 Extração

A operação de extração, como o próprio nome sugere, consiste em extrair do conjunto das ocorrências que formam o domínio nocional de uma noção uma ocorrência específica. Por

[66] Exemplos retirados de Culioli, 1999b, p.84.
[67] Termos traduzidos do francês extraction, fléchage e parcours.

exemplo, se estamos em um lugar qualquer e vemos um cachorro, podemos dizer: *Aquele cachorro não pára de latir!* Neste momento, extraímos da noção /cachorro/ uma das diversas ocorrências que a constituem[68], que foi atualizada pelos marcadores *aquele* e *cachorro*.

3.7.2.2 Flechagem

Trata-se de uma operação que identifica uma ocorrência posterior de uma noção com uma ocorrência anterior. Se o cachorro a que nos referimos acima retorna após algum tempo ao lugar em que estávamos e dizemos: *O cachorro continua latindo!*, estamos extraindo uma segunda ocorrência da noção /cachorro/ e identificando-a com a primeira. É isso que caracteriza a operação de flechagem.

3.7.2.3 Varredura

A operação de varredura consiste em percorrer todas as ocorrências de um domínio nocional sem se deter em nenhuma delas. Assim, se dizemos: *O cachorro é considerado o melhor amigo do homem*, estamos nos referindo a todas as ocorrências da noção /cachorro/.

3.7.3 Enunciados exclamativos e o alto grau

Os estudos de gramática, de acordo com Culioli (1999b), em sua grande maioria, continuam a desconfiar do oral, com suas restrições específicas, e do falado, ou seja, a língua real na qual estamos mergulhados. Em outros termos, "os linguistas continuam fundamentando suas análises em uma língua artificial: enunciados magros para jogos lógicos, pseudo-oral que é apenas o escrito manipulado (...)"(CULIOLI, 1999b, p.113).

Nesse sentido, as exclamativas são exemplares: elas têm um estatuto mal definido. Muitos a aproximam das enfáticas, das interrogativas. Fala-se a seu propósito de sintaxe afetiva, de sentimento vivo diante de um acontecimento, de expressividade. Às vezes são

[68] A várias ocorrências de uma noção podem ser representadas por p_i, p_j,...p_n.

deixadas um pouco à parte pela gramática, sendo situadas entre as interjeições e as frases. Mas na realidade, trata-se de assertivas (em que o sujeito assume o que diz e se coloca), mas com um "algo mais" que se marca por procedimentos diversos, lexicais, prosódicos, sintáticos. (Culioli, 1999b).

Quando um sujeito produz um enunciado exclamativo, ele não quer simplesmente descrever, ele quer assinalar, por meio da exclamativa, que se trata de algo que não é algo qualquer.

Assim, os enunciados exclamativos estão ligados à constituição do gradiente e à construção do alto grau, e essas operações, por sua vez, estão ligadas ao *atrator*, e à operação de qualificação (QLT). Para que haja uma exclamativa, é preciso que haja predicado e possibilidade de graduar. Para ilustrar essa questão, Culioli (1999b, p.13) recorre à marca em francês *quel*, que em português pode significar "qual" ou "que". O *quel* percorre todos os graus, é a imagem de todos os possíveis. Na exclamativa com *quel*, constrói-se as ocorrências em um gradiente de valor. Tem-se uma varredura orientada em direção a uma ocorrência distinta, que desemboca sobre o alto grau. (CULIOLI, 1999b).

Assim se tomamos um exemplo como:

Que beleza de música!

Estamos no domínio entre "beleza" e "feiúra". Dentro dele, percorremos todos os graus de "feiúra", desde o mais feio até o menos feio (do exterior do domínio em direção à fronteira), e todos os graus de "beleza", desde o menos belo até o mais belo (da fronteira do domínio em direção ao centro organizador, no interior), até o momento em que a ocorrência de "beleza" chega ao seu alto grau, ou seja, ela estabiliza-se em relação à ocorrência singularizada da noção.

Podemos demonstrar essa relação da seguinte forma:

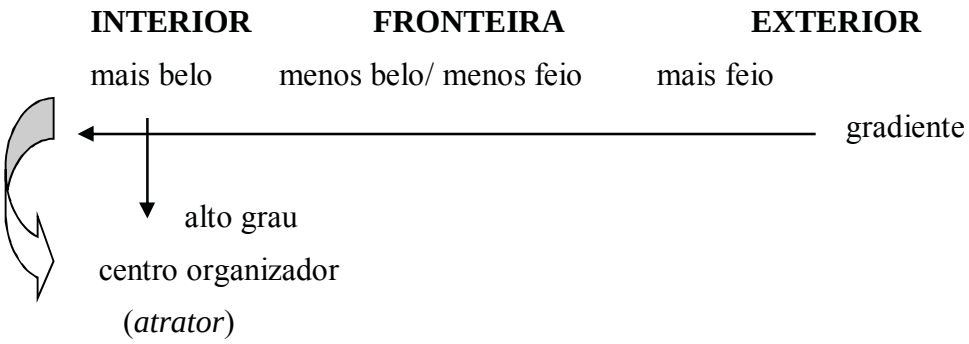

Figura 2 - O alto grau

3.7.4 Operação de *repérage* ou localização

A operação *répérage* ou localização, segundo Culioli (1983), é uma operação fundamental que se encontra em todos os tipos de fenômenos.

Dizer que um termo X é localizado em relação a um termo Y significa que X está situado com referência a Y, e que este último serve como localizador (ponto de referência – *repère*) e o primeiro como localizado (*repéré*).

Quando um termo X é localizado em relação a um termo Y, atribui-se a X um valor referencial, isto é, determina-se uma propriedade de X. A ideia básica é a de que um objeto só adquire um determinado valor por meio de um sistema de localização.

A relação de localização é sempre binária, e para construí-la recorre-se a uma operação unária: "é localizado por" ou "tem como localizador". Essa operação é representada pelo operador $\underline{\in}$ (lê-se epsilon). Assim, <X $\underline{\in}$ ( )> significa que X é um termo localizado em uma relação que está sendo estabelecida. A partir de <X $\underline{\in}$ ( )> pode-se reconstruir um localizador Y, e tem-se a seguinte relação: <X $\underline{\in}$ Y>, isto é, X é localizado em relação a Y.

A relação de répérage inclui duas propriedades primitivas que permitem esclarecer a noção de localização, a saber: a identificação e a diferenciação.

Um exemplo do valor de identificação se dá, por exemplo, em:

Este <u>livro</u> é um <u>dicionário</u>

↓ ↓

localizador localizado

Há, neste exemplo, uma relação de identidade entre dois termos que remetem a um mesmo elemento. *Livro* equivale a Y e *dicionário* a X. Daí a relação: <X $\underline{\in}$ Y>, em que dicionário é localizado em relação a livro.

Já o valor de diferenciação (ou de localização, numa concepção bastante ampla) pode ser observado em:

Este livro está sobre a mesa,
↓ ↓
localizado localizador

No exemplo acima, há uma diferenciação entre o termo localizado (livro) e o ponto de referência (mesa). *Livro* representa X e *mesa* representa Y. Assim, em <X $\underline{\in}$ Y>, livro é localizado em relação à mesa.

A partir do operador de localização $\underline{\in}$, Culioli (1983, p.75) deriva o operador dual $\underline{\ni}$ (chama-se epsilon espelho), tal que <X $\underline{\in}$ Y> implica <Y $\underline{\ni}$ X>. Assim, "X pertence a Y" implica em "Y possui X"; "X está contido em Y" implica em "Y é possuído por X", entre outros.

A operação de localização não se dá apenas entre dois termos, isto é, não consiste somente em definir um termo como localizador de um enunciado. Ela serve também para localizar um enunciado em relação à situação de enunciação. (CULIOLI, 1976).

Apresentados alguns dos objetos metalinguísticos propostos na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, passemos às operações constitutivas do enunciado, que são as operações linguísticas.

3.8 Relações Linguísticas: operações constitutivas do enunciado

Existem três tipos de relações linguísticas que constituem o enunciado: a relação primitiva, a predicativa e a enunciativa.

3.8.1 Relação Primitiva

A relação primitiva é uma relação entre noções que possibilita um sentido e que conduz a uma ordenação dos termos. Essa relação pode ser notada *a p b,* sendo *a* a origem e *b* o objetivo de *p*[69] (*p* indica a relação).

Essa relação primitiva, todos a estabelecem de modo mais ou menos implícito, e é ela a condição necessária para que haja produção e reconhecimento de formas em uma língua. (CULIOLI, 1976).

A orientação primitiva (da origem em direção ao objetivo) remete necessariamente às noções, e por esse motivo, vai depender das propriedades de *a*, *b* e *p* (animado e inanimado; determinado e indeterminado; único e múltiplo; interior e exterior; processo e estado, etc.) (CULIOLI, 1999a). Como sabemos, as noções dizem respeito a propriedades físico-culturais, o que faz com que a determinação do sentido da relação primitiva não seja apenas da alçada da linguística: uma parte está ligada à cultura, outra à situação de enunciação. (Idem)

Lançamos mão de um exemplo para demonstrar a relação primitiva. Em *menino*, *xícara*, *quebrar*, temos uma relação primitiva ordenada, mas não linear, entre um termo que seria o *quebrador* (menino) e um termo que seria o *quebrável* (xícara). Imediatamente percebemos essa relação como orientada do *quebrador* em direção ao *quebrado*, isso devido às propriedades das noções

Temos assim: *a p b* = menino quebrar xícara.

A partir da relação primitiva, e para chegar ao que será um enunciado, passa-se por uma etapa intermediária, que é a construção de uma léxis, ou esquema de léxis.

3.8.2 Léxis e Relação Predicativa

Qualquer enunciado origina-se de um modelo básico de predicação que inclui um predicado e dois argumentos. Esse esquema inicial é chamado léxis e tem a seguinte notação:

$< \xi_0, \xi_1, \pi >$,

[69] o elemento *p* tem apenas o valor de indicar que se está diante de uma relação que tem uma certa ordem. Ele não representa um predicado na superfície. (CULIOLI, 1976)

em que ξ_0 é o ponto de partida da relação; ξ_1 o ponto de chegada da relação e π o operador de predicação (ou relação entre os dois pontos). (Cf. CULIOLI, 1999a, pp.34 e 100).

O termo léxis recobre:

> -um esquema, com uma instanciação de seus lugares, de tal maneira que isso nos dá, não um enunciado diretamente, mas um pacote de relações que nos fornecerá, em seguida, diferentes enunciados pertencendo a uma mesma família parafrástica[70].
> -operações que vão incidir sobre essa léxis que as contém [71]. (CULIOLI, 1976, pp. 60-61).

O esquema de léxis tem que ser instanciado, isto é, os três lugares têm que ser preenchidos com noções, sendo que a noção que preenche o lugar π deve ser uma noção relacional e a condição para que essas noções preencham o esquema de léxis é que elas incluam propriedades primitivas[72] compatíveis que criarão relações primitivas entre elas. Uma léxis deve, necessariamente, ter dois termos e um predicado. Se tivermos, por exemplo, um termo e dois predicados (<criança adorar correr>), não teremos uma léxis, mas sim uma composição de léxis: <menino amar (menino correr)>, que poderá nos fornecer um enunciado como: *A criança adora correr*.

Uma vez instanciada a léxis, a predicação tem seu lugar, isto é, o enunciador pode relacionar o primeiro termo com o segundo através da noção relacional (π) (GROUSSIER, 2000).

A orientação de um predicado se calcula a partir da ordem da relação primitiva. É atribuindo um termo de partida ao esquema de léxis que se terá a orientação da relação. Assim, para se constituir uma léxis, deve-se orientar o predicado, isto é, estabelecer, por meio da operação de localização e o operador ϵ, um termo de partida, ou seja, um termo que vai servir de localizador (repère) em relação ao resto da relação.

---

[70] Esse conceito será definido mais a frente.
[71] Original em francês: - un schéma, avec une instanciation des places du schema de telle manière que cela nous donne, no pas un énoncé directement mais um paquet de relations tel que cela donne ensuite différents énoncés appartenant à une même famille paraphrastique; - des opérations qui vont porter sur cette lexis qui les contient. (CULIOLI, 1976, pp. 60-61).
[72] Animado/inanimado; interior/exterior; processo/estado, etc.

Segundo Culioli, "uma léxis não é um enunciado: ela não é nem assertada, nem não-assertada, pois não está (ainda) situada (localizada) em um espaço enunciativo munido de um referencial (sistema de coordenadas enunciativas)" [73]. (1999a, p.101)

3.8.3 Relação Enunciativa

A relação enunciativa corresponde ao momento em que o enunciador (após passar pelas relações primitiva e predicativa[74]) constrói o seu enunciado referenciando e regulando suas representações. Esta relação traz marcas de modalidade, aspecto, determinação e diátese, que foram acrescentadas aos termos que estão em esquema de predicação. A relação enunciativa consolida, desse modo, a passagem de um pré-enunciado a um enunciado, por meio das operações de determinação e das categorias de aspecto, modalidade e diátese.

O sujeito enunciador vai situar a relação construída entre termos (relação predicativa) em relação à situação de enunciação tendo no horizonte o que ele pensa e o que espera que o outro pense. De acordo com Culioli, "essa situação de enunciação é definida por um conjunto de parâmetros que formam um pacote de relações entre o sujeito do enunciado S e o sujeito enunciador S_1, e um pacote de relações entre o momento ao qual se refere o enunciado T e o momento de enunciação T_1" [75]. (1976, p.93).

Assim, para que um enunciado seja construído é preciso passar por essas três relações linguísticas, isto é, passar por todo um trabalho de relações: relações entre representações nocionais (que são as relações primitivas) e relações com um esquema predicativo a que se atribui uma orientação e se instancia lugares, que por fim, é inserido em um sistema de referências, um sistema de localização com coordenadas espaço-temporais e intersubjetivas (relação enunciativa). (CULIOLI, 1976)

---

[73] Original em francês: "une lexis n'est pas un enoncé: elle n'est ni assertée, ni non-assertée, car elle n'est pas (encore) située (reperée) dans un espace énonciatif muni d'un référentiel (système de coordonnées enonciatives) (CULIOLI, 1999a, p.101).

[74] É importante ressaltar que as relações predicativa e enunciativa são indissociáveis.

[75] Originalem francês: "cette situation d'énonciation est définie par un ensemble de paramètres qui forment um paquet de relations entre 'sujet de l'enoncé S' et sujet énonciateur S_1 et um paquet de relations entre le moment auquel refere l'énoncé T et moment de l'énonciation T_1. (CULIOLI, 1976, p.93)

3.9 As Categorias Gramaticais: operações enunciativas

Como dissemos logo acima, a relação enunciativa traz marcas de modalidade, aspecto, determinação e diátese, que constituem as categorias gramaticais.

Faremos a seguir uma breve exposição dessas categorias, que são fundamentais em uma perspectiva enunciativa da língua.

3.9.1 Determinação

De acordo com Culioli (1999b), costuma-se ligar a determinação a uma ordem de fenômenos arbitrariamente restritos, e nessa perspectiva, os determinantes são tidos como pertencentes a uma classe sintática, que seria a dos artigos. Isso ocorre por que se está acostumado a trabalhar com línguas muito próximas, como o francês, o inglês, o alemão, em que o artigo, por exemplo, pode ser tratado de modo semelhante. Mas um grande problema se impõe: como tratar as línguas que não possuem artigo, como o chinês, de modo a tentar buscar uma generalização.

Na realidade, segundo Culioli, a única conduta que permite o rigor e a generalização, é considerar que a determinação é um conjunto de operações elementares, que está em todas as línguas, mas que poderá ser marcada diferentemente de uma para outra.

A categoria da determinação está ligada aos conceitos de quantificação (QNT) e qualificação (QLT), e consequentemente às operações de flechagem, extração e varredura, que em si, a caracterizam.

3.9.2 Modalidades

A modalidade consiste, para o enunciador, em afirmar quais são, aos seus olhos, os graus e condições de validação da léxis predicativa. Culioli distingue quatro ordens de modalidade (Cf. CULIOLI, 1976, pp.69-74).

A primeira ordem de modalidades corresponde à asserção (afirmação ou negação), à interrogação e à injunção. Na asserção, têm-se dois valores, e o enunciador precisa escolher ou um ou outro, sem nenhum caso intermediário (verdadeiro ou falso, 0 ou 1, positivo ou negativo, p ou p'). Na interrogação, o enunciador dá ao seu co-enunciador a opção de escolher uma das três possibilidades: p, p' ou nenhuma das duas, sendo que esta terceira possibilidade pode representar a vontade de não responder, o silêncio, ou outra maneira de responder, como por exemplo, "eu não sei". Na injunção, têm-se as possibilidades sim, não, talvez; o talvez sendo nem sim nem não, mas podendo se tornar sim ou não.

Na segunda ordem de modalidades reúnem-se o provável, o verossímil, o possível e o eventual, ou seja, os valores estão entre 0 e 1.

A terceira ordem é a das modalidades apreciativas (ou afetivas). Neste caso, o enunciador faz um julgamento apreciativo de satisfação ou insatisfação, de normalidade ou anormalidade, de valor, imprime um sentimento pessoal a um fato.

Enfim, a quarta ordem equivale às modalidades intersubjetivas, quer dizer, há uma relação entre dois sujeitos (enunciador e co-enunciador), que é estabelecida por meio do deôntico (é preciso, deve-se), do querer ou da permissão.

3.9.3 Aspecto

A operação de aspecto permite ao enunciador dizer como se apresenta para ele o processo, podendo se valer de diferentes marcas (determinantes, artigos, auxiliares, advérbios) para representar um processo acabado, inacabado ou pontual.

O aspecto é uma categoria que recobre quatro tipos de problemas:

1) <u>Problemas incidindo sobre os modos de processo.</u>

Neste caso, trata-se da distinção entre processo e estado.

Quanto ao processo, delimita-se uma fronteira em que se têm duas zonas, esquerda e direita, correspondendo respectivamente, a algo como "ainda não" ("".....|") e " de agora em diante" ("|.....).

Em relação ao estado, trata-se de uma mudança de situação, a que se liga o problema da agentividade, isto é a mudança se dá de acordo com a **diátese** (termo mais amplo para "voz") construída nos enunciados.

Assim, tomando-se os seguintes enunciados:[76]

a) La tasse est cassé. (A xícara está quebrada.)
b) La tasse a été cassé (A xícara foi quebrada ou A xícara esteve quebrada)

Em (a) não há implicação de uma relação de agentividade; o que está em destaque é o fato de a xícara se encontrar no estado de "quebrada", e assim, há apenas uma remissão à propriedade /estar quebrada/ e não uma remissão ao responsável pela passagem de "xícara não quebrada" a "xícara quebrada", motivo pelo qual não há relação agentiva (quebrador-quebrado).

Em (b) produz-se uma ambiguidade e ao contrário de (a), a agentividade existe tanto em *A xícara foi quebrada*, em que há um "quebrador" e um "quebrado", quanto em *A xícara esteve quebrada*, em que se tinha uma xícara quebrada e alguém a consertou. Nas duas possibilidades de interpretação de (b) há mudança de estado e, portanto, agentividade.

2) Problemas que incidem sobre as modalidades.

Ao tratar a ligação entre a noção de aspecto e os problemas de modalidade, Culioli (1999a, p.153-154) retoma Benveniste, e sua distinção entre discurso e narração, e Rundgren, que distingue cursivo e constatativo. Estas distinções marcam, respectivamente, dois tipos de relação do enunciador ao enunciado:

- ou o sujeito do enunciado coincide com o sujeito da enunciação;
- ou há uma ruptura entre os dois sujeitos.

3) Problemas que incidem sobre a quantificação.

- a relação perfectivo/imperfectivo e a quantificação sobre o complemento: *Ele bebeu o chá*; *Ele bebeu chá*.

[76] Esses exemplos foram retirados de Culioli, 1999a, p. 150.

- a relação entre o genérico e a quantificação dada pela operação de varredura: *O cachorro é um mamífero*, *O cachorro late*.
- a relação entre o próprio predicado e a operação de quantificação: *Ele quase leu o livro*; *Ele praticamente leu o livro*; *Ele leu um pouco o livro*.

4) Problemas que incidem sobre a topologia do tempo.

Culioli utiliza duas representações ligadas à topologia do tempo: $T_1=T_2$, que é uma relação de concomitância ou identificação; $T_1\neq T_2$, que é uma relação de consecução ou diferenciação. Essas representações permitem fazer com o tempo operações do mesmo tipo que as operações de quantificação.

3.10 Famílias parafrásticas

Nesse momento, apresentaremos o conceito de "famílias parafrásticas", segundo Culioli, mas antes, achamos pertinente fazer uma distinção entre os termos *glosa* e *paráfrase*.

As *glosas*, como já dissemos anteriormente, seriam os "textos que um sujeito produz quando, de modo espontâneo ou em resposta a uma solicitação, ele comenta um texto precedente" [77]. (CULIOLI, 1999a, p.74). A glosa está ligada à atividade epilinguística e tem um papel muito importante no cotidiano dos locutores, pois vai fazê-los entender o sentido de uma frase em uma língua estrangeira ou desambiguizar um enunciado mal interpretado. É importante ressaltar que as glosas epilinguísticas não são totalmente controláveis, pois constituem um sistema de representação interno à língua.

A *paráfrase*, de acordo com o autor, remete a uma atividade regulada, ou seja, têm regras próprias, e por isso, pode ser controlada pelo observador (o linguista) (CULIOLI, 1976). Desse modo, a paráfrase seria uma tentativa, por parte do linguista, de simular as glosas produzidas pelos sujeitos enunciadores. Quando o linguista se faz sujeito enunciador, ele constrói famílias parafrásticas, ou seja, uma "classe de enunciados, que se pode definir como uma classe de ocorrências moduladas" [78]. (CULIOLI, 1990, p. 137).

[77] Original em francês: "textes qu'un sujet produit lorsque, de façon spontanée ou en résponse à une sollicitation, il commente un texte précédent" (Culioli, 1999a, p.74)
[78] Original em francês: "classe d'énocés, que l'on peut définir comme une classe d'ocorrences modulées". (CULIOLI, 1990, p. 137).

Um enunciado nunca se dá isoladamente; ele sempre se apresenta em relação a outros enunciados aparentados, e isso por que ele é gerado por um esquema de léxis, que é um "gerador de enunciados" (CULIOLI, 2002, p.139).

Para Culioli, pensar na léxis como um "gerador de enunciados" "é a única maneira de se colocar o problema da paráfrase" [79] (1976, p.148). Um esquema de léxis não nos dá diretamente um enunciado, mas um pacote de relações que nos fornecerá, em seguida, diferentes enunciados pertencendo a uma mesma família parafrástica.

Segundo Culioli, a constituição de uma família parafrástica dá-se da seguinte forma: "Considera-se n enunciados, dos quais sabe-se intuitivamente que eles estão ligados por um certo número de operações, que são bastante simples, e procura-se verificar se se pode construir as operações que, a partir de uma fórmula, vão permitir que se derivem os enunciados" [80] (1976, p.63).

Em um primeiro momento, de acordo com Culioli (1976, p.28), a relação de paráfrase entre os enunciado se dá de forma intuitiva: estabelecemos que um conjunto de enunciados derivam de um mesmo esquema (léxis) e então será necessário procurar se há algumas regularidade não somente nas derivações, mas também nas operações que são modulações sobre as derivações.

Assim, se tomamos os seguintes exemplos:

1- *Há um livro sobre a mesa.*

2- *Il y a un livre sur la table.*

3- *There is a book on the table.*

não podemos simplesmente dizer que *2* e *3* traduzem *1*, e vice-versa, ou que *1*, *2* e *3* são equivalentes apenas pelo fato de se ter o sentimento de que querem dizer a mesma coisa. É preciso mostrar, por manipulações, que se está em relação a um certo número de operações que fazem com que estes enunciados pertençam a uma mesma família parafrástica (CULIOLI, 1976).

[79] Original em francês: "c'est la seule manière de poser le problème de la paraphrase" (CULIOLI, 1976, p.148)
[80] Original em francês: "on pose n énoncés dont, intuitivement on sait qu'ils sont reliés par un certain nombre d'opérations qui sont assez simples et on cherche à voir si on peut construire les opérations qui, à partir d'une formule, vont permettre de dériver les énoncés. (CULIOLI, 1976, p.63)

Para se trabalhar sobre enunciados, e especialmente sobre enunciados em relação parafrástica, é preciso poder conduzir o problema a um certo número de operações que o linguista pode efetuar ao se colocar em uma perspectiva de simulação (CULIOLI, 1976). Daí a importância de um sistema de representação metalinguística.

Este sistema marcará formalmente a equivalência do conjunto de enunciados, isto é, destacará as regras que permitem que se passe de um agenciamento a outro, e explicará por que estes agenciamentos particulares têm valores referenciais equivalentes. (CULIOLI, 1999a).

4 ANÁLISES DA MARCA *MESMO*: OPERAÇÕES DE INVARIÂNCIA

Partindo do pressuposto de que à marca ***mesmo*** subjazem operações de invariância que sustentam suas variações de uso, isto é, que há uma regularidade capaz de explicar seus diversos usos, apresentaremos algumas análises dos enunciados em que esta marca figura para verificarmos se é válida essa constatação.

Apesar de enfatizarmos, nesse estudo, a análise de uma marca específica, sabemos que os valores resultantes nos enunciados são construídos na e pela interação entre as diferentes marcas linguísticas, que trazem, cada uma, suas próprias operações elementares. Em outras palavras, os objetos de análise serão os enunciados e não apenas a marca ***mesmo***, pois não é possível compreender a parte (operações de ***mesmo***) se não olharmos o todo, as interações entre as operações que cada marca desencadeia.

Sendo assim, ***mesmo*** é apenas a marca escolhida para demonstrar a hipótese geral de que todos os itens linguísticos, independentemente da classificação que se lhes atribui, participam de um processo que permite sua própria determinação, projetam mecanismos de invariância que somente são acionados quando eles [os itens linguísticos] são contextualizados. Portanto, cada marca da língua careceria de uma análise que os evidenciasse. Esse tipo de trabalho, que já vem sendo desenvolvido por aqueles que adotam a TOPE, desenvolvida por Culioli, seria a base para a edificação de uma Gramática da Produção ou Gramática Operatória, caracterizada como um modo dinâmico de se olhar para os dados linguísticos.

Os dados linguísticos que constituem o *corpus* do nosso trabalho foram coletados no Centro de Estudos Lexicográficos da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Araraquara. Trata-se de enunciados da língua escrita que contém a marca ***mesmo***, retirados de uma plataforma composta de textos jornalísticos, poesias, traduções, literatura romanesca, entre outros. O banco de dados possui cerca de 70 milhões de itens linguísticos pertencentes a textos contemporâneos da língua escrita do Brasil.

A escolha por esse tipo de dados não se deve a algum objetivo específico: demonstrar diferenças entre o oral e o escrito (apesar de conhecê-las); observar como a linguagem se manifesta em diferentes tipos de gênero; se fatores socioeconômicos ou de qualquer outra ordem geram diferenças nas produções linguageiras. A escolha se deu pelo fácil acesso à

moderna plataforma que viabiliza as pesquisas, tornando-as rápidas e eficientes e, mais importante, pela concepção de dados linguísticos que compartilhamos com Culioli.

O autor enfatiza (cf. item 3.3 deste trabalho) a importância de se trabalhar com uma língua em sua realidade, partindo de dados concretos, daquilo que se encontra materialmente. Ora, essa afirmação nos autoriza a trabalhar com qualquer tipo de enunciado, sejam orais ou escritos, jornalísticos ou literários, bem ou mal formados, pois na TOPE, mesmo os mal-entendidos, os desvios, os "ruídos" são considerados características da atividade de linguagem, e não exceções.

Culioli, no entanto, prioriza um tipo de dado: as glosas epilinguísticas, que são as produções espontâneas que um falante produz quando comenta um texto precedente. Estas também constituirão nossas análises, pois a observação das operações subjacentes aos enunciados analisados requer que realizemos esse tipo de manipulação, despindo-nos, momentaneamente, do papel de linguistas e assumindo o de falante nativo.

Outro conceito que queremos destacar, e que permeará também nossas análises é o de "famílias parafrásticas" (ver item 3.9). Para observamos os mecanismos geradores da significação, fazendo emergir os fenômenos linguísticos, precisamos trabalhar com enunciados aparentados, isto é, que são gerados por um mesmo esquema de léxis. Assim, partindo da léxis do enunciado em análise, realizaremos modulações, que por mínimas que sejam, nos permitirão vislumbrar as sutilezas, as especificidades do uso das marcas linguísticas envolvidas na construção da significação daquele enunciado.

Voltando aos dados, foram inúmeras as ocorrências encontradas com a marca pesquisada, e num primeiro momento, selecionamos 75 enunciados. Contudo, dada nossa hipótese, de que há um princípio regular subjacente aos vários empregos da marca, a análise exaustiva dos exemplos não se faz necessária, já que em tese, esse princípio seria comum a todos os enunciados. Portanto, selecionamos um enunciado correspondente a cada uma das classificações atribuídas à marca pela Gramática Tradicional e dicionários, e procuramos observar se nossa hipótese se confirma. A escolha pelas classificações atribuídas tradicionalmente deu-se, por um lado, para tornar a exposição mais didática, por outro, para mostrar que elas não recobrem todas as possibilidades de uso da marca, além de encobrir as operações comuns entre os diferentes usos.

Primeiramente, procedemos à tentativa de classificação dos empregos da marca, trabalho não tão simples, dada a quantidade de categorias em que ela pode ser encontrada:

substantivo, adjetivo, advérbio, conjunção concessiva, palavra denotadora inclusiva e dêitico. Isso nos propiciou sete (7) enunciados para a análise.

Finalmente, por meio da manipulação dos enunciados de nosso *corpus*, recorrendo à criação de glosas, e valendo-nos do sistema de representação metalinguístico proposto por Culioli, tentamos reconstruir as operações que geram, no português, a marca analisada. Assim, esperamos ter encontrado as invariantes processuais[81] que estabelecem e regulam a atividade de linguagem subjacente aos diversos comportamentos de ***mesmo*** em enunciados do português.

Passemos às análises[82].

1) ***Enunciado 1: Pronome demonstrativo***

Mas o sr. não acha contraditório usar os benefícios de uma lei que o sr. ***mesmo*** *reconhece que está cheia de distorções?* (Folha de São Paulo, 1994)

Imediatamente, observa-se uma incoerência nas ações do sujeito. Ele tem consciência de que a lei apresenta distorções e ainda assim, utiliza de seus benefícios.

Apesar de ser uma interrogação, que aguarda uma resposta daquele que foi questionado, a pergunta já marca uma apreciação por parte do enunciador (S2). Essa modalização apreciativa se constrói pela lógica "se há distorções na lei esta não deve ser usada".

É necessário separar o enunciado em dois momentos:

Mas o sr. não acha contraditório usar os benefícios de uma lei ***(T1)***
que o sr. ***mesmo*** *reconhece que está cheia de distorções?* ***(T2)***

[81] O uso do termo "invariante processual", quando nos remetemos aos mecanismos de invariância subjacentes a todas as marcas linguísticas, é aparentemente paradoxal. Isso porque "invariante" indica algo que não se modifica, e "processual", algo que apesar de ter uma constância, apresenta mudanças. A junção desses dois termos garante que trabalhemos com valores maleáveis, mas ao mesmo tempo estáveis, sem a rigidez inerente ao termo invariante. Com essa expressão, desejamos enfatizar os conceitos de deformabilidade e estabilidade que entram em jogo na atividade de linguagem.

[82] Por nos remetermos, em nossas análises, a conceitos específicos da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, faz-se necessária a leitura do capítulo em que esses conceitos são apresentados (Capítulo III deste trabalho).

Pode-se recriar, num momento anterior ao momento da enunciação, o seguinte pré-construto[83]: Um sujeito (S1) reconheceu que uma lei tinha distorções **(T0)**[84]: Desse modo, antes de usar contraditoriamente a lei (T1), o senhor em questão reconheceu que ela apresentava distorções (T0).

S2, baseia-se no conhecimento que tem desse pré-construto (S1 reconheceu distorções na lei – T0) para, repetindo-o em T2 (*que o sr. mesmo reconhece...*), enfatizar a contradição entre as ações do sujeito. O fato de a noção /reconhecer/ encontrar-se no presente do indicativo reforça a idéia de que a opinião de S1 em relação à lei não mudou, ou seja, desde T0 até T2, esse sujeito assumiu que a lei apresentava distorções e até o momento da enunciação, tinha consciência de seu posicionamento. Apesar disso, realiza uma ação que, do ponto de vista de S2, é incompatível com esse posicionamento.

Continuando as manipulações no enunciado 1, percebe-se que S1 tem um conhecimento prévio (marcado por ***reconhecer***), que foi construído por ele, e não por outras pessoas (o que é marcado por ***mesmo***), tornando **contraditória** (levando em conta aspectos éticos e morais), a utilização da lei em questão.

Partindo da a seguinte reformulação:

1a) – "O senhor não acha contraditório usar os benefícios de uma lei que outras pessoas reconhecem que está cheia de distorções?" (**mudança de /senhor/ para /pessoas/**)

- Não, não acho. Eu nem sabia que tinha distorções.

Pode-se observar que o "jogo" estabelecido entre as marcas ***contradição*** e ***reconhecer*** caracteriza uma espécie de acarretamento. Só há contradição se houver reconhecimento; se não houver reconhecimento, não há contradição. Se S1 reconhece que a lei tem distorções, usá-la gera contradição (isso de acordo com a apreciação por parte de S2). Se outras pessoas reconhecem as distorções, mas S1, por si próprio, não tem esse conhecimento (de que a lei tem distorções), usá-la não geraria contradição, como vimos em 1a. O que gera a contradição

[83] Chamaremos "pré-construto" toda informação que pode ser depreendida do enunciado em análise por meio de manipulações, o que naturalmente pode trazer algo de subjetivo. Optamos por esse termo para não remeter a conceitos como "pressuposto", "subentendido", "implícito", utilizados na semântica. Culioli (1990), em artigo publicado em PLE 1, sobre a marca *bien* (p.135-155), utiliza o termo *pré-construit discursif*, que faz parte do que ele denomina "determinações enunciativas": contexto, situação empírica, pré-construtos discursivos, etc. O autor diz que esse pré-construto pode estar explícito ou não no enunciado em questão.

[84] Cabe ressaltar que T0 não é um instante inserido no tempo. Trata-se, antes, de uma construção no plano nocional, fora do tempo, momento em que o sujeito assume algo como verdadeiro. Diz respeito à expectativa, que pode, ou não, inserir-se no tempo.

nas ações do sujeito (S1) é que o valor esperado (não usar lei com distorções) pelo sujeito enunciador (S2), que é consequência do valor efetivo (reconhecer distorções na lei), é substituído por um valor inesperado (usar lei com distorções).

Ainda em relação às noções /contraditório/ e /reconhecer/, observa-se uma situação semelhante quando se tem uma negação do reconhecimento:

1b) – "O senhor não acha contraditório usar os benefícios de uma lei que o sr. mesmo **não** reconhece que está cheia de distorções?"

- "De forma alguma. Não reconheço distorções na lei, portanto, não acho contraditório usá-la".

Com os exemplos 1a e 1b, percebe-se que a contradição só se constrói se houver reconhecimento das distorções na lei, caso contrário, não se cria contradição.

Até esse momento, observou-se como se construiu a contradição entre as ações do sujeito, entre o que era esperado e o que foi observado. Para chegar a essas conclusões, alternou-se a afirmação (1) e a negação (1b) da noção <reconhecer> (reconhecer/não reconhecer) bem como o sujeito "reconhecedor" (senhor (1)/pessoas (1a)).

Para observar o funcionamento de ***mesmo,*** cabe, nesse momento, falar da noção /senhor/, que é diretamente afetada pelo uso de ***mesmo*** no enunciado 1.

A noção /senhor/ remete, neste caso, ao chamado sujeito gramatical dos verbos *achar* e *reconhecer*, respectivamente. Qualquer pessoa pode "achar" ou "reconhecer", isto é pode ser o "realizador" dessas ações, tem propriedades primitivas para isso. Em outros termos, há uma classe de possibilidades que poderia preencher esse lugar na relação predicativa: homens, mulheres, crianças, jovens, adultos, etc. Quando se utiliza /senhor/, ainda há diversas possibilidades dentro desse domínio nocional: um homem a quem se dirige respeitosamente, seja ele alguém em idade avançada, uma pessoa jovem (ou não) que exerça uma função que exija esse tratamento, um filho ao chamar o pai, entre outras. Todas essas ocorrências encontram-se no interior do domínio nocional da noção /senhor/. As outras ocorrências (mulher, criança, moça, menino, etc.) encontram-se no exterior do domínio, pois não tem propriedades necessárias para <ser senhor>. Porém, assim como as ocorrências de /senhor/, essas ocorrências são possíveis "reconhecedores", e poderiam ocupar um lugar na léxis <X reconhecer distorções>.

No caso de T0, ocorre a extração de uma ocorrência singular no domínio, que se diferencia das outras, estejam elas no interior do domínio nocional (qualquer outra ocorrência de senhor - verdadeiramente *p*) ou no seu exterior (outras pessoas que não são senhores – verdadeiramente não-*p*).

Em T2, quando se utiliza a marca ***mesmo***, ocorre uma operação de flechagem, ou seja, a ocorrência de /senhor/ antecedente (T0) é comparada à ocorrência de T2, ocorrendo uma identificação entre elas. Significa que foi esse senhor em específico, e não outra pessoa qualquer (incluindo outros senhores) que reconheceu as distorções na lei.

Veja-se o enunciado 1, porém com o apagamento da marca **mesmo**:

1c) Mas o senhor não acha contraditório usar os benefícios de uma lei que o sr. reconhece que está cheia de distorções?

- Não, eu não reconheço essas distorções. Outras pessoas podem ter reconhecido, não eu.

A apagamento da marca ***mesmo*** abre espaço para que outras noções com propriedades para ser "reconhecedoras" instanciem um lugar na relação predicativa: "uma lei que o senhor ou tantas outras pessoas reconhecem que está cheia de distorções". Sem a marca, não há uma estabilização da noção /senhor/ e outras noções podem substituí-la. Já com o uso da marca, apesar de outras ocorrências serem consideradas, senhor é instanciado. Essas outras ocorrências, que concorriam com /senhor/ para ocupar o lugar de X na relação <X reconhecer Y> são descartadas, ficando no exterior do domínio.

Reformulando o que foi dito acima, em T1, momento em que se reconhece as distorções na lei, tem-se uma ocorrência inicial (Oi)[85], que corresponde a /senhor/ (S1). Com o uso de ***mesmo***, opõem-se à ocorrência inicial outras ocorrências que poderiam substituí-la (outras pessoas poderiam reconhecer distorções na lei). No entanto, essas ocorrências são eliminadas imediatamente, e há um retorno à ocorrência inicial, que é estabilizada. Quando há esse retorno à O_i, realiza-se uma operação de flechagem, isto é uma noção anterior de /senhor/ é comparada à noção atual de /senhor/, ocorrendo uma identificação entre elas.

Ao realizar essa comparação entre duas noções (/senhor/ em T0 e /senhor/ em T2) e julgá-las idênticas, o que se deve ao uso de ***mesmo***, S2 modaliza seu enunciado: garante que o senhor em questão reconheceu e reconhece as distorções na lei, e imprime-lhe uma maior responsabilidade sobre seus atos, como se dissesse: *você já reconheceu as distorções, não dá para negar esse fato*, o que caracteriza uma apreciação em relação à situação.

Em suma, podemos dizer que **mesmo** caracteriza (nesse enunciado) as seguintes operações:

[85] Notaremos O_i – ocorrência inicial – a primeira ocorrência da noção e O_o as outras ocorrência dessa noção.

- constrói uma curva de identificação: Tem-se uma ocorrência inicial (O_i). Ao entrar em cena, a marca ***mesmo*** abre para outras ocorrências (O_o), mas estas são imediatamente eliminadas e retorna-se ao valor inicial, singularizando-o.

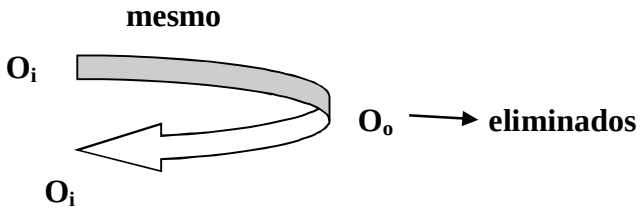

Figura 3 - Funcionamento de mesmo no enunciado 1

- marca uma operação de localização entre ocorrências (O_i X O_o / Senhor X outras pessoas). Ao retornar a Oi (operação de flechagem e identificação), reafirma essa ocorrência, colocando-a em destaque em relação às outras, que são descartadas. Isso gera um valor distinguido.

- organiza o percurso da noção no domínio nocional: Faz com que a fronteira e o exterior sejam esvaziados (outros senhores ou qualquer outra pessoa são descartados), fixando no interior a ocorrência estabilizada.

- modaliza o enunciado de S2, que compara duas ocorrências da noção /senhor/ e as julga idênticas.

2) Enunciado 2: Conjunção Concessiva

> *Mesmo que você estude esse número de células (T1), ainda é possível deixar passar alguma que contenha o vírus" (T2)* (Folha, 98)

Em relação ao enunciado 2, tem-se o pré-construto: Um sujeito se propõe a estudar determinadas células, e essa observação tem como intenção eliminar, ao seu final, qualquer célula que contenha vírus, restando apenas células sem vírus (ação esperada – T0). No entanto, esse estudo (que será notado T1) pode não levar ao esperado, ou seja, após observar

as células, por maior que seja o cuidado do pesquisador, podem restar ainda células que contenham vírus (eventualidade – T2).

Têm-se dois sujeitos na situação descrita acima: o enunciador (S2), que elabora o enunciado, e o co-enunciador (S1), a pessoa que está realizando o estudo em questão. À sequência dos acontecimentos visada por S1 (que se encontra no pré-construto: estudo → levar à eliminação de células com vírus) cria-se um obstáculo, ou seja, o potencial que o estudo tem de excluir células com vírus é posto em dúvida.

O que causa o aparecimento desse obstáculo na realização da ação esperada (depois do estudo não restar células com vírus) é a possibilidade de um evento não esperado acontecer (restar células com vírus). Isso se dá pelo uso de ***mesmo***. Com ele, quebra-se o encadeamento estabelecido no pré-construto e a ação esperada (o estudo levar à eliminação das células com vírus), ainda não instanciada (mas passível de ser), concorre com uma ação inesperada (o estudo deixar passar células com vírus), também não instanciada, para preencher um lugar na relação <estudo levar a X>, em que X representa um argumento ainda não instanciado.

O enunciador S1 acredita que o estudo de determinado número de células o levará a células sem vírus. S2, ao estabelecer um obstáculo (por meio de ***mesmo***) para a concretização do esperado por S1, acaba modalizando seu enunciado, dando sua opinião em relação à concepção do outro enunciador: *Você acredita que esse estudo o levará a células sem vírus, mas não é bem assim. Podem restar células com vírus apesar do estudo.*

No enunciado 2, cria-se um domínio nocional para a noção /célula/. O centro organizador do domínio (CO) remete a um exemplar da noção: uma célula com todas as propriedades que lhe caracterizam, e nesse caso, é essencial que a célula seja saudável, ou seja, que não tenha vírus (interior do domínio). No exterior estariam elementos que não apresentam nenhuma propriedade em comum com o centro organizador (já não são células). Na fronteira estariam células que apresentam características que se aproximam do exemplar (da fronteira em direção ao interior) ou se afastam (da fronteira em direção ao exterior).

Em relação ao enunciado analisado, temos três momentos distintos em que a noção /célula/ precisa ser considerada. No pré-construto (T0 – momento anterior ao enunciado), que é implícito, e nos dois momentos do enunciado (T1 e T2, respectivamente). Em T0, o que se visa são células sem vírus, portanto, células que se localizam no interior do domínio e se identificam com o CO (são células com todas as propriedades). Na primeira referência que se faz à noção /célula/ no enunciado (T1 - *Mesmo que você estude esse número de células*),

percebe-se uma operação de *varredura*, ou seja, percorre-se todas as ocorrências de /célula/ (células com ou sem vírus, bem ou mal formadas, etc.), sem, no entanto, parar em uma ocorrência específica (fala-se em célula de forma generalizada, ou seja, qualquer tipo de células pode ser estudado). As marcas "esse" e "número" (localizadoras da noção /célula/) predicam a existência de uma quantidade determinada de células que serão estudadas (ocorre uma operação de quantificação), ou seja, captam várias ocorrências de /célula/, que podem estar no interior ou na fronteira do domínio. Assim, essas células podem se aproximar (em direção ao interior) ou se afastar (em direção ao exterior) do Centro Organizador. A segunda referência que se faz à noção /célula/ no enunciado, em T2 (elidida - *ainda é possível deixar passar alguma **[célula]** que contenha o vírus*), que é quantificada e localizada por meio da marca "alguma", é uma ocorrência que se distancia do CO, no sentido do exterior do domínio. No entanto, permanece na fronteira, pois ainda guarda propriedades da noção exemplar de célula (embora tenha vírus, ainda é célula).

No pré-construto, a noção /célula/ permanece no interior do domínio: estudar as células (Interior/Fronteira – pois aqui estão células que se aproximam ou se afastam do CO) **visa** obter células sem vírus (Interior). Essas duas ocorrências de célula estão no interior do domínio, no sentido do CO.

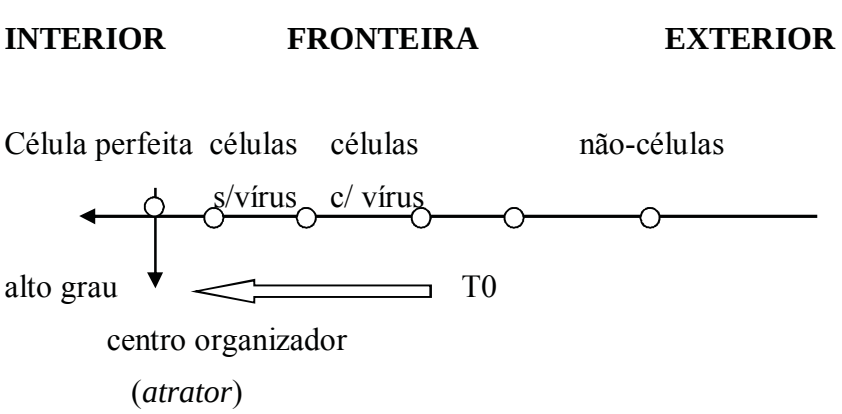

Figura 4 - Domínio Nocional do enunciado 2

No enunciado, ocorre uma alteração no percurso realizado pela noção: estudar as células (interior/fronteira) **pode levar** a células com vírus (fronteira com o exterior). Há uma orientação inversa à do pré-construto, no qual se vai da fronteira em direção ao CO do domínio. No enunciado, vai-se na direção contrária: está-se no interior ou na fronteira, mas

aponta-se para o exterior. A noção /célula/ fica em suspenso, entre o interior e o exterior do domínio, na zona fronteiriça, apontando para o exterior.

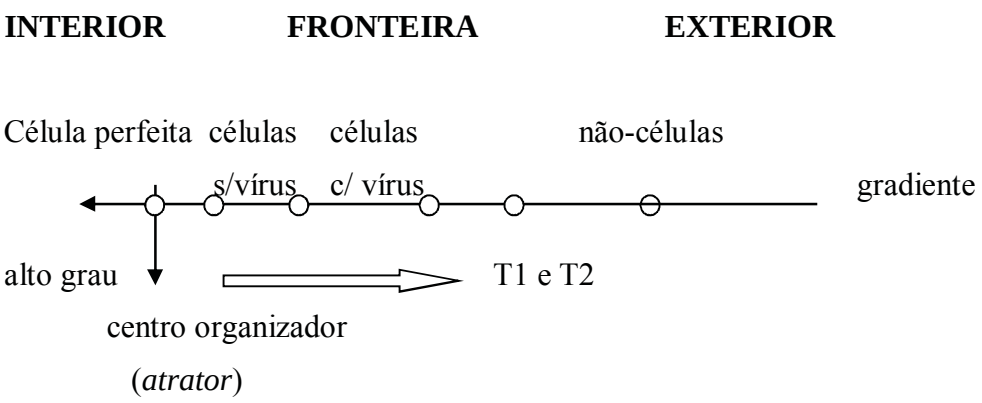

Figura 5 - Domínio Nocional do Enunciado 2

Mesmo desarruma o encadeamento da ação esperada no pré-construto. O que pertence à Fronteira com o Exterior (a eventualidade – células com vírus), pode, a qualquer momento, ser absorvido para o interior do domínio (onde se encontra a ação esperada – células sem vírus).

O fato de a noção /célula/ ficar em suspenso no enunciado em questão, não sendo instanciada, deve-se não somente a essa inversão ocasionada por ***mesmo***, mas também por outros dois fatores:

- pelo uso da modalização "é possível" (modalidade 2 – onde se encontra o possível, o eventual): a eventualidade passa a ter condições de se tornar efetiva, assim como a ação esperada. Cria-se assim uma incerteza que não permite a estabilização da noção.

-e pela operação aspectual marcada pela hipotética (o resultado do estudo ainda está indeterminado, e levanta-se uma hipótese que corresponde àquilo que não é esperado. Nem o esperado nem o inesperado estão estabilizados)

Assim, no pré-construto parte-se daquilo que é desejado (O_i = células sem vírus), mas com o uso de ***mesmo*** (já no enunciado), abre-se a possibilidade de instanciação a outras ocorrências que não são esperadas (O_o = células com vírus). Esses outros valores podem ser absorvidos, i.e., existe a possibilidade de absorção da eventualidade na ação esperada, significando que ao final do estudo, pode-se ter células sem vírus (o que era esperado) e ao

mesmo tempo, células com vírus (o inesperado) ($O_i + O_o$). O exterior fica vazio, e os valores ficam na fronteira e no interior do domínio.

A operação que mesmo desencadeia nesse enunciado pode ser descrita da seguinte forma:

- **mesmo** constrói uma curva de identificação: tem-se uma O_i, mas com o uso da marca, outras ocorrências são consideradas. Retorna-se ao O_i (identificação – células sem vírus), no entanto, é acrescentado a esse valor um outro (O_o – células com vírus) que é absorvido.

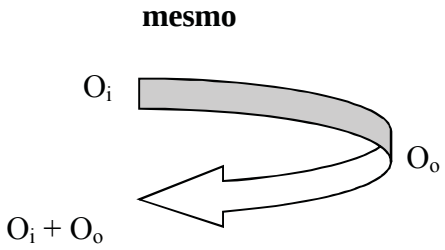

Figura 6 - Funcionamento de mesmo no enunciado 2

-marca uma relação de localização entre o esperado e o inesperado, que são respectivamente representados por O_i (células sem vírus) e O_o (células com vírus). Em outros termos, compara ocorrências.

- ao questionar a potencialidade do estudo em eliminar células com vírus, acrescentando-lhe a eventualidade, modaliza o enunciado, dando-lhe um caráter apreciativo.

- organiza o percurso da noção no domínio, orientando-a inversamente à ordem do pré-construto.

3) Enunciado 3: Adjetivo

Diretor Gus van Sant baseou-se no ***mesmo*** *roteiro e seguiu o plano de filmagem utilizado por Alfred Hitchcock. (T1)* (Folha, 98)

Dois pré-construtos precisam ser considerados nesse enunciado: o de que Alfred Hitchcock dirigiu, em um momento anterior ao do enunciado - $T0_a$, um filme com um

determinado roteiro e utilizou um determinado plano de filmagem; e o de que Gus van Sant dirigiu, também em momento anterior ao enunciado – $T0_b$, um filme baseado em um roteiro. No momento da enunciação (T1), relata-se que o diretor Gus van Sant, retomou o roteiro utilizado por Hitchcock para realizar uma refilmagem e seguiu seu plano de filmagem.

Um diretor de cinema tem à sua disposição uma quantidade enorme de roteiros para filmagem. Ou seja, há infinitas ocorrências da noção /roteiro/ que poderiam ser escolhidas. Roteiros de ficção ou não, românticos, de terror, dramáticos, etc.

Tem-se em $T0_a$ a extração de uma ocorrência de roteiro, a que Alfred Hitchcock utilizou. Em $T0_b$ outra ocorrência de roteiro é extraída do domínio: a que Sant utilizou. Em T1, identifica-se a ocorrência de $T0_a$ com a de $T0_b$, ou seja, há uma operação de flechagem. Gus van Sant poderia escolher qualquer outro roteiro, mas escolheu aquele que Hitchcock utilizou anteriormente.

Veja-se o enunciado sem a marca ***mesmo***:

3a) Diretor Gus van Sant baseou-se no roteiro e seguiu o plano de filmagem utilizado por Alfred Hitchcock.

Nesse enunciado, não sabemos qual roteiro foi utilizado pelo diretor Gus van Sant. Sabemos apenas que ele seguiu o plano de filmagem do outro diretor. Poderia tratar-se de qualquer roteiro, utilizado ou não por Hitchcock:

3b) Diretor van Sant baseou-se no roteiro de Woody Allen[86] e seguiu o plano de filmagem utilizado por Alfred Hitchcock.

Em 3a, não há uma especificação da noção /roteiro/: pode tratar-se de qualquer roteiro. Já em 3b, trata-se de um roteiro específico, estabilizado: o de Woody Allen. No enunciado 3, há uma identificação entre as noções $roteiro_{0a}$ e $roteiro_{0b}$, que culmina na noção $roteiro_1$. Neste caso, a marca responsável pela identificação é ***mesmo***. E o enunciador, ao afirmar a identidade entre

[86] Famoso roteirista norte-americano, também ator, escritor, músico e cineasta.

as noções, comparando-as, realiza um julgamento: X é igual a Y. A asserção afirmativa vem complementar a estabilização da noção /roteiro/ nesse enunciado.

Veja-se o enunciado na modalidade interrogativa:

3c) - Diretor Gus van Sant baseou-se no **mesmo** roteiro e seguiu o plano de filmagem utilizado por Alfred Hitchcock? (T1)

- Não, ele tinha outro roteiro, só seguiu o plano de filmagem ($T2_a$).

Ou

- Sim, ele baseou-se no mesmo roteiro ($T2_b$).

Nesse caso, deve-se considerar várias ocorrências de roteiro: $roteiro_{0a}$, $roteiro_{0b}$, relativas aos momentos anteriores ao enunciado ($T0_a$ e $T0_b$, como descrito acima); $roteiro_1$, $roteiro_{2a}$ e $roteiro_{2b}$, captadas respectivamente em: T1, $T2_a$ e $T2_b$.

Em T1, o sujeito enunciador (S1) questiona se o roteiro utilizado por van Sant identifica-se com o de Alfred Hitchcock. Por ser um recurso ao outro, que aguarda uma resposta, a noção não se estabiliza: pode ou não tratar-se do roteiro de Hitchcock. O fato é que ***mesmo***, ainda que não estabilize a noção $roteiro_1$, que fica em suspenso, busca, ao comparar as noções $roteiro_{0a}$ e $roteiro_{0b}$, uma identidade entre elas, que poderá ou não ser confirmada por outro enunciador. A estabilização da noção depende, assim, de uma operação modal: em 3 houve estabilização pois tratava-se de uma afirmação; em 3d a noção não é estabilizada devido à modalidade interrogativa. Em $T2_a$ e $T2_b$ há estabilização devido às asserções afirmativa e negativa. A marca ***mesmo*** não influencia na estabilização da noção. Sua função é opor ocorrências de um mesmo domínio nocional, em busca de uma identificação. A identificação vai ocorrer ou não por conta de outros fatores: modalização, por exemplo. Independentemente da identificação entre as ocorrências contrastadas, o enunciador continua modalizando seu enunciado, pois a dúvida gerada pela comparação caracteriza-se como uma operação modal.

Em 3, opõe-se a noção /roteiro/ a outros tipos de roteiros que poderiam ter sido escolhidos. É como se o enunciador dissesse: Diretor Gus van Sant baseou-se no **mesmo** roteiro de Alfred Hitchcock (e não em outros roteiros possíveis) e seguiu o plano de filmagem utilizado por Alfred Hitchcock. Em 3a e 3b, onde não há a marca ***mesmo***, essa oposição não

se constrói. Em 3c, novamente constrói-se a oposição: entre roteiro$_{0a}$, roteiro$_{0b}$ e ainda outras possibilidade de roteiro. Já em T2$_a$, a oposição entre noções ocorre, mas como não há o uso de ***mesmo***, não se retorna à ocorrência inicial, que é descartada, e outra ocorrência é introduzida. A oposição se constrói novamente em T2$_b$, havendo retorno e identificação entre as ocorrências.

Na negação do enunciado 3, observa-se uma inversão no movimento desencadeado por ***mesmo***:

3d) Diretor Gus van Sant não se baseou no **mesmo** roteiro de Hitchcock.

Em 3d a identidade entre os roteiros dos dois diretores é negada (asserção negativa). A identificação entre as noções roteiro0$_a$ e roteiro0$_b$ não ocorre devido à negação, que inverte o movimento que se observou na afirmação (enunciado 3). As noções são colocadas em oposição, devido ao uso de ***mesmo***, mas acabam diferenciando-se. É como se o enunciador dissesse: Diretor Gus van Sant não se baseou no roteiro de Hitchcock, baseou-se em outro roteiro.

Os pré-construtos desse enunciado são os mesmos do enunciado 3: Hitchcock, em momento anterior ao enunciado, utilizou determinado roteiro, assim como van Sant também utilizou determinado roteiro. Opõe-se o roteiro de Hitchcock (roteiro0$_a$) ao utilizado por van Sant (roteiro0$_b$), no entanto, desta vez o roteiro de Hitchcock (roteiro0$_a$) é descartado. Em outros termos, parte-se de uma ocorrência inicial, considera-se outro valor, há um retorno a O$_i$, mas esse valor é eliminado, permanecendo a outra ocorrência (O$_o$). O papel de ***mesmo***, de opor ocorrências e buscar uma identificação entre elas permanece. É a modalização negativa que inverte o valor estabilizado e o valor descartado.

Com isso, pode-se observar que a marca ***mesmo*** realiza as seguintes operações:

- há uma ocorrência inicial (O$_i$) (o roteiro usado por Hitchcock). Em T1 essa ocorrência é retomada, mas outros valores (O$_o$) são considerados: qualquer outro roteiro poderia ser utilizado pelo diretor (localização entre ocorrências: O$_i$ X O$_o$). No entanto, a ocorrência já captada em T0 sofre uma tentativa de identificação (que pode ou não ocorrer) com a ocorrência captada posteriormente em T1 (operação de flechagem).

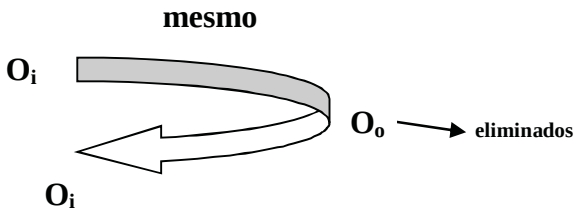

Figura 7 - Funcionamento de mesmo no enunciado3

- realiza uma modalização ao comparar duas ocorrências de uma noção buscando julgá-las como idênticas.

- aciona o percurso da noção /roteiro/, que juntamente com outras operações, fará com que ela esteja ora no interior, ora na fronteira do domínio, e em alguns casos, haverá saída para o exterior.

4) Enunciado 4: advérbio

"Silvia, você só vai estar bem **mesmo** quando os peões de obra assobiarem para você na rua". (Folha, 96)

O pré-construto desse enunciado é de que Silvia não se sente bem com sua aparência, ou sente-se bem, mas não totalmente. Vejam-se as manipulações abaixo:

S2 – Sabe, eu me sinto bem com meu corpo, mas parece que falta algo. (T0)

S1 – Silvia, você pode emagrecer, fazer plásticas, mas só vai estar bem **mesmo** quando os peões de obra assobiarem para você na rua. (T1)

Constrói-se um domínio nocional para o predicado <estar bem>. Entre estar bem (interior do domínio) e estar mal (exterior do domínio) existe um gradiente, isto é, entre esses dois estados existem vários estágios intermediários: “estar bem, mas nem tanto”; “estar quase bem”, etc. Estes valores encontram-se na fronteira do domínio e podem apontar para seu

interior ou para seu exterior. “Estar completamente bem” representaria o centro organizador da noção, no interior do domínio e “estar mal”, o exterior.

De acordo com o sujeito que enuncia 4 (S2), a condição para que Silvia (S1) esteja bem, com todas as propriedades para que isso ocorra, é que os pedreiros assobiem para ela. Outras condições podem até deixar Silvia bem (como emagrecer, por exemplo), mas somente o assobio dos pedreiros a levará ao máximo bem estar.

É a marca ***mesmo*** que conduz o predicado <estar bem> ao seu alto grau, ou seja, a identificar-se com o centro organizador do domínio. Duas ocorrências devem ser consideradas em T0 e T1: sentir-se bem (interior do domínio – T0) e sentir-se bem mesmo (identificação com o CO – também no interior – T1). Pode-se dizer que o uso de ***mesmo*** retoma a primeira ocorrência de <estar bem>, no pré-construto T0, e a identifica com a segunda ocorrência, o que culmina no valor distinguido que se observa. Esse valor distinguido é o alto grau da noção, o valor extremo. ***Mesmo*** marcaria, assim, uma operação de flechagem.

Porém, não se trata apenas de opor essas duas ocorrências do domínio nocional (T0 e T1). Na curva de identificação que ***mesmo*** realiza ao retornar à primeira ocorrência, todas as outras ocorrências do domínio que se localizam nesse gradiente, em direção ao Centro Organizador do domínio, são absorvidas. Trata-se de uma operação de varredura no domínio nocional.

Quando todas as ocorrências absorvidas identificam-se com a primeira, tem-se uma noção em sua completude, caracterizada pela totalidade de propriedades que a constituem: é a ocorrência modelo ou privilegiada.

O uso de ***mesmo*** nesse enunciado, conduzindo a noção ao alto grau, assemelha-se aos enunciados exclamativos (cf. 3.6.3 desta tese), isto é, o enunciador (S1) não quer falar de um bem estar qualquer, mas sim de um bem estar pleno, absoluto, com todas as propriedades de <estar bem>. Pode-se dizer, por esse motivo, que o enunciador modaliza seu enunciado, imprime, como diz Culioli, um “algo mais” à sua asserção (apreciação). Ao atribuir esse “algo mais”, realiza uma operação de qualificação sobre a noção /bem/.

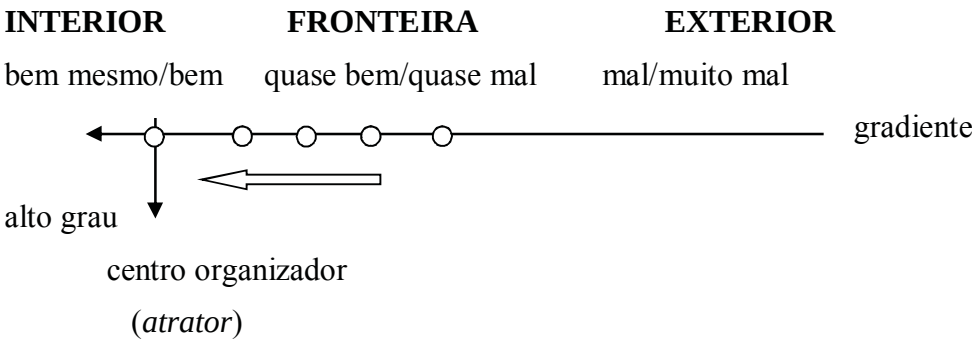

Figura 8 - O alto grau de <estar bem>[87]

Quando transformamos o enunciado 4 em uma interrogação, observamos o seguinte:

4a)

S1 – Silvia, você só vai estar bem quando os peões de obra assobiarem para você na rua. (T0)

S2 – Você acha que eu vou estar bem **mesmo** se os peões de obra assobiarem para mim? (T0)

Apesar de a modalização do enunciado pela interrogativa (que é um recurso ao outro e, portanto, aguarda uma resposta) não permitir sua estabilização, deixando-o em suspenso, o predicado <estar bem> continua realizando a operação que se observou em 4: chega, da mesma forma, ao seu alto grau, identificando as ocorrências absorvidas ao longo do gradiente com a ocorrência inicial, que aparece em T0 (operação de varredura seguida de flechagem). A oposição que se estabelece entre as ocorrências dentro do domínio é a mesma. O que diferencia essencialmente o enunciado 4 de 4a é o caráter modal: o primeiro, assertivo, é garantido pelo enunciador S2, que tem certeza do que está afirmando. Já no segundo, o enunciador S1 coloca em dúvida o que afirma S2. Assim, a relação entre o predicado <estar bem> e a condição que S2 estabelece (pedreiros assobiarem) para que ele ocorra é confirmada em 4 e questionada em 4a. A diferença está na relação entre o predicado e a condição estabelecida, e não na relação entre as ocorrências de /bem/.

No caso de uma negação do enunciado 4, pode-se observar o seguinte:

[87] Cada um dos círculos que aparecem no gradiente corresponde a uma ocorrência da noção /bem/

4b)

S2 – Acho que só vou me sentir bem quando os pedreiros da rua assobiarem para mim. (T0)

S1 – Silvia, você só não vai estar bem **mesmo** quando os pedreiros assobiarem para você na rua. Sabe por quê? Por que o bem estar é algo que vem do nosso interior. Se você estiver bem consigo, aí sim estará bem **mesmo**. (T2)

Neste caso, altera-se a condição para o bem estar. Não é mais o assovio dos pedreiros que levará o predicado <estar bem> ao seu extremo, ao seu alto grau, mas a condição interior do sujeito. Nada é modificado na relação entre as ocorrências da noção /bem/ que levam ao <estar bem> absoluto: tem-se uma ocorrência de /bem/ no interior do domínio (T0), e em T1 essa ocorrência é oposta a outras ocorrências que são absorvidas e identificadas a ela (novamente as operações de varredura e flechagem). O que muda, além da operação modal (trata-se de uma assertiva negativa em que o enunciador garante sua posição), é a relação entre o predicado em questão e a nova condição para atingi-lo.

Pode-se observar, no enunciado 4 as seguintes operações:

- Parte-se de uma ocorrência inicial (uma noção /bem/ qualquer no interior do domínio); a essa ocorrência são comparadas todas as outras ocorrências que se situam ao longo do gradiente, orientadas na direção do CO do domínio. Todas elas são absorvidas e identificadas à ocorrência inicial, o que caracteriza uma operação de flechagem, resultando num valor ditinguido.

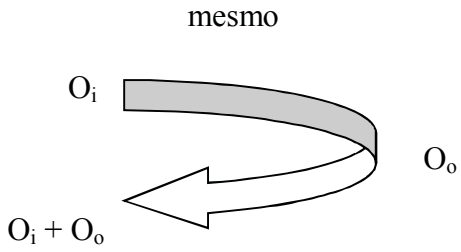

Figura 9 - Funcionamento de mesmo no enunciado 4

- A marca mesmo aciona o percurso da noção /bem/ no domínio nocional, que de um ponto qualquer do interior, realiza uma operação de varredura, até chegar ao CO do domínio, onde todas as ocorrências se sobrepõem.

- Ao diferenciar, utilizando **mesmo**, a ocorrência de /bem/ como não sendo um bem qualquer, mas um bem absoluto, o enunciador realiza uma operação modal.

5) Enunciado 5: dêitico reforçador do advérbio

> *O mundo é assim* ***mesmo*** *(T1): o que não tem remédio remediado está (T2). (*A Carne, de Júlio Ribeiro)

Nesse enunciado, segundo a definição encontrada no dicionário Houaiss (2001), **mesmo** estaria funcionando como um reforçador do advérbio, numa função dêitica. A atribuição desse caráter dêitico se dá por contiguidade: o elemento que o antecede é considerado um dêitico[88], do qual só se saberá o valor referencial na segunda parte do enunciado.

Trata-se de um enunciado assertivo, no qual o enunciador S1 imprime uma avaliação à noção /mundo/, que passa a ser qualificada pelo provérbio "o que não tem remédio, remediado está". Por tratar-se de uma operação de qualificação (QLT), é difícil precisar em que local do domínio essa noção se encontra. O que se pode garantir é que ela está entre o interior e a fronteira, mas não se pode dizer se aponta para o centro organizador do domínio ou para seu exterior. Isso por que a ocorrência modelo do domínio e o conjunto de propriedades que a constitui não são conhecidas, isto é não se sabe como é o /mundo/ com todas as suas propriedades.

De acordo com o enunciador S1, o funcionamento do mundo equipara-se a expressão popular mencionada acima, que poderia ser interpretada da seguinte forma: se algo não tem solução, é preciso conformar-se e conviver com isso. Para o enunciador, há coisas no mundo que não são solucionáveis e as pessoas devem contentar-se com essa condição. Desse modo, a noção /mundo/ seria definida como um lugar de aceitação, de resignação, e o enunciado poderia ser reformulado da seguinte forma: *O mundo é assim* ***mesmo****: um lugar de aceitação*[89]. O emprego catafórico da marca ***assim*** antecipa essa definição que será atribuída a

---

[88] Ainda de acordo com o dicionário Houaiss (2001), ***assim*** é um advérbio díctico, "isto é, está intimamente ligado ao momento e ao contexto situacional da enunciação (...)" (p.321)

[89] Com base nessa conclusão e para facilitar a manipulação do enunciado, utilizaremos "local de resignação" como substituto de "o que não tem remédio, remediado está".

/mundo/, como lugar de resignação, ou seja, antecipa a operação de qualificação que ocorre em seguida.

S1 atribui à noção em questão sua própria definição de /mundo/. Há diversas outras possibilidades de se definir essa noção. Pode-se dizer que "o que não tem remédio, remediado está" é apenas uma propriedade possível do predicado <mundo ser Y>, entre tantas outras. Vejam-se algumas propriedades da noção /mundo/:

- local em que os seres vivos habitam;
- planeta integrante do sistema solar;
- tudo o que é grande;
- local de resignação, etc.

Duas dessas propriedades citadas foram captadas pela noção que aparece no enunciado: local de resignação em que habitam os seres vivos. Qualquer outra propriedade poderia constituir essa ocorrência da noção /mundo/, mas apenas estas foram atualizadas na noção utilizada por S1.

A noção /mundo/ é definida duplamente no enunciado: como "assim" ($mundo_1$) e como "lugar de aceitação" ($mundo_2$). A marca ***mesmo*** realiza uma operação de flechagem, comparando a noção posterior à noção anterior, que em seguida, identificam-se: $mundo_1 = mundo_2$.

Percebe-se, ainda, que quando a marca ***mesmo*** aparece, seu papel é fazer com que se considere e simultaneamente se descarte outras ocorrências de /mundo/, constituídas de outras propriedades. É como se o enunciador dissesse: *O mundo é assim e não de outras formas possíveis*.

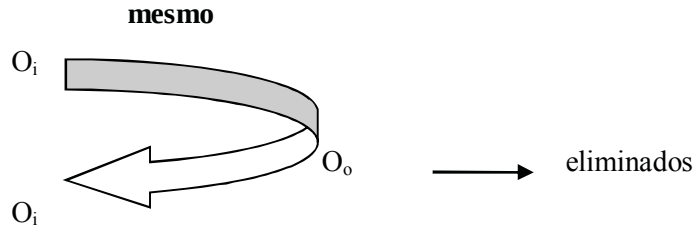

Figura 10 - Funcionamento de mesmo no enunciado5

Continuando as manipulações de 5,

5b)

S1- O mundo é assim mesmo: o que não tem remédio, remediado está.

*S2- O mundo não é assim **mesmo**. Não podemos considerar o mundo um lugar de resignação. O mundo é lugar de luta.*

alterando-lhe a modalidade para a forma de uma asserção negativa, é possível notar uma inversão do que foi observado em 5: não há uma identificação entre as ocorrências $mundo_1$ ("assim") e $mundo_2$ ("lugar de resignação"): mundo, para o enunciador, é outra coisa, é lugar de luta. No entanto, apesar da negação de identificação entre as ocorrências, ***mesmo*** as coloca em contraste ("assim" e "lugar de resignação"), da mesma forma como nos outros exemplos, porém, uma outra ocorrência é considerada ($mundo_3$ – lugar de luta) e acaba preenchendo, na relação <mundo ser Y>, a posição de Y.

Quando o enunciador diz que o "mundo não é assim **mesmo**" as duas ocorrências de mundo consideradas ("assim" e "lugar de resignação") não se identificam, pois a marca ***não*** cria um obstáculo para essa identificação. Sem essa marca, além de serem comparadas**,** essas duas ocorrências seriam identificadas normalmente, como ocorreu em 5. Isso leva à conclusão de que a marca ***mesmo*** não é responsável pela identificação entre as noções. Na realidade, ela aciona um movimento de flechagem e comparação de ocorrências, que vão ou não ser identificadas por conta de outros fatores: operações modais, aspectuais, do relacionamento com outras marcas[90].

[90] É importante ressaltar que a operação de *reperáge* ou localização pode culminar em uma identificação ou em uma diferenciação entre as noções. Sobre esse assunto, cf. capítulo III, p. 93-94.

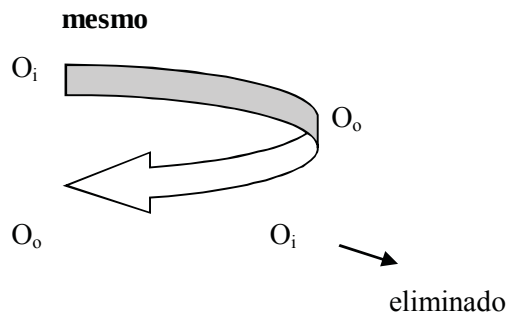

Figura 11 - Funcionamento de mesmo no enunciado5

No enunciado 5 podemos destacar as seguintes operações:

- ***Mesmo*** realiza uma curva de identificação: parte-se de uma ocorrência inicial de /mundo/, que é determinada pela marca ***assim*** e qualificada pelo provérbio; outras ocorrências de mundo são consideradas, em seguida descartadas, e retorna-se à Oi, que é estabilizado. Essa operação consiste em uma flechagem: no retorno, a noção /mundo/ identifica-se consigo própria.

- Em relação à organização do domínio nocional, não há saída para o exterior; as ocorrências permanecem no interior ou na fronteira direcionando-se para o interior.

- Ao comparar as ocorrências $mundo_1$ e $mundo_2$, identificando-as, o enunciador realiza um julgamento, avaliando se elas se correspondem.

6) Enunciado 6: palavra denotadora de inclusão

> *S1 – Não é por isso, é porque ainda não sinto a tal necessidade do casamento. Se eu a sentisse, casar-me-ia. (T1)*
> *S2 –* ***Mesmo*** *com um homem medíocre? (*A Carne, de Júlio Ribeiro) *(T2)*

Pela observação dos enunciados acima, percebe-se que S1 não quer se casar por um motivo determinado: não sente necessidade do matrimônio. No entanto, ao realizar a asserção negativa "não é por isso..." evidencia que o outro enunciador S2 referiu-se, anteriormente, a um motivo diferente para o fato de não se casar. Trata-se do pré-construto T0, que poderia ser

reformulado da seguinte maneira: *Você não quer se casar com Y por que ele é medíocre*, ao que S1 responde: *Não é por isso, é porque ainda não sinto a tal necessidade do casamento. Se eu a sentisse, casar-me-ia.*

A condição que S1 estabelece para casar-se é sentir necessidade do casamento, independentemente do caráter do pretendente. Qualquer homem estaria apto a <ser marido>. No domínio nocional de /marido/ constrói-se uma classe de ocorrências que poderiam instanciar a léxis <X casar com Y>. Assim, no interior desse domínio ter-se-ia uma ocorrência privilegiada da noção, o exemplar de /marido/, com todas as propriedades necessárias[91] para isso. As ocorrências que se organizam ao redor do CO do domínio podem aproximar-se ou afastar-se dele, conforme tenham mais ou menos propriedades em comum.

S1 não se importa com o tipo de homem com quem vai se casar. Todo e qualquer homem, independentemente de seus aspectos físicos ou psicológicos, pode <ser marido>: homem bom, mal, preguiçoso, trabalhador, grosseiro, educado. A propriedade essencial da noção /marido/ é <ser homem>. As outras propriedades, qualificativas, são acessórias e subjetivas. S2, no entanto, ao realizar a indagação: ***Mesmo*** *com um homem medíocre?*, modaliza seu enunciado, realizando uma avaliação apreciativa sobre quem pode <ser marido>: não considera /homem medíocre/ uma possibilidade de preencher o lugar de Y na relação ainda não instanciada: <X casar com Y>. Desse modo, constrói um domínio diferenciado para sua noção /marido/, em que nem todos os homens podem pertencer ao interior, isto é, não podem tornar-se /maridos/. Isso faz com que /homem medíocre/ passe a pertencer ao exterior do domínio, não podendo ocupar o lugar de Y.

Ao utilizar a marca ***mesmo***, S2 reorganiza o domínio nocional que construiu para /marido/, incluindo /homem medíocre/ na classe de instanciáveis para a relação <X casar com Y>. Em outras palavras, faz com que a ocorrência que se encontrava no Exterior do domínio (não-p) passe ao seu Interior, tornando-se, então, uma possibilidade de marido, entre tantas outras.

Pode-se perceber um contraste entre o domínio nocional estruturado pelos diferentes enunciadores: S1 considera todos os homens como possíveis pretendentes, enquanto S2 exclui aqueles que são medíocres. Com o uso de ***mesmo,*** S2, que inicialmente exclui a ocorrência /homem medíocre/ das possibilidades de <ser marido>, passa a considerá-la. Essa marca

[91] Cabe ressaltar que cada sociedade imprime propriedades particulares às suas noções e desse modo, o que seria um exemplar da noção no Brasil pode não o ser na África, por exemplo. Da mesma forma, as concepções do que seja um marido ideal podem variar dentro de uma mesma comunidade, devido a aspectos subjetivos.

contrapõe as ocorrências de /homem/ aptos ao casamento (O_i) à ocorrência /homem medíocre/ (O_o), não apto ao casamento. Após contrapô-las, não descarta nenhuma delas. Pelo contrário, absorve O_o, restando o valor $O_i + O_o$ para preencher o lugar Y. No entanto, não há uma estabilização da noção que ocupará o lugar de Y na relação. Isso se dá devido à modalidade interrogativa, que, como recurso ao outro, aguarda a resposta de S1. Somente ele vai poder dizer se "homem medíocre" vai ou não instanciar a relação <X casar com Y>, ou seja, se essa ocorrência vai permanecer no interior do domínio ou voltar para seu exterior. Assim, as possibilidades que existem no interior do domínio, incluindo-se "homem medíocre", que passou também a integrá-lo, ficam em suspenso, aguardando uma instanciação.

Manipulando o enunciado 6 na forma de uma asserção positiva:

6a) S1 – Mesmo com um homem medíocre, eu me casaria.

percebe-se, também em 6a, uma oposição entre ocorrências de homens aptos ao casamento (O_i) e de homens não aptos (O_o), e logo em seguida, a inclusão de O_o na classe de possíveis maridos. É como se S1 dissesse: *Eu me casaria com qualquer homem, mesmo com um homem medíocre.*

A marca ***mesmo***, no caso acima, faz com que /homem medíocre/, antes pertencente ao exterior, passe ao interior do domínio, integrando a classe de possibilidades de /marido/, podendo ocupar o lugar de Y: <X casar com homem medíocre>. Porém, assim como em 6, a noção não se estabiliza. Dessa vez, por conta da marca aspectual ***casaria***, que caracteriza um processo ainda não realizado, apenas passível de ser.

A ocorrência inicial, em T1 (implícita: *Não é por isso, é porque ainda não sinto a tal necessidade do casamento. Se eu a sentisse, casar-me-ia* ***[com qualquer homem]****.)*, é caracterizada por uma operação de varredura no domínio nocional de /marido/: percorre-se todas as ocorrências sem se ater a nenhuma delas. Essa operação, que considera todas as possibilidades, porém não capta nenhuma, é justificada pela própria condição estabelecida por S1 para o casamento: o sentimento de necessidade, o que dá margem para considerar qualquer homem um pretendente. Na verdade, como já dito anteriormente, essa ocorrência inicial não

está explícita em T1, é apenas pré-construída nocionalmente, não sendo estabilizada no enunciado.

A marca ***mesmo*** faz com que se oponham dois tipos de homem: maridos e não maridos. Mas com seu uso, os homens que pertencem ao exterior do domínio passam a integrá-lo: homem medíocre passa a ser considerado um homem apto ao casamento.

O encadeamento natural visado por S2 é "**X casar-se com qualquer homem (P), menos os medíocres (Z)**" <X casar com (P – Z)>. No enunciado em que ***mesmo*** aparece, aquilo que não era esperado (Z) pode tornar-se efetivo. Assim, a marca desorganiza o encadeamento visado por S2 e o valor final poderá ser <X casar com (P + Z)>.

Podem ser destacadas as seguintes operações no enunciado:

- ***mesmo*** constrói uma curva de identificação. Parte-se de uma ocorrência inicial (marido), outra ocorrência é considerada (O_0 = não marido). Ao retornar ao valor inicial, essa última ocorrência é absorvida ($O_i + O_o$).

- marca uma operação de localização entre a ocorrência inicial (marido) e a outra ocorrência (não-marido/ homem medíocre). Não ocorre identificação, mas as duas passam a pertencer ao interior do domínio, fazendo parte da mesma classe de instanciáveis.

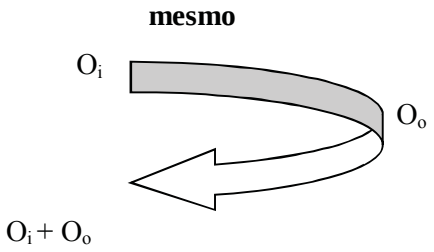

Figura 12 - Funcionamento de mesmo no enunciado 6

- organiza o domínio nocional de /marido/: Faz com que uma ocorrência pertencente ao exterior (homem medíocre), passe para o interior - modaliza o enunciado de S2, que compara duas ocorrências da noção /senhor/ e as julga idênticas.

- ao considerar a possibilidade de inserir /homem medíocre/ no domínio de /marido/, realiza uma modalização apreciativa: julga que esse tipo de homem poderia <ser marido>.

7) Enunciado 7: Substantivo

*Sentia quase o **mesmo** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho. (*A Carne, de Júlio Ribeiro)

Neste enunciado, o narrador[92] (S1) faz um relato da sensação experimentada por uma das personagens da obra *A Carne*, de Júlio Ribeiro (1888).

Para dar início às análises, faz-se necessária a distinção de três momentos pertencentes à situação descrita: o momento da enunciação (T3) e dois momentos anteriores (T1 e T2), que são retomados por S1 em T3:

*Sentia quase o **mesmo (T2 – momento posterior a T1)** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho. **(T1 – momento anterior).***

Em T1, uma pessoa teve alucinações que despertaram uma sensação de prazer, caracterizada por diversos qualificativos: "mordente", "delirante", "atroz", "com estranhas repercussões simpáticas", "incompleto" e "falho".

Como esta análise se dará a partir dos elementos passíveis de análise, que são as marcas linguísticas deixadas pelo enunciador (S1), únicos traços de sua atividade mental, não se entrará no mérito da subjetividade ou objetividade do narrador ao relatar os fatos, se a sensação de prazer experimentada pela personagem se deu realmente da forma como relata S1.

A personagem, a quem chamaremos X, sentiu prazer em T1 e novamente em T2, o que é relatado por S1 em T3, momento da enunciação. Tem-se em jogo, portanto, duas ocorrências da noção /prazer/: $prazer_1$ (que não aparece no enunciado, mas é retomada por meio de "**o mesmo"**) e $prazer_2$, captadas em momentos distintos. Isso é evidenciado pelas marcas **sentia** e **sentira**, que respectivamente situam as duas ocorrências da noção em diferentes porções de espaço-tempo, e que, por terem a característica aspectual de algo realizado antes do momento da enunciação, estabilizam as ocorrências de /prazer/.

Reformulando o enunciado 7 com o apagamento de ***mesmo***,

[92] De acordo com Martins (2008), esse tipo de narrador caracteriza-se como um narrador "onisciente, em empatia com a personagem" (p.253). Trata-se de um discurso psicológico em que o narrador penetra no íntimo da personagem e refere-se aos seus pensamentos, reações (...)" (MARTINS, 2008, p, 253).

7a) Sentia quase o que sentira na noite da alucinação com o gladiador. prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho.

É fácil observar que a marca ***mesmo*** substitui a noção /prazer/ e seus qualificativos quando é retirada do enunciado. Assim, pode-se dizer que ***mesmo*** substitui a ocorrência $prazer_1$, como foi dito logo acima. O sujeito S1 tenta estabelecer uma relação de identificação entre a sensação sentida em T1 (anterior) – o que caracteriza uma modalização – e a sensação sentida em T2 (posterior). A primeira sensação de prazer é pareada à segunda, por meio da marca ***mesmo***.

A sensação de prazer, assim como qualquer outra sensação (física ou psicológica), pode manifestar-se de formas variadas: cada indivíduo a percebe de maneira diferente, de outras formas. Sentir o prazer do modo como se relata no enunciado 7, é apenas uma das possibilidades. Quando o enunciador utiliza ***mesmo***, é como se dissesse: *X sentia quase o que sentira na noite passada, apesar de poder sentir outras coisas.*

Em outros termos, parte-se de uma ocorrência inicial de prazer O_i (T1), considera-se outras ocorrências da noção O_o (outras formas de sentir prazer), que são imediatamente eliminadas. Ao realizar a curva de identificação, considerando esses outros valores possíveis, que são logo descartados, a marca ***mesmo*** realiza uma operação de flechagem: O_i é comparado com uma ocorrência apreendida depois. Porém, apesar de ocorrer essa operação de flechagem, desencadeada por ***mesmo***, a identificação entre as ocorrências é parcial, ou seja, apenas algumas propriedades da noção /$prazer_2$/ identificam-se com as propriedades da noção /$prazer_1$/ – O_i –. Isso se deve ao acréscimo da marca ***quase***, que cria um obstáculo para a identificação das ocorrências. É como se O_i estivesse em um determinado lugar do interior do domínio nocional, e a despeito da tentativa de identificação que ***mesmo*** aciona, O_0, também no interior, não pode sobrepor-se a O_i, mas fica muito próximo. Veja-se a figura abaixo:

INTERIOR **FRONTEIRA** **EXTERIOR**

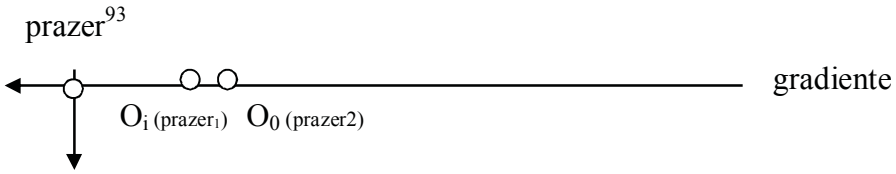

Figura 13 - Domínio nocional de /prazer/

No caso do apagamento da marca ***quase***, como se vê abaixo:

7b) Sentia o **mesmo** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho.

o domínio nocional estruturar-se-ia da seguinte forma:

INTERIOR **FRONTEIRA** **EXTERIOR**

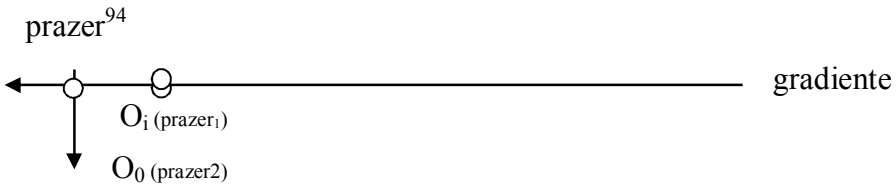

Figura 14 - Domínio nocional de /prazer/

A operação de flechagem ocorreria sem dificuldade, havendo identificação total entre O_i (prazer$_1$) e O_0 (prazer$_2$).

[93] Essa ocorrência representa a ocorrência modelo, com todas as propriedades da noção /prazer/.
[94] Essa ocorrência representa a ocorrência modelo, com todas as propriedades da noção /prazer/.

Se o enunciado 7 for negado, retirando-se a marca ***quase***:

*7c) Não sentia o **mesmo (T1)** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho. **(T2)** (*A Carne, de Júlio Ribeiro)

Nota-se que as ocorrências de prazer atualizadas em T1 e T2 são comparadas, assim como em 7. No entanto, não se identificam, por conta na negação. O movimento acionado pelo uso da marca ***mesmo*** se repete: ocorrências de uma noção são confrontadas para verificação de sua identidade (flechagem), porém outras ocorrências são consideradas. Como há a negação, as ocorrências comparadas não se identificam, abrindo margem para que outros valores se estabilizem. Há uma eliminação da Ocorrência inicial (O_i), permanecendo a outra ocorrência (O_o):

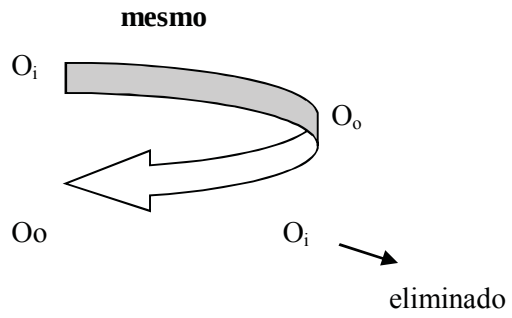

Figura 15 - Domínio nocional de /prazer/

Em relação ao enunciado 7, pode-se dizer que

- ***mesmo*** localiza duas ocorrências dentro de um domínio nocional (o de /prazer/) e aciona uma operação de flechagem. A identificação somente não ocorre pelo impedimento criado por ***quase,*** fazendo com que cada uma das ocorrências fique em um lugar distinto do domínio: O_i no interior, próxima do CO, e O_o, também no interior, um pouco mais distanciada de CO. Sendo assim, organiza o domínio nocional de /prazer/

- Ao comparar e julgar as duas ocorrências como quase idênticas, S2 realiza uma operação modal.

4.1 Variâncias e invariância de *mesmo*:

Após a análise dos sete enunciados (cf. p., desejamos destacar, primeiramente, certas operações que parecem repetir-se com o uso da marca ***mesmo.*** Em seguida, tentaremos demonstrar aquilo que varia nos seus diferentes usos, em outras palavras, mostraremos o que é constante e o que não é constante na relação dessa marca com outras.

Quando ***mesmo*** é utilizado, aciona alguns mecanismos enunciativos:

- uma operação de flechagem (comparação de uma ocorrência posterior a uma ocorrência anterior, buscando uma identificação), gerando uma curva de identificação, que poderá ou não ser confirmada (essa identificação se dará ou não por outros fatores, como modalização, determinação, relação com outras marcas no enunciado, etc. Não é papel da marca ***mesmo,*** como veremos a seguir)

- uma operação de localização entre: a ocorrência inicial considerada e uma (ou um grupo de) ocorrência(s) pertencente a um mesmo domínio nocional. Esses outros valores são eliminados ou absorvidos quando se retorna à ocorrência inicial. O único caso em que a curva de identificação retorna à O_i e este valor é eliminado, é quando se nega o enunciado em que mesmo aparece: por, exemplo: *X não usou hoje o mesmo carro que ontem*. Nos outros casos, ou a ocorrência inicial estabiliza-se, permanecendo sozinha no interior do domínio, ou esta e as outras ocorrências ficam em suspenso aguardando instanciação.

- toda vez que ***mesmo*** é utilizado, realiza-se uma operação de modalização: ao comparar diferentes ocorrências de uma noção tentando julgá-las como idênticas, ou ainda ao julgar determinado fato/ação, mostrando que apesar do valor esperado, um valor inesperado pode acontecer. Também ocorre modalização quando mesmo leva a noção ao seu alto grau: não se trata de "algo' qualquer, o enunciador imprime uma avaliação ao seu enunciado.

- organiza o domínio nocional da noção com que se relaciona, seja trazendo uma ocorrência que se encontra no exterior ou fronteira para o interior, seja levando uma ocorrência ao seu alto grau, ou ainda, invertendo a orientação em que a noção se encontrava.

Sintetizando, podemos dizer que ***mesmo***:

- aciona uma operação de flechagem, gerando uma curva de identificação, que pode levar à identificação ou diferenciação das noções. No retorno ao ponto de que se partiu (O_i – ocorrência inicial), outras ocorrências (O_o) são consideradas, podendo incluir-se no valor inicial ou ser descartadas. Essas ocorrências, que são comparadas por meio de uma operação modal, acabam movimentando-se no domínio nocional, organizando-o.

Essa síntese pode ser representada pelas seguintes fórmulas, que caracterizam, respectivamente, os enunciados 1, 3, 5 e os enunciados 2, 4, 6 e 7:

$$\boldsymbol{O_i + mesmo \rightarrow O_i \times O_0 \rightarrow O_i}$$

$$\boldsymbol{O_i + mesmo \rightarrow O_i \times O_0 \rightarrow O_i + O_0}$$

É importante ressaltar que as operações descritas acima se repetem nos 7 usos de ***mesmo*** que apontamos. No entanto, é evidente que cada enunciado em que uma marca aparece tem sua especificidade, e isso ocorre justamente pelo fato de o valor referencial atribuído às marcas resultar do relacionamento que se estabelece entre elas no momento da construção da significação. Com isso, queremos dizer que dependendo das marcas com que ***mesmo*** se relacionar no enunciado, poderemos observar algumas diferenças no seu uso, algumas variâncias.

Apenas para ilustrar, em todos os enunciados analisados, a marca ***mesmo*** desencadeia uma operação de flechagem, que consiste na identificação de uma ocorrência posterior do domínio nocional com uma ocorrência anterior, que já havia sido extraída do domínio. Porém, observamos que somente em alguns casos essa operação se concretizará: é o caso dos enunciados 1, 3, 4, e 5, em que as ocorrências contrastadas identificam-se. Em outros, como 2, 6 e 7, a flechagem não será finalizada. Na realidade, ocorre um processo de diferenciação.

Conforme apresentamos no capítulo III desta tese (cf. p. 93-94), a identificação e a diferenciação são propriedades de uma operação denominada *répérage*, ou operação de localização. Como vimos, todo fenômeno está sujeito a essa operação, e os objetos só adquirem um valor determinado quando localizados em um sistema. Assim, podemos dizer que os enunciados em que ***mesmo*** aparece vão se configurar da seguinte maneira: ***mesmo*** será o localizador (repère) do termo (nos enunciados 1,3,4,5 e 7) com o qual se relaciona, ou o localizador do enunciado (2 e 6). Vejamos:

1) <Senhor ϵ Mesmo>
2) < “Estudo das células” ϵ Mesmo>
3) <Roteiro ϵ Mesmo>
4) <Bem ϵ Mesmo>
5) <Assim ϵ Mesmo>
6) < “Casar com um homem medíocre” ϵ Mesmo>
7) <Prazer ϵ Mesmo>

O que determinará se essa operação de répérage terminará em uma identificação (concretização da operação de flechagem) ou em uma diferenciação serão as outras marcas envolvidas no enunciado. O enunciado 7 é um nítido exemplo do que queremos destacar:

> *Sentia quase o **mesmo** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho. (*A Carne, de Júlio Ribeiro)

Se a marca ***quase***, que antecede ***mesmo***, fosse apagada, as ocorrências de /prazer/ vivenciadas nos dois diferentes momentos seriam identificadas sem problema. Com o uso de ***quase***, ocorre uma diferenciação dessas ocorrências.

Outro exemplo de alteração na operação de flechagem que ***mesmo*** desencadeia é quando há negação no enunciado em que ela aparece. Utilizando novamente o enunciado 7, sem a marca ***quase***, porém acrescentando-lhe a negação, observamos que se cria um obstáculo na realização da flechagem, ocorrendo uma diferenciação entre as ocorrências da noção /prazer/:

> *Não sentia o **mesmo** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho. (*A Carne, de Júlio Ribeiro).

Ainda no que tange as variâncias e invariâncias de uso da marca ***mesmo***, cabe destacar a questão da organização do domínio nocional. O fato de que essa marca provoca alguma alteração no domínio nocional, movimentando ocorrências em seu interior, fronteira e exterior, é indubitavelmente uma invariância: em todos os enunciados analisados percebemos

alterações no domínio, seja estabilizando noções, seja deixando-as em suspenso. No entanto, sempre há uma variância: o local do domínio em que essas ocorrências se situam. Há enunciados em que a noção fica no interior, em outros, na fronteira.

Para finalizar esse capítulo, gostaríamos de retomar um aspecto importante da teoria com que trabalhamos: o fato de nos permitir olhar para os fenômenos linguísticos de modo dinâmico. É justamente essa perspectiva dinâmica que nos possibilita visualizar, na atividade de linguagem, os jogos de deformabilidade e estabilidade, de variância e invariância que a caracterizam.

Por meio da análise de enunciados com a marca ***mesmo***, acreditamos ter evidenciado os princípios de uma abordagem enunciativa dos fenômenos linguísticos. Essa abordagem, a que chamamos Gramática da Produção ou Gramática Operatória, aclara, põe em funcionamento os postulados da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, entre eles alguns que desejamos destacar: a articulação entre linguagem e línguas naturais, manifestada nos jogos de variância e invariância dos fenômenos linguísticos; a relação entre processo e produto, com ênfase no primeiro; a natureza indeterminada da linguagem, a inserção do sujeito no âmago do sistema linguístico, entre outros.

5 PARA UMA GRAMÁTICA DA PRODUÇÃO OU GRAMÁTICA OPERATÓRIA

Conforme expusemos na Introdução deste trabalho, as preocupações em articular Pesquisa Linguística e Ensino de Língua surgiram ao longo de sua elaboração: não era nosso propósito inicial.

Sabemos que essa relação é um dos fatores que impulsiona melhorias no quadro educacional, e por sermos linguista e professora, desvincular Pesquisa e Ensino é, em nossa trajetória, uma tarefa difícil. Assim, preferimos assumir os riscos de não nos aprofundar em um ou outro tema, a deixar passar essa oportunidade de contribuição que vislumbramos.

Neste capítulo, antes de apresentarmos o que entendemos por Gramática da Produção, ou Gramática Operatória, baseando-nos nos pressupostos da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli e na trajetória linguística e educacional da Professora Letícia Marcondes Rezende, abordaremos diferentes conceituações de gramática, que por sua vez, geram diferentes tipos de gramática.

Por não termos o intuito de tratar em detalhe cada um dos vários enfoques que existem de gramática, apresentaremos aqueles que mais se destacam nas pesquisas dedicadas ao tema, seja como material de referência para as análises da língua, seja pela sua importância no ensino de língua. São eles: a Gramática Tradicional e a Gramática de Usos. Oportunamente, confrontaremos os posicionamentos dessas duas abordagens com a abordagem operatória, e ainda, as repercussões de cada uma delas no ensino de Língua Portuguesa. Antes, porém, faremos uma digressão mostrando a origem do termo gramática.

Vale ressaltar, retomando o que já dissemos anteriormente, que essa proposta de uma *Gramática da Produção* configura-se não somente como uma forma de se trabalhar a língua em sala de aula. Além dessa possibilidade, trata-se, ao mesmo tempo, de uma metodologia de pesquisa que auxilia na observação e manipulação dos dados, dinamizando os estudos linguísticos. Em suma, caracteriza-se, concomitantemente, como uma metodologia de pesquisa e de ensino.

5.1 O termo gramática e seus primeiros usos

Os estudos da gramática no mundo ocidental remontam aos gregos da Antiguidade Clássica. *Grámma*, do grego, letra, deu origem a Grammatiké - γραμματική - que em suas origens significava a arte de ler e escrever.

Embora não tivessem criado um estudo sistematizado da língua, a ponto de organizar compêndio próprio que prescrevesse ou descrevesse padrões linguísticos, os gregos preocuparam-se com a natureza estética e filosófica da língua, numa evolução cronológica que, segundo Lobato (1986, apud Junqueira, 2003, p. 50), compreendeu três períodos:

5.1.1 Período dos filósofos pré-socráticos e dos primeiros retóricos e de Sócrates, Platão e Aristóteles:

Nesse período, a preocupação com a língua encontra-se em obras esparsas. Platão, por exemplo, no Grático, trata sobre questões linguísticas; Aristóteles, que concebia a Gramática como uma ramificação da Lógica Formal, também realizou, embora sem a sistematização das gramáticas formais, estudos sobre as categorias gramaticais.

5.1.2 Período dos estóicos:

Para os estóicos a língua representava a expressão do pensamento, portanto não estavam

> interessados na língua em si mesma: como filósofos, a língua era para eles, antes de mais nada, a expressão do pensamento e dos sentimentos e é nessa perspectiva que era investigada. Essa é uma característica que os estóicos compartilharam com os estudiosos do período anterior: todos desenvolveram o estudo sobre a língua no âmbito de pesquisas filosóficas ou lógicas (Lobato,1986 apud Junqueira, 2003, p. 50).

5.1.3 Período dos alexandrinos:

Correspondendo à época de grande expansão territorial grega, os estudiosos alexandrinos tinham grande, talvez a maior, preocupação em "educar" os povos conquistados na língua grega. Isso porque não dedicavam nenhuma consideração às línguas estrangeiras, tanto é verdade que denominavam por "bárbaros" a todos os povos que falavam uma língua que lhes fosse ininteligível.

Os alexandrinos consideravam o estudo linguístico como parte do estudo literário e, desde esses remotos tempos já se pode observar a dicotomia na interpretação dos estudos gramaticais, pois esses estudiosos adotavam posturas diferenciadas: os analogistas tinham uma atitude normativa (preocupação em como a língua dever ser) e os anomalistas reconheciam a existência de irregularidades e enfatizavam o uso efetivo da língua (preocupação em como a língua é) (Junqueira, 2003, p. 52).

Devemos salientar que foi nesse período alexandrino que Dionísio da Trácia (II a. C.) organizou a primeira descrição ampla e sistemática de uma língua ocidental, o grego ático, efetivando dessa forma a gramática como uma disciplina independente da lógica e da filosofia. Verdadeiro pai da gramática na antiguidade, que influenciou o estudo de outras línguas, inclusive o latim.

Por fim, ainda nesse período, prosseguindo os trabalhos de Dionísio, temos os estudos de Apolônio Díscolo (séc. II a. C.), que formulou a primeira teoria sintática ao estudar a língua grega.

5.1.4 A gramática latina

Influenciado por Dionísio e Apolônio Díscolo, Varrão (sec. I A.C.) aplicou a gramática grega ao latim, defendendo o conceito de um latim padrão (latim clássico) à medida que definiu gramática como sendo "a arte de escrever e falar corretamente e de compreender os poetas" (SILVA, 2000 apud JUNQUEIRA, 2003, p. 54).

Podemos afirmar que esse modelo de gramática influenciou as suas congêneres posteriores, o que nos permite deixar essa digressão histórica para passarmos a abordar, sem mais delongas, as diferentes concepções de gramática existentes

5.2 Concepções de gramática

O subtítulo acima, a partir de "concepções", nos indica pluralidade. Não existe uma única concepção de gramática, embora essa realidade escape ao conhecimento daqueles que não estão diretamente envolvidos com os estudos da língua[95]. Geralmente, estes entendem o termo como "o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrada pelos bons escritores" (FRANCHI, 1991 apud TRAVAGLIA, 2002).

Justamente devido a essa pluralidade de conceitos é que necessitamos apresentá-los, para ao final, ficar evidentemente demonstrada a diferença entre estes conceitos e o conceito da Gramática da Produção.

E, se não existe uma única concepção de gramática, o mesmo podemos dizer a respeito das "verdades" que elas encerram:

> (...) as gramáticas nunca são neutras, inocentes. Nunca são apolíticas, portanto, optar por uma delas é, sempre, optar por determinada visão de língua. As gramáticas também (é bom lembrar) são produtos intelectuais, são livros escritos por seres humanos, sujeitos, portanto, a falhas imprecisões, esquecimento além, é claro, de vinculados a crenças e ideologias. Por isso não faz sentido referenciar as gramáticas como se nelas estivesse alguma espécie de verdade absoluta e eterna sobre a língua – são produtos humanos como outros quaisquer. (Antunes, 2007, p. 33-34)

Sendo várias as concepções, vários os tipos de gramática que essas concepções traduzem e várias as correntes linguísticas que as produzem, não poderia também deixar de haver vários intérpretes, analistas e historiadores preocupados com tais definições. Dentre os autores que definem conceitos de gramática, Bechara (1968), Borba, (1971), Perini (1976), Franchi (1991; 2006), Neder (1992), Travaglia (1997), Antunes (2007) e Neves (2008) foram os escolhidos para darem sustentação às definições que passamos a oferecer.

---

[95] É importante ressaltar que o próprio termo "gramática" nos indica esta pluralidade, segundo Irandé Antunes: "Na verdade, quando se fala em gramática, pode-se estar falando: a) das regras que definem o funcionamento de determinada língua, (...) b) das regras que definem o funcionamento de determinada norma (...) c) de uma perspectiva de estudo, como em: 'a gramática gerativa', 'a gramática estruturalista', 'a gramática funcionalista"; d) de uma tendência histórica de abordagem, como em: 'a Gramática Tradicional', por exemplo; e) de uma disciplina escolar, como em: 'aulas de gramática'; ou ainda: f) de um livro, como em: 'a gramática de Celso Cunha'."(ANTUNES, 2007, p. 25-26).

Salientamos que os autores contemporâneos, que definem conceitos de gramática, diríamos os linguistas, e não aqueles gramáticos anteriores ao surgimento da ciência linguística, pouco ou nada divergem entre si e nos apresentam basicamente três modelos conceituais para definir o termo: o primeiro é o de Gramática Normativa, o segundo de Gramática Descritiva e o terceiro, Gramática Internalizada.

Conforme os conceitos, surgem os tipos de gramáticas. A verdade é que existe ao menos uma dúzia de tipos de gramática gerados pelos três conceitos acima citados. No entanto, como já dissemos anteriormente, não pretendemos expor todos os tipos de gramática, e sim, a Gramática Tradicional e a de Usos, para então apresentar a Gramática Operatória. De antemão, podemos afirmar que a Gramática Tradicional se origina de duas concepções: a de gramática normativa e a de gramática descritiva. Já a Gramática de Usos, se origina das concepções de gramática descritiva e gramática internalizada.

Vejamos, portanto, essas concepções.

5.2.1 Concepção de Gramática Normativa

Como o próprio nome diz, trata-se de um manual que demarca um conjunto sistemático de normas estabelecidas pelos estudiosos da língua, baseados nos escritos daqueles que são consagrados como bons escritores.

Significa dizer que os estudiosos da língua, nesse caso os gramáticos, elegem autores consagrados e, a partir do uso que fazem da língua, determinam o que é certo e errado. Nesse sentido, não é demais salientar que desconsideram quaisquer manifestações de oralidade.

Essa concepção de gramática normativa tem como base aquilo a que se convencionou chamar de norma culta da língua, sendo que, como critério para incluir-se uma obra dentro dessa norma, segundo Travaglia (1997), é levado em consideração:

a) a estética: diz respeito à elegância, beleza, eufonia, harmonia do texto;

b) a produção elitista ou aristocrática: a língua utilizada pela classe de prestígio, em contraposição à utilizada pelas classes populares;

c) a política: ou seja, a preocupação de ordem nacionalista e cultural, com a pretensão de não permitir a inclusão na Língua Portuguesa de palavras que não sejam de origem grega, latina ou, ainda, que não estejam historicamente incorporadas à língua. Nesse sentido tudo o que for considerado estrangeirismo é condenado;

d) a questão comunicacional: clareza, precisão e concisão são os ingredientes exigidos nesse quesito, de modo a facilitar a compreensão do texto;

e) a questão histórica: critério que leva em consideração a tradição no uso da língua para incluir ou excluir determinadas palavras da gramática.

A concepção de gramática normativa gera um tipo de gramática com o mesmo nome, que é apropriado para determinar adequadamente a forma como é tratada determinada língua em um compêndio. Se é normativa, é porque gera normas, normas que foram buscadas na tradição de uso da língua, daí poder denominar-se a gramática normativa de Gramática Tradicional. Se for tradição, por exemplo, expressar um novo pensamento em um parágrafo também novo, estabelece-se que cada parágrafo deve conter um pensamento, ou seja, deve desenvolver uma ideia. Se a tradição indica que não se inicia frase com pronome pessoal oblíquo, a gramática normativa estabelece essa tradição de uso como regra e a prescreve para os usuários da língua. Daí, por prescrever, a gramática normativa pode ser chamada também de prescritiva.

Em suma, esse tipo de gramática normatiza pela tradição e prescreve para o uso. Nesse sentido, poderiam caber-lhe ainda outras designações, tais como: "Gramática Oficial da Língua..." ou "Leis fundamentais da Língua..." Isso porque esse modelo de gramática não admite outras formas que não as ditadas por ele. O que está contido nesse tipo de gramática é considerado certo, tudo o que estiver fora de seus padrões estabelecidos é considerado errado.

Finalmente, para evitarmos mal entendidos, desejamos salientar que não desconhecemos as significações dadas por Maria Helena Moura Neves ao termo "norma". Segundo ela, existem duas significações básicas, quando o campo é o da linguagem:

> Na primeira entende-se **norma** como a modalidade linguística "normal", "comum" (Coseriu, 1967 [1951] apud Neves, 2003, p. 43).
> Na segunda significação, o termo **norma** é entendido como o uso regrado, como a modalidade "sabida" por alguns, mas não por outros (...). Nas duas concepções insere-se a norma na sociedade. Na primeira, o que está em

> questão é o uso, e, então, a relação com a sociedade aponta para a aglutinação social. Na segunda, trata-se de bom uso, e a relação com a sociedade aponta para a discriminação, criam-se, por aí estigmas e exclusões. É crucial a diferença. (Neves, 2003, p. 43)

Sem dúvida, é crucial a diferença[96]. Não é à toa, portanto, que as gramáticas normativas foram sendo gradativamente superadas. À medida que novos olhares foram sendo lançados sobre a língua e sobre a linguagem, novas concepções surgiram, principalmente a partir da segunda década do século 20. Dessas novas concepções, novos tipos de gramática, como veremos.

Ao final desse capítulo faremos uma apreciação dos vários conceitos de gramática, mas adiantamos que a gramática normativa, além de seu caráter definitivo e absoluto, gera variados preconceitos em relação ao purismo da língua, ao componente social (de natureza cultural, econômica e política) e à autoridade (gramáticos e bons escritores).

5.2.2 Concepção de Gramática Descritiva:

Essa segunda concepção de gramática, como também indica o próprio nome, faz a descrição da estrutura e funcionamento da língua, de sua forma e função. Nessa concepção, a gramática leva em consideração um conjunto de regras utilizadas pelos falantes na construção real de enunciados. (Neder 1992 apud Travaglia, 1997).

Complementando a definição acima, podemos dizer que a gramática, em sua concepção descritiva

> é um sistema de noções mediante os quais se descrevem os fatos de uma língua, permitindo associar a cada expressão dessa língua uma descrição estrutural e estabelecer suas regras de uso, de modo a separar o que é gramatical do que não é gramática. (Franchi, 1951 apud Travaglia, 1997).

Para bem esclarecer a diferença entre o primeiro conceito apresentado, o de Gramática Normativa, e esse segundo, de Gramática Descritiva, Travaglia (1997) toma como

[96] Para mais informações sobre as distinções entre os termos "norma culta", "norma-padrão", "norma-gramatical", sugerimos a leitura da obra *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*, de Faraco (2008). Nesta obra, o autor faz uma exposição muito bem elaborada da confusão terminológica que se constata no uso do termo norma, especialmente no primeiro capítulo, denominado "Afinando conceitos".

exemplificação o enunciado "Eu vi ele ontem", mostrando que de acordo com o primeiro conceito ela é agramatical e pelo segundo, as palavras nela contidas são consideradas como gramaticais.

Porque defendem esse conceito que faz a descrição da estrutura da língua, seus representantes são chamados estruturalistas.

Entre os anos de 1920 e 1930, com o aparecimento da linguística, é que ganha espaço esse novo conceito de gramática. O precursor dessa concepção na França foi Saussure, com a *linguística da langue,* considerando a dicotomia *langue/parole*. Nos Estados Unidos, Bloomfield destacou-se na condenação da visão prescritiva e, dentro da visão estruturalista defende que

> o fenômeno existente é o ponto de partida. Observar o fenômeno da linguagem de fato e descrevê-lo passou a ser mais importante do que prescrever como esse fenômeno deveria ser (Schutz, 2003, p. 1 apud Travaglia, 1997)

Nos anos de 1960, Chomsky apresentou as bases para o nascimento da *gramática gerativo-transformacional* que, se por um lado representou um movimento em oposição ao então predominante estruturalismo saussuriano, por outro lado reforçou radicalmente a oposição à rigidez da linguística prescritiva.

Essa concepção gera outro tipo de gramática de mesmo nome: a Gramática Descritiva. Trata-se de uma gramática que ao invés de formular regras e prescrever modos de uso, como no caso da gramática normativa, observa e descreve os fenômenos da língua, sem privilégios para a chamada norma culta. A Gramática Descritiva opera com qualquer variedade de língua, especialmente a forma oral.

Diz Perini que a gramática descritiva

> será o resultado do trabalho do linguista a partir da observação do que se diz ou se escreve na realidade e trata de explicitar o mecanismo da língua, construindo hipóteses que expliquem o seu funcionamento (Perini, 1976 apud Travaglia, 1997, p. 32).

Por essa razão Travaglia afirma que: “com frequência as gramáticas descritivas recebem nomes ligados às correntes linguísticas segundo as quais foram construídas, daí falar-se em gramáticas estrutural, gerativo-transformacional, estratificacional, funcional etc.” (1997, p. 32)

Nesse vago etc. de Travaglia (1997), podemos incluir entre as já mencionadas, pelo menos outras seis classificações de gramáticas descritivas, ao final das quais, por precaução, colocaríamos outro etc. No entanto, este não é o objetivo deste trabalho.

Passemos, portanto, à terceira concepção.

5.2.3 Concepção de gramática internalizada

Segundo Travaglia, a terceira concepção de gramática é aquela que,

> considerando a língua como um conjunto de variedades utilizadas por uma sociedade de acordo com o exigido pela situação de interação comunicativa em que o usuário da língua está engajado, percebe a gramática como o conjunto das regras que o falante de fato aprendeu e das quais lança mão ao falar. (1997, p. 28)

Ou, como detalha Franchi, essa concepção de gramática “corresponde ao saber linguístico que o falante de uma língua desenvolve dentro de certos limites impostos pela sua própria dotação genética humana, em condições apropriadas de natureza social e antropológica’” (Franchi, 1991, p. 54. apud Travaglia, 1997, p.28)

Em relação a essa terceira concepção de gramática é importante ressaltar que ela decreta o fim do *erro* linguístico e estabelece a *inadequação* de variedade linguística.

Ou, poderíamos ainda acrescentar, com Irandé Antunes (2007), que não existem usos linguísticos melhores ou piores, mas uma preferência estabelecida por questões sociais. As definições de gramática,

> não são feitas por razões propriamente linguísticas, quer dizer, por razões internas à própria língua. São feitas por razões históricas, por convenções sociais, que determinam o que representa ou não o falar social mais aceito. Daí por que não existem usos linguisticamente melhores ou mais certos que

> outros. Existem usos que ganharam mais aceitação, mais prestígio que outros, por razões puramente sociais, advindas, inclusive, do poder econômico e político da comunidade que adota esses usos. Dessa forma, não é por acaso que a fala errada seja exatamente a fala da classe social que não tem prestígio nem poder político e econômico. (ANTUNES, 2007, p. 30).

Assim como as duas concepções anteriormente delineadas, a gramática internalizada também gera outro tipo de gramática: a gramática internalizada ou competência linguística internalizada do falante.

Nesse momento, emprestamos à obra de Franchi (2006) uma definição clara e objetiva para a *Gramática Internalizada* [97].

Em *Mas o que é mesmo Gramática?*, Franchi (2006, pp. 12-13), toma como ponto de partida dois textos escritos por alunos de 3ª série e submete-os à apreciação de professores e, a partir dos textos e das considerações dos professores, passa a nos oferecer os conceitos e tipos de gramática.

Para o caso de explicar o sentido de *gramática internalizada*, o texto selecionado por Franchi é ainda mais apropriado que para explicar outras concepções, pois trata-se de um **uso** de linguagem em que as normas gramaticais estão interiorizadas no falante, embora ele sequer tenha essa consciência. Tanto os "erros" contidos na redação, ao menos em relação à norma culta, quanto às suas impropriedades em relação à grafia, não são, nesse caso, o fenômeno mais importante. Vejamos um dos textos:

> Era uma vez um passarinho que vivia em uma árvore na frente da casa de João. E o João **temtava pegalo** todos os dias mas não **comsiguia**. Até que um dia ele **temtou** muito, mas muito, que ele acabou catando o passarinho.
>
> E ele prendeu na gaiola bem na frente de uma janela. **De pois** que ele prendeu o passarinho, ele chamou seu irmão Marinho para ver. João e seu irmão **ficô** vendo até **cançar** e o Marinho achava que o passarinho estava com fome.
>
> João foi **no** mercadinho do japonês comprar comida de passarinho. Os dois **irmão** vivia sempre de briga. Quando ele voltou Mário **pidiu**(?) e foi dar **aupiste** pro passarinho. **Mais** ele colocou a comida e **dechou** a portinha aberta e o passarinho **fugil** e foi **dereto** para a árvore **denovo.**

[97] Não desconhecemos que a obra de Franchi (especialmente o artigo "Gramática e Criatividade", de 1987, publicado primeiramente em *Trabalhos de Linguística Aplicada*, republicado em 1991, pela Secretaria de Estado da Educação e posteriormente em *Mas o que é mesmo gramática?*, de 2006) é anterior a de Travaglia, e que este último, por diversas vezes, recorre às reflexões do outro autor em seus textos. A opção por Travaglia, na maioria de nossas citações, deve-se à disposição dos temas tratados em sua obra, cuja organização permite visualizar mais facilmente as diferentes concepções de gramática e os tipos de gramática que elas engendram.

> **- Disculpa,** que foi sem **querê.**
>
> E o João **temtou** pegar ele **denovo** e consegui e o João prendeu **ele** na gaiola **denovo**. Depois de **dois dias** João foi ver se **tinha** comida para o passarinho e não **tinha** e o João colocou (?) e aí foi ele que não fechou direito a portinha e o passarinho fugiu mas não foi para a árvore.
>
> Seu irmão perguntou **onde que** estava o passarinho mas o João nem foi procurar porque o João tinha **certesa** (de) que ele não estava por perto.
>
> - Agora, vai você **pegá!** (Franchi, 2006, p. 12, grifos do autor).

A construção desse texto pelo aluno não se dá a partir de seu conhecimento gramatical, mas ao contrário, a gramática está de certa forma internalizada em sua linguagem, ou, em outras palavras, trata-se da "competência linguística internalizada do falante", que não se ensina da forma convencional e que não depende do acesso à chamada "norma culta".

Desse texto, Franchi retirou e expôs os vários conceitos de gramática que, por não diferirem do que já expusemos, nos abstemos de comentar, sublinhando apenas que

> No caso da gramática interna, trata-se de um sistema de princípios e regras que correspondem ao próprio saber linguístico do falante: ele se constrói na atividade linguística e na atividade linguística se desenvolve" (Franchi, 2006, p. 31)

5.3 A Gramática Tradicional

A Gramática Tradicional (de agora em diante, GT), como anunciamos anteriormente, traz em seus fundamentos a concepção de gramática normativa, e em alguns aspectos, a de gramática descritiva.

A parte normativa, repetindo muito do que já dissemos, preocupa-se, resumidamente, em expor um conjunto de regras que o usuário deve aprender para falar e escrever corretamente a língua.

A parte descritiva, ao expor os fatos da língua, descrevendo sua estrutura e funcionamento, privilegia a variedade escrita e culta. Daí nossa conclusão de que a GT traz apenas alguns aspectos da gramática descritiva: nos estudos descritivistas não há privilégios para a chamada norma culta e opera-se com qualquer variedade de língua, especialmente a forma oral. Portanto, o que a GT traz da concepção descritiva é apenas a preocupação em

descrever a língua (ou, melhor dizendo, a parte que considera oficial). Como estudos descritivos na GT, podemos citar, a título de ilustração, a classificação de unidades da língua, a análise das construções sintáticas, o estudo das figuras de linguagem.

A Gramática Tradicional, ao normatizar e prescrever, considera como "desvio" tudo aquilo que foge às regras por ela impostas, criando uma "cultura do erro", que exclui qualquer outra variedade de língua. Ignora, segundo Faraco (2008), que não há a língua, de um lado, e as variedades, de outro. A língua é em si o conjunto das variedades. Ou seja, estas não são deturpações, corrupções, degradações da língua, mas são a própria língua: é o conjunto de variedades que constitui a língua. Por esse motivo é que o autor afirma, e com ele concordamos, que

> o linguista não pode escapar da tarefa de desenvolver instrumentos descritivos adequados para dar conta das diferenças de organização estrutural entre as muitas normas de uma língua. Os fatos não lhe autorizam optar pela solução simples do conceito de erro". (FARACO, 2008, p. 38).

Isso vai ao encontro da visão enunciativa que é adotada neste trabalho: a atividade de linguagem em sua relação com as línguas, não exclui, nessa perspectiva, aquilo a que se convencionou chamar "deformação", seja a considerada deformação positiva (como a metáfora, por exemplo) ou a deformação negativa (os erros, vistos como falhas de comunicação). Tanto a língua tradicionalmente rotulada como normativa, das gramáticas e dicionários, quanto aquela rotulada como anormal (por exemplo, a língua do dia-a-dia, as patologias, a língua da poesia), todas interessam em um visão culioliana, pois não são tratadas como exteriores à atividade de linguagem ou como exceções. Muito pelo contrário, qualquer tipo de expressão, seja ela oral ou escrita, pode (e deve) tornar-se material de estudo para o linguista. Nesse momento, cabe dizer que tanto as classificações quanto esse tipo de diferenciação entre o que é normal ou anormal anulam-se diante de uma teoria que visa analisar as marcas linguísticas como rastros de operações de linguagem. No entanto, deixemos para tratar essa questão quando apresentarmos a Gramática Operatória ou da Produção.

Retomando a questão do absolutismo das normas ditadas pela GT, tudo o que foge a essa "língua modelar" é condenado, e não somente na escola, mas em outras esferas, como a mídia, por exemplo (ZILLES apud FARACO, 2008). Tudo isso reforça a "cultura do erro", assunto que retomaremos mais abaixo.

A classificação e a sistematização das regras para o "bom uso" da língua e a instrução sobre este uso sustentam-se não apenas como uma maneira de se analisar os fenômenos da língua, mas também como disciplina gramatical. Vejamos as repercussões de um ensino de língua pautado nos preceitos da Gramática Tradicional.

A prática pedagógica tradicional, como nos diz Faraco (2008), sempre colocou o ensino de gramática no centro do ensino de português. E sendo assim, "*ensinar gramática* e *ensinar português* foram sempre, na concepção tradicional, expressões sinônimas" (FARACO, 2008, p.24, grifos do autor). E embora há algum tempo os Parâmetros de Ensino de Língua Portuguesa (1997), aliados às recentes pesquisas linguísticas, proponham um trabalho diferenciado para o ensino de Língua Portuguesa, que leva em consideração a linguagem como atividade reflexiva, e ressaltam a importância das atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas, na prática, a maioria do professores continua a se valer das práticas tradicionais[98], seja por hábito, seja por receio do que é novo.

De acordo com Faraco (2008), as críticas acadêmicas ao saber gramatical tradicional tiveram início, no Brasil, em meados da década de 1960, com a difusão do estruturalismo linguístico. Cabe destacar que

> Essa crítica ao saber gramatical tradicional não resultou de uma mera implicância com ele ou de sua desqualificação *a priori*. No fundamento da crítica, está, de fato, um conflito entre dois paradigmas heurísticos bastante diferentes: o do pensamento grego antigo e o da ciência moderna." (FARACO, 2008, p.24).

As críticas, ainda segundo o autor, apontavam as fragilidades conceituais e empíricas da "velha gramática", o que, aliado à difusão de novos modelos de análise linguística, a fez perder prestígio e espaço nos estudos universitários. Esse desprestígio acabou alcançando o ensino fundamental e médio, instaurando uma crise no ensino, que desestabilizou aquilo que há séculos estava bem estabelecido. Essa desestabilização se deu tanto pelo questionamento da suficiência dos termos, conceitos e classificações do saber tradicional, quanto pelo questionamento de seus padrões de correção.

[98] E isso, podemos atestar com base em nossa curta, mas reveladora experiência como docente no ensino público fundamental, no ano de 2008. A preferência dos colegas professores de Língua Portuguesa pelo ensino tradicional da gramática manifestava-se tanto pela apresentação do conteúdo, seguida dos exercícios clássicos de análise gramatical, quanto pelo discurso de que ensinando dessa forma, os alunos fixam melhor o conteúdo.

Com isso, desenvolveu-se um discurso pedagógico que passou a condenar ou o ensino de gramática em sua totalidade ou a centralidade desse ensino. Nesse contexto, segundo Faraco (2008), passou a ser "politicamente incorreto" dizer que se ensinava gramática, no entanto, como o ensino não apresentou mudanças substanciais, pois "a crítica ao saber tradicional alcançou o discurso, mas não, de fato, a prática pedagógica" (FARACO, 2008, p.25), precisou-se encontrar um novo termo para o "velho saber e as velhas práticas". E o termo escolhido foi "norma culta".

Essa nova expressão trouxe consigo um ar de renovação, de modernização ao ensino de português. Desse modo, era possível se referir aos mesmos conteúdos com outro nome, criando a "ilusão de que se estava agora entre os modernos" (Idem).

O que o ensino tradicional de gramática ganhou foi uma nova roupagem:

> É bem certo que ela [a Gramática Tradicional] não é apresentada em sua roupagem sisuda, de modo que cada aluno tenha o seu manual em mãos (antes assim o fosse!). Ela é apresentada em partes, dilacerada, pobremente simplificada em quadros expositivos e regras para serem decoradas. Temos, a partir da 5ª série do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio a repetição – disfarçada – das mesmas regras, dos mesmos exercícios e dos mesmos resultados. (SALVIATO-SILVA, 2007, p. 18).

E na realidade, essa nova roupagem poderia ser vista com uma

> tendência equivocada que se intitula como o estudo da gramática no texto e que nada mais é do que a metodologia tradicional disfarçada, a metodologia do ensino de línguas se circunscreve dentro de uma mesmice de estudos do léxico, gramática e produção de texto. (REZENDE, 2000,pp.24-25)

Apesar dessa tendência em se estudar a gramática no texto, e de os documentos oficiais dizerem que "só caberia o estudo da nomenclatura, das classificações e dos conceitos se funcionalmente subordinado ao estudo da língua propriamente dita, ou seja, o estudo das práticas de leitura, escrita e fala" (FARACO, 2008, p.25), o que o ensino via abordagem tradicional continua a fazer, é, segundo Rezende (2000), "dividir o conteúdo de ensino em atividades de explicações gramaticais desvinculadas dos textos e atividades de produção de textos, orais e escritos, desvinculadas da gramática" (REZENDE, 2000, p.21). Quando se

toma um texto como ponto de partida, para entender o léxico, precisamos da gramática, e para entender a gramática, precisamos do léxico, e o que a abordagem tradicional no ensino de língua faz é estudar o léxico ignorando que "a gramática e a ocorrência de outros léxicos estão ajudando o trabalho interpretativo" (REZENDE, 2000, p.21). Essa necessária articulação entre léxico e gramática, será tratada mais abaixo.

Voltando à questão das críticas que se instauraram no cenário brasileiro na década de 1960, cabem ainda algumas considerações acerca dos questionamentos acerca dos padrões de correção estabelecidos pela GT e os critérios de seu estabelecimento.

Segundo Faraco (2008), algumas pessoas entenderam que se estava propondo o abandono das preocupações normativas, quando na realidade, questionava-se os preceitos normativos descolados da realidade brasileira[99], e as estratégias pedagógicas baseadas na cultura negativa do erro, cultura esta que se constrói da seguinte forma:

> [...] afirma-se que a língua é só a variedade dita padrão ou culta e que todas as outras formas de uso da língua são desvios, erros, deformações, degenerações da língua e que, por isso, a variedade dita padrão deve ser seguida por todos os cidadãos falantes dessa língua para não contribuir com a degeneração da língua de seu país. [...] Tudo que foge a esse padrão é "errado" (agramatical, ou melhor dizendo, não-gramatical) e o que atende esses padrões é "certo"(gramatical) (TRAVAGLIA, 2006, p.24-25).

Para camuflar o ensino calcado na GT, houve aqueles que adotaram um "discurso modernoso", e que, segundo Faraco (2008), demonstrava ser "mais aberto e flexível, cheio de condescendência com certos usos classificados de "informais" (em geral, exemplificados com versos da chamada MPB) apenas para, ao fim e ao cabo, reiterar os mesmos velhos e dogmáticos preceitos" (FARACO, 2008, p.27).

Essas questões são bastante complexas: implicam que se veja a língua de outra forma (e não como algo rígido e imutável), que se mude toda uma conjuntura de ensino estabelecida

[99] Para a compreensão desse descolamento dos preceitos normativos da realidade brasileira, sugerimos a leitura do livro *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, de Marcos Bagno (1999). Nesse livro, o autor, ao destacar a existência de oito mitos que geram o preconceito linguístico, evidencia que as regras estabelecidas pela Gramática Tradicional no Brasil e que são prescritas aos usuários da língua, não correspondem à realidade brasileira. Trata-se de normas "herdadas" do português europeu, e que dão origem ao mito: "Brasileiro não sabe português" / "Só em Portugal se fala bem português". Este mito, segundo Bagno (1999), demonstra a subordinação dos brasileiros em relação à cultura de Portugal, refletindo, em pleno século XXI, "o complexo de inferioridade de sermos até hoje uma colônia dependente de um país mais antigo e mais civilizado" (BAGNO, 1999, p. 19). A língua falada no Brasil diferencia-se muito da falada em Portugal, o que não justifica que as normas prescritas para o português brasileiro baseiem-se, ainda hoje, nos fatos linguísticos do português europeu.

há séculos, que se admita a heterogeneidade quando se trata da relação entre língua e linguagem, que se considere a "diversidade experiencial e linguística" (REZENDE, 2006) do indivíduo, entre outras coisas.

No entanto, como nos diz Rezende (2006), não é o caso de proclamar a sala de aula como "o reino da tolerância às variáveis", pautando-se em dizeres como "devemos respeitar a variável do aluno", ou "o aluno deve aprender a norma culta, conservar a sua variável linguística de origem e o que importa é saber adequar-se às situações". Segundo a autora, esses dizeres não são falsos, mas são meias verdades, o que pode ser prejudicial para o tratamento da questão. Rezende nos diz:

> A questão é saber se as pessoas ficam incólumes aos contatos, ou se elas se transformam e na busca de equilíbrio, de identidade, de unidade, o indivíduo, no lugar de apertar os botões das variáveis e colocá-las alternadamente em uso segundo as situações, não constrói para si próprio uma unidade que seria sua trajetória de experiência e que consistiria no seu estilo, na sua subjetividade, resultado de suas interações com o outro e com o meio-ambiente (REZENDE, 2006, p.14)

Mas deixemos essas questões para quando tratarmos especificamente da Abordagem Operatória. Por ora, resta-nos dizer que o ensino via Gramática Tradicional, embora tenha sua razão de ser, o que o manteve em voga por tanto tempo, precisa ser superado. Não se trata de abandonar os estudos normativos, mas sim de colocá-los em fim de processo, isto é, a "etiquetagem" pode sim ocorrer, mesmo por que os indivíduos precisam ter contato com a variedade culta de sua língua, já que esta lhes é exigida em concursos, vestibulares, no trabalho, etc. No entanto, deve-se partir de uma perspectiva que leve em consideração os processos que geraram as cristalizações e nessa perspectiva, os interlocutores, a situação de enunciação e o trabalho do sujeito na construção de significação não são postos de lado.

Passemos agora às considerações acerca da Gramática de Usos que, sem dúvida, apresenta inúmeros avanços em relação à Gramática Tradicional, tanto no que diz respeito ao modo de se analisar os fenômenos linguísticos quanto ao modo de ensinar.

5.4 A Gramática de Usos

Não temos dúvidas de que o século 20 foi profícuo na produção de teses linguísticas, especialmente nas suas oito últimas décadas. Não obstante os linguistas desse período terem alterado o conceito tradicional de se estudar a língua unicamente por intermédio das gramáticas normativas e introduzirem novos métodos, não se satisfizeram com os resultados e continuaram a aprofundar ainda mais as discussões – inclusive neste início de século 21 – no sentido de produzirem gramáticas que tratem a língua sem preconceitos, nem privilégios. No Brasil, uma das pioneiras nessa área, que merece destaque inclusive pelas referências que sua obra recebe, é Maria Helena de Moura Neves, que avança no sentido de propugnar uma *Gramática de Usos da Língua Portuguesa*, conforme já referenciamos no capítulo II deste trabalho, embora para outra finalidade.

Utilizaremos, portanto, duas obras de Neves para trabalharmos com o conceito de Gramática de Usos e suas implicações no ensino de língua: *Gramática de Usos do Português* (2000) e *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa* (2003).

Como dissemos no início deste capítulo, a Gramática de Usos se origina dos conceitos de gramática descritiva e de gramática internalizada. Vejamos o porquê.

Maria Helena de Moura Neves filia-se a uma corrente funcionalista da Linguística, que defende que o que importa é a função, determinada pelo uso das formas linguísticas. Esta corrente, como vimos, insere-se na concepção de Gramática Descritiva que apresentamos mais acima. Assim, seu objetivo é apresentar uma descrição do uso efetivo dos itens da língua, assumindo a heterogeneidade como característica da língua: uma língua em constante construção e transformação pelos falantes.

Essa perspectiva adotada por Neves coincide com o conceito de "gramática emergente". Segundo Santos (2009), com base em Hopper (1987), na linguística funcional a gramática é vista, de forma geral, sob a ótica da emergência. Essa noção de gramática emergente diz respeito a uma gramática que não é estável nem fechada. Pelo contrário, é aberta, passível de mudança e substancialmente afetada pelo uso que lhe é dado no dia-a-dia. Ainda segundo a autora, a gramática emergente está sempre ancorada na forma concreta específica de um enunciado e ganha seus contornos no uso, mediante as experiências dos falantes em suas trocas comunicativas. Isso pode ser expresso nas próprias palavras de Neves (2000):

> [...] a meta final, no exame, é buscar os resultados de sentido, partindo do princípio de que é no uso que os diferentes itens assumem seu significado e definem sua função [...] (2000, p. 13).

Mas a Gramática de Usos não é apenas descritiva. Travaglia nos diz que "A Gramática de Uso é não-consciente, implícita e liga-se à gramática internalizada do falante" (1997, p. 11). E para corroborar a inserção da Gramática de Uso como uma gramática internalizada, retomamos outra citação do autor:

> considerando a língua como um conjunto de variedades utilizadas por uma sociedade de acordo com o exigido pela situação de interação comunicativa em que o usuário da língua está engajado, percebe a gramática como o conjunto das regras que o falante de fato aprendeu e das quais lança mão ao falar. (1997, p. 28)

Nessa concepção de gramática internalizada enquadra-se perfeitamente aquilo que Neves chamou de "Gramática de Usos". Ao partir da observação dos usos correntes na língua, considera não somente sua variação, como admite que os usos são reflexos das normas gramaticais interiorizadas pelos falantes, que não têm essa consciência. Isso fica claro na seguinte afirmação da autora, que faz parte dos princípios que ela estabelece para sua Gramática de Usos:

> O falante de uma língua natural é competente para, ativando esquemas cognitivos, produzir enunciados de sua língua, independentemente de qualquer estudo prévio de regras de gramática (NEVES, 2003, p. 19).

Justificada a inserção da Gramática de Usos nessas duas concepções (descritiva e internalizada), passemos à sua implicação no ensino de língua.

Na apresentação da obra intitulada: *Que Gramática estudar na escola? Norma e uso da Língua Portuguesa*, Maria Helena de Moura Neves, deixa claríssima sua proposta. Diz-nos a autora:

> O conjunto da pesquisa aqui apresentado liga-se à preocupação de que se institua um tratamento escolar mais científico das atividades de linguagem, muito especificamente das atividades ligadas à gramática de língua materna. Assenta-se a necessidade de uma gramática escolar que não apenas contemple uma taxonomia e um elenco de funções, mas que, legitimada pela sua relação com o uso efetivo da língua, dê conta dos usos correntes atuais, não perdendo de vista o natural e edificante convívio de variante no uso linguístico, incluída, aí, a norma tradicionalmente considerada padrão (NEVES, 2003, p. 11)

Essa concepção de gramática está ligada ao fato de Neves considerar que "**Gramática** é uma palavra marcada (e negativamente) tanto na visão dos profissionais da palavra como na visão do público em geral..." [100] (2003, p. 79).

A autora refere-se à Gramática Tradicional que, segundo ela, necessita de revisão especialmente por três fatores:

> a. A gramática de uma língua em funcionamento não tem regras rígidas de aplicação [...]
> b. A gramática acionada naturalmente pelo falante de uma língua para organizar sua linguagem não se limita à estrutura de uma oração ou de um período [...]
> c. A gramática não é uma disciplina que se deva colocar externamente à língua em funcionamento, e que se resolva na proposta de uma simples taxonomia, instituída no plano lógico ou no plano estrutural, independentemente do uso. Ela não é um esquema adrede organizado, independente dos atos de interação linguística, das funções que se cumprem no uso da linguagem, dos significados que se obtém. (2003, pp. 79-80)

Após desvelar os principais aspectos negativos das gramáticas tradicionais, Neves apresenta-nos a sua proposta de *Gramática de Usos*, alicerçada nos princípios funcionalistas[101].

> a) O falante de uma língua natural é competente para, ativando esquemas cognitivos, produzir enunciados de sua língua, independentemente de qualquer estudo prévio de regras de gramática.

[100] Tanto é verdade que houve a necessidade de se criar um novo nome para a Gramática Tradicional, que como vimos em Faraco (2008), foi substituído pela expressão "norma culta", ainda não desgastada.
[101] Os princípios funcionalistas que sustentam a concepção de Maria Helena Moura Neves são defendidos por: (Dik, 1989, 1997; Halliday, 1973, 1985; Coseriu, 1958, 1992[1998]; Givón, 1984, 1995; e pela própria Maria Helena de Moura Neves, 1997, 2001). Cf. Neves, 2003, p. 19.

> b) O estudo da língua materna representa, acima de tudo, a explicitação reflexiva do uso de uma língua particular historicamente inserida, via pela qual se chega à explicitação do próprio funcionamento da linguagem
> c) A disciplina escolar gramatical não pode reduzir-se a uma atividade de encaixamento em molde que dispense as ocorrências naturais e ignorem zonas de imprecisão ou de oscilação, inerentes à natureza viva da língua. (2003, p. 19)

Assim, se é que conseguimos sintetizar bem, estão fincados os alicerces da Gramática de Usos. Uma gramática que, sem desprezar as contribuições daquilo que se convencionou chamar norma-padrão, acrescenta-lhe, mas não preferencialmente, os usos contemporâneos da linguagem.

Para essa dedução basta vermos que

> Quando se diz – como disse Luft (1985. p. 23) – que "a verdadeira gramática" é "flexível" e que a disciplina normativa "tende à fixação e inflexibilidade, portanto à morte", e, ainda, que "a Gramática completa de uma língua deveria registrar a variabilidade e evolução", com certeza não fica implicado que a norma é um conceito a ser descartado. Pelo contrário, a própria "variabilidade e evolução" – que a sociolinguística traduz em "variação e mudança" – é o suporte da consideração da existência de diversos modos de uso, não só em lugares e em tempos diferentes, mas, ainda, em situações diferentes (entendida situação não apenas como contexto, mas como o conjunto que se assenta nos próprios sujeitos das enunciações, com toda a história, a natureza e o estatuto que eles carregam). (Neves, 2003, p. 49).

Ou, ainda, para uma conclusão definitiva de que a Gramática de Uso, para Neves, não descarta a gramática normativa, tomemos a seguinte reflexão da autora

> Assim, não é legítimo descartar simplesmente prescrição, como se não fosse uma realidade – e legítima – o enfrentamento da pressão da norma prescritiva pelo falante da língua. Por isso, pelo vigor da noção de norma, cabe ao linguista, assumir o seu papel, que não é apenas o de combater – sem mais – a atitude prescritivista. Ele é quem sabe, em cada caso de "desvio" (na verdade, de variação), refletir sobre o que ocorre e, assim, não lhe é lícito deixar o campo para quem venha responder a essa necessidade alheado de compromisso com a ciência linguística. O importante é que, com isso, vai-se inverter a direção: vai-se partir dos usos (explicá-los, do ponto de vista linguístico, que é o da ação, e do ponto de vista sociocultural, que é o da valoração), e daí é que há de surgir, naturalmente, a norma (ou as normas), não da autoridade de quem quer que seja, coloque-se no passado ou no presente essa fonte de autoridade. (Neves, 2003, p.55).

Para Neves, utilizar a Gramática de Usos na escola, não significa combater atitudes prescritivistas. Em síntese, a autora não deixa de defender a norma, ela apenas muda a origem da fonte das normas, ou seja, os autores consagrados, sejam eles do passado ou do presente, cedem lugar aos usos correntes.

A Gramática de Usos, quando trazida para o ensino, propõe uma observação direta do uso da língua, não privilegiando uma ou outra variante linguística, aí incluída a chamada norma-padrão.

Ao levar em consideração o modo como os itens linguísticos se relacionam dentro de uma unidade maior – o texto – permite que se explique como e por que esse texto diz o que diz, partindo das intenções de quem o produziu.

O aluno, ao entrar em contato com essa perspectiva, pode refletir sobre as escolhas que tem à sua disposição para formular enunciados, ao contrário de uma perspectiva em que é levado a memorizar a nomenclatura gramatical ou analisar unidades linguísticas que não estão em seu contexto de uso.

No entanto, retomando o que dissemos no capítulo II desta tese, na Gramática de Usos procura-se dar conta da variação do resultado da interação das unidades linguísticas e não do caminho percorrido pelas unidades em busca desse resultado. Além disso, aponta que a língua em uso vai além dos quadros de exemplos previstos pela gramática, que há possibilidades e combinações que não se encaixam nos parâmetros classificatórios e cristalizados dos manuais. No entanto, ao distinguir a determinação de unidades lexicais e gramaticais, ao agrupar as unidades em classes gramaticais e não apresentar os mecanismos responsáveis por essa aproximação, essa abordagem parte da língua-produto e não da língua em construção. Desse modo, trabalha sobre o produto linguístico, conservando características de uma perspectiva estática de língua e mantendo uma lista classificatória que não permite visualizar o que sustenta a variação dos diversos usos de uma mesma marca.

Até o presente estágio desse trabalho tomamos conhecimento de cerca duas dezenas de tipos de gramática, que não explicitamos por uma questão espacial, mas também por não condizer com os nossos propósitos. No entanto, depararmo-nos com tantos tipos de gramática, significa dizer que, ao longo dos tempos, desde a origem da gramática no Ocidente com os gregos do segundo século antes de Cristo, até os nossos dias, os estudiosos da língua e da

linguagem não têm se descurado da busca incessante de esclarecer sempre mais e melhor o uso da língua e da linguagem.

O que queremos enfatizar é que a gramática, desde sua origem até os nossos dias, ficou impregnada no imaginário social, no inconsciente coletivo dos povos ocidentais, de tal modo que podemos inferir que tal processo será continuado *ad eternum*, pois sendo a língua um fenômeno vivo, modifica-se, transforma-se, e os estudos pertinentes ao tema não poderiam parar.

Nesse contexto é que pretendemos expor os fundamentos de uma *Gramática da Produção*, procurando avançar, pouco que seja, em relação aos estudos iniciados por Culioli e por Rezende. Não se trata de "criar" um novo tipo de gramática. A Gramática da Produção (ou Gramática Operatória) surge naturalmente das reflexões geradas a partir de um modo dinâmico de se observar os fenômenos linguísticos, que é exatamente o que a teoria culioliana propõe: passar de uma linguística de estados para "uma linguística dinâmica, de operações e que valoriza o processo construtivo de significados e valores em língua". (REZENDE, 2009, p.19).

O programa de trabalho de Culioli, ao defender a indeterminação da linguagem, a articulação léxico-gramática, a inserção do sujeito na análise dos fenômenos linguísticos, ao trabalhar com os conceitos de noção, de paráfrase, de atividades epi e metalinguística, de transcategorialidade e de construção das categorias gramaticais, entre tantos outros conceitos igualmente importantes, além de revelar-se como um modelo que busca aliar teoria e prática, o formal e o empírico, o subjetivo e o objetivo, quando trazido para o ensino, transforma-se em uma abordagem dinâmica para o ensino de língua.

Essa trajetória, da linguística para o ensino, não é realizada diretamente por Culioli. É a Professora Letícia Marcondes Rezende, "cuja trajetória outorga-lhe o papel de representante fidedigna dos ensinamentos de Culioli" (ONOFRE & REZENDE, 2009, p.7) no Brasil, que em vários textos, e, em especial, na sua tese de livre-docência (REZENDE, 2000), bem como em seu trabalho docente, tanto na graduação em Letras como na pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Araraquara, promove um diálogo entre a TOPE e o ensino/aprendizado de língua.

Assim, dando continuidade às nossas reflexões, com base nos ensinamentos de Culioli e de Rezende, apresentaremos a Gramática da Produção.

5.5 Gramática da Produção ou Gramática Operatória

Nos itens anteriores, explicitamos dois tipos de gramática: a Gramática Tradicional e a Gramática de Usos. A primeira, como pudemos observar, privilegia a norma culta e discrimina o "desvio", ou seja, parte de um número restrito de textos para oferecer uma descrição parcial da língua. A segunda apresenta uma reflexão sobre a linguagem e sobre o uso linguístico, a partir de uma perspectiva funcional, levando em consideração as variantes linguísticas, incluindo-se entre elas a chamada norma-padrão.

A abordagem tradicional caracteriza-se como uma abordagem estática dos fenômenos linguísticos, propondo a determinação da linguagem e a separação entre léxico e gramática. Desse modo, apresenta uma proposta em que os itens de uma língua são considerados prontos e acabados, ignorando qualquer investimento do sujeito na construção da significação. Em outras palavras, parte de um sentido determinado *a priori*, caracterizado por categorias fixas (nome, verbo, pronomes, etc.) e ignora o processo de construção da significação, a adequação à situação de interação e os ajustamentos necessários entre interlocutores. Em momento algum, demonstra preocupação com o processo que dá origem a essas categorias, bem como não explica por que uma determinada marca se encaixa ora em uma categoria, ora em outra (é o caso de ***mesmo***).

Ao trabalhar com rótulos pré-estabelecidos, vinculados a uma língua considerada "ideal", a Gramática Tradicional procura exemplos que ilustrem perfeitamente essas classificações e suas definições. Aquilo que foge às regras, ou seja, aqueles exemplos que destoam dessas classificações são considerados desvios ou exceções, e acabam sendo marginalizados.

Bechara, quando fala dos pronomes demonstrativos (cf. cap. I deste trabalho), nos diz: "Nem sempre se usam com este rigor gramatical os pronomes demonstrativos. Muitas vezes interferem situações especiais que escapam à disciplina da gramática" (Bechara, 1983, p.17). Com essa afirmação, o autor ratifica a dificuldade em se classificar uma marca, pois há interferências que desorganizam o que a gramática pretende organizar. É nesse momento em que se "escapa à disciplina da gramática" que se criam as "exceções" a regra.

Tantas exceções, tantos "desvios", além de perturbar o universo tão bem constituído onde impera um ensino de língua que se baseia no mimetismo e na memorização de taxonomias, confundem os alunos, que mesmo após anos estudando sua própria língua, ainda

apresentam dificuldades em utilizá-la[102]. Isso porque estudar gramática partindo da memorização de listas classificatórias, como sabemos, nem sempre é sinônimo de um verdadeiro conhecimento da língua, que conduziria o aluno a efetivamente expressar-se melhor.

Pensamos que a designação pura e simples conduz ao achatamento das capacidades de abstração e de representação dos sujeitos. E como Gauthier, acreditamos que:

> entre os agenciamentos de marcas e o ambiente extralinguístico, uma orientação enunciativa intercala, ao contrário, a dimensão suplementar de um espaço de representações. É nesse espaço que o aluno pode exercer as capacidades de generalização, de aproximação, etc., que ele possui de sua familiaridade com pelo menos uma outra língua (sua capacidade epilinguística) e que vai lhe permitir eventualmente elaborar os dados iniciais de uma língua. (GAUTHIER, 1995, p. 428).

Trata-se de uma postura reflexiva perante a língua, o que há algum tempo vem sendo defendido pelos Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa - PCN (1997):

> Quando se pensa e se fala sobre a linguagem mesma, realiza-se uma atividade de natureza reflexiva, uma atividade de análise linguística. Essa reflexão é fundamental para a expansão da capacidade de produzir e interpretar textos. É uma entre as muitas ações que alguém considerado letrado é capaz de realizar com a língua.(BRASIL, 1997, p. 38)

O trabalho reflexivo sobre a língua implica colocar em prática os conceitos de atividade epilinguística e atividade metalinguística, que como defendemos em nossa dissertação de Mestrado, é essencial para o aprendizado de língua, seja ela materna ou estrangeira:

> [...] o aprendizado de uma língua depende, pelo menos, de dois fatores: a ativação do saber epilinguístico do sujeito, que permite a produção e o reconhecimento de formas, e a conscientização do saber metalinguístico, que auxilia no amadurecimento dos dados da língua. (BIASOTTO-HOLMO, 2008, p.24).

[102] Essa constatação pode ser observada no capítulo "Proposta para a didatização da Gramática da Produção", no qual comentamos uma atividade experimental realizada com alunos de ensino médio e superior.

Esses saberes são mencionados nos PCN's como atividades de reflexão sobre a linguagem, no entanto, cada um com fins diferentes:

> Nas atividades epilinguísticas a reflexão está voltada para o uso, no próprio interior da atividade linguística em que se realiza. Um exemplo disso é quando, no meio de uma conversa um dos interlocutores pergunta ao outro "O que você quis dizer com isso?", ou "Acho que essa palavra não é a mais adequada para dizer isso. Que tal...?", ou ainda "Na falta de uma palavra melhor, então vai essa mesma". [...] Já as atividades metalinguísticas estão relacionadas a um tipo de análise voltada para a descrição, por meio da categorização e sistematização dos elementos linguísticos. [...] trata-se da utilização (ou da construção) de uma metalinguagem que possibilite falar sobre a língua. [...] a atividade metalinguística desenvolve-se no sentido de possibilitar ao aluno o levantamento de regularidades de aspectos da língua, a sistematização e a classificação de suas características específicas.(BRASIL, 1997, p.38)

Para os PCN's, se o objetivo principal do trabalho de análise e reflexão sobre a língua é imprimir maior qualidade ao uso da linguagem, as situações didáticas devem centrar-se na atividade epilinguística, na reflexão sobre a língua em situações de produção e interpretação, como caminho para tomar consciência e aprimorar o controle sobre a própria produção linguística. E, a partir daí, introduzir progressivamente os elementos para uma análise de natureza metalinguística (BRASIL, 1997, p.39).

O que se nota, de acordo com Ferreira (2001), é que no discurso assumido pelos PCN

> pode-se ler uma crítica velada e explícita ao ensino tradicional, entendido como aquele que desconsidera a realidade e os interesses dos alunos, a excessiva escolarização das atividades de leitura e de escrita, artificialidade e fragmentação dos trabalhos, a visão de língua como sistema fixo e imutável de regras, o uso do texto como pretexto para o ensino da Gramática e para a inculcação de valores morais, a excessiva valorização da Gramática normativa e das regras de exceção, o preconceito contra as formas de oralidade e contra as variedades não padrão, o ensino descontextualizado da metalinguagem apoiado em fragmentos linguísticos e frases soltas. (FERREIRA, 2001, p.3)

Acreditamos que o aprendizado de uma língua é conquistado pelo aluno partindo-se de um trabalho árduo de montagem e desmontagem de textos, marcas e valores, que em seguida, têm seus significados construídos e reconstruídos (o que caracteriza os processos de parafrasagem e desambiguização).

O processo de parafrasagem (em que se manifesta a atividade epilinguística do aluno) favorece a apreensão de correlações e de associações privilegiadas entre marcas e valores (GAUTHIER, 1995). Então, torna-se possível um trabalho de desconstrução e de organização, que põe em jogo sistemas de representação. Esse trabalho interno de "discriminação e de organização de nós mesmos e do outro" (REZENDE, 2006), que se dá pela atividade epilinguística, geralmente inconsciente e automatizada, precisa ser externado. E para que isso ocorra, o professor, em sala de aula, deve:

> repetir externamente o trabalho interno do aluno; discutir com ele valores, significados e expressões diferentes, mas próximos; julgar, apreciar, avaliar, diferenciar, aproximar, remontar significados, procurar diferenças e pontos em comum. Em síntese, fazer emergir a própria atividade epilinguística pré-consciente utilizada na caminhada interna que cada um fez para chegar ao seu significado particular. De processo pré-consciente passaria a processo consciente. De atividade epilinguística passaria à atividade metalinguística (REZENDE, 2003a).

A conscientização, por parte do aluno, de seu saber metalinguístico, grosso modo, sua capacidade de explicar a língua, é que lhe permite coletar, construir, desconstruir e confrontar os dados de uma língua. Cabe ao próprio aprendiz, diante de dados observáveis, inventar os seus próprios procedimentos de confrontação, de coletar arranjos de marcas, de afinar o seu próprio saber metalinguístico. A constituição desse saber, de acordo com Gauthier, "é a condição de controle das interpretações e o preliminar indispensável à atividade de desconstrução ligada a toda construção da referência. Se ele não for constituído, o sujeito fica aquém do limite a partir do qual as aquisições se estruturam" (1995, p. 431)[103].

Segundo Gauthier (1995), um sujeito pode muito bem ter uma consciência epilinguística e não ter a expressão metalinguística correspondente, ou seja, ser incapaz de formular regras que ele aplica, no entanto, sem dificuldades. Para exemplificar, o autor cita o seguinte exemplo, da língua inglesa: um estudante pode defender que a forma progressiva é empregada quando a ação está acontecendo, e proceder completamente ao contrário na sua interpretação (correta) de uma sequência como *You've been drinking again!* (Você andou bebendo de novo!)[104], em que embora se use o progressivo, a ação já foi finalizada. O que se pode notar com esse exemplo, segundo o autor, é que há conflitos entre as regras declarativas expressas nos manuais e o saber não explícito posto em ação no tratamento dos enunciados. E

[103] A tradução desse texto foi realizada por Letícia Marcondes Rezende, mas não se encontra publicada.
[104] Tradução nossa.

essas regras, propostas do exterior, podem não ser obstáculo, mas podem acabar não favorecendo a aquisição inconsciente e gradual de um saber processual. (Gauthier, 1995).

Desse modo, aprender uma língua não pode se reduzir à memorização de formas linguísticas relacionadas a um conteúdo já estabilizado, pois as significações não são dadas totalmente prontas. Tanto na compreensão quanto na produção, é preciso reconstruir essas relações. O enunciado é construído com base em valores referenciais que precisam ser reconstruídos para que se alcance a significação. Assim, dentro de uma perspectiva enunciativa, assume-se o conceito de valores referenciais em oposição ao conceito de referência, que geralmente, é tido como a correspondência estática do enunciado a entidades externas à língua[105]. Os valores referenciais, pelo contrário, decorrem de uma dinâmica própria à língua. São construídos no e pelo próprio enunciado por meio de operações enunciativas (operações de modalização, determinação, diátese, aspecto). Esses valores são instáveis e inscrevem-se em jogos intersubjetivos de ajustamentos e de regulação que só resultam em pontos de equilíbrio interpretativos provisoriamente e localmente (FRANCKEL, 1998).

Assumindo-se esse posicionamento "construtivista"[106], em que a linguagem é fundamentalmente indeterminada e a significação é construída no e pelo enunciado, podemos falar em uma articulação entre léxico e gramática. Isso porque adotamos uma perspectiva dinâmica em que se propõe um espaço de construção anterior à existência das categorias lexicais e gramaticais já construídas. Propõe-se, assim, "a existência de *noções*, que por meio de *relações* e *operações*, poderão dar origem ou ao léxico ou à gramática" (CULIOLI, 1990 apud REZENDE, 2000, p.14).

De acordo com Rezende (2000), alguns estudos estáticos dos fenômenos de língua acabaram criando duas classes de entidades gramaticais:

> as unidades pertencentes ao léxico ou à morfologia lexical, unidades, pois, mais cheias e, portanto, signos e entidades não-tão-cheias, quase-signos, quase-unidades. Estas últimas seriam responsáveis, então, pela sintaxe, quer dizer, pela organização das primeiras entidades, as mais determinadas. (REZENDE 2000, p.13)

[105] "A referência pode ser compreendida como a função que permite às unidades e aos enunciados da língua remeter ao mundo real ou ideal em um sistema de correspondência que, na perspectiva clássica, tende a ser concebido como estável e imediato. Ela decorre de uma relação de transparência e adequação das unidades da língua às ideias que permitem representar e que constituem, por si mesmas, representações do mundo" (FRANCKEL, 1998) .

[106] Significando que o sentido é construído pelo material verbal, e não dado prontamente.

Tem-se assim, "uma parte da gramática que fica com o léxico e a sua morfologia (a unidade construída), e a outra parte que constitui a sintaxe (a estrutura construtora)" (REZENDE, 2000, p.13).

De acordo com Rezende (Idem), propor a existência de elementos mais determinados, tais como morfemas nocionais e morfemas gramaticais pertencentes à morfologia lexical, responsáveis pela unidade de análise linguística, e de elementos menos determinados, tais como conjunções, preposições, responsáveis pela organização das unidades, a sintaxe, é uma ilusão que resulta da estabilização dos fenômenos linguísticos.

Essa desarticulação entre léxico e gramática, que se dá pelo entendimento das unidades de língua como sendo estáticas e determinadas, é, segundo a autora, desastrosa para o ensino de língua, que tem por objetivo principal o desenvolvimento prático de produção de textos orais e escritos (REZENDE, 2006).

Interessa-nos então, numa abordagem dinâmica:

> defender a ideia de que qualquer entidade nocional, lexical ou gramatical, é um quase-signo, é um dêitico. Deste modo, qualquer entidade em língua aponta sempre para uma grande e imprecisa direção de sentido, e é, fundamentalmente, indeterminada. Esses quase-signos (e não há no enfoque dinâmico algumas entidades de língua que sejam mais determinadas e outras que sejam menos determinadas) organizam-se em configurações específicas de léxico e gramática, construindo representações (...). Não se trabalha, na abordagem dinâmica, nem com categorias gramaticais construídas, tais como: nome, verbo, etc., nem com a unidade signo (...). Trata-se, na abordagem dinâmica, de se questionar como um signo se torna signo, como se mantém como signo, como ele deixa de ser signo. (REZENDE, 2000, p.15)

Nas palavras de Onofre, significa a "busca da emergência dos processos geradores das categorizações, das cristalizações em classes, momento em que há indistinção entre o que, posteriormente, vai ser considerado oficial ou marginal" (REZENDE & ONOFRE, 2006, p.7).

Assim, a Gramática da Produção ou Gramática Operatória que defendemos implica (retomando muito do que já dissemos) que:

> conceituemos linguagem enquanto trabalho, esforço de aproximação de experiências e forma de expressão diversificadas; que postulemos que a

> linguagem é fundamentalmente ambígua; que as expressões e representações em língua jamais estão definitivamente prontas e construídas; que é o próprio momento de interação verbal que determina ou fecha certas significações para o sujeito, mas que simultaneamente abre e indetermina outras; que interagir verbalmente é perder-se em um labirinto ou em uma profusão de caminhos de significados possíveis, mas é exatamente nesse *égarement* que podemos eventualmente nos situar, nos encontrar, acertar (...) (REZENDE, 2006, p.16)

Propor a indeterminação da linguagem e, consequentemente, a indeterminação do léxico e da gramática no ensino de línguas é, de acordo com Rezende, "um modo singular de se reservar um espaço ao trabalho de construção de texto feito pelos sujeitos" (2000, p.26). Esse posicionamento, que implica pensar a linguagem como trabalho ou atividade, garante, segundo Rezende, "a fundamental liberdade ao sujeito e o insere no âmago do processo de atribuição de significados e valores às expressões linguísticas (REZENDE, 2009, p.15). Sendo assim, a linguagem pode ser vista "como uma forma ou esquema de ação, que ao mesmo tempo fornece ao sujeito as possibilidades de se constituir" (REZENDE, 2000, p.20).

Sendo a linguagem o trabalho fundador que permite ao indivíduo constituir-se "em uma singularidade por meio de um autoconhecimento que necessariamente traz o conhecimento do outro" (REZENDE, 2009, p.16), como assumir um conceito de gramática em que a linguagem é tida como pré-determinada?

Se a linguagem é considerada como pronta e acabada, anula-se o espaço em que o indivíduo constrói a significação, anula-se sua subjetividade. E é exatamente nesse espaço existente entre expressão e significado, nesse "vazio-pleno", que o indivíduo pode inserir sua experiência de vida, tornando-se criativo e original, construindo por si próprio seus valores, seus significados, seus processos representativos e expressivos (REZENDE, 2006, p. 16). É construindo sua identidade sobre uma heterogeneidade de experiências e de formas de expressão que os sujeitos distanciam-se de "autômatos construídos em uma linha de montagem" (Idem, p. 15), criando seus estilos próprios, que seriam como "impressões digitais".

O objetivo do ensino, de forma bastante ampla, é o desenvolvimento do aprendiz. Inviabilizar (por meio de um ensino tradicional que ignora o trabalho do sujeito diante da linguagem) a apropriação dos recursos expressivos pelo sujeito-aprendiz, que os molda de acordo com sua experiência singular, é negar-lhe a construção de sua própria identidade, que consequentemente implica no reconhecimento do que é o outro. De acordo com Rezende

(2006), se os canais do texto instituinte, original e criativo não se abrem, "experiências, comportamentos, valores, significados alternativos ficarão à deriva, reprimidos ou transmutados em violência, agressividade e silêncio. (2006, p.17).

Por isso defendemos uma abordagem operatória no ensino, que instigue o aluno a um constante pensar a respeito da língua mais do que um entender a língua, pois não estamos tratando de algo acabado.

Nessa abordagem, os professores devem ser formados levando em conta a construção das categorias gramaticais, que são sistemas de correspondências entre as marcas morfológicas propriamente linguísticas e os valores semântico-sintáticos aos quais elas remetem, que formam redes complexas de relações colocando em jogo tempo, aspecto, modalidade, determinação. O conceito de categoria gramatical permite assim, segundo Gauthier (1995), escapar de uma simples lógica da designação e trazer à tona as atividades epi e metalinguísticas no ensino.

A proposta culioliana de que existe um grau zero de categorização coincide com esta concepção. Assim, parte-se de um grau zero, para em seguida, procurar os elementos que marquem as operações enunciativas gerais (essas operações remetem às categorias de modalidade, aspecto, determinação e diátese). Trata-se de uma postura transcategorial, que não assume classificações *a priori*, isso porque, como já dissemos, o valor atribuído a uma expressão linguística não é estável e não se encaixa em uma classificação, e assim sendo, um determinado item pode passar de advérbio a conjunção, de adjetivo para advérbio, motivo pelo qual não se justifica que as "etiquetas", a classificação, sejam pré-estabelecidas. A etiquetagem pode sim ocorrer, mas somente em fim de processo, após a construção das operações envolvidas na produção de um enunciado.

Interessa-nos, então, nessa abordagem, investigar o funcionamento das unidades linguísticas e sua contribuição para a significação do enunciado, preocupando-nos mais com o caminho realizado pelo enunciador, que pode gerar significados eficientes ou não, do que com os resultados obtidos. Não partimos, como nos diz Franckel (2002), de grandes categorias totalmente constituídas ou pelo menos constituídas por representações independentes da linguagem, mas do funcionamento das unidades uma a uma, na sua singularidade, mas também na diversidade de seus empregos. Defendemos que através da variação do sentido das unidades, é possível destacar as regularidades na maneira pela qual se organiza essa variação, isto é, a variação das unidades pode ser *reportada a princípios regulares*. O desafio que nos colocamos não é, portanto, o de extrair uma invariância da palavra sob forma de um conteúdo,

mas de mostrar como a variação dos sentidos de uma palavra se dá em planos de variações regidos por uma organização regular (FRANCKEL, Idem).

Trabalhar com a perspectiva operatória, levando em conta uma Gramática da Produção, e não do produto linguístico é, ao mesmo tempo, um novo modo de se analisar os fenômenos da língua em sua relação com a linguagem, como também uma maneira de trazer para o ensino uma postura mais reflexiva, em que o aluno aprenderá "graças aos dados da língua [...] que a atividade linguística é, sim, em cada momento, um trabalho de (re)construção do modo com se vê, como vê o outro, o mundo e com eles se relaciona" (LOPES, 2009).

Proporcionar aos alunos uma nova forma de trabalhar os dados linguísticos é, segundo Lopes (2009), uma maneira de "fazê-los ver o que a aparente redução da superfície esconde. Daí o ganho teórico da Teoria das Operações Enunciativas: ela se constitui como uma linguística do processo" (LOPES, 2009, p. 138).

6 PROPOSTA PARA A DIDATIZAÇÃO DA GRAMÁTICA DA PRODUÇÃO

Após demonstrar como os dados linguísticos podem ser tratados a partir de uma Gramática da Produção (cap. IV), e como os princípios dessa gramática podem transformar-se em metodologia de ensino (cap. V), achamos pertinente propor uma atividade didática que se valesse dessa perspectiva, aplicando-a a um grupo de estudantes de Língua Portuguesa.

Dois grupos de alunos participaram da atividade experimental: oito alunos do 3º ano do curso de Letras da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul[107], e quatro alunos do extensivo pré-vestibular do Colégio Delphos, instituição particular[108].

Os exercícios propostos giram em torno da marca ***mesmo***. Tendo em vista as operações que essa marca desencadeia no enunciado, conforme consta no capítulo IV deste trabalho, desenvolvemos uma atividade na qual procuramos fazer emergir a atividade epilinguística e metalinguística dos alunos, e concomitantemente, observar se eles, como falantes nativos, reconhecem a operação desencadeada por ***mesmo*** nos enunciados.

Três questões foram propostas, como consta abaixo, sendo que os enunciados analisados pelos alunos foram os mesmos que analisamos no cap. IV:

1) Sabemos que uma mesma marca linguística pode adquirir diferentes funções dependendo do contexto em que aparece. Utilizando apenas sua intuição como falante nativo do português, tente explicar (e não classificar de acordo com a Gramática Tradicional), qual o papel que a marca "mesmo" desempenha nos enunciados abaixo.
2) Após analisar os sete enunciados acima[109], é possível notar, entre eles, alguma semelhança no papel desempenhado pela marca "mesmo"?
3) Você saberia apontar, de acordo com a Gramática Tradicional, a classe gramatical a que pertence a marca "mesmo" em cada um dos enunciados?

[107] Agradecemos a cada aluno da UEMS pela gentileza em participar: Alyne S. Gonçalves, Cícera Carvalho, Elys Kariny Silva, Fernanda S. Rodrigues, Helder Luís Barufi, José Welton de Souza, Maria Luana, Thaize Oliveira.
[108] Agradecemos também aos alunos do Colégio Delphos, pela disponibilidade: Michele S. Gasparotto, Beatriz Rossi Barros, Mozart Marques Malt e Lucas S. Braga.
[109] Cf, os sete enunciados nos anexos.

Em relação às orientações que demos aos alunos no momento da realização da atividade, cabe destacar que foi vedada a utilização de dicionários, gramáticas ou consultas à internet.

Vejamos os resultados da atividade, baseando-nos na folha de respostas entregue pelos alunos e também nos comentários realizados durante o exercício. Para facilitar a análise da atividade proposta, denominaremos os alunos da UEMS com a letra "A" (de aluno), seguida de um numeral: A1, A2, etc. O mesmo procedimento será feito com os alunos do Delphos, porém, com a letra B: B1, B2, etc.

Depois da leitura dos enunciados, algumas reações dos alunos chamaram nossa atenção, entre elas, a afirmação de que nem imaginavam que ***mesmo*** transitava em tantas categorias e de que sem o auxílio de algum material, não faziam ideia de quais seriam essas categorias. Por esse motivo, perto do fim da atividade, apresentamos-lhes as sete classificações possíveis para ***mesmo***, segundo gramáticas e dicionários. Alguns alunos preferiram não ter acesso a essas informações, preferindo classificar os enunciados por si próprios.

Outros comentários de alunos da UEMS merecem destaque. Uma das participantes disse que ***mesmo*** parece não fazer falta alguma no enunciado, mas "depois que ele é colocado, fica impossível tirá-lo". Outro aluno disse que não sabia fazer esse tipo de exercício que exige raciocínio. Não estava acostumado "a pensar nessas coisas".

Os alunos do Delphos não estranharam a atividade, apesar de admitirem que, via de regra, não veem a língua portuguesa por esse ângulo.

Ao final desse capítulo analisaremos melhor essas afirmações.

Apresentaremos, a seguir, as respostas dadas pelos alunos à questão número 1, que segue abaixo:

> *Sabemos que uma mesma marca linguística pode adquirir diferentes funções dependendo do contexto em que aparece. Utilizando apenas sua intuição como falante nativo do português, tente explicar (e não classificar de acordo com a Gramática Tradicional), qual o papel que a marca "mesmo" desempenha nos enunciados abaixo:*
>
> 1) *Mas o senhor não acha contraditório usar os benefícios de uma lei que o Sr.* ***mesmo*** *reconhece que está cheia de distorções?*

A1- Recupera o termo Sr.

A2-Refere-se ao sujeito Sr.

A3- O mesmo serve para se expressar melhor, para dar mais ênfase à pessoa que se refere.

A4- Que ele próprio reconhece. Serve para dar ênfase nele.

A5- Indica que ele está sendo cruel, pois se refere a si próprio.

A6- A ocorrência mesmo retoma o Sr. presente no enunciado, isto é, não se trata de uma lei proveniente de uma segunda ou terceira pessoa, mas do próprio beneficiado

A7- Mesmo refere-se a "Sr.", enfatizando essa pessoa.

B1- A palavra mesmo reafirma que o Sr. reconhece que as leis estão cheias de distorções.

B2- Confirmar a pessoa com quem está se falando, substituindo a palavra "próprio"

B3- O mesmo está referindo ao senhor. Poderia ser retirado sem causar distorção da frase. Talvez esteja afirmando.

B4- Faz referência ao próprio "sr" como uma forma de realce.

Nas respostas acima, percebemos pistas de qual seria a operação desencadeada por ***mesmo***. Quase todos os alunos associaram o uso da marca com uma retomada, uma referência a um termo anterior, o que estaria relacionado à operação de flechagem que citamos no cap. IV.

Os participantes A3, A4 e A7 falaram do efeito enfático que o uso de ***mesmo*** traz. Esse efeito enfático, de acordo com nossas análises, seria originado pela singularização da ocorrência inicial O_i. Em outras palavras, ao realizar a curva de identificação, retorna-se ao valor inicial, que é singularizado, já que as outras ocorrências são eliminadas. B4 também parece ter essa percepção quando fala de "forma de realce"

Apenas A6 parece ter uma maior consciência metalinguística da oposição que ***mesmo*** gera entre ocorrências (senhor X outras pessoas). No entanto, essa oposição, embora não explicitada, pode ser observada no uso que A4, A5, A6 e B2 fazem da marca ***próprio*** como termo substitutivo de ***mesmo,*** no sentido de que foi o senhor em questão e não outra pessoa quem realizou o reconhecimento das distorções na lei.

a) ***Mesmo*** *que você estude esse número de células, ainda é possível deixar passar alguma que contenha o vírus.*

A1- Poderia substituir “por mais que você estude”.

A2- O mesmo está referindo-se a dúvida que há na frase referente ao número de células.

A3- O mesmo poderia ser substituído por = “ainda que”, a frase ficaria sem sentido se não fosse utilizado nem um dos dois. O mesmo neste caso, mesmo que fosse substituído, serve para dar o sentido da frase.

A4- Ainda que ele estude. Por mais que a pessoa estude, ainda vai passar alguma coisa.

A5- Está enfatizando

A6- Indica a ocorrência de uma relação de causa e consequência, nesse sentido, ainda que uma ação seja desencadeada, outra pode ocorrer, independentemente da vontade.

A7- Equivalente a “ainda”, “porém”, uma palavra adversativa.

B1- Na frase a palavra mesmo indica algo *(ilegível)* mesmo que se faça (concessão) deixa-se de ocorrer.

B2- Indica uma concessão, por mais que você faça algo, outra coisa vai acontecer.

B3- Pode ser entendido como “ainda que”.

B4- Criar uma frase com conectivos diferentes e um melhor sentido.

A maioria dos participantes realizou uma substituição da marca ***mesmo*** por “ainda que” ou “por mais que”. Quando fazem isso deixam aflorar sua atividade epilinguística, realizando uma espécie de glosa. Porém, a maioria não consegue realizar um trabalho metalinguístico, explicando por que essas expressões poderiam substituir ***mesmo***. Perceber essas duas possibilidades de substituição nos faz pensar que os alunos compreendem que ***mesmo*** cria um obstáculo para a realização de algo, invertendo o encadeamento natural que era esperado. Os participantes que se aproximam desse papel desempenhado pela marca são: A6, B1 e B2.

As considerações que A3 faz também são interessantes: o participante nos diz que além de poder ser substituído por “ainda que”, ***mesmo*** parece dar sentido à frase. Parece-nos que sua vontade era enfatizar que a ausência da marca não criaria esse obstáculo na realização da ação e a inversão (do que era esperado para o que não era esperado) não aconteceria.

b) *Diretor Gus van Sant baseou-se no **mesmo** roteiro e seguiu o plano de filmagem utilizado por Alfred Hitchcock.*

A1- Mesmo nesse caso aproxima-se de igualdade, o diretor não buscou outro roteiro.

A2- O mesmo indica ser o mesmo objeto que foi utilizado pelo segundo sujeito na frase.

A3- Está comparando com um roteiro já utilizado.

A4- O diretor baseou-se no roteiro igual.

A5- Indica que houve uma substituição de nome...

A6- Expressa igualdade, não foi próximo, mas sim igual o método utilizado.

A7- Indica que os métodos do segundo foram usados pelo segundo.

B1- A palavra mesmo tenta mostrar algo feito que é repetido, no caso o roteiro.

B2- Se tirássemos o mesmo, Gus Van Sant não teria usado o roteiro que Hitchcock usou, ou seja, 'mesmo' é usado para comparar, ou igualar duas coisas.

B3- Próprio

B4- Um sentido de igual, para meio que minimizar a frase.

Grande parte dos alunos percebeu uma relação de identificação entre o roteiro utilizado por Hitchcock (ocorrência anterior) e o roteiro utilizado por van Sant (ocorrência posterior), configurando uma operação de flechagem, como vimos no cap. IV.

Apenas A1 destaca nitidamente a oposição entre ocorrências (roteiro utilizado X outros roteiros possíveis). A3 usa o termo comparar, que marca, da mesma forma, uma oposição entre o roteiro utilizado por Hitchcock e o utilizado por van Sant. B2, ao dizer que se mesmo fosse apagado "Gus Van Sant não teria usado o roteiro que Hirthcock usou", parece perceber que sem o uso da marca, outras possibilidades de roteiro poderiam ter sido utilizadas.

c) *Silvia, você só vai estar bem **mesmo** quando os peões de obra assobiarem para você na rua.*

A1- O termo mesmo nesse caso é enfático. Outra opção seria "você só vai estar bem de verdade".

A2- Indica o sentido de igualdade

A3- Está enfatizando para dar mais certeza do que está afirmando

A4- Só vai estar bem de verdade/realmente. Está intensificando o que Silvia vai sentir.

A5- Indica que está bem, mais (*sic)* não totalmente.

A6- Mesmo assume a função de: de fato, certeza

A7- `Mesmo` tem o valor de `de verdade`.

B1- A palavra mesmo quer dizer de fato, no caso Silvia só estará bem se de fato os peões de obra assobiarem para ela na rua.

B2- 'Mesmo' está intensificando 'bem', sem ele, Silvia estaria bem, mas não tão bem.

B3- "(...)você só vai esta (*sic)* muito bem"

B4- Dar ênfase no bem.

Todos os alunos, uns mais aguçadamente que outros, percebem que a noção /bem/ chega ao seu alto, no ponto extremo do gradiente que leva ao Centro Organizador do domínio. Isso pode ser percebido pelo uso de palavras como "de verdade", "certeza" "realmente". Na TOPE, essas palavras remeteriam, em um domínio nocional, ao que consideramos verdadeiramente p[110], ou seja, à noção de /bem/ com todas as propriedades que a caracterizam. B2, ao afirmar que sem ***mesmo*** "Silvia estaria bem, mas não tão bem", ressalta que o uso dessa marca é necessário para se chegar ao alto grau.

d)) *O mundo é assim* ***mesmo****: o que não tem remédio remediado está.*

A1- Poderia substituir por "o mundo é dessa forma". Embora nas duas orações funcionem como um aposto. E a característica, a forma como o mundo funciona é seguida após os dois pontos.

A2- Indicando um ponto de vista

[110] A esse respeito, cf. p.78-80 do capítulo III.

A3- Como se fosse uma conformidade, para expressar como o mundo é, com um grau maior de superioridade

A4- Dessa forma. O mundo é dessa forma, não há outra. Como se não fosse mudar.

A5- Indica que nem tudo tem solução.

A6- Mesmo assume a função de: deste modo, isto é, o mundo não é desta ou daquela forma, mas sim, desta maneira/deste modo.

A7- 'Mesmo' tem o valor de 'realmente'.

B1- O mesmo quer dizer uma confirmação, dizendo que o mundo é assim mesmo – reafirmando, dando referência o que vem após

B2-"Mesmo" torna a frase mais verídica, confirmando o que vem seguinte.

B3- O mundo é bem assim. O mundo é desse jeito.

B4- Faz referência à frase após os dois pontos.

Grande parte dos alunos prendeu-se à interpretação do enunciado, explicando a compreensão que tiveram. Em outros termos, realizaram glosas epilinguísticas. Não atentaram para o mecanismo desencadeado por ***mesmo***, parecendo dar mais ênfase à marca ***assim***. Isso se evidencia, por exemplo, quando A1 realiza uma glosa do enunciado: "o mundo é dessa forma". A aluna não percebe que apenas substitui a marca ***assim*** por "dessa forma", omitindo a marca ***mesmo***.

Somente A4 e A6 parecem perceber que o uso de ***mesmo*** desencadeia uma oposição entre a ocorrência inicial de mundo e outras ocorrências possíveis dessa noção. Além disso, ressaltam que esses outros valores são eliminados, isto é, a ocorrência inicial é distinguida.

e) *– Não é por isso, é porque ainda não sinto a tal necessidade do casamento. Se eu a sentisse, casar-me-ia.*
*- **Mesmo** com um homem medíocre?*

A1- Poderia substituir por "Até com um homem medíocre"

A2- Indica oposição em relação à frase anterior.

A3- "Ainda que seja"... Pode ser substituído. E o mesmo está sugerindo uma indagação.

A4- Até com um homem medíocre. Quer dizer se ela teria coragem de se casar com qualquer um.

A5- Faz uma semelhança.

A6- Ainda que é a ocorrência de mesmo nesse período, levantando-se uma hipótese.

A7- Equivalente à ainda se fosse; um termo negativo.

B1- Mesmo significa na frase ser capaz de. No caso ser capaz de se casar com um homem medíocre.

B2- 'Mesmo' indica capacidade, a pessoa seria capaz de casar com um homem medíocre.

B3- Ainda que fosse com um homem medíocre.

B4- Um condicional reduzido, pensando-se que poderia ser substituído sem alteração de sentido por "ainda que fosse".

Da mesma forma que no enunciado anterior, os alunos têm dificuldade de refletir acerca do mecanismo de funcionamento de ***mesmo***, restringindo seus comentários à explicação do enunciado, ou à substituição do termo. Exercitam, assim, suas capacidades epilinguísticas, mas não atingem uma reflexão metalinguística.

f) Sentia quase o ***mesmo*** *que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho.*

A1- Poderia substituir por "semelhante". Recupera a sensação que foi produzida anteriormente.

A2- Indica sentido de igualdade aos termos após o mesmo

A3- Está associando, enfatizando que sentira a mesma sensação que já sentira outra vez.

A4- Tinha um sentimento idêntico. Já havia sentido antes, e agora é quase a mesma coisa.

A5- Indica algo perfeito, mas nem tudo é assim.

A6- Mesmo é utilizado como semelhante, não é igual, porém próximo.

A7- Equivalente a 'mesma coisa'

B1- Na frase o mesmo demonstra algo que é repetitivo, no caso a "igual" alucinação.

B2- O mesmo adquire sentido catafórico, anunciando o que vem depois.

B3 – Sentia quase o que senti.

B4 – Faz alusão aos sentimentos descritos posteriormente.

Nesse enunciado, os alunos mantêm, em geral, uma postura explicativa, e no caso de B2, uma postura classificatória, já que prioriza a nomenclatura: "catafórico". No entanto, alguns termos utilizados apontam que a operação de flechagem é percebida, bem como a comparação/oposição entre os dois sentimentos. O termo "recuperar", utilizado por A1, remete à retomada da primeira ocorrência do sentimento e consequentemente, à comparação desta com a segunda ocorrência. O uso da expressão "está associando", por A3, também nos leva a crer que a aluna percebe o movimento de oposição entre as duas ocorrências do sentimento. Essa oposição é gerada justamente pela operação de flechagem. Mais um aluno, B1, parece notar as operações envolvidas com o uso de ***mesmo***. Ao afirmar que "mesmo demonstra algo que é repetitivo", percebe que um termo extraído anteriormente é novamente levado em consideração.

Podemos dizer que há um esforço metalinguístico em A1, A3 e B1, no entanto, falta a esses alunos um refinamento dessa atividade, uma reflexão mais elaborada. Os outros alunos, ou têm dificuldade em exteriorizar sua atividade epilinguística (A5 e B3), ou explicitam sua atividade epilinguística, não desenvolvendo, em seguida, sua consciência metalinguística.

Passemos agora à questão de número 2, na qual solicitamos aos alunos que apontassem se observaram, nos diferentes enunciados, alguma semelhança na operação desencadeada por ***mesmo.***

Após analisar os sete enunciados acima, é possível notar, entre eles, alguma semelhança no papel desempenhado pela marca "mesmo"?

A1- É enfático. Geralmente recupera uma ação que produzida anteriormente (*sic*).

A2- Sim, pois algumas definem igualdade, ou indicam uma oposição ao enunciado anterior.

A3- Sim, eles demonstram um sentido enfático, todos os "mesmos", servem para uma expressão mais ampla, intensa. Em alguns casos podem ser substituídos.

A4- O "mesmo" desempenha uma função de enfatizar o enunciado. Ou seja, dá uma entonação maior.

A5- Sim, pois as frases se baseou (*sic*), no que foi descrevido (*sic*) em cada frase.

A6- Todas as ocorrências expressam uma relação de proximidade/comparação entre dois termos, duas situações.

A7- (rasurado)

B1- Creio que a palavra mesmo tem um sentido de repetição, intensificação.

B2- "Mesmo", em todas as frases, intensifica ou desafia o que vem antes ou depois.

B3- Afirmação, igualdade, talvez para dar estética a frase, é usado.

B4- No meu ponto de vista, todos fazem referência a algo explícito ou implícito na frase.

Quanto à operação comum realizada por ***mesmo*** nos sete enunciados, A6 é quem mais a explícita em sua definição, apontando que em todos eles há oposição entre dois termos ou duas situações. Com menor clareza de expressão, A2 também parece perceber essa operação, ao dizer que pode haver igualdade ou oposição entre os enunciados, o que nos leva a pensar em um aspecto relevante da marca ***mesmo***: essa marca não é responsável pela identificação entre as ocorrências. Ela apenas marca uma oposição. Outros fatores ou outras marcas é que vão levar ou não as ocorrências comparadas à identificação[111].

A1 atenta para a operação de flechagem, percebendo que uma "ação" é retomada. Isso ocorre também com B1, que nota o "sentido de repetição".

Nas demais respostas, os participantes reconhecem em ***mesmo*** operações de modalização, como afirmação (modalidade assertiva), intensificação (modalidade apreciativa), comparação (modalidade apreciativa). A4, por exemplo, ao dizer que ***mesmo*** **"**dá uma entonação maior", possivelmente esteja referindo-se ao fato de o enunciador assumir seu

[111] No caso do enunciado j) (*Sentia quase o **mesmo** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho*), a marca ***quase*** bloqueia a identificação entre as duas ocorrências do sentimento.

enunciado, comprometendo-se com ele, julgando o que está envolvido, como por exemplo, "*só vai estar bem **mesmo** quando...*", "o mundo é assim **mesmo**...".

Por fim, passemos a última questão proposta:

Você saberia apontar, de acordo com a Gramática Tradicional, a classe gramatical a que pertence a marca "mesmo" em cada um dos enunciados?

A1- a) substantivo; b) conjunção concessiva; c) pronome demonstrativo; d) adjetivo; e) elemento anafórico; f) denotativo de inclusão; advérbio.

A2- a) pronome; b) conjunção; c) substantivo; d) pronome; e) advérbio; f) advérbio; g) advérbio.

A3- e) denotativo de inclusão; g) adjetivo

A4- a) adjetivo; b) elemento anafórico; c) denotativo de inclusão; d) advérbio; e) pronome demonstrativo; f) conjunção concessiva; g) substantivo.

A5 - a) pronome demonstrativo; b) conjunção concessiva; c) denotativo de inclusão; d) adjetivo; e) advérbio; f) denotativo de conclusão (sic); g) substantivo.

A6- Sinceramente, não, sei o uso de um ou outro termo (nomenclatura gramatical), mas não todos.

A7- Em a) mesmo é um adjetivo, em b, d, e e f, é um advérbio, em g, é um substantivo.

B1- a) dêitico; b) conjunção concessiva; c) adjetivo; d) advérbio; e) pronome demonstrativo; partícula denotadora de inclusão; g) substantivo.

B2- a) dêitico; b) conjunção concessiva; c) adjetivo; d) advérbio de intensidade; e) advérbio de afirmação; f) partícula denotadora de inclusão; g) pronome demonstrativo.

B3- Eu não lembro

B4- b) conjunção concessiva, d) partícula de realce; a) dêitico; advérbio. As letras c, e, g eu não sei.

No capítulo anterior, no qual analisamos a marca ***mesmo*** sob o enfoque da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, tentamos realizar a classificação dessa marca nos enunciados de acordo com a Gramática Tradicional e dicionários. O resultado foi o seguinte:

Tabela 1 - Classificação dos enunciados de acordo com a Gramática Tradicional.

Enunciado 1	Pronome demonstrativo
Enunciado 2	Conjunção Concessiva
Enunciado 3	Adjetivo
Enunciado 4	Advérbio
Enunciado 5	Elemento dêitico
Enunciado 6	Partícula denotadora de inclusão
Enunciado 7	Substantivo

Os alunos tiveram muita dificuldade em realizar essa classificação, pois não conseguiam recordar-se das categorias propostas pela gramática. Diante disso, optamos por apresentar-lhes a nomenclatura acima, colocando-a fora de ordem. Alguns alunos, porém, preferiram não utilizá-la. Foi nítida a inabilidade da maioria em classificar os usos, com exceção de B2, que acertou 5 das classificações e parecia confortável em realizar esse tipo de atividade.

Imaginamos que com a nomenclatura em mãos, os participantes atingiriam um maior número de acertos, pois supostamente, deveriam conhecer a função de um adjetivo, um advérbio, um substantivo, uma conjunção. Esse fato não se confirmou.

Essa atividade experimental serviu-nos a alguns propósitos, que gostaríamos de realçar.

Primeiramente, comprova o que há bastante tempo vem sendo defendido por vários estudiosos da linguagem em sua relação com as línguas: o ensino via Gramática Tradicional, especialmente no que diz respeito a seus quadros classificatórios, é ineficaz, e justifica-se apenas para atender à demanda de concursos e vestibulares ainda deficientes quanto aos seus critérios de avaliação.

Essa constatação enfatiza a necessidade de uma maneira diferenciada de "ensinar a língua"[112], o que também não traz nada de novo. Desde os PCN's de 1997, essa nova maneira de trabalhar a Língua Portuguesa tem sido apontada. O fato é que 14 anos após sua publicação, esses parâmetros acabam não resultando em melhorias no ensino de língua, por fatores diversos que não serão aqui abordados.[113] Muito do que vemos no ensino de língua portuguesa hoje são "camuflagens" do modo tradicional de ensinar, e isso, sem dúvida, é um fator complicador do aprendizado do aluno.

Essa complicação no aprendizado pode ser observada na própria atividade que propusemos aos alunos: eles vivenciam um embate entre o ensino tradicional e o ensino moderno, não desenvolvendo, em nenhum deles, o que é esperado. No ensino tradicional, espera-se, por exemplo, que o aluno saiba classificar as marcas da língua, que conheça suas regras. Como observamos, os alunos têm dificuldades quanto a esse aspecto. Não se recordam das categorias, e quando se lembram, não sabem para que servem. Já em relação ao ensino moderno, embasado nos PCN's, espera-se que os alunos desenvolvam suas habilidades reflexivas, colocando em prática seus saberes epi e metalinguísticos. A dificuldade em fazer aflorar esses saberes evidenciou-se também na atividade observada. Os alunos, embora deixem aflorar essas atividades, não têm domínio sobre elas, e não conseguem refinar suas reflexões.

Parece-nos muito mais perigoso ensinar a língua do modo que tem sido feito do que retomar o ensino tradicionalista. Quando se assume determinado modelo, os resultados esperados podem não aparecer, no entanto, sabe-se quais são os resultados almejados. Ao disfarçar a Gramática Tradicional com uma nova roupagem, os resultados esperados são os mesmos? Quais são esses resultados?

O fato é que há uma incompatibilidade entre os dois modos de ensinar: o modelo tradicional e o modelo moderno visam resultados completamente distintos: o primeiro pretende formar sujeitos que saibam utilizar a variedade "culta" da língua, conservando-a das mudanças, tão naturais em qualquer língua. O segundo visa à formação de um sujeito que por meio de operações linguageiras, manifestadas na língua, possa chegar ao autoconhecimento, o

---

[112] Quando falamos em "ensinar a língua" estamos nos reportando ao fato de os falantes nativos já conhecerem sua língua, o que não justificaria a necessidade de ensiná-la. Portanto, a expressão "ensinar a língua" é usada para nos referirmos aos seus aspectos normativos. Esses sim, não são aprendidos naturalmente, mesmo porque não se originam naturalmente, daí a necessidade de ensiná-los.

[113] Como por exemplo, a carga horária excessiva dos professores, que não têm condições de atualizar-se; a dificuldade em se projetar para além dos muros da Universidade os conhecimentos que poderiam auxiliar na formação dos professores, etc.

que o levará, consequentemente, ao conhecimento do outro, à percepção das sutilezas do convívio em sociedade.

Em suma, não é possível fazer coexistir dois universos tão distintos: ou se assume de fato as propostas baseadas em pesquisas linguísticas modernas, como aquelas dos PCN's, que têm pontos em comum não somente com a Gramática da Produção que propomos nesse trabalho, mas também com a Gramática de Usos, propostas por M.H.M Neves, ou retoma-se, de uma vez por todas, o ensino tradicional de língua portuguesa, o que seria lamentável.

CONCLUSÃO

O termo "Conclusão", pela pluralidade de significações que adquire quando em funcionamento, precisa ser desambiguizado. Será por nós utilizado como o local em que se expõe os resultados técnicos de uma pesquisa, os pontos a serem retidos pelo leitor. "Conclusão" pode levar a crer que pretendemos colocar um ponto final em nossas reflexões, dando-lhes acabamento. Tal atitude seria incoerente com a própria teoria que adotamos, na qual não existe ponto final. Esse ponto não existe, pois não é possível por fim no que é, em essência, indeterminado. A atividade de linguagem, entendida como trabalho de construção da significação, supõe constantes ajustamentos e põe em foco o trabalho do sujeito, que nem sempre é previsível.

Assim, nossas reflexões não se esgotam aqui. No entanto, necessitam, pelo menos por hora, de alguma estruturação, de alguma organização.

O projeto inicial que norteou este trabalho, iniciado em março de 2008, enfatizava a necessidade de se trabalhar os fenômenos linguísticos de modo dinâmico, contrariamente a um modo estático, que prioriza o produto e não o processo de geração da significação. Essa abordagem dinâmica, a que chamamos Gramática da Produção ou Gramática Operatória, baseia-se na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), desenvolvida pelo linguista francês Antoine Culioli.

Trata-se de uma teoria que enfatiza, primeiramente, a definição clara do objeto da Linguística: a apreensão da atividade de linguagem por meio da diversidade das línguas naturais. A própria definição desse objeto engendra alguns fundamentos que perpassarão toda a obra culioliana: a busca de uma invariância na variância; a indeterminação da linguagem; a consideração de um sujeito ativo, caracterizado como produtor/ reconhecedor de formas linguísticas; a articulação entre léxico e gramática; a necessidade de uma teoria dos observáveis; a importância de um sistema formal de representação.

Para demonstrar os benefícios dessa abordagem, que nos permite trabalhar com conceitos aparentemente paradoxais, como deformabilidade e estabilidade, variância e invariância, optamos por analisar uma marca linguística da língua portuguesa: a marca ***mesmo***.

A escolha por essa marca deu-se por influência das leituras que fizemos dos textos culiolianos. O autor dedica alguns de seus trabalhos ao estudo da marca ***bien*** em francês, que em determinadas situações, pode ser traduzida por ***mesmo*** em português. Diante das inúmeras marcas que constituem uma língua, parece ínfima essa escolha, mas na realidade, a análise que propusemos para ***mesmo*** pode ser estendida a qualquer outro fenômeno linguístico. Além disso, não se trata apenas de estudar um item linguístico isolado, e sim, de considerar todos os desdobramentos de sua interação com outras marcas na construção de um enunciado. Em outros termos, muito mais que mostrar o funcionamento de ***mesmo***, o que também é relevante, pretendíamos observar como se constituem os enunciados, e por eles, como se constrói a significação.

Identificar os mecanismos de invariância de uma marca linguística é, de fato, muito importante na perspectiva com a qual trabalhamos. Primeiramente, por sustentar a própria tese culioliana de que subjacente à diversidade dos fenômenos linguísticos, representados pelas línguas naturais, existe uma regularidade, representada pela linguagem. E essa tese, linha mestra do pensamento de Culioli, pode ser comprovada de outras formas, sendo o estudo de uma marca específica, como o que realizamos, apenas uma delas. Na passagem de uma língua à outra, isto é, no ato de tradução, bem como no aprendizado de línguas estrangeiras, essa relação entre variância e invariância também pode ser vislumbrada[114]. Além disso, encontrar esses mecanismos de invariância nas marcas linguísticas comprova a ineficácia de se atribuir rótulos às marcas, como o faz a Gramática Tradicional, por exemplo. Geralmente essas etiquetas são insuficientes para recobrir todos os seus usos, e conhecê-las, não ajuda os indivíduos a expressarem-se melhor. Sendo assim, trabalhar em uma postura transcategorial, em que não se parte de categorias pré-estabelecidas, mas antes, buscando o que gerou essas

[114] Em nossa dissertação de mestrado (cf. Biasotto-Holmo, 2008), pudemos observar a articulação línguas/linguagem na passagem da língua francesa para a língua portuguesa, em traduções realizadas por alunos do curso de Letras. Foi pela recuperação do esquema de lexis dos enunciados analisados (em francês e em português) e pela observação da anexação das categorias gramaticais a esse esquema, nas duas línguas, que pudemos comprovar que existe um mecanismo de invariância na visível variância das línguas. Apenas para ilustrar essa constatação, retomamos a seguinte passagem da dissertação: "De acordo com Culioli, "se não houvesse, de língua a língua, propriedades gramaticais comuns, uma certa correspondência entre noções, e então a possibilidade de construir esquemas gerais, não haveria tradução possível" (CULIOLI, 1976, p.163). Desse modo, quando estamos diante de duas línguas, devemos levar em consideração que cada uma delas representa agenciamentos de marcas, de configurações que vão variar, à primeira vista, mas que num segundo momento, poderemos procurar suas regularidades (CULIOLI, 1976, p.9). Assim, a tradução vista de dentro da TOPE, implica na necessidade de se considerar um nível profundo que permita a passagem de uma língua a outra. Esse nível profundo é a própria atividade de linguagem, isto é, a própria capacidade inata que todo ser humano tem de representar, referenciar e regular" (BIASOTTO-HOLMO, 2008).

cristalizações, parece-nos muito mais proveitoso tanto para a análise linguística quanto para o ensino de língua.

No capitulo I, demonstramos de que forma ***mesmo*** é abordado pelos dicionários e pelas gramáticas tradicionais. Esse estudo exaustivo e um tanto repetitivo que realizamos acerca da marca foi fundamental para apontarmos aquilo que consideramos problemático para a análise linguística bem como para o ensino de língua portuguesa, especialmente no que diz respeito à abordagem estática que utilizam. Além disso, esse capítulo foi importante para estabelecermos uma relação entre a Gramática Tradicional e outros estudos contemporâneos de ***mesmo***.

Esses estudos mais recentes, que apresentamos no capítulo II, trazem inovações em relação à Gramática Tradicional. No entanto, em alguns momentos, parecem ter dificuldade em se desvencilhar da "velha gramática", especialmente das classificações e das descrições de caráter explicativo. Talvez por sua própria história e pelo tempo que perdurou, a Gramática Tradicional persista. Está arraigada no inconsciente coletivo da população, especialmente daqueles que não se dedicam a esse tipo de estudo. Estes entendem a gramática como o conjunto de normas para falar e escrever bem, sendo essas normas baseadas em escritores consagrados.

Mais do que a história da gramática, a própria história da Linguística, com teorias e modelos estáticos, que não apresentam reflexões sobre a linguagem, excluem o sujeito e priorizam a língua como produto, também contribui para a dificuldade em se desvincular dos moldes antigos.

De qualquer modo, os avanços propostos por autores como Neves e Ilari precisam ser levados em consideração. Relembremos, sucintamente, a evolução de seus trabalhos em relação à Gramática Tradicional.

M. H. M. Neves apresenta contribuições especialmente no que diz respeito à desmistificação da "norma culta" como a única variante de prestígio. A autora demonstra que a língua em uso ultrapassa os quadros de exemplos previstos pela gramática, e que há possibilidades e combinações que escapam às classificações cristalizadas dos manuais.

No entanto, parecem persistir em sua obra algumas ligações com a Gramática Tradicional. O problema maior, em nossa opinião, está no fato de a autora continuar partindo da língua como produto, ignorando o processo de construção da significação. Em outras

palavras, ela parte da variação (do produto), o que sem dúvida é um avanço, mas não explica as suas causas.

Em relação a Ilari, muitas de suas considerações coincidem com aquilo que defendemos: o autor vislumbra as dificuldades em se atribuir rótulos às marcas, assume a variabilidade dos fenômenos linguísticos, aponta a necessidade de se estudar cada marca de modo particularizado.

O problema desse estudo, para nós, está no fato de o autor não se desvencilhar das listas classificatórias, colocando o foco do estudo na categoria (advérbios focalizadores) e não nas marcas linguísticas. Os importantes problemas detectados pelo autor geram no leitor a expectativa de ver propostas de soluções, o que não acontece, por razões que desconhecemos.

No capítulo III, apresentamos um panorama geral da fundamentação teórica e metodológica que orienta nosso estudo: A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE) de Antoine Culioli. Essa teoria norteia duplamente nosso trabalho. Em um primeiro momento, dá respaldo às nossas análises como linguista. Em seguida, ampara nossas reflexões relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa.

Essa teoria, que tivemos a oportunidade de conhecer por meio de nossa professora e orientadora, Letícia Marcondes Rezende, no ano de 2004, tem um papel fundamental em nossa formação não só como linguista e professor, mas também em nossa formação como ser humano sempre inacabado. Além de nos proporcionar o rigor metodológico necessário a qualquer pesquisa científica, de nos fornecer conceitos e objetos metalinguísticos que tornam nossas reflexões coerentes, faz-nos enxergar o mundo em termos de articulação, e não de polaridades, mostra-nos que nada é definitivo, permanente, e que o caminho percorrido é, muitas vezes, mais importante que o destino alcançado.

O capítulo IV é o momento em que articulamos a proposta teórica deste trabalho com os seus objetivos práticos. Vislumbramos como essa teoria dinamiza a concepção dos fenômenos linguísticos e projetamos na prática aquilo a que chamamos *Gramática da Produção* ou *Operatória*.

As análises apresentadas nesse capítulo permitem entrever o próprio objeto da Linguística, tal qual Culioli o coloca: a articulação entre linguagem e línguas naturais, manifestada nos jogos de variância e invariância dos fenômenos linguísticos. Acreditamos ter

encontrado, na variância de usos de ***mesmo***, uma invariância que caracteriza essa marca[115]. A essa articulação entre variância e invariância, preferimos dar o nome de invariante dinâmica ou processual, pois esses termos guardam os princípios de deformabilidade e estabilidade característicos da atividade de linguagem em sua relação com as línguas.

Os dois últimos capítulos da tese não faziam parte do projeto inicial, e decorreram do próprio amadurecimento da pesquisa. Percebemos, influenciados pelas leituras e colóquios com nossa orientadora, que a *Gramática da Produção*, proveniente da visão enunciativa que adotamos para observar os fenômenos linguísticos, poderia configurar-se não somente como um excelente aliado do linguista nas análises dos seus dados, mas da mesma forma, poderia auxiliar os professores no ensino de língua.

Com essa percepção, elaboramos os capítulos V e VI, que dizem respeito à relação entre ensino de língua e pesquisa em linguística. Não desconhecíamos os riscos ao lançarmo-nos nesse campo, pois o estabelecimento dessa relação estaria muito mais afeto, entre outros campos, à Linguística Aplicada[116], que escapa ao nosso domínio. De qualquer forma, embora cientes das limitações que a tarefa nos impunha, resolvemos incluí-lo, mesmo que a nossa contribuição sirva apenas como base para aprofundamentos futuros.

Assim sendo, no capítulo V trouxemos uma discussão acerca dos diversos conceitos de gramática em sua relação com o ensino de língua. Confrontamos três tipos de gramática: a Gramática Tradicional, a Gramática de Usos, e a Gramática da Produção. Primeiramente, essas gramáticas foram apresentadas como modelos de análise linguística, e na sequência, em seus respectivos papéis no ensino de Língua Portuguesa.

Essa abordagem operatória que ora propomos, seja ela voltada à pesquisa ou ao ensino, é mais um entre tantos caminhos a se trilhar. Há outras propostas recentes de gramática que também merecem destaque e que podem ser, da mesma forma, produtivas no ensino e na pesquisa[117]. Nosso posicionamento em favor de uma abordagem enunciativa deve-se, especialmente, à ampliação das direções de análise: além de examinar as escolhas

[115] Essa operação foi descrita no capítulo IV desta tese, e pode ser sintetizada da seguinte forma: a marca ***mesmo*** aciona uma operação de flechagem, gerando uma curva de identificação. No retorno ao ponto de que se partiu (O_i – ocorrência inicial), outras ocorrências O_o são consideradas, podendo incluir-se no valor inicial ou ser descartadas. Essas ocorrências, que são comparadas por meio de uma operação modal, acabam movimentando-se no domínio nocional, organizando-o.

[116] Cf. na Introdução deste trabalho, a nota de rodapé nº 3.

[117] Como citamos na introdução, os seguintes autores apresentam propostas de gramática: José Carlos Azeredo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mário Perini, da Universidade Federal de Minas Gerais; Ataliba de Castilho, professor titular aposentado da USP, por exemplo. Travaglia (1997), bastante citado no capítulo V desta tese, também apresenta sua proposta: uma gramática reflexiva.

lingüísticas responsáveis pela construção de sentido, as marcas deixadas como rastros de operações mentais, examina também os elementos externos ao enunciado, ou seja, os elementos da situação de enunciação. Assim, põe em jogo parâmetros como sujeito do enunciado X sujeito da enunciação, espaço do enunciado X espaço da enunciação, tempo do enunciado X tempo da enunciação. Ao mobilizar esses parâmetros, relacionando enunciado e enunciação, essa abordagem traz à cena os conceitos de representação, referenciação e regulação, característicos da atividade de linguagem.

Cabe lembrar que as críticas tecidas à Gramática Tradicional, embora tenham alicerçado as nossas reflexões, não são inovadoras. Trata-se, antes, do que parece ser senso comum entre os linguistas contemporâneos: esse modelo pode ter tido a sua importância, mas atualmente, não contribui nem para o campo da pesquisa, nem para o campo do ensino. Em relação à Gramática de Usos, tentamos valorizar aquilo que ela traz de inovador, sem, no entanto, deixar de apontar aspectos dos quais discordamos.

As críticas que fizemos à Gramática Tradicional, as inovações propostas por Neves, alguns princípios da Gramática da Produção que propusemos nesse trabalho, enfim, as concepções mais modernas do que vem sendo estudado em relação à linguagem e às línguas, são contemplados nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa. A questão é saber por que o ensino de português continua atrelado às concepções da Gramática Tradicional. Por que não se utilizar dos benefícios oferecidos pelas propostas mais recentes?

A dificuldade que os alunos (e também os professores) enfrentam no ensino/aprendizado da língua portuguesa, devido à coexistência de "velhas" e "novas" metodologias, pôde ser claramente observada no capítulo VI desse trabalho. Nesse capítulo, propusemos a didatização da Gramática da Produção, por meio de uma atividade experimental baseada nos resultados que obtivemos com as análises da marca ***mesmo***.

Diante dessa atividade, os alunos demostraram estar no meio do caminho entre as práticas da Gramática Tradicional e a proposta dos PCN's. Não conseguem recordar-se das classificações ditadas pela Gramática Tradicional e também têm dificuldades em deixar aflorar seus saberes epilinguísticos e metalinguísticos. O que podemos afirmar, sem receio, é que a mimetização de taxionomias, a memorização de conceitos definidos *a priori*, não só reduzem a capacidade de abstração e de representação dos indivíduos, como também não auxiliam no desenvolvimento do propósito maior de se ensinar a língua portuguesa: fazer com que os alunos consigam expressar-se habilmente em sua língua materna, contribuindo assim,

para sua formação não apenas como indivíduos, mas como cidadãos participativos, conscientes de seu papel na sociedade, críticos em suas decisões.

Por fim, queremos enfatizar que a Teoria Enunciativa com a qual trabalhamos, abre-nos um leque incomensurável de alternativas que não caberiam nesse trabalho. De qualquer forma, esperamos ter oferecido algumas contribuições tanto para o campo da pesquisa em linguística quanto para o ensino de língua. Como linguista, observamos e teorizamos os fenômenos da língua em sua relação com a linguagem, na tentativa de comprovar a eficácia de uma abordagem dinâmica baseada nos pressupostos de uma teoria enunciativa. Como professores, buscamos aliar nossos conhecimentos linguísticos e linguageiros com a prática em sala de aula, sempre pensando em proporcionar um ensino melhor, ou ao menos contribuir com reflexões que possam trazer melhorias para o ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. M. de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1989.

ANDRADE, M. M. Conceito/Definição em dicionários da língua geral e em dicionários de linguagens de especialidades. *Disponível em:* http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ10_21-32.html. Acesso em 15/03/2011.

ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho.* São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

AUROUX, S. Histoire des idées linguistique: La naissance des métalangages en Orient et en Ocident. Bruxelles: Pierre Mardaga Editeur, 1989. Tome 1.

BAGNO, M. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999 (48/49 edição).

BECHARA, Evanildo. *Lições de Português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005. (17ª edição)

_____. *Lições de Português pela análise Sintática*. Rio de Janeiro: Lucema, 2002.

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983. (28ª edição).

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. (15ª edição).

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral* (trad. do francês). Campinas: Pontes, 1989. v. I e II.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*: língua portuguesa. Brasília: 1997, vol. 2. 144p.

BIASOTTO-HOLMO, M. Para uma abordagem enunciativa no ensino de língua estrangeira: paráfrase e atividade epilingüística. 2008. 126f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Araraquara, 2008.

BUENO, F. da S. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 4ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1968.

CÂMARA Jr, J. M. Said Ali e a língua portuguesa. In: *Dispersos*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Gelúlio Vargas, 1975, p. 185-189.

CEGALLA, D. P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

CHRISTANTE, Luciana. Maria Helena de Moura Neves: em defesa de uma gramática que funcione. *UNESPCIÊNCIA*, 2009. Disponível em: http://www.unesp.br/aci_ses/revista_unespciencia/acervo/04/perfil. Acesso em: 23/02/2011.

COMBA, Júlio. *Gramática Latina*. São Paulo: Editora Salesiana, 2004. (5ª edição)

CULIOLI, A. À propos de même. In: *Langue Française.* Paris: n. 133, fev. 2002. p.16-27.

_____. La communication verbale. In: *L'Homme et les autres. Encyclopédie des sciences de l'homme: l'aventure humaine*. Paris: Grange Batelière, 1967, v. 4, p. 65-73.

_____. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Opérations et représentations. Tome 1. Paris: Ophrys, 1990.

_____. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Opérations et représentations. Tome 2. Paris: Ophrys, 1999a.

_____. Pour une linguistique de l'énonciation. Domaine notionnel. Tome 3. Paris: Ophrys, 1999b.

_____. Transcription du Seminaire de DEA: "Recherche en linguistique: Théorie des Opérations Enonciatives". Paris: Université de Paris VII, 1976.

CRETELLA, J.; CINTRA, J.; ULHÔA, G. *Dicionário Latino-Português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953. (3ª edição).

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2001. (3ª edição)

DICIONÁRIO Aurélio Eletrônico Século XXI. São Paulo: Lexikon Informática, versão 3.0, 1999.

DICIONÁRIO Escolar da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Ministério da Educação – Fundação de Assistência ao Estudante, 1986. (11ª edição)

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de janeiro: Objetiva, 2001.

FARACO & MOURA. *Gramática*. São Paulo: Ática, 1998. (11ª edição)

FARIA, Ernesto. *Dicionário Escolar Latino Português*. Rio de Janeiro: Fundação de Assistência ao Estudante – FAE/MEC, 1994. (6ª edição).

FERREIRA, N. S. A. Ainda uma leitura dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua portuguesa. In: *Revista IBEP*: o ensino de Língua Portuguesa, julho de 2001. Disponível em: http://ebookbrowse.com/nsaf-aindaumaleituradospcndelinguaport-pdf-d51639806. Acesso em: 12/11/2010.

FRANCHI, Carlos, *Mas o que é mesmo gramática?*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FRANCKEL. J-J. Aspects de la théorie d'Antoine Culioli. In: Langage, v.32, nº 129, 1998a. p.52-63.

_____. Étude de quelques marqueurs aspectuels du français. Suíça: Librairie Droz, 1989.

_____. Introduction. In: *Langue Française*, n.133, Paris, Larousse, fevereiro 2002.

FRANCKEL, J-J; PAILLARD, D. La préposition en français II, *Modèles linguistiques*, tomo XXVII-2, vol.54, Editions des Dauphins, pp**.** 51-66, 2006.

FRANCKEL. J.J. 1998b. Référence, référenciation et valeurs référentielles. In: Sémiotiques, n. 15, INALF, Didier Érudition, pp. 61-84.

FUCHS, C. O sujeito na teoria enunciativa de A. Culioli: algumas referências. (Trad. Letícia Marcondes Rezende). In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. nº 7, 1984. p.77-85.

GAUTHIER, A. Sur quelques paradoxes em didatiques des langues. In: BOUSCAREN, J., FRANCKEL, J.J., ROBERT, S. (Orgs.). *Langues et langage: problèmes et raisonnement en linguistique, mélanges offerts à Antoine Culioli*. Paris: PUF, 1995.

ILARI, R. Sobre advérbios focalizadores. In: *Gramática do português falado.* Campinas: Ed. da UNICAMP/FAPESP, 1992, p. 193-212. , v. II.

JUNQUEIRA. F. G. C. Confronto de vozes discursivas no contexto escolar: percepções sobre o ensino de gramática da língua portuguesa. 2003. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 2003.

LIMA, R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro : F.Briguiet & Cia. Editores, 1969. (14ª edição)

_____. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro : José Olympio Editora, 1984. (24ª edição)

LOPES, M. C. R. Por uma metodologia reflexiva de ensino/aprendizagem do léxico em língua portuguesa. In: ONOFRE, M. B.; REZENDE, L. M; (Org.). *Linguagem e Línguas Naturais: clivagem entre o enunciado e a enunciação*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

MANIR, Mônica. *Jornal Estado de São Paulo*, 8 de outubro de 2008.

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970. (2ª edição)

NASCENTES, A. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932. (1ª edição.)

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa.* São Paulo: Contexto, 2008. (3ª edição).

OLIVEIRA, A. K. M.; CACCIAGUERRA, V. A gramaticalização do item mesmo: a mudança das línguas românicas. In: Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação. São Paulo, Ano 3, Ed.1, Set-Nov de 2009.

ONOFRE, M. B.; REZENDE, L. M; (Org.). *Linguagem e Línguas Naturais.* Diversidade Experiencial e Linguística. São Carlos: Pedro e João Editores, 2006.

ONOFRE, M. B.; REZENDE, L. M; (Org.). *Linguagem e Línguas Naturais:* clivagem entre o enunciado e a enunciação. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

REZENDE, L. M. Léxico e gramática: aproximação de problemas linguísticos com educacionais. 2002. Tese (Livre-docência). Araraquara: 2000.

_____. Diversidade experiencial e linguística e o trabalho do professor de língua portuguesa em sala de aula. 2006 ONOFRE, M. B.; REZENDE, L. M; (Org.). *Linguagem e Línguas Naturais.* Diversidade Experiencial e Linguística. São Carlos: Pedro e João Editores, 2006.

_____. Atividade epilingüística e o ensino de língua portuguesa. In: *Revista do GEL*, S. J. do Rio Preto, v. 5, n. 1, p. 95-108, 2008.

_____. Articulação da linguagem com as línguas naturais: o conceito de noção. In: ONOFRE, M. B.; REZENDE, L. M; (Org.). *Linguagem e Línguas Naturais:* clivagem entre o enunciado e a enunciação. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

SAID ALI, M. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* São Paulo: Melhoramentos, 1969.

SANTOS, E.C.S. Gramaticalização de verbos: o verbo 'esperar' no Português Popular Carioca e no Português Culto Paulistano. 2009. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2009.

SILVA, Maurício. A gramática brasileira novecentista: uma história. In: *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura.* Ano 3, nº 04; primeiro semestre de 2006.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral* [1916]. São Paulo, Editora Cultrix, 1995. (20ª edição)

TEIXEIRA, Jerônimo. O decano do português. In: *Revista Veja.* Edição 2050, 5 de março de 2008.

TRAVAGLIA. Luiz Carlos. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus.* São Paulo: Cortez, 1997 (2ª edição).

A1

Atividade experimental para a tese de doutoramento "Para uma gramática da produção: análise da marca *mesmo* sob o enfoque da teoria das operações predicativas e enunciativas" de Milenne Biasotto-Holmo.

Instituição: Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)

Nome do participante: (a identificação é facultativa)

Curso: Letras / Esp.

Série: 3° ano

1) **Sabemos que uma mesma marca linguística pode adquirir diferentes funções dependendo do contexto em que aparece. Utilizando apenas sua intuição como falante nativo do português, tente explicar (e não classificar de acordo com a gramática tradicional), qual o papel que a marca "mesmo" desempenha nos enunciados abaixo:**

a) *Mas o sr. não acha contraditório usar os benefícios de uma lei que o sr.* ***mesmo*** *reconhece que está cheia de distorções?*

Recupera o termo Sr.

b) ***Mesmo*** *que você estude esse número de células, ainda é possível deixar passar alguma que contenha o vírus*

Poderia substituir Por mais que você estude.

c) *Diretor Gus van Sant baseou-se no* ***mesmo*** *roteiro e seguiu o plano de filmagem utilizado por Alfred Hitchcock*

Mesmo nesse caso aproxima-se de igualdade, o diretor não buscou outro roteiro

A1

d) *"Silvia, você só vai estar bem **mesmo** quando os peões de obra assobiarem para você na rua".*

O termo mesmo nesse caso é enfático.
Outra opção seria "você só vai estar bem de verdade"

e) *O mundo é assim **mesmo**: o que não tem remédio remediado está.*

Poderia substituir por "o mundo é dessa forma" Embora nas duas orações funcionem como um aposto. É a característica da forma como o mundo funciona e seguido após os dois pontos.

f) *– Não é por isso, é porque ainda não sinto a tal necessidade do casamento. Se eu a sentisse, casar-me-ia.*

*– **Mesmo** com um homem mediocre?*

Poderia substituir por "até com um homem medíocre?"

g) *Sentia quase o **mesmo** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho.*

Poderia substituir por "semelhante".
Recupera a sensação que foi produzida anteriormente

2) Após analisar os sete enunciados acima, é possível notar, entre eles, alguma semelhança no papel desempenhado pela marca "mesmo"?

É enfático. Geralmente recupera uma ação que produzida anteriormente.

3) Você saberia apontar, de acordo com a gramática tradicional, a classe gramatical a que pertence a marca "mesmo" em cada um dos enunciados?

a) Substantivo
b) Conjunção concessiva
c) Pronome demonstrativo
d) adjetivo
e) ~~adjetivo~~ elemento anafórico
f) ~~adjetivo~~ Denotativo de inclusão
g) ~~Pronome demonstrativo~~ advérbio.

A2

Atividade experimental para a tese de doutoramento "Para uma gramática da produção: análise da marca *mesmo* sob o enfoque da teoria das operações predicativas e enunciativas" de Milenne Biasotto-Holmo.

Instituição: Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)

Nome do participante: (a identificação é facultativa)

Curso: Letras

Série: 2º

1) **Sabemos que uma mesma marca linguística pode adquirir diferentes funções dependendo do contexto em que aparece. Utilizando apenas sua intuição como falante nativo do português, tente explicar (e não classificar de acordo com a gramática tradicional), qual o papel que a marca "mesmo" desempenha nos enunciados abaixo:**

a) *Mas o sr. não acha contraditório usar os benefícios de uma lei que o sr.* ***mesmo*** *reconhece que está cheia de distorções?*

Reforça a ideia de que

b) ***Mesmo*** *que você estude esse número de células, ainda é possível deixar passar alguma que contenha o vírus*

O tempo está ligado à ideia de duvida que

c) *Diretor Gus van Sant baseou-se no* ***mesmo*** *roteiro e seguiu o plano de filmagem utilizado por Alfred Hitchcock*

O pronome mesmo faz referência ao objeto
que foi utilizado para a segunda versão
do filme.

A2

d) *"Silvia, você só vai estar bem **mesmo** quando os peões de obra assobiarem para você na rua".*

Indica a intensidade igualdade.

e) *O mundo é assim **mesmo**: o que não tem remédio remediado está.*

Indica ponto de vista.

f) *– Não é por isso, é porque ainda não sinto a tal necessidade do casamento. Se eu a sentisse, casar-me-ia.*

*– **Mesmo** com um homem mediocre?*

Indica expressão de relação a fase atual.

g) *Sentia quase o **mesmo** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho.*

Indica intensidade de igualdade com termos anteriores e mesmo.

2) Após analisar os sete enunciados acima, é possível notar, entre eles, alguma semelhança no papel desempenhado pela marca "mesmo"?

Sim, pois alguns diferem igualdade, enquanto outros expressão de ponto de vista.

3) Você saberia apontar, de acordo com a gramática tradicional, a classe gramatical a que pertence a marca "mesmo" em cada um dos enunciados?

a - pronome
b - [illegible]
c - substantivo
d - pronome
e - advérbio
f - advérbio

A3

Atividade experimental para a tese de doutoramento "Para uma gramática da produção: análise da marca *mesmo* sob o enfoque da teoria das operações predicativas e enunciativas" de Milenne Biasotto-Holmo.

Instituição: Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)

Nome do participante: (a identificação é facultativa)

Curso: Letras

Série: 3º ano

1) **Sabemos que uma mesma marca linguística pode adquirir diferentes funções dependendo do contexto em que aparece. Utilizando apenas sua intuição como falante nativo do português, tente explicar (e não classificar de acordo com a gramática tradicional), qual o papel que a marca "mesmo" desempenha nos enunciados abaixo:**

a) *Mas o sr. não acha contraditório usar os benefícios de uma lei que o sr.* ***mesmo*** *reconhece que está cheia de distorções?* O mesmo serve para se expressar melhor, para dar mais ênfase a pessoa que se refere

b) ***Mesmo*** *que você estude esse número de células, ainda é possível deixar passar alguma que contenha o vírus* / O mesmo poderia ser substituído por = "ainda que", a frase ficaria sem sentido se não fosse utilizado nem um dos dois. O mesmo neste caso, mesmo que fosse substituído, serve para dar o sentido da frase.

c) *Diretor Gus van Sant baseou-se no* ***mesmo*** *roteiro e seguiu o plano de filmagem utilizado por Alfred Hitchcock*

Estão comparando com um roteiro já utilizado.

A3

d) *"Silvia, você só vai estar bem **mesmo** quando os peões de obra assobiarem para você na rua".*

Está enfatizando p/ dar mais certeza ao que está afirmando, é como se o autor ~~desse~~ quisesse dar mais certeza demonstrar a realidade do fato, através do "mesmo"

e) *O mundo é assim **mesmo**: o que não tem remédio remediado está.*

Como se fosse uma conformidade, para expressar como o mundo é, com um grau maior de superioridade.

f) *– Não é por isso, é porque ainda não sinto a tal necessidade do casamento. Se eu a sentisse, casar-me-ia.*

*– **Mesmo** com um homem mediocre?*

"Ainda que seja".. Pode ser substituído. O mesmo está sugerindo uma indagação

g) *Sentia quase o **mesmo** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho.* Está associando, enfatizando que sentiria a mesma sensação que já sentira outra vez.

2) Após analisar os sete enunciados acima, é possível notar, entre eles, alguma semelhança no papel desempenhado pela marca "mesmo"?

Sim, eles demonstram um sentido enfático. Todos os "mesmo", servem para uma expressão mais ampla, intensa. Em alguns casos, podem ser substituídos.

3) Você saberia apontar, de acordo com a gramática tradicional, a classe gramatical a que pertence a marca "mesmo" em cada um dos enunciados? Não me lembro...

e) dentativo de inclusão, g) adjetivo,

A4

Atividade experimental para a tese de doutoramento "Para uma gramática da produção: análise da marca *mesmo* sob o enfoque da teoria das operações predicativas e enunciativas" de Milenne Biasotto-Holmo.

Instituição: Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)

Nome do participante: (a identificação é facultativa)

Curso: Letras / Espanhol

Série: 3°

1) **Sabemos que uma mesma marca linguística pode adquirir diferentes funções dependendo do contexto em que aparece. Utilizando apenas sua intuição como falante nativo do português, tente explicar (e não classificar de acordo com a gramática tradicional), qual o papel que a marca "mesmo" desempenha nos enunciados abaixo:**

a) *Mas o sr. não acha contraditório usar os benefícios de uma lei que o sr.* ***mesmo*** *reconhece que está cheia de distorções?*

Que ele próprio reconhece. Serve para dar ênfase nele.

b) ***Mesmo*** *que você estude esse número de células, ainda é possível deixar passar alguma que contenha o vírus*

Ainda que ele estude. Por mais que a pessoa estude, ainda vai passar alguma coisa.

c) *Diretor Gus van Sant baseou-se no* ***mesmo*** *roteiro e seguiu o plano de filmagem utilizado por Alfred Hitchcock*

O diretor baseou-se no roteiro igual.

A4

d) *"Silvia, você só vai estar bem **mesmo** quando os peões de obra assobiarem para você na rua".*

Só vai estar bem de verdade / realmente. Está intensificando o que Silvia vai sentir.

e) *O mundo é assim **mesmo**: o que não tem remédio remediado está.*

Dessa forma. O mundo é dessa forma, não há outra. Como se não fosse mudar.

f) *– Não é por isso, é porque ainda não sinto a tal necessidade do casamento. Se eu a sentisse, casar-me-ia.*

*– **Mesmo** com um homem medíocre?*

Até com um homem medíocre. Quer dizer se ela teria coragem de se casar com qualquer um.

g) *Sentia quase o **mesmo** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho.*

Sentia
Tinha um sentimento idêntico. já havia sentido antes, e agora é quase a mesma coisa.

2) Após analisar os sete enunciados acima, é possível notar, entre eles, alguma semelhança no papel desempenhado pela marca "mesmo"?

O "mesmo" desempenha uma função de enfatizar o enunciado. Ou seja, dá uma entonação maior.

3) Você saberia apontar, de acordo com a gramática tradicional, a classe gramatical a que pertence a marca "mesmo" em cada um dos enunciados?

a - adjetivo
b - elemento anafórico
c - dendativo de inclusão
d - advérbio
e - pronome demonstrativo
f - conjunção concessiva
g - substantivo

A5

Atividade experimental para a tese de doutoramento "Para uma gramática da produção: análise da marca *mesmo* sob o enfoque da teoria das operações predicativas e enunciativas" de Milenne Biasotto-Holmo.

Instituição: Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)

Nome do participante: _____ (a identificação é facultativa)

Curso:_____

Série: _____

1) **Sabemos que uma mesma marca linguistica pode adquirir diferentes funções dependendo do contexto em que aparece. Utilizando apenas sua intuição como falante nativo do português, tente explicar (e não classificar de acordo com a gramática tradicional), qual o papel que a marca "mesmo" desempenha nos enunciados abaixo:**

a) *Mas o sr. não acha contraditório usar os benefícios de uma lei que o sr.* ***mesmo*** *reconhece que está cheia de distorções?*

indica que ele está sendo, sozinho
pois se refere ao "próprio"

b) ***Mesmo*** *que você estude esse número de células, ainda é possível deixar passar alguma que contenha o vírus*

está enfatizando o...

c) *Diretor Gus van Sant baseou-se no* ***mesmo*** *roteiro e seguiu o plano de filmagem utilizado por Alfred Hitchcock*

indica que houve uma substituição de nome.

A5

d) *"Silvia, você só vai estar bem **mesmo** quando os peões de obra assobiarem para você na rua".*

indica que está bem, mais não totalmente.

e) *O mundo é assim **mesmo**: o que não tem remédio remediado está.*

indica que nem tudo tem solução

f) *– Não é por isso, é porque ainda não sinto a tal necessidade do casamento. Se eu a sentisse, casar-me-ia.*

*– **Mesmo** com um homem mediocre?*

faz uma semelhança,

g) *Sentia quase o **mesmo** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho.*

indica algo perfeito, mas nem tudo é assim

2) Após analisar os sete enunciados acima, é possível notar, entre eles, alguma semelhança no papel desempenhado pela marca "mesmo"?

Sim, pois as frases se basea, no que foi descrevido em cada frase

3) Você saberia apontar, de acordo com a gramática tradicional, a classe gramatical a que pertence a marca "mesmo" em cada um dos enunciados?

mesmo - Pronome demonstrativo
mesmo - Conj concessiva
mesmo - dentário de inclusão
mesmo - adjetivo
mesmo - advérbio
mesmo - dentário de conclusão
mesmo - substantivo

A6

Atividade experimental para a tese de doutoramento "Para uma gramática da produção: análise da marca *mesmo* sob o enfoque da teoria das operações predicativas e enunciativas" de Milenne Biasotto-Holmo.

Instituição: Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)

Nome do participante: _____ (a identificação é facultativa)

Curso: Letras/Espanhol

Série: 3º ano

1) **Sabemos que uma mesma marca linguística pode adquirir diferentes funções dependendo do contexto em que aparece. Utilizando apenas sua intuição como falante nativo do português, tente explicar (e não classificar de acordo com a gramática tradicional), qual o papel que a marca "mesmo" desempenha nos enunciados abaixo:**

a) *Mas o sr. não acha contraditório usar os benefícios de uma lei que o sr. **mesmo** reconhece que está cheia de distorções?*

A ocorrência MESMO retoma o N. presente no enunciado, isto é, não se trata de uma lei proveniente de uma segunda ou terceira pessoa, mas do próprio beneficiado.

b) ***Mesmo** que você estude esse número de células, ainda é possível deixar passar alguma que contenha o vírus*

Indica a ocorrência de uma relação de causa e consequência, nesse sentido, ainda que uma ação seja diferenciada da outra pode ocorrer, independentemente da vontade.

c) *Diretor Gus van Sant baseou-se no **mesmo** roteiro e seguiu o plano de filmagem utilizado por Alfred Hitchcock*

Expressa igualdade, não foi próximo, mas um igual o método utilizado.

d) *"Silvia, você só vai estar bem **mesmo** quando os peões de obra assobiarem para você na rua".*

Mesmo assume a função de: De fato, certeza.

e) *O mundo é assim **mesmo**: o que não tem remédio remediado está.*

Mesmo assume a função de: Desta modo, isto é, o mundo não é desta ou daquela forma, mas sim, desta maneira/deste modo.

f) *– Não é por isso, é porque ainda não sinto a tal necessidade do casamento. Se eu a sentisse, casar-me-ia.*

*– **Mesmo** com um homem mediocre?*

Ainda que é a ocorrência de mesmo nesse período, (levanto) levantando-se uma hipótese.

g) *Sentia quase o **mesmo** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho.*

Mesmo é utilizado como semelhante, não é igual, porém próximo.

2) Após analisar os sete enunciados acima, é possível notar, entre eles, alguma semelhança no papel desempenhado pela marca "mesmo"?

Todas as ocorrências expressam uma relação de proximidade/comparação entre dois termos, duas situações.

3) Você saberia apontar, de acordo com a gramática tradicional, a classe gramatical a que pertence a marca "mesmo" em cada um dos enunciados?

Sinceramente não, sei o uso de um ou outro termo (a nomenclatura gramatical), mas não todos.

A7

Atividade experimental para a tese de doutoramento "Para uma gramática da produção: análise da marca *mesmo* sob o enfoque da teoria das operações predicativas e enunciativas" de Milenne Biasotto-Holmo.

Instituição: Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)

Nome do participante: _____ (a identificação é facultativa)

Curso: Letras - Inglês

Série: 3-V

1) **Sabemos que uma mesma marca linguística pode adquirir diferentes funções dependendo do contexto em que aparece. Utilizando apenas sua intuição como falante nativo do português, tente explicar (e não classificar de acordo com a gramática tradicional), qual o papel que a marca "mesmo" desempenha nos enunciados abaixo:**

a) *Mas o sr. não acha contraditório usar os benefícios de uma lei que o sr.* ***mesmo*** *reconhece que está cheia de distorções?*

"Mesmo" reforça a ideia, enfatizando a pessoa

b) ***Mesmo*** *que você estude esse número de células, ainda é possível deixar passar alguma que contenha o vírus*

Equivalente a "ainda", "porém", uma palavra adversativa

c) *Diretor Gus van Sant baseou-se no* ***mesmo*** *roteiro e seguiu o plano de filmagem utilizado por Alfred Hitchcock*

Indica que as mesmas da segunda foram usadas pela segunda

A7

d) *"Silvia, você só vai estar bem **mesmo** quando os peões de obra assobiarem para você na rua".*

'Mesmo' tem o valor de 'de verdade'

e) *O mundo é assim **mesmo**: o que não tem remédio remediado está.*

'Mesmo' tem o valor de 'realmente'

f) *– Não é por isso, é porque ainda não sinto a tal necessidade do casamento. Se eu a sentisse, casar-me-ia.*

*– **Mesmo** com um homem mediocre?*

Equivalente a 'ainda assim'; um termo negativo

g) *Sentia quase o **mesmo** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho.*

Equivalente a 'mesma coisa'.

2) Após analisar os sete enunciados acima, é possível notar, entre eles, alguma semelhança no papel desempenhado pela marca "mesmo"?

~~Sem, em c e g, ele tem o valor de~~

3) Você saberia apontar, de acordo com a gramática tradicional, a classe gramatical a que pertence a marca "mesmo" em cada um dos enunciados?

Em a, c, 'mesma' é um adjetivo, em b, d, e, e f, é um advérbio, em g, é um substantivo.

B1

Atividade experimental para a tese de doutoramento "Para uma gramática da produção: análise da marca *mesmo* sob o enfoque da teoria das operações predicativas e enunciativas" de Milenne Biasotto-Holmo.

Instituição:

Nome do participante: _ (a identificação é facultativa)

Curso: Extensivo Delphos

Série: _____

1) **Sabemos que uma mesma marca linguística pode adquirir diferentes funções dependendo do contexto em que aparece. Utilizando apenas sua intuição como falante nativo do português, tente explicar (e não classificar de acordo com a gramática tradicional), qual o papel que a marca "mesmo" desempenha nos enunciados abaixo:**

a) *Mas o sr. não acha contraditório usar os benefícios de uma lei que o sr.* ***mesmo*** *reconhece que está cheia de distorções?*

A palavra mesmo reafirma que o Sr reconhece que as leis estão cheias de distorções

b) ***Mesmo*** *que você estude esse número de células, ainda é possível deixar passar alguma que contenha o vírus*

Na frase a palavra mesmo indica algo de e mesmo que se faça (concessão) deixa-se de querer

c) *Diretor Gus van Sant baseou-se no* ***mesmo*** *roteiro e seguiu o plano de filmagem utilizado por Alfred Hitchcock*

A palavra mesmo tenta mostrar algo feito que é repetido, no caso o roteiro

B1

d) *"Silvia, você só vai estar bem **mesmo** quando os peões de obra assobiarem para você na rua".*

A palavra mesmo quer dizer de fato, no caso Silvia só estará bem se de fato os peões de obra assobiarem para ela na rua.

e) *O mundo é assim **mesmo**: o que não tem remédio remediado está.*

O mesmo quer dizer uma confirmação, dizendo que o mundo é assim mesmo ou reafirmando, dando referência o que vem após.

f) *– Não é por isso, é porque ainda não sinto a tal necessidade do casamento. Se eu a sentisse, casar-me-ia.*

*– **Mesmo** com um homem mediocre?*

Mesmo significa na frase ser capaz de, no caso ser capaz de casar com um homem medíocre.

g) *Sentia quase o **mesmo** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho.*

Na frase o mesmo demonstra algo que é repetitivo no caso a "igual" alucinação

2) Após analisar os sete enunciados acima, é possível notar, entre eles, alguma semelhança no papel desempenhado pela marca "mesmo"?

Creio que a palavra mesmo em todas as frases tem um sentido de repetição, intensificação.

3) Você saberia apontar, de acordo com a gramática tradicional, a classe gramatical a que pertence a marca "mesmo" em cada um dos enunciados?

a) Dêitico
b) conjunção concessivo
c) adjetivo
d) ~~conjunção~~ advérbio
e) Pronome demonstrativo
f) Partícula denotadora de inclusão
g) Substantivo

B2

Atividade experimental para a tese de doutoramento "Para uma gramática da produção: análise da marca *mesmo* sob o enfoque da teoria das operações predicativas e enunciativas" de Milenne Biasotto-Holmo.

Instituição: Delphos

Nome do participante: (a identificação é facultativa)

Curso: _____

Série: cursinho

1) **Sabemos que uma mesma marca linguística pode adquirir diferentes funções dependendo do contexto em que aparece. Utilizando apenas sua intuição como falante nativo do português, tente explicar (e não classificar de acordo com a gramática tradicional), qual o papel que a marca "mesmo" desempenha nos enunciados abaixo:**

a) *Mas o sr. não acha contraditório usar os benefícios de uma lei que o sr.* ***mesmo*** *reconhece que está cheia de distorções?*

Confirmar a pessoa com quem está se falando, substituindo a palavra "próprio"

b) ***Mesmo*** *que você estude esse número de células, ainda é possível deixar passar alguma que contenha o vírus*

Indica uma concessão, por mais que você faça algo, outra coisa vai acontecer.

c) *Diretor Gus van Sant baseou-se no* ***mesmo*** *roteiro e seguiu o plano de filmagem utilizado por Alfred Hitchcock*

Se tirássemos o 'mesmo', Gus van Sant não teria usado o ~~se~~ roteiro que Hitchcock usou. Ou seja, 'mesmo' é usado para comparar, ou igualar duas coisas

d) *"Silvia, você só vai estar bem **mesmo** quando os peões de obra assobiarem para você na rua".*

'mesmo' está intensificando 'bem'; sem ele, Silvia estaria bem, mas não tão bem.

e) *O mundo é assim **mesmo**: o que não tem remédio remediado está.*

'mesmo' torna a frase mais verídica, confirmando o que vem seguinte

f) *– Não é por isso, é porque ainda não sinto a tal necessidade do casamento. Se eu a sentisse, casar-me-ia.*

*– **Mesmo** com um homem mediocre?*

'mesmo' indica capacidade, a pessoa seria capaz de casar com um homem medíocre.

g) *Sentia quase o **mesmo** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho.*

o 'mesmo' adquire sentido catafórico, anunciando o que vem depois.

2) Após analisar os sete enunciados acima, é possível notar, entre eles, alguma semelhança no papel desempenhado pela marca "mesmo"?

"Mesmo", em todas as frases, intensifica ou desafia o que vem antes ou depois.

3) Você saberia apontar, de acordo com a gramática tradicional, a classe gramatical a que pertence a marca "mesmo" em cada um dos enunciados?

a) dêitico
b) conjunção concessiva
c) adjetivo
d) advérbio de intensidade
e) advérbio de afirmação
f) partícula denotadora de inclusão
g) pronome demonstrativo

B3

Atividade experimental para a tese de doutoramento "Para uma gramática da produção: análise da marca *mesmo* sob o enfoque da teoria das operações predicativas e enunciativas" de Milenne Biasotto-Holmo.

Instituição: Delphos

Nome do participante: _____ (a identificação é facultativa)

Curso:_____

Série: Quinto.

1) **Sabemos que uma mesma marca linguística pode adquirir diferentes funções dependendo do contexto em que aparece. Utilizando apenas sua intuição como falante nativo do português, tente explicar (e não classificar de acordo com a gramática tradicional), qual o papel que a marca "mesmo" desempenha nos enunciados abaixo:**

a) *Mas o sr. não acha contraditório usar os benefícios de uma lei que o sr.* ***mesmo*** *reconhece que está cheia de distorções?*

O mesmo está referindo ao senhor.
Poderia ser retirado sem causar distorção da frase.
Talvez, ~~está~~ afirmando

b) ***Mesmo*** *que você estude esse número de células, ainda é possível deixar passar alguma que contenha o vírus*

Pode ser entendido como: "ainda que"
~~Não acho isso.~~

c) *Diretor Gus van Sant baseou-se no* ***mesmo*** *roteiro e seguiu o plano de filmagem utilizado por Alfred Hitchcock*

próprio

B3

d) *"Silvia, você só vai estar bem **mesmo** quando os peões de obra assobiarem para você na rua".*

"(...) você só vai está muito bem"

e) *O mundo é assim **mesmo**: o que não tem remédio remediado está.*

O mundo é bem assim
O mundo é desse jeito

f) *– Não é por isso, é porque ainda não sinto a tal necessidade do casamento. Se eu a sentisse, casar-me-ia.*

*– **Mesmo** com um homem mediocre?*

Ainda que fosse com um homem medíocre?

g) *Sentia quase o **mesmo** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho.*

Sentia quase o que sentí

2) Após analisar os sete enunciados acima, é possivel notar, entre eles, alguma semelhança no papel desempenhado pela marca "mesmo"?

Afirmação, igualdade.
talvez para dar estética a frase, é usado.

3) Você saberia apontar, de acordo com a gramática tradicional, a classe gramatical a que pertence a marca "mesmo" em cada um dos enunciados?

Eu não lembro.

B4

Atividade experimental para a tese de doutoramento "Para uma gramática da produção: análise da marca *mesmo* sob o enfoque da teoria das operações predicativas e enunciativas" de Milenne Biasotto-Holmo.

Instituição: Colégio Delphos

Nome do participante: _____ (a identificação é facultativa)

Curso: _____

Série: 1º ano.

1) **Sabemos que uma mesma marca linguística pode adquirir diferentes funções dependendo do contexto em que aparece. Utilizando apenas sua intuição como falante nativo do português, tente explicar (e não classificar de acordo com a gramática tradicional), qual o papel que a marca "mesmo" desempenha nos enunciados abaixo:**

a) *Mas o sr. não acha contraditório usar os benefícios de uma lei que o sr.* ***mesmo*** *reconhece que está cheia de distorções?*

Fazer referência ao próprio "sr." como uma forma de reafirmação

b) ***Mesmo*** *que você estude esse número de células, ainda é possível deixar passar alguma que contenha o vírus*

Criar uma frase com conectivo diferente e um melhor sentido

c) *Diretor Gus van Sant baseou-se no* ***mesmo*** *roteiro e seguiu o plano de filmagem utilizado por Alfred Hitchcock*

Um sentido de igual, para mais que minimizar a frase.

B4

d) *"Silvia, você só vai estar bem **mesmo** quando os peões de obra assobiarem para você na rua".*

dar ênfase no bem

e) *O mundo é assim **mesmo**: o que não tem remédio remediado está.*

faz referência a frase após o dois pontos,

f) *– Não é por isso, é porque ainda não sinto a tal necessidade do casamento. Se eu a sentisse, casar-me-ia.*

*– **Mesmo** com um homem mediocre?*

um condicional reduzido, pensando-se que poderia ser substituído sem alteração de sentido por "Ainda que fosse"

g) *Sentia quase o **mesmo** que sentira na noite da alucinação com o gladiador, um prazer mordente, delirante, atroz, com estranhas repercussões simpáticas, mas incompleto, falho.*

faz alusão aos sentimentos descritos posteriormente.

2) Após analisar os sete enunciados acima, é possível notar, entre eles, alguma semelhança no papel desempenhado pela marca "mesmo"?

No meu ponto de vista, todos fazem referência a algo explícito ou implícito no frase.

3) Você saberia apontar, de acordo com a gramática tradicional, a classe gramatical a que pertence a marca "mesmo" em cada um dos enunciados?

b) conjunção concessiva a) dêitico.

d) particula de realce. f) advérbio

as letras c, e, g eu não sei